UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Redes de proteção e garantia de direitos: representações sociais por
conselheiros tutelares**

(versão corrigida)

Alexandre da Silva de Paula

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das
exigências para a obtenção do título de Doutor em
Ciências, Área: Psicologia.

RIBEIRÃO PRETO – SP
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Redes de proteção e garantia de direitos: representações sociais por
conselheiros tutelares**

(versão corrigida)

Alexandre da Silva de Paula

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das
exigências para a obtenção do título de Doutor em
Ciências, Área: Psicologia.

Orientador: Professor Dr. Sérgio Kodato

RIBEIRÃO PRETO – SP
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Paula, Alexandre da Silva de

Redes de proteção e garantia de direitos: representações sociais por conselheiros tutelares / Alexandre da Silva de Paula ; orientador Sérgio Kodato. – Ribeirão Preto, 2014.

222f.

Tese (Doutorado) – Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Conselho Tutelar. 2. Direitos da Criança e do Adolescente. 3. Representações Sociais. Violência contra a criança e o adolescente.

Apoio Financeiro: Esta Tese de Doutorado foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), mediante a concessão de Bolsa de Doutorado.

C A P E S
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FOLHA DE APROVAÇÃO

Paula, Alexandre da Silva de

Redes de proteção e garantia de direitos: representações sociais por conselheiros tutelares

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do
título de Doutor em Ciências, Área: Psicologia.

Aprovado em __/__/__

Banca Examinadora

Prof(a) Dr (a) _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof(a) Dr (a) _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof(a) Dr (a) _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof(a) Dr (a) _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof(a) Dr (a) _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares

À Raquel, minha esposa, que conhece todos os percalços desta jornada. Por ter sido tão atenciosa, cuidadosa e amorosa em todos os momentos. Por ser uma pessoa afetuosa, dedicada e sincera comigo.

À minha mãe, Maria Sebastiana, que sempre acreditou e sonhou com minhas conquistas, lutou por isso com muita fé e amor, acompanhou meus passos de perto. Referência de perseverança, força, alegria e motivação.

A meu pai, Luiz, por ter trabalhado tanto tempo por isso, por priorizar a realização dos sonhos dos seus filhos. Investiu suas energias e se dedicou muito por mim e meus irmãos. Por ser um homem honesto, prudente, simples e justo.

A meu irmão, Luiz Fernando, companheiro, amigo e pai exemplar. Por acreditar em meu potencial e me incentivar para que estivesse mais aberto à alteridade e à valorização das amizades sinceras.

A meu irmão, Ricardo, meu amigo inesquecível de infância. Por me inspirar a buscar sempre a humildade e ser uma pessoa correta, fiel àqueles que estão do nosso lado.

Aos mestres

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sérgio Kodato, minha referência em Psicologia Social, por ter me ensinado, com tanta paciência e afinho, a ser um pesquisador comprometido com a sociedade. Por exigir sempre o melhor de mim, com seu jeito sincero, digno e transparente. Sou grato por ter me acolhido nesta instituição, por acreditar que poderíamos trabalhar juntos e produzir conhecimentos relevantes.

Ao Prof. Dr. José Aparecido da Silva, pesquisador reconhecido e premiado mundialmente, por me chamar atenção para aspectos fundamentais da pesquisa no Exame de Qualificação, por aceitar o diálogo com a pesquisa social, com questionamentos coerentes que contribuíram muito com este trabalho.

À Profa. Dra. Maria Paula Panúncio Pinto, pela leitura criteriosa e minuciosa do texto no Exame de Qualificação. Por discutir e apontar questões que enriqueceram o estudo. Pela postura pertinente e desafiadora perante a estrutura da tese, o que reflete o seu brilhantismo e lucidez perante o tema. Sou extremamente grato por suas contribuições, críticas e sugestões.

Ao Prof. Dr. Paulo de Carvalho por ser uma fonte de inspiração e referência contínua em Psicologia Social, conhece os meus primeiros passos e sabe onde tudo começou. Agradeço por ter compartilhado seus conhecimentos e experiências, durante a minha formação e iniciação na pesquisa.

À Profa. Dra. Jane Teresinha Domingues Cotrin e à Profa. Dra. Zeyne Alves Pires Scherer, por terem aceitado o convite para este momento especial e único. Sou grato pela presença marcante na banca, pela leitura criteriosa e pelas críticas muito bem colocadas.

Às minhas alunas: Ada, Dianninfer e Mariana que participarem ativamente deste estudo. Por terem aceitado o desafio de conhecer de perto a realidade do Conselho Tutelar, pelo envolvimento com esta pesquisa que possibilitou relatos tão ricos e reveladores. À Thais e Antônio, por estarem disponíveis, me ajudaram muito na organização e coleta de informações.

Aos conselheiros tutelares que participaram desta pesquisa. Por terem propiciado a oportunidade de realização deste estudo, pela autorização para acessarmos o universo complexo nas redes de proteção.

Aos meus colegas de trabalho, docentes do curso de Psicologia: Maria Celina Trevisan, Adriana Botelho, Selma Poltronieri, Luís Carlos Parreira, Rodrigo Lopes, Paola Bisaccioni e Roberta Grangel, pelo trabalho em conjunto com respeito, ética e companheirismo.

À Profa. Maria do Socorro, pela disposição e prontidão com que me atendeu. Pela leitura criteriosa e revisão do texto.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa: Magda, Daniel, Franciele, Fabiano, Eleuza e Zaira, por compartilharem suas experiências, conquistas e desafios ao longo da formação.

A todos os docentes da FFCLRP que atuam no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, por se dedicarem tanto ao trabalho, sempre buscando a excelência na formação dos alunos. E à secretária deste Programa, Jacqueline, por ser prestativa e atenciosa com todos.

À CAPES por ter financiado este estudo.

Obrigado a todos!

...não se resolve os problemas sociais somente com a retórica.

Kabengele Munanga

RESUMO

Paula, Alexandre da Silva de (2014). *Redes de proteção e garantia de direitos: representações sociais por conselheiros tutelares*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

As redes de proteção à criança e ao adolescente constituem uma política pública recente no contexto nacional. O Conselho Tutelar é uma instituição que aciona o funcionamento das redes, sob a égide jurídica do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nesse campo problemático e complexo, quais os significados e representações da função social do Conselho Tutelar construídas pelos seus atores principais? Esta pesquisa teve como objetivo analisar o funcionamento dessa instituição, a partir das práticas discursivas de seus agentes. Trata-se de um estudo qualitativo, referenciado na Teoria das Representações Sociais, segundo Moscovici e Jodelet. A coleta de dados ocorreu em cinco sessões de grupo focal, análise de documentos, prontuários e observação participante da rotina institucional, num Conselho Tutelar que atua num município de pequeno porte (85 mil habitantes) no interior do país. Os dados foram analisados através da técnica denominada Análise de Conteúdo, que consiste na identificação dos temas recorrentes e emergentes, seja nas regularidades ou singularidades discursivas. As unidades de significado foram organizadas em categorias temáticas que explicitaram os aspectos cognitivos, afetivos e políticos do dispositivo grupal. Enquanto resultados, afirma-se que os discursos indicam posicionamentos defensivos, ambivalentes e paradoxais no que tange ao trabalho do Conselho Tutelar e a Doutrina de Proteção Integral. Os enunciados trazem à tona incompatibilidades entre a esfera pública e a esfera privada. As condições institucionais, concretas e subjetivas, contribuem efetivamente para o sofrimento psíquico dos conselheiros tutelares, com destaque para a impotência e regressão psicofamiliar frente às pressões da sociedade. As representações sociais, objetivadas na prática desses agentes públicos, desvelam que o dispositivo acabou tomando a forma do mal social que visa a combater. Conclui-se, enquanto tese, que o Conselho Tutelar, tal como está estruturado no país, funciona como um dispositivo ideológico e propagandístico, sendo pouco capaz de atender aos anseios sociais por promoção de direitos, inclusão e cidadania. Frente ao julgamento ético e moral, as vítimas tendem a ser culpabilizadas, incorrendo na amenização ou negação dos danos, justificando a violência para fins idealistas na educação exemplar. Diante da condição paradoxal, constatou-se um processo de estereotipia, discriminação e demonização da clientela.

Palavras-chave: Conselho Tutelar, Direitos da criança e do adolescente, representações sociais, violência contra a criança e o adolescente.

ABSTRACT

Paula, Alexandre da Silva de (2014). *Networks for protection and guarantee of rights: social representations by guardian councilors*. Doctoral Thesis, College of Philosophy, Science and Letters of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto.

The child and adolescent protection network is a recent public politics in the national context. The Guardianship Council is an institution that actuates the networks functioning, under the legal aegis of the Child and Adolescent Statute (CAS). In this complex field, what are the meanings and representations of the function of the Guardianship Council constituted by its main actors? This study aimed to analyze the functioning of this institution, from its agents' discursive practices. It's a qualitative study, having as reference the Theory of the Social Representations, according to Moscovici and Jodelet. The data collection occurred in five sessions of focal group, analysis of documents, records and participating observation of the institutional routine, at a Guardianship Council that acts in a small city (85 thousand inhabitants) in the country's interior. The data were analyzed through the Content Analyzed, which consists in identifying the recurrent and emerging themes, on the discursive regularity or uniqueness. The meaning units were organized into thematic categories that show the cognitive, affective and political aspects of the group device. While results, it's affirmed that the speeches indicated defensive, ambivalent and paradox positions regarding the Guardianship Council's work and the Integral Protective Doctrine, findings revealed an incompatibilities between the public and private spheres. The institutional conditions, concrete and subjective, contribute to the psychic suffering of the guardianship counselors, highlighting the psych familiar impotence and regression. The social representations, objectified at these public agent practices, unveiling that the device, ended taking the shape of the social ill that aims to combat. It's concluded, as thesis, that the Guardianship Council, as it is organized in Brazil, works as an ideological and propagandistic device, it is incapable to attend the social expectations by rights, social inclusion and citizenship. In view of the ethical and moral judgment, the victims tend to be blamed, incurring mitigation or denial of the damage, justifying the violence to idealistic ends at the exemplary education. Concluding, it has been found a process of stereotyping, discrimination and demonizing of the communities.

Keywords: Guardianship Council, Child and Adolescent Rights, social representations, violence against child and adolescent.

RESUMÉ

Paula, Alexandre da Silva de (2014). *Réseaux de protection et de garantie des droits: représentations sociales par les conseillers tutélaires*. Thèse de doctorat, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Les réseaux de protection des enfants et des adolescents sont un type de politique publique récent dans le contexte national. Le Conseil tutélaire est une institution qui détermine l'action des réseaux, sous l'égide juridique du Statut de l'enfant et de l'adolescent. En considérant ce domaine problématique et complexe, quel sont les significations et les représentations de la fonction sociale du Conseil tutélaire élaborées par ses acteurs principaux ? Cette recherche a eu pour objectif l'investigation du fonctionnement de cette institution, à partir des pratiques discursives de ses agents. Il s'agit d'une étude qualitative, basée sur la Théorie des représentations sociales, selon Moscovici et Jodelet. La collecte de données a été réalisée pendant cinq séances d'un groupe de discussion, avec des analyses de documents et de l'observation participante de la routine institutionnelle, dans un Conseil tutélaire d'une ville de petite taille (85 mille habitants). Les données ont été analysées par une technique appelée l'Analyse du contenu, qui consiste dans l'identification des sujets les plus fréquents et émergents, soit dans les régularités, soit dans les singularités discursives. Les unités de significations ont été organisées en catégories thématiques qui ont explicité les aspects cognitifs, affectifs et politiques du dispositif du groupe. Comme résultats, il a été constaté que les discours indiquent des positionnements défensifs, ambivalents et paradoxaux quant au travail du Conseil tutélaire et la Doctrine de la protection intégrale. Les énoncés montrent des incompatibilités entre la sphère publique et la sphère privée. Les conditions institutionnelles, soit concrètes, soit subjectives, contribuent en effet à la souffrance psychique des conseillers tutélaires, surtout par rapport à l'impuissance et la régression psychofamiliale, à cause des pressions de la société. Les représentations sociales, objectivées dans la pratique de ces agents publics, dévoilent que le dispositif dans sa structure a pris la forme du mal social, qu'il vise à combattre. Il a conclu, comme thèse, que le Conseil tutélaire, structuré au Brésil, fonctionne comme un dispositif d'idéologie et de propagande, peu capable d'atteindre les aspirations sociales à la promotion des droits, de l'inclusion et de la citoyenneté. Quant au jugement éthique et moral, les victimes ont la tendance d'être culpabilisées, ce qui provoque l'atténuation et la négation des dommages subis par elles, en justifiant la violence par des finalités idéalistes d'une éducation exemplaire. Face à cette condition paradoxale, il a été vérifié une procédure de stéréotypisation, discrimination et démonétisation de la clientèle.

Mots-clés: Conseil tutélaire, Droits de l'enfant et de l'adolescent, représentations sociales, violence contre les enfants et les adolescents.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Indicadores demográficos	67
Tabela 2. Indicadores sobre saúde	68
Tabela 3. Indicadores sobre educação	68
Tabela 4. Dados divulgados na imprensa local (2010).....	77
Tabela 5. Dados divulgados na imprensa oficial (2011)	77
Tabela 6. Dados registrados no CT (2010).....	78
Tabela 7. Dados registrados no CT (2011).....	79
Tabela 8 Demandas da comunidade e estratégias de intervenção.	79
Tabela 9. Apresentação dos participantes.....	80
Tabela 11. Categorias e subcategorias de análise.....	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Total de registros divulgados na mídia local (2010)	76
Gráfico 2. Documentos registrados no CT (2010).....	78
Gráfico 3. Documentos registrados no CT (2011).....	79

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Julien Dupré, “In the Pasture”	81
Figura 2. Julien Dupré, “Femme Versant a Boire”	82
Figura 3. Julien Dupré. “Le repas des moissonneurs”	84
Figura 4. Julien Dupré. “Le Berger, The Shepherd”	85
Figura 5. JulienDupré. “La Fermiere”	87

LISTA DE SIGLAS

BO	Boletim de Ocorrência
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DDM	Delegacia Especializada da Mulher
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FFCLRP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
LA	Liberdade Assistida
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	31
OBJETIVOS	55
2.1 Objetivo geral	57
2.2 Objetivos específicos	57
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	59
3.1 Contexto do estudo	67
3.2 Caracterização da Instituição.....	69
3.3 Procedimento	70
3.3.1 Coleta de dados e material.....	70
3.3.2 Análise de dados	71
4 RESULTADOS	73
4.1 Ocorrências e acionamentos divulgados na imprensa local	75
4.2 Ocorrências e acionamentos em registros internos.....	78
4.3 Apresentação dos sujeitos da pesquisa	80
4.3.1 Marcos: militância social e partidária.....	81
4.3.2 Paulo: marcas da tragédia social e pessoal	82
4.3.3 Pedro: paternalismo e assistencialismo	84
4.3.4 Antônio e a esfera político-partidária	85
4.3.5 João e a moral judaico-cristã	87
4.4 Síntese e descrição do grupo focal	88
4.4.1 Primeira sessão: trajetória profissional, motivação e iniciação no CT.....	88
4.4.2 Segunda sessão: infância, adolescência e Doutrina de Proteção Integral.....	94
4.4.3 Terceira sessão: procedimentos e medidas para defesa dos direitos	98
4.4.4 Quarta sessão: avaliação do trabalho na rede de proteção.....	102
4.4.5 Quinta sessão: o Conselho Tutelar como política pública social	106
4.5 Análise do grupo focal.....	108
4.5.1 Infância, adolescência e socialização	109
4.5.1.1 Cultura familiar: mães autoritárias, pais liberais	112
4.5.2 Formação, carreira e experiências profissionais.....	114

4.5.3 Identidade ocupacional e iniciação no CT.....	117
4.5.4 Atribuições e competências do CT	121
4.5.4.1 Planejamento institucional e rotina	123
4.5.5 CT, esfera pública e política	126
4.5.5.1 Investimento público no CT	130
4.5.5.2 Política social e política partidária.....	133
4.5.6 Trabalho em rede e vínculos institucionais	136
4.5.6.1 Garantia de direitos e poder público.....	139
4.5.7 Doutrina da Proteção Integral: ECA, teoria e prática	142
4.5.8 Educação e punição nas diretrizes do ECA	144
4.5.9 Violência contra criança: medidas de proteção e defesa	147
4.5.9.1 Negligência, abandono e drogadição.....	151
4.5.9.2 Visibilidade social, denúncias e notificação	153
4.5.9.3 Fracasso escolar, indisciplina e violência.....	155
4.5.10 Sofrimento institucional e impotência.....	158
4.6 Dinâmica e rotina da instituição: Notas dos diários de campo.....	162
4.6.1 Encaminhamento de uma queixa familiar	163
4.6.2 Violência escolar: um caso de bullying.....	163
4.6.3 Investigações de denúncias e mães dependentes químicas	164
4.6.4 Padrasto e enteado: violência familiar.....	167
4.6.5 Prostituição e abuso sexual.....	167
4.6.6 CT, disciplina e normatização social.....	168
4.6.7 Negligência e omissão na rede de proteção.....	169
4.6.8 Ideologia política e partidária	170
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	171
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
7 REFERÊNCIAS	209
8 APÊNDICE E ANEXOS	219

1 INTRODUÇÃO

Historicamente no país, observa-se um fenômeno crônico de violência contra a criança e o adolescente, o qual se objetiva em abusos, negligências e maus-tratos. As redes de proteção à infância e à adolescência constituem uma política pública para coibir este fenômeno disseminado na cultura ocidental, promovendo práticas sociais e educativas no resgate da cidadania e da inclusão social. Os conselheiros tutelares, enquanto agentes de interesse público, desempenham funções preponderantes neste sistema em construção e aperfeiçoamento.

Trata-se do exercício de atribuições instituídas no enfrentamento das violações de direito, seja no âmbito familiar ou sociocomunitário. Nesse território problemático, como os conselheiros tutelares representam a instituição em que atuam e colocam em prática suas estratégias de defesa aos usuários do sistema brasileiro de proteção à criança vulnerável? Trata-se de um estudo, com enfoque institucionalista, sobre a inserção do CT na assistência social às vítimas da violência ou aos sujeitos atendidos pelos órgãos públicos da rede.

Nesse sentido, este estudo está contextualizado com a problemática que envolve o CT em sua efetividade e capacidade de atender devidamente aos casos e às urgências, segundo a configuração jurídica das redes de proteção nos parâmetros do ECA. No Brasil, observa-se um clamor social, cada vez maior, por dispositivos e equipamentos públicos que deveriam intervir e controlar a violência contra a criança e o adolescente, a qual mesmo divulgada amplamente nos meios de comunicação permanece como mal social com graves repercussões em nossa cultura.

Se a visibilidade do fenômeno tem alcançado a mídia e o debate acadêmico, o cidadão não encontra motivação para concretizar as denúncias que testemunha em seu cotidiano, participando pouco das mobilizações e lutas por melhorias na área da infância e juventude. O CT está inserido nessa esfera, onde a militância social e a prática política engajadas são importantes aliados para o início de mudanças em uma cultura muito influenciada pela negligência e pela indiferença com o sofrimento das camadas excluídas.

Busca-se aprofundar a temática, primeiramente, a partir da revisão de literatura em estudos que permitiram compreender como são constituídas as redes de proteção, enquanto políticas públicas de direitos humanos. Quais as características básicas e fundamentais, os aspectos que contribuem para a proteção social dos usuários e os aspectos que impedem o bom andamento dos processos e penalização dos agressores. O modelo brasileiro, que opera embasado nas denúncias recebidas pelos CTs, se assemelha ou se distancia de outras formas de organização pública e assistencial que se encontram em países avançados em tecnologia e desenvolvimento social?

Parte-se da premissa de que o CT deve responder a demandas legítimas e concatenadas com a Doutrina de Proteção Integral, já que esta instituição é definida como “órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos nesta Lei” (art. 131, da Lei 8069/90). Todavia, tal como se constata na efetivação de outras políticas públicas brasileiras, a estruturação do CT sugere estar pautada na reprodução de mecanismos ideológicos e de controle social vigentes nessa sociedade.

Diante disso, a tese que instigou as reflexões sistemáticas e a busca pelo material empírico converge para uma análise e compreensão da rede de proteção à infância no Brasil, com destaque para a figura dos conselheiros tutelares nesse sistema que apresenta reflexos de uma sociedade contraditória, com traços profundos na desigualdade e injustiça, em que o ECA ainda gera discordâncias e aversões. Neste sentido, visa-se a defender que o CT, mesmo como instituição essencial no sistema brasileiro de proteção social, tende a se articular ideologicamente com os poderes políticos que perpassam a esfera pública. Sendo assim, a defesa e a garantia de direitos podem desempenhar papel secundário nas práticas dos agentes institucionais.

Essa hipótese está fundamentada nas evidências empíricas e nos postulados de teóricos da Análise Institucional (Bleger, 1989; Kães, 1989; Lapassade, 1979) que esclarecem sobre a dinâmica das instituições em seus elementos paradoxais. Na dialética entre instituído e instituinte, as práticas dos atores envolvidos podem se desviar das finalidades iniciais da instituição. Ou seja, esta tese parte da hipótese de Bleger (1989) de que as representações objetivadas em práticas institucionais podem ter a mesma estrutura do fenômeno confrontado na rotina da instituição.

Considera-se que, nas práticas objetivas de trabalho frente à impotência de concretizar a tarefa, os grupos dramatizam as informações recebidas, reagindo com a ansiedade persecutória, despersonalização ou a identificação no nível corporal, somático, fenômeno conceituado como regressão institucional.

Os objetivos explícitos, pelos quais a instituição foi criada, sempre correm o risco de passarem para o segundo plano, ficando em primeiro a perpetuação da organização (burocracia) e a ordem que permite a proteção do grupo aos estratos psicóticos e da clivagem do eu. Ou seja, as linhas divisórias que definem o mundo interno e o externo. Diante disso, pode-se afirmar com Bleger (1989) que os grupos tendem à burocratização, e os meios transformam-se em fins. Essa tendência à organização é, também, uma tendência ao antiprocessos e à antiprodução que decorrem do esforço para bloquear o sincretismo, o caos, os

níveis simbióticos das relações e vínculos afetivos.

Para verificar tais pressupostos teóricos e conceituais, formou-se um grupo focal com conselheiros tutelares em busca da compreensão dos saberes e significados que interferem em suas ações cotidianas, com o intuito de desvelar as formas organizacionais que a instituição assume no combate aos crimes e às transgressões de direito. Além disso, foi realizada uma intervenção na CT, onde estagiárias de um curso de Psicologia subsidiaram o grupo, durante um semestre. Em termos conceituais, considera-se, também, que a forma assumida pelo grupo na instituição, nos atendimentos e serviços prestados depende dos esquemas referenciais e operativos (Pichon-Rivière, 2005) que os sujeitos articulam em suas negociações internas e externas no meio social.

Em consonância com as referências do institucionalismo, Basaglia (1985) postula que as contradições que se percebem numa instituição recebem a intervenção de técnicos intermediários, cuja função é administrar a violência, atenuando atritos e dobrando resistências. Estes profissionais, muitas vezes, se limitam a consentir com a ação técnica que é aparentemente reparadora, mas que perpetua a violência global. São tarefas terapêuticas e orientadoras que promovem, nos usuários da instituição, a aceitação da inferioridade, de modo pouco incisivo e muito sutil, pela via da inferiorização moral e social da diferença. Seriam os conselheiros tutelares os novos administradores públicos da violência no poder?

Henriquez (1989) propõe que quando os níveis sincréticos e simbióticos não são estabilizados, a loucura coletiva tem possibilidades não apenas de ser mantida, mas de atingir a seu paroxismo, aumentando a coesão mortífera e, paradoxalmente, a fragmentação do conjunto. Na situação de impotência diante dos desafios, alguns membros podem não suportar os sintomas do sofrimento e, por um trabalho de cura, outros sujeitos são colocados no perigo da loucura individual, evitando a loucura coletiva. Aqueles que adoecem são os bodes expiatórios e ocupam a missão salvadora de evitar a patologia institucional.

Os doentes, os presidiários e o adolescente em conflito com a lei vivem constantemente a ambivalência na maneira com que são cuidados, são as testemunhas das divergências do trabalho institucional, colocados numa situação que os enlouquece e contra a qual nada podem fazer. Assim, eles tendem a ser arrastados num processo de fragmentação que atinge o corpo e o psiquismo, como reflexo da fragmentação da instituição. A tendência para entropia ou “os efeitos do fechamento do sistema” institucional cria níveis de tensão intoleráveis, a desagregação e a impossibilidade da articulação do ideal e do real. A multiplicação das normas e procedimentos, ou seja, a burocratização e o disfuncionamento incorrem, portanto, no trabalho de morte da instituição, o trabalho que envolve a luta contra o

caos e a ambivalência (Henriquez, 1989).

Bleger (1989) salienta que a formação grupal é uma instituição complexa com tendência à rigidez de regras e papéis. Esse pressuposto auxilia na compreensão da dinâmica entre os membros no decorrer do grupo focal. Na tentativa de perpetuar a ordem, muitas vezes, o objeto terapêutico da mudança é marginalizado em detrimento da estereotipia, fenômeno conceituado como a “lei geral das organizações”, ou seja: a compulsão pela repetição que acarreta na tendência ao antiprocessamento e à antiprodução.

De fato, a ordem da burocratização, que caracteriza a pouca mobilidade e para aprendizagem operativa, seria uma defesa ao caos dos níveis sincréticos do grupo na instituição. Para combater o mal e atingir a tarefa, rompendo com as estereotipias defensivas, seria necessário que o grupo fosse se moldando constantemente ao processo de aprendizagem da realidade e da reparação da rede de comunicação disponível, onde a confrontação com outro acarretaria numa experiência corretiva na evolução intelectual e interpessoal.

A integração dos sujeitos e a elaboração coletiva do sofrimento na instituição dependem da discriminação dos medos básicos, dos sentimentos esquizoparanoicos e depressivos. “Um esquema referencial flexível, que permita compreender que as estruturas são instrumentais e situacionais, em cada aqui e agora do processo da interação” (Pichon-Rivière, 2005, p. 210). Esses são alguns dos princípios teóricos que norteiam o estudo. Cabe, a seguir, introduzir a problemática que abarca a investigação empírica com CT.

Há um consenso de que a infância e a adolescência devem ser protegidas contra os riscos e perigos em múltiplos contextos. No Brasil, o retrato da exclusão atinge especialmente essa população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quatro em cada dez brasileiros que vivem na miséria são crianças com até 14 anos, o segundo grupo etário com maior percentual são adolescentes, com até 17 anos de idade, os quais vivem em famílias com renda inferior a meio salário-mínimo, totalizando 7,9 milhões de pessoas. Ou seja, 38% dos adolescentes brasileiros estão em condição de pobreza. As informações recentes indicam que um em cada três adolescentes brasileiros pertence ao seguimento mais pobre da população, os 28% mais pobres do país.

Na esfera global, o cenário também é preocupante. O relatório da Cúpula para Criança da ONU, em 2002, indicou que 10 milhões de crianças morriam por ano no mundo, sendo que a maioria dessas mortes poderia ter sido evitada com saneamento básico e medicina preventiva. Os resultados confirmam que 100 milhões de crianças estavam fora da escola, sendo que 60% eram meninas; 150 milhões sofriam de desnutrição; o HIV/AIDS propagava-se a uma velocidade catastrófica na África. Milhares de crianças com a infância sendo

destruída pela necessidade de trabalhar em condições adversas e outras formas de maus-tratos, descuido, exploração e violência.

As informações do relatório citado alertam, ainda, que o resultado da pobreza bem como a falta de acesso aos serviços sociais básicos acarretaram na morte de 10 milhões de crianças no mundo com menos de cinco anos de idade, muitas delas no período neonatal devido à desnutrição.

Na década passada, a “Declaração Mundial e o Plano de Ação da Cúpula Mundial pela Criança” impulsionaram análises internacionais que incluíram reuniões regionais de alto nível em Pequim, Berlim, Cairo, Katmandu e Kingston, além de relatórios de acompanhamento apresentados na Assembleia Geral da ONU. Foram discutidos os progressos, para assegurar o acompanhamento e a realização de outras conferências internacionais que deveriam contribuir na orientação e adoção de medidas para o futuro.

De fato, no último século os Direitos Humanos, em especial o das crianças, têm ocupado papel preponderante em conferências internacionais, seminários, congressos mundiais e reuniões de Estados. As convenções, acordos, pactos e sanções tiveram grande influência na organização social e cultural do mundo contemporâneo. Destacam-se, além da Declaração dos Direitos Universais do Homem (1949), a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1959) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989).

Apesar dos esforços da ONU, UNICEF, ONGs, iniciativas públicas e ação de ativistas pelo mundo, os problemas ainda são muitos críticos, devido à multideterminação das causas envolvidas. Chamando a atenção para nossa realidade, o Observatório de Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ) divulgou em 2012 resultados sobre a condição atual da adolescência no Brasil, particularmente, a respeito dos riscos da mortalidade por homicídios.

O valor do Índice de Homicídios de Adolescentes (IHA) para o conjunto dos 283 municípios pesquisados, todos com mais de 100 mil habitantes no ano de 2010 foi de 2,98 vítimas de homicídio, para cada 1.000 pessoas. Foram estimados 36.735 homicídios entre 2010 e 2016, caso as condições políticas e sociais não mudem. Segundo Melo e Cano (2012, p. 60), “a grande maioria dos assassinatos de jovens com idade entre 12 e 18 anos foi cometida por arma de fogo. A probabilidade de ser morto com esse instrumento é seis vezes superior à de ser morto por outro meio”.

A partir do ECA, a sociedade brasileira recebeu do Estado uma nova instituição que passou a interferir no campo da infância e adolescência em situação de vulnerabilidade.

Contudo, a condição profissional dos conselheiros tutelares aponta não apenas para necessidades de aperfeiçoamento das redes de proteção, como também, para a melhor disposição ou aplicação dos recursos envolvidos. O CT é uma instituição que, em termos jurídicos, atua na identificação, visibilidade e trâmites exigidos para as devidas punições aos transgressores da lei. Mas, atualmente, tais tarefas têm sido alvo de polêmicas e questionamentos, uma vez que são muitas as demandas e solicitações da comunidade.

A garantia de direitos e de proteção à infância, um objetivo instituído no ECA para a sociedade, cidadão e família, tem sido depositada, eminentemente, na figura do conselheiro tutelar. Porém, o funcionamento parcial do CT não tem despertado interesse do Estado ou do poder público para capacitar e preparar melhor esses profissionais, ao longo do mandato. As dificuldades que abrangem o CT não são recentes, desde a instituição do ECA, percebe-se a continuidade de graves lacunas no atendimento ao público e nos resultados alcançados em diferentes esferas da proteção social. Muitos trabalhos científicos têm abordado as redes sociais de proteção à infância, destacando a importância dos conselheiros tutelares ao atuarem em conjunto com CREAS, CRAS, CAPS, Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher, Varas da Infância e Juventude, sistema escolar e saúde pública.

Quais as interferências e obstáculos para que a atuação em rede possa cumprir, efetivamente, com a tarefa instituída de zelar por direitos? Enfim, quais as dimensões políticas e ideológicas que norteiam a organização e funcionamento do trabalho dos conselheiros tutelares? Surgem muitas dúvidas em relação ao alcance das intervenções e da administração dessa política pública, nos desdobramentos em setores da saúde, educação e assistência social, os quais deveriam ser um caminho para cumprir com muitas carências.

Em face dos problemas históricos apontados, se reconhece que o mundo contemporâneo propicia a emergência de um discurso de “proteção à infância” na esfera pública. Porém, este conceito, recente nas Ciências Sociais e Humanas, muitas vezes faz referência às crianças como sujeitos universais, abstratos, passivos, dependentes devido à inocência e incompletude. Muitos dispositivos e aparelhos sociais de proteção encontram-se fundamentados nesta ideologia, para avaliar os danos e prejuízos causados pelos maus-tratos por meio da investigação superficial da dinâmica familiar, estabelecendo a probabilidade de recorrência e agravamento no futuro da criança (Anglin, 2002).

A avaliação psicossocial de riscos ao abuso infantil tornou-se evidente no início da década de 1980 com um teste desenvolvido por Johnson e L’Esperance que obtinha valores preditivos para a recorrência de maus-tratos. (Shlonsky & Wagner, 2005). O discurso de risco social, segundo Howe (1992), fomentou que os agentes públicos da rede, na maioria

profissionais do Serviço Social, atuassem como investigadores e não colaboradores na solução de conflitos. Os administradores dessas políticas têm se voltado para o planejamento de sistemas na vigilância, policiamento e punição jurídica das famílias de classes populares. Alguns estudos (Drake, 1996; Kapp & Vella, 1999) têm se focado na satisfação dos usuários dos serviços e mostram que os pais percebem, às vezes, as intervenções como “desumanas”, além do receio do poder de influência dos assistentes sociais.

Howe (1992) reforça a ideia de que o trabalho social em rede, nas décadas passadas, não estava focado na mediação e orientação preventiva diante dos casos denunciados. Os pais eram objetos de inquérito tanto por assistentes sociais, psicólogos, médicos ou promotores. As atitudes das famílias eram preditas, quantificadas por diagnósticos clínicos ou psicossociais que colocavam em evidência os padrões comportamentais avaliados como inadequados ao desenvolvimento da criança. O paradigma da proteção à infância foi sendo consolidado no vigiar, investigar e controlar sistematicamente as famílias. Alguns estudos têm indicado que os pais, muitas vezes, se sentiam coagidos com essas práticas, com receio de acusações ou de perder a guarda de seus filhos (Diorio, 1992; Dumbrill, 2006).

Com efeito, a história recente dos serviços de proteção social à infância ilustra, claramente, a ascensão da avaliação e gestão dos fatores de risco como fundamento das atividades profissionais. Neste âmbito, um instrumento muito empregado foi o “Teorema de Bayes” que calculava índices relacionados aos maus-tratos, os quais permitiam acusar uma família de negligente. Monru (1999) já alertava sobre a necessidade de um sistema em que os pais pudessem recorrer às fontes oficiais de ajuda e não serem tratados como personagens suspeitos e submissos a rigorosos critérios de investigação.

A ausência de consciência crítica em relação às técnicas de avaliação pode restringir a capacidade dos profissionais em julgar os acontecimentos, pois os resultados tendem a influenciar os fatos recorrentes no futuro, ou seja, há uma tendência para superestimar os dados (Fischhoff, 1975). Estes instrumentos que avaliam os fatores de risco possuem grandes deficiências metodológicas, as quais podem limitar a sua utilidade na previsão do abuso ou negligência (Wald & Woolverlon, 1990).

Na Inglaterra, durante a década de oitenta, um grande número de crianças foi retirado de suas casas em um curto período de tempo, por causa da suspeita de abuso sexual. Os profissionais, que eram pediatras e assistentes sociais, apresentaram análises e diagnósticos equivocados sobre os fatores de risco e, desta forma, as decisões jurídicas foram prematuras em casos onde havia suspeitas. Estes profissionais foram acusados de falhas no reconhecimento dos direitos dos pais, intervindo prematuramente no abrigo de crianças

(Anglin, 2002).

Entre a década de 1980 e 1990, o número total de denúncias contra maus-tratos e violência doméstica registradas aumentou 400%, o maior crescimento foi em relação ao abuso sexual e à negligência física (Parton & Otway, 1995). A ocorrência generalizada da violência contra criança e a impunidade dos agressores têm diminuído no mundo como um todo, mas trata-se ainda de um fenômeno em níveis demasiadamente elevados para serem considerados insignificantes ou toleráveis (Hart, Lee & Wernham, 2001).

No Canadá, a avaliação dos fatores de risco sempre integrou as investigações acerca do abuso infantil. No entanto, após a morte de um grande número de crianças sob os cuidados ou supervisão do sistema de proteção, em 1996, o Estado recebeu muitas críticas de vários juízes e promotores para desenvolver um dispositivo comum na gestão e avaliação dos riscos. Assim, foi adotado o “Ontario Risk Assessment Model” em toda a província e outros 15 países, incluindo a Suécia (Khoo, Hyvönen & Nygren, 2002).

Mesmo com os estudos empíricos, com a avaliação dos riscos para a violência doméstica, durante a década de 1970, já havia falhas nos serviços sociais para prevenir os problemas, reforçando a necessidade de mudanças na forma como o abuso infantil era identificado pelos órgãos do Estado. Essas falhas ocorriam nas observações, registros, coordenação e confrontação de informações na rede social de atendimento. Os diagnósticos e avaliações acerca das causas e dos culpados pelos crimes eram incompletos (Howe, 1992).

Mesmo com essas limitações, a proteção à infância tem sido um dos componentes essenciais das estratégias de desenvolvimento econômico e social em diferentes nações (Devereux & Sabates-Wheeler, 2004).

Segundo Barrientos e Hulme (2009), a proteção social tem alcançado destaque em vários países avançados, como estratégia política para a redução da pobreza, investimento em capital humano e garantia de direitos humanos. Todavia, em face das tecnologias e recursos disponíveis para avaliação e processos de investigação das denúncias, nos EUA cerca de 40% das suspeitas iniciais não são encaminhadas para o Poder Judiciário (Lee et al. 2013).

Os chamados “Serviços de Proteção à Criança” foram regulamentados na Dinamarca pela Lei de Assistência Social, mas tal como na maioria dos países ocidentais, os critérios que definem a legislação são amplos e vagos. Eles não especificam os conflitos que são os objetivos da assistência social. Além disso, a lei não detalha quais as autoridades administrativas que, legitimamente, podem tomar as decisões. Desta forma, o trabalho social com as famílias é caracterizado pela indefinição de tarefas, os critérios norteadores são imprecisos e oferecem pouca orientação sobre como intervir, exceto em casos extremos de

violência (Egelund, 1996).

De acordo com Devaney (2004), os mecanismos que deveriam propiciar um melhor desempenho dos profissionais não são compatíveis com a proporção das demandas e são projetados, principalmente, para monitorar o funcionamento do sistema, em vez de avaliar o impacto dos serviços e intervenções na vida das crianças e suas famílias. Enquanto fator de destaque, a retórica dos riscos sociais implicou, efetivamente, em maior visibilidade pública acerca da violência doméstica e familiar. Mas, esse conceito promoveu ações que qualificam as famílias de classes populares, como negligentes em potencial. É um fato que a crescente ênfase, nas últimas décadas, na literatura dos fatores de risco, decorre de uma demanda jurídica e política para assegurar a proteção a qualquer criança violentada ou que possa estar em perigo, em termos de sua integridade física ou mental.

As pesquisas, seja na área da saúde, educação ou sociologia, têm apresentado contribuições importantes para o reconhecimento público desse grave problema da sociedade, muitas vezes, mantido em silêncio e com a conivência das testemunhas. A literatura sugere que os maus-tratos na infância ocorrem em 30% a 60% de famílias que sofrem violência doméstica. Nos EUA, pesquisas recentes da última década indicam, também, que a violência doméstica é um problema para cerca de 30% a 40% de famílias que estão envolvidas com o sistema de proteção social (Banks, Landsverk & Wang, 2008).

Em relação à prática dos profissionais, segundo Drake (1996), o trabalhador social necessita de conhecimentos específicos em relação à saúde mental, ao abuso de substâncias e à violência doméstica para atuar de maneira crítica e contextualizada com os desafios diários. Além disso, o estudo de Dumbrill (2006) revela a importância de os pais perceberem os trabalhadores sociais usando não o “poder sobre” os usuários, mas o “poder com” os usuários, superando o policiamento e ajudando na proteção da criança. Trabalhar com os pais, em casos de abuso e negligência, envolve a compreensão das maneiras com que o público atendido percebe e reage ao poder dos profissionais que passam a intervir em relações da esfera privada e afetiva.

A pesquisa documental de Munro (1999), realizada no Reino Unido, teve como foco analisar todos os relatórios disponíveis em processos de violência contra criança entre 1973 e 1994, num total de 45 relatórios. Verificou-se que os profissionais na avaliação dos riscos se baseavam numa faixa restrita de evidências, buscando dados a partir de informações prontamente disponíveis, segundo a orientação de outros profissionais especializados. Na prática, os assistentes sociais dependem fortemente de habilidades intuitivas. O estudo de Lee et al. (2013) corrobora esses resultados, as autoras afirmam que as reações dos trabalhadores

em questões relacionadas às ferramentas de avaliação psicossocial sugerem que as experiências pessoais têm sido mais utilizadas do que os formulários padronizados.

A investigação de Khoo et al. (2002) detalha os resultados obtidos com assistentes sociais na Suécia e Canadá, delineando as semelhanças e diferenças no processo de intervenção social nas situações de maus-tratos. No sistema denominado “bem-estar infantil sueco”, há uma maior prontidão para intervir, mais recursos e medidas estabelecidas em comum, as ações são bem avaliadas e centram-se na preservação da família. As práticas sociais dos agentes tendem a ser caracterizadas pela compreensão dos atos e das circunstâncias em que ocorrem as dificuldades vividas pelas famílias. No sistema de proteção à criança canadense, apenas as crianças mais carentes são elegíveis para uma gama limitada de serviços que repercutem na estrutura do funcionamento da rede.

Ainda sobre estudos comparativos, a investigação de Hearn et al. (2004) aborda o que vem a ser chamado em inglês de “proteção à infância” e uma forma diferente, em finlandês de “lastensuojelu”, o trabalho discute as tradições do Estado do bem-estar de ambos os países (Inglaterra e Finlândia). Recentemente, houve um crescimento destas pesquisas sobre os sistemas de bem-estar social, inspirados por mudanças regionais, inclusive nas tecnologias de informação da União Europeia. Os autores indicam que os princípios gerais que contrastam os dois sistemas são reproduzidos na prática concreta do assistente social.

A pesquisa citada problematizou os critérios e norteadores na teoria e na prática nos contextos nacionais, incluindo a própria questão do que é “a proteção da criança”. Por exemplo, no “lastensuojelu” finlandês, o suporte do Estado é observado desde a educação pré-escolar, e a atenção é preventiva ao invés de corretiva. Na Inglaterra, a atenção corretiva prevalece em detrimento da preventiva, a proteção à criança tende a ocorrer separada do bem-estar infantil de forma geral.

Appleton, Terleksi e Coombes (2013) relatam resultados parciais de uma pesquisa apresentando inovações e avanços na tentativa de superar os desafios de colaboração entre os profissionais e os familiares atendidos, segundo uma estratégia de ação denominada “Strengthening Families”. Este programa foi desenvolvido pelos serviços de atenção à infância no Conselho Berkshire, oeste da Inglaterra, em cooperação com “Olmsted County Child and Family Services”, em Minnesota.

Trata-se de uma perspectiva que busca por indícios de proteção, concentrando-se na compreensão das relações e posições assumidas por cada membro da família, com objetivo de descobrir pontos fortes nos vínculos e recursos possíveis na resolução de conflitos. Os autores relatam que esta abordagem tem sido empregada em vários países e é sustentada por três

princípios fundamentais: as relações construtivas de trabalho, o exercício do pensamento crítico e a compreensão da complexidade nas práticas de enfrentamento de crises.

No estudo citado, os autores realizaram a coleta de informações com participantes de conferências que tratavam da temática em questão. Os resultados indicam que a estratégia “Strengthening Families” contribuiu para estimular os pais a se tornarem ativos, participativos nos processos de compartilhamento de informações, tomada de decisão e planejamento para as próprias conferências. Estes resultados estão de acordo com estudos anteriores (Reder; Duncan, 2003) que relatam uma interação limitada e problemas de comunicação entre os profissionais da rede de proteção à criança. A participação dos pais e, em menor proporção, de crianças nas Conferências e Conselhos Regionais que tratam da proteção à infância passou a ser vista como um elemento importante na resolução das demandas e conflitos urgentes por solução (Corby; Millar & Young, 1996).

Em outra direção, o estudo de Boothby e Stark (2011) indica algumas considerações acerca do sistema de proteção à criança e às famílias na Indonésia. A pesquisa decorreu de uma parceria entre a Universidade de Columbia, a Universidade da Indonésia e a UNICEF cujo objetivo foi realizar um diagnóstico da situação atual do sistema de informação de proteção à criança e às famílias vítimas da violência, traçando um mapa acerca do desenvolvimento de um sistema unificado e coerente de registros. Os resultados revelam que as instâncias públicas não possuem informações precisas sobre os cuidados necessários para proteção infantil, incluindo a magnitude dos problemas, a análise das causalidades e o impacto de respostas programáticas.

O aspecto positivo da pesquisa citada informa a presença de dispositivos para o monitoramento, a supervisão das políticas públicas, programas e serviços relativos à proteção da criança que foram estabelecidos no contexto nacional. Embora estes recursos estejam disponíveis, não há um funcionamento estruturado e integrado de modo eficaz. A rede de proteção, nesse caso, tende a se concentrar em casos de violência pessoal, abuso e exploração de crianças, não sendo capaz de identificar e lidar com as questões sistêmicas, o que poderia contribuir para a dimensão preventiva do fenômeno.

Na Dinamarca, a pesquisa realizada por Egelund (1996) foi estruturada a partir de dados empíricos reunidos em dois municípios, os quais são legalmente obrigados a organizar os serviços de proteção à criança. As autoridades formais decidem as medidas nos casos de proteção à criança, de acordo com o Conselho Municipal eleito politicamente, embora haja centralização do poder na administração municipal. Os dados consistem em registros de todas as famílias que foram escolhidas para o atendimento, durante seis meses de trabalho.

Em um universo de 43 famílias atendidas, 35 famílias deram o seu consentimento para o pesquisador analisar os prontuários e registros. Nos processos de diagnóstico e investigação, o conhecimento profissional dos agentes da rede não foi capaz de fazer com que as crianças fornecessem informações sobre as suspeitas de violência, dificultando avaliações fidedignas sobre os fatos. Em relação ao tratamento, constatou-se que os tipos de serviços são definidos politicamente e não pela perspectiva dos profissionais, mas há importante disponibilidade de recursos ao público vulnerável. O autor conclui que o silêncio dos profissionais, sobre como executar o trabalho, pode ser um testemunho dos determinantes políticos, alertando sobre os limites do profissionalismo nestes marcos legais e organizacionais.

Na Austrália, a pesquisa de Zannettino e McLaren (2012) relata informações em termos das barreiras e aportes para a cooperação eficaz entre a proteção da criança e os serviços sociais de atenção à violência doméstica. O estudo está contextualizado com a crescente demanda do país, em decorrência do volume atual de notificações e denúncias de abuso infantil. As autoras afirmam que o “Australian Institute of Health and Welfare” diagnosticou que a maior parte das notificações tinha relação com a violência psicológica ou abuso emocional, em seguida, as ocorrências de negligência. A coleta de dados envolveu uma pesquisa qualitativa, na formação de grupos focais com assistentes sociais em seis instituições autorizadas para intervenção na rede de proteção e, também, trabalhadores de oito agências de combate à violência doméstica.

Os resultados permitem afirmar que a proteção à infância e a prevenção à violência doméstica ocorrem com dificuldades no acesso ao aconselhamento ou acompanhamento de médio e longo prazo. Todavia, é possível que ambos os setores possam encontrar um território em comum para uma colaboração mais eficaz, através do desenvolvimento de práticas que se concentram em capacitar as mães abusadas, fortalecendo a relação mãe-filho e o bem-estar emocional das crianças. Os profissionais deveriam buscar a continuidade na prestação de serviços, para além das crises e das fases de respostas às primeiras intervenções.

Na concepção de Mansell et al. (2011), apesar de aspectos positivos que se encontram nos países com tecnologia avançada, a confiança pública nos sistemas de proteção nos Estados Unidos, Austrália, Reino Unido, Canadá e Nova Zelândia parece um contínuo estado de crise, muito semelhante nestes contextos. A crítica aos sistemas decorre de uma aparente incapacidade de interromper as mortes violentas de crianças que decorrem de maus-tratos. Os autores discutem a necessidade de reformular o sistema, a partir de conhecimentos mais aprofundados que precisam ser fornecidos aos profissionais na compreensão sobre os desafios que assolam as agências de proteção. Isto deveria, em certa medida, reduzir o risco de mal-

entendidos, informações equivocadas ou políticas unilaterais. Os gestores das políticas públicas precisam saber o que os agentes sociais enfrentam todos os dias, de maneira que ocorram a cooperação e o devido suporte aos profissionais.

Parton (2011) faz uma análise crítica sobre a evolução política e os debates na Inglaterra em relação à proteção da criança, ao longo dos últimos vinte anos. No período, compreendido entre o início de 1990 até 2008, ocorreram muitas mudanças políticas. O Estado desenvolveu um foco maior de preocupação acerca das causas da violência, da negligência e dos danos às vítimas, com destaque para o papel dos profissionais que atuam no sistema e nas agências oficiais. O autor afirma que testemunhou transformações importantes nas relações entre o Estado, as crianças e as famílias, o que decorreu do desenvolvimento de novas ideias acerca dos fatores de risco social e formas mais humanizadas na abordagem dos usuários do sistema.

Tais desenvolvimentos e avanços foram incorporados ao contexto da introdução de uma gama de novos dispositivos como a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o que permitiu que a assistência social adquirisse maior respaldo e reconhecimento em seus serviços.

Em síntese, a revisão apresentada indica um panorama atual e fatores históricos importantes sobre a temática das redes de proteção. As discussões atuais demonstram avanços significativos e um movimento que aponta para reformulação do sistema. Situando o debate na estrutura social brasileira, cuja ideologia dos direitos humanos desperta muito ceticismo nos indivíduos que mais precisam da proteção social, como analisar criticamente o CT, não somente em termos jurídicos de sua definição, mas, sobretudo como uma instituição que ocupa lugar estratégico e político para o Estado?

O discurso de risco social contribuiu para que o poder público defenda a relevância do CT no Brasil. Mas, em quais momentos históricos as instituições brasileiras e as políticas sociais promoveram os direitos humanos, corroborando a proteção às crianças? Ou seja, qual o histórico do Estado brasileiro em suas políticas públicas dirigidas à infância?

As limitações da esfera pública e política brasileira são visíveis, explícitas e, no caso do CT, a reincidência de críticas contribui para um clima de desconfiança sobre a efetividade das ações. Além disso, as possibilidades de reconhecimento no espaço público, que deveriam ser garantias do Estado de direito e das instituições sociais, permanecem distantes da realidade dos cidadãos. “No Brasil o público torna-se uma questão pessoal como resultado de uma rede de relações pessoais que terminam por construir a ordem pública.” (Jovchelovitch, 2000, p. 186). As representações que emergem nesta esfera expressam a violência banalizada,

o “jeitinho brasileiro”, a corrupção política e o burocratismo da máquina estatal.

Entretanto, a autora citada indica que, na mesma esfera pública, podem ocorrer relações de amizade, cooperação, justiça e confiança, geradas por tragédias ou catástrofes, como tem demonstrado a história da humanidade. A práxis de um compromisso com a construção de experiências humanas de solidariedade é uma estratégia importante na superação das tragédias, bem como, na articulação das redes sociais de proteção, cuja participação do CT é fundamental.

Retomando a história recente das políticas públicas com enfoque na infância, de acordo com Guirado (1986), as primeiras formas de atendimento público às classes excluídas traduzem-se em práticas de isolamento da “marginalidade”. Uma “marginalidade” que se constituía como ameaça simbólica à ordem familiar burguesa. A infância abandonada era tratada como desvio da norma social hegemônica. Porém, esse segmento social não foi tratado da mesma forma pelo Estado e seus aparelhos disciplinares. O seu “estrato infrator” passou a ser alvo de ações do Poder Judiciário por meio de tribunais do “menor”. Os adolescentes considerados delinquentes, agressivos ou “marginais” receberam do Estado a reclusão, os rígidos castigos corporais, a internação em instituições totais que pouco contribuíram para a ressocialização e a promoção da cidadania.

As violações de direitos humanos no Brasil têm uma história legitimada por negligências e omissões. As intervenções contínuas de dispositivos jurídico-repressivos, que fazem uso desproporcional da força, provocam a intimidação e a revolta popular. O extermínio dos adolescentes em conflito com a lei reflete uma política histórica de “limpeza” social. Diante de situações divulgadas como ameaçadoras à ordem pública, da exaustão com que as cenas de violência juvenil são transmitidas diariamente, o imaginário do medo prevalece no espaço social. Isso implica em representações depreciativas acerca destes jovens, como se eles fossem portadores do mal e um dos motivos do caos urbano.

O público, com quem o CT pode atuar em sua rotina, parece vinculado à depravação e à degradação, “estrangeiros” que perturbam o equilíbrio da sociedade. “A construção do outro como poluído e poluidor, fora do controle e perverso, é motivada pela necessidade de manter o sentimento de retidão, de ordem e controle.” (Joffe, 1999, p.124).

De acordo com Guirado (1986), as instituições de cuidado e proteção, no Brasil, reproduzem o vínculo do abandono. No discurso hegemônico, as “famílias em perigo”, em situação de pobreza ou “promiscuidade”, apresentariam condições favoráveis para o envolvimento das crianças com a delinquência. Esse discurso justificou as intervenções públicas através do Poder Judiciário, pois a população em risco era vista como potencialmente

perigosa, necessitava de controle, julgamento ou reclusão. A cada crime cometido por jovens destituídos de seus direitos e vítimas da barbárie, surgia em primeiro plano a concepção de que escola pública seria a instituição salvadora. A missão impossível seria tirar as crianças das ruas ou áreas precárias e, assim, diminuir os índices de criminalidade. As ações eram orientadas por princípios morais e bons costumes (Patto, 2007).

Com efeito, a infância e juventude de camadas populares ou, especificamente, os adolescentes em conflito com lei no Brasil permanecem associados ao paradigma do “menor” perigoso, cruel, que precisa de um controle repressivo, vigilância constante, às vezes, tortura e maus-tratos. É, diante desse contexto, não de um histórico de defesa e proteção de direitos humanos, mas de violação de direitos, que surge o CT no Brasil. O que foi consolidado como Sistema de Garantia de Direitos no Brasil envolve um conjunto de órgãos e serviços prestados em conjunto que devem proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento adequado da criança, de acordo com atendimento de suas necessidades básicas e mecanismos jurídicos de exigibilidade dos direitos.

Esse sistema é constituído pelo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, CT, Fundo para a Infância e Adolescência, Juizado da Infância e Juventude, Promotoria Pública e órgãos públicos e privados que prestam atendimento na execução de programas especiais (Frizzo & Sarriera, 2005).

Nesse Sistema de Direitos, o termo rede vem sendo entendido a partir de conceitos que agregam algumas ações que visam a compartilhar objetivos e procedimentos, construindo interações e compromissos por meio de vínculos horizontais, interdependência e complementaridade. Assim, as redes devem ser compreendidas como resultado de processos de desconcentração nas unidades operacionais, superando um comando centralizado e vínculos hierárquicos. As redes nas políticas públicas não são formadas de maneira espontânea, mas decorrem de necessidades econômicas, políticas e sociais e, portanto, sua construção e consolidação devem ser conceituadas como um aporte à participação social, ao fortalecimento das identidades e à concretização de um conjunto de valores e metas comuns (Barbosa, 2002).

As redes de proteção à criança e ao adolescente constituem uma política pública recente no contexto nacional, a qual tem sido implantada por meio de órgãos que visam a atender às exigências do ECA. Na estrutura política e administrativa, os municípios de pequeno e médio porte encontram dificuldades na organização das redes, devido aos investimentos limitados, dentre outras fragilidades burocráticas e operacionais. Entretanto, como demonstrado anteriormente, no contexto internacional as chamadas “políticas de

proteção” estão em vigor há mais de três décadas e, atualmente, têm sido revisadas devido aos problemas nas abordagens com as famílias (Corby, Millar & Young, 1996; Bell, 1999; Lohrbach & Sawyer, 2004).

Segundo Faleiros (2001, p.45), as redes de proteção têm o objetivo de intervenção coletiva no espaço público, mas, na prática, observa-se a fragmentação, “destacando-se, nas situações de violência sexual, as ações repressivas de impacto na opinião pública”. Nesta metodologia de trabalho, a transdisciplinaridade é uma condição *sine qua non* para que os objetivos sejam alcançados, pois o problema seria trabalhado em conjunto por vários profissionais que poderiam construir coletivamente o objeto da intervenção e definir, na discussão democrática e interativa, seus papéis.

A constituição de redes de proteção implica em uma nova forma de olhar e agir, exigindo responsabilidade coletiva das instituições, para isso é necessário: disposição para compartilhar conhecimentos; flexibilidade e humildade para reavaliar as ações; criatividade para construir e propor novos caminhos; esforço para compreender a realidade social como totalidade; investimento em qualificação profissional dos sujeitos envolvidos na prestação de serviços; capacidade de comunicação entre os atores institucionais; compromisso e interesse comum em contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade da população (Silva, 2004).

Considerando a literatura nacional sobre o tema, grande parte das pesquisas acentua a urgência num melhor planejamento, execução e definição objetiva de tarefas, o que demanda treinamentos, formação e capacitação condizente com o trabalho, num território de vulnerabilidades não supridas pelas políticas públicas.

A subnotificação dos casos de violência é outro problema que interfere diretamente nos resultados desta política de proteção, uma vez que é através dos levantamentos estatísticos que se baseiam os programas e investimentos. Com efeito, “ao se revelar como uma realidade pouco ou mal conhecida, o fenômeno configurar-se como invisível, operando, em nível estrutural, enquanto mais uma forma de violência” (Arpini et al., 2008, p. 98).

Segundo Gomes (1998), é um fato comprovado por diversas investigações científicas que, no Brasil, há má qualidade nos registros e denúncias de violência contra crianças e isso contribui, significativamente, tanto para a impunidade do agressor como para a indiferença da sociedade com a situação das vítimas. A cultura do silêncio é uma estratégia utilizada para manter o clima de violência intra e extrafamiliar, a qual é fortalecida pelas práticas coercitivas, por pressões psicológicas, físicas, morais e religiosas.

Dentre os tipos de violência cometidos contra a criança, a violência sexual, segundo Williams (2003), é o delito menos denunciado na sociedade brasileira. Trata-se de um fenômeno disseminado, mantido com a complacência da sociedade. Além disso, o castigo, como princípio de “boa” educação, prevalece na vida doméstica e nas instituições para infratores. “Nas escolas a conduta desobediente é repassada, gradualmente, das práticas psicopedagógicas para os Conselhos Tutelares, inaugurando uma época de judicialização da vida” (Passetti, 2011, p.47).

De acordo com Gonçalves e Ferreira (2002), mesmo após as determinações jurídicas do ECA, o problema da subnotificação da violência é uma realidade que persiste no Brasil. “Isso não surpreende, se considerarmos que o mesmo ocorre em países onde a legislação é mais antiga e os sistemas de atendimento mais aprimorados” (p. 316). Azambuja (2005) argumenta que o problema parece estar ainda antes do registro da ocorrência ou notificação dos casos, pois, “conforme já demonstrado, muitos profissionais enfrentam inúmeras dificuldades ao se depararem com casos de violência contra em especial quando se trata de abuso sexual” (p.37).

Castro, Toledo e Andery (2010) destacam que a criação dos CTs deu início a uma nova modalidade de trabalho social digno de reconhecimento social. Porém, ao revisarem a literatura sobre o tema, alertam que não havia relatos de experiências no acompanhamento psicológico com estes profissionais ou análises relativas à subjetividade do conselheiro como trabalhador.

Weber (2005) investigou a articulação, limites e alcances da rede de proteção num município de grande porte do interior de São Paulo, a partir de dados coletados no CT e em uma instituição de educação infantil. A pesquisa visou a compreender como as instituições de ensino trabalham com as notificações de violência doméstica contra seus alunos, como os casos de violência são analisados pelo CT e, ainda, qual a percepção do papel do psicólogo escolar nesses processos. Segundo a autora, os resultados indicam que os procedimentos nem sempre garantem necessária proteção à criança que é vítima de violência doméstica.

A autora indica que há pouco entrosamento entre as instituições de ensino e o CT, o que impossibilita um trabalho preventivo e integrado. Dessa forma, os auxílios surgem após a instauração de ocorrências. A pesquisa aponta que, além disso, os profissionais da educação tendem a adotar procedimentos internos de registro dos incidentes, sem realizar a denúncia formal ao CT, muitas vezes por não confiarem que a denúncia irá produzir as consequências esperadas. O CT, por sua vez, busca suporte em outros órgãos quando há suspeita de violência sexual doméstica, nos casos confirmados há mobilização imediata para proteger a criança do

agressor. Foram apontadas importantes falhas na formação do psicólogo escolar para trabalhar com a violência doméstica e, ainda, dificuldades da inserção deste profissional nos equipamentos públicos.

A análise de documentos realizada por Habigzang et al. (2005), mediante os processos de crimes de violência sexual nas Promotorias Especializadas na Infância e na Juventude de Porto Alegre, em conjunto com Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, indicou um mapeamento bem definido das ações realizadas pelas diferentes instâncias envolvidas na rede de proteção. Em relação à participação do CT, as autoras afirmam que este foi o principal órgão procurado no momento da denúncia da violência, o que reforça a importância atribuída por outros atores e a legitimidade desta instituição nos casos encaminhados ao Ministério Público.

O estudo citado indica relevantes contribuições acerca da efetividade do trabalho desempenhado na articulação entre o CT e o Ministério Público em situações de violência sexual, como destaque para o envolvimento de familiares com a denúncia, cumprimento dos encaminhamentos, acompanhamento efetivo dos conselheiros tutelares nos casos denunciados e, ainda, a aceitação da guarda das vítimas por parentes ou família substituta. Os fatores que impediam o bom andamento e resolução dos casos envolvem os familiares que não cumpriam os encaminhamentos e não respondiam aos chamados para comparecimento às audiências no CT.

Porém, as autoras alertam que mais da metade dos encaminhamentos realizados pelo Ministério Público não foi cumprida devidamente e que os casos que alcançaram alguma solução seguiam lentamente, expondo as vítimas a situações de vulnerabilidade. Concluem as autoras que há, no espaço público, reconhecimento da importância que esta instituição ocupa na rede de proteção e nas comunidades atendidas, apesar de muitas dificuldades no enfrentamento da violência. Todavia a pesquisa evidenciou a falta de acompanhamento dos casos pelo CT como um dos principais fatores que prejudicam as intervenções do Ministério Público e do Juizado da Infância e Juventude.

O estudo realizado por Santos e Costa (2011) visou a avaliar os aspectos de resolubilidade também em casos da violência sexual, no âmbito legal, na esfera de prevenção ou responsabilização e/ou de atendimento às vítimas e aos familiares. As autoras problematizaram as causas das ações desconexas na rede de proteção, em busca da compreensão das práticas fragmentadas, compartimentarizadas e isoladas dos profissionais que não têm atingido as famílias em situação de violência sexual.

Trata-se de uma pesquisa de documentos que continham as histórias de violência

sexual em Pastas Especiais da Vara da Infância e Juventude no Distrito Federal. Tais documentos perpassam e condensam a complexidade de diferentes instâncias da rede de proteção, sendo constituídos por petições da Defensoria Pública ou advogados das famílias envolvidas, agentes do Ministério Público, relatórios técnicos ou laudos de psicólogos e assistentes sociais, relatórios de entrevistas ou laudos da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e do Instituto Médico Legal.

No universo dos documentos acessados, verificaram-se 88 medidas protetivas sugeridas pelos profissionais de psicologia e serviço social, mas somente 17 foram cumpridas. A pesquisa confirma que as falhas ocorrem devido à forma como funciona o sistema de enfrentamento à violência no relacionamento entre as instituições, uma vez que não há um padrão de organização em rede nas políticas públicas. “O sistema de enfrentamento também reproduz o padrão de relacionamento da situação abusiva, sendo marcado pelo isolamento, pelo silêncio e pela impotência” (Santos & Costal, 2011, p. 536).

A pesquisa conduzida por Alberto et al. (2012) analisou como os agentes sociais que atuam na rede de proteção, particularmente, significam o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na região Nordeste do país. As instituições investigadas envolviam Organizações Governamentais, Organizações Não Governamentais e Sistema de Justiça e Instâncias de Direitos. As autoras afirmam que a maioria dos atores sociais tem conhecimento adequado sobre o Sistema de Proteção e a Lei de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou seja, conhecem o direito da criança em ser protegida. Os participantes identificaram o conjunto de instituições que podem acionar as medidas protetivas, em casos comprovados de violência intrafamiliar. Porém, nem todos têm a clareza necessária acerca dos tipos de medidas a serem buscadas.

As autoras destacam que um exemplo importante consiste no funcionamento do CREAS, o qual não pode oferecer proteção em situações de violência sexual contra a criança ou adolescente, uma vez que esta tarefa depende da intervenção do Ministério Público. Sendo assim, nem o CT pode oferecer este tipo de proteção sem a mediação do Sistema Judiciário. Concluem as autoras que as percepções sobre a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade variam: seja como cidadãos em desenvolvimento e incapazes de contribuir no enfrentamento da violência; seja como culpados pela violência e não como vítimas; seja como protagonistas da sociedade.

A pesquisa documental realizada por Bazon (2008) visou a discutir as classificações para as notificações, segundo o sistema conceitual de violências dirigidas à infância e à adolescência. O estudo envolveu várias cidades do interior do Estado de São Paulo e se

aprofundou no sistema conceitual de classificação das violências mediante a descrição, análise qualitativa e quantitativa das notificações. A pesquisadora sugere que os dados podem refletir um desgaste crescente em torno da confiança dos cidadãos no sistema público de proteção, especificamente em sua capacidade de oferecer solução para os problemas encontrados.

Além disso, o estudo informa que o incremento da subnotificação pode estar relacionado com a possibilidade de o trabalho do CT ter se instalado após alguns anos de uma espécie de “filtro” pelo qual o próprio órgão seleciona o que será registrado, deixando de lado alguns casos que não são considerados “muito graves”. A pesquisadora conclui que, em termos do funcionamento adequado da rede, destaca-se a necessidade de se aprimorar o sistema de registro das notificações utilizado pelos CTs, o que foi proposto na década de 1990 pelo Estado, seja em termos de padronização, informatização, seja em integração dos dados, o que permitiria maior qualidade na produção e agilidade no tratamento dos processos.

Por outro lado, o estudo descritivo realizado por Costa et al. (2010) coletou informações a partir de entrevistas qualitativas. O enfoque da pesquisa consistiu numa avaliação da implantação do Programa Nacional de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, na região Nordeste do Brasil. Foram entrevistados 20% dos técnicos das instâncias de referência da rede local de atendimento, considerando a participação desses atores em cada eixo de atuação da política pública do PAIR e abarcando instâncias de mobilização e articulação; defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo juvenil.

As autoras apontam que os relatos dos participantes confirmam o impacto positivo do PAIR no fortalecimento das redes e ainda na formação profissional, o que corrobora o reconhecimento dos esforços empreendidos na mobilização dos gestores para a concretização das ações e, ainda, na qualificação dos recursos humanos. Todavia, são muitos os desafios, tais como ampliar a atuação dos Centros de Referência (CREAS) e dos CTs, particularmente no atendimento em tempo integral; melhorias na infraestrutura dessas instâncias; aperfeiçoamento do Sistema de Captação e Registro das Denúncias; formação continuada para os técnicos ou campanhas eficazes sobre o “Disque Denúncia” atingindo caminhoneiros, funcionários de hotéis, táxis, professores e alunos das escolas.

Além desses problemas, o nível de execução dos programas de proteção especial é muito baixo: poucos são os juízes especializados nesta política; os CTs encontram à sua disposição um pequeno número de entidades governamentais e não governamentais que não atingem metade dos municípios brasileiros; as Varas Judiciais especializadas na aplicação do

ECA estão instaladas apenas nas capitais e em algumas cidades de grande porte (Brasil, 2004). As redes de proteção são amplas, agregam muitas organizações, sendo notórios os desafios para atuar e atender às expectativas sociais e políticas. Às vezes, permanece a percepção de que o CT se trata de uma instituição impotente, diante de atribuições que exigem empenho e engajamento.

O CT é o elo básico que deveria fornecer consistência ao funcionamento das redes de proteção, pois transmite as informações necessárias ao desencadeamento dos processos jurídicos. Porém, o despreparo dos atores que atuam nas redes ainda é verificado, as ações são individualizadas, desorganizadas e, em geral, metodologicamente difusas (Amazarray & Koller, 1998). Diante do crescimento expressivo da violência na juventude no interior do Estado de São Paulo, o CT tem sido cada vez mais um foco de indagação. A compreensão de seu processo de institucionalização reflete graves tensões sociais que se pode constatar na história social da criança abandonada e nas políticas de proteção do Estado.

Recentemente, no início em 2005, no interior do Estado de São Paulo, seis municípios de pequeno porte (Fernandópolis, Meridiano, Macedônia, Pedranópolis, Mirassol e Ilha Solteira) na região noroeste (polarizada em São José do Rio Preto) decretaram o polêmico “toque de recolher”: crianças e adolescentes não podem mais ficar fora de casa após as 23 horas sem a companhia de um adulto responsável. Esse ato jurídico que repercutiu no país teve a iniciativa da Vara da Infância e Juventude de uma Comarca desta região. As decisões dos juízes provocaram reações em várias organizações, ONGS e conselhos de profissão como de Psicologia e Serviço Social.

As argumentações dos juízes têm como fundamento a demanda social pelo enfrentamento de problemas graves da infância e juventude, como a influência do tráfico de drogas, marginalidade, envolvimento com delitos e prostituição. Apesar da complexidade dos desdobramentos dessa medida no âmbito municipal, os resultados indicam a diminuição de jovens praticando delitos. As posições contrárias entendem que tal medida desconsidera princípios fundamentais do ECA. Contudo, cabe ressaltar que nesse contexto sociocultural encontra-se a instituição investigada no presente estudo, onde as discussões sobre as finalidades das “redes de proteção” na consolidação do ECA tendem para ancoragem no CT como órgão de segurança pública e repressão social, uma polícia para vigiar e retirar “menores” das ruas.

Reflete-se, com este levantamento de pesquisas sobre as redes de proteção e a inserção do CT nas políticas públicas, que é importante considerar que o princípio básico da análise de redes se encontra na estrutura das relações sociais que determinam o conteúdo

dessas relações. Ou seja, é relevante compreender que os atores sociais não são combinações de atributos, ou de que as instituições não são entidades estáticas com limites claramente definidos. A matéria principal das redes de proteção consiste nas relações concretas estabelecidas entre os atores que, ao mesmo tempo, incorporam e transcendem organizações e instituições convencionais, evidenciando que a ação humana é afetada pelas relações sociais em que os agentes estão imersos (Mizruchi, 2006).

Na concepção de Endo (2008), o testemunho, como um ato de fala performático, volta-se para aquilo que, na história, é ação que excede qualquer significado substancializado. O conselheiro tutelar, diferente de uma testemunha ocular fundamental do sistema jurídico, tem a função do testemunho como escrita ou como produção oral que ambiciona a transmissão, a narração imperfeita e subjetiva. O autor citado argumenta que a veracidade dos fatos, que se ambiciona no testemunho, não está em seu caráter objetivo, mas na capacidade de dizer o catastrófico rente à própria integridade do dizer. Partindo desta afirmativa, elege-se como foco desta pesquisa o Conselho Tutelar, por se tratar de uma instituição estratégica nas redes de proteção com a função peculiar de representar (testemunhar) a catástrofe, dando visibilidade ao objeto (violência contra criança e adolescente) na esfera pública.

Com efeito, em um trabalho em rede, a representação da catástrofe, no sofrimento humano de crianças e adolescentes, deve ser necessariamente um empreendimento coletivo, assumido por diferentes profissionais que compartilham objetivos, compromissos éticos e afinidades ocupacionais no espaço público. Retomando o problema: como a violência contra criança e demais transgressões de direito são representadas nas ações cotidianas, intervenções com a comunidade, notificações e processos jurídicos pelos conselheiros tutelares?

A visibilidade do fenômeno da violência doméstica consistiu num passo importante para a discussão e proposição de ideias concatenadas aos problemas. Contudo, a situação da infância e adolescência no Brasil aponta não apenas para necessidades de aperfeiçoamento das redes de proteção, como também, para melhor disposição ou aplicação dos recursos envolvidos.

Segundo Clémence, Green e Courvoisier (2011), as representações operando simultaneamente, por ancoragens e objetivações, levam a transformações nas narrativas, a mesma mensagem inicial pode acarretar em histórias finais diferentes. O estudo da instituição, no enfoque das representações sociais, é o estudo das ancoragens como variações nos significados dados à informação, e as teorias consensuais e espontâneas sobre o CT constituem a base figurativa que pode variar de acordo com os conhecimentos e afiliações.

“A informação científica é mais transformada quando ela se choca com as

identidades e diverge dos saberes, nos quais ela deve ser incorporada, do que apenas quando ela os confirma e os preserva” (idem, 2011, p. 190). Diante disso, esta pesquisa compreende a análise das representações sociais do CT por seus atores principais que operam nesta política pública. Sendo assim, postula-se enquanto tese que os Conselhos Tutelares cumprem parcialmente suas tarefas na defesa de direitos. Exercendo uma função ideológica e de propaganda das classes dominantes, suas ações se concentram mais nas intenções, no plano discursivo, do que em empreendimentos objetivos para viabilizar uma rede de proteção eficiente e competente.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Esta pesquisa visa a compreender as representações sociais de CT, construídas nas práticas discursivas de seus agentes principais, no sentido de se desvelarem o papel e a função social das redes de proteção neste contexto.

2.2 Objetivos específicos

Enquanto objetivos específicos, a pesquisa visou a identificar os significados atribuídos a sua função social pelos conselheiros tutelares e como articulam essas significações e representações em suas práticas cotidianas, no trabalho de campo.

Analisar as práticas e resultados obtidos pelo CT, bem como, suas relações com as demanda da clientela e demais instituições da rede de proteção, nos atendimentos e serviços prestados à comunidade.

Compreender as motivações e a trajetória profissional dos sujeitos da pesquisa, seu envolvimento com o trabalho social na área da infância e juventude e as influências que sofreram na construção de seus papéis enquanto conselheiros tutelares.

Verificar e analisar o funcionamento do colegiado (CT) na sua rotina institucional: a hierarquia, o poder nas relações, o vínculo, a integração e coesão política, as divergências, os conflitos entre os membros e a relação com o coletivo da instituição.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Por método compreende-se “um dispositivo a supor conceitos que distribuem sentidos particulares aos procedimentos, que são sempre práticas discursivas, à sombra dos quais se produzem resultados” (Guirado, 2005, p.13). Em função dos objetivos do estudo, elegeu-se o enquadre teórico e metodológico pautado na abordagem das Representações Sociais. Este estudo se pauta na definição qualitativo-interpretativa da investigação em Psicologia Social. Tem como pressupostos as contribuições epistemológicas e ontológicas da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1978) e da Análise Institucional (Lourau, 1995), reconhecendo as dimensões políticas e socioculturais nos problemas que delimitam o campo deste estudo.

Nesse enfoque qualitativo, o caráter construtivo e interpretativo do conhecimento implica em pensar a realidade como um domínio infinito de fatos inter-relacionados, o método científico é uma forma de aproximação desse complexo sistema (González Rey, 2006) que envolve a relação indivíduo, sociedade, grupos e instituições. O autor citado argumenta que as pesquisas qualitativas visam a alcançar espaços de inteligibilidade na intervenção e ação conjunta com os participantes, os quais não são meros objetos na coleta de informações.

A compreensão e a proposição de modelos explicativos visam a um aprofundamento teórico, não devido à correspondência imediata com o empírico, mas por gerar novas zonas de sentido em torno dos fenômenos investigados. Os estudos qualitativos pretendem, portanto, acessar os significados que os sujeitos, individuais ou grupos, atribuem aos objetos do meio social e material e, ao mesmo tempo, examinar como tais significados são articulados à sensibilidade, aos desejos, às emoções e ao funcionamento cognitivo.

Segundo González Rey (2006), o pensamento do pesquisador qualitativo deve considerar a fantasia, a especulação, a intuição e todos os processos subjetivos de criatividade, evitando o excesso de artefatos instrumentais acríticos, universalizantes e a-históricos. Neste sentido, é pertinente considerarmos as contribuições da “multiplicação dramática” de Pavlovsky (1984), uma orientação metodológica que instiga o pesquisador ao exercício da multiplicação, da diversificação de sentidos na manifestação das singularidades e ruptura com papéis cristalizados na cultura acadêmica. Dessa forma, é possível resgatar a criatividade e a espontaneidade na produção literária, artística e científica.

Albuquerque e Arendt (2003) alertam que sem um desenho metodologicamente adequado, observa-se a ausência de formulação e comprovação de teorias, as análises na Psicologia Social precisam superar a descrição da realidade e, assim, interpretar criticamente as políticas públicas, sugerindo propostas alternativas. Ou seja, segundo os autores citados, cabe ao pesquisador social a tarefa de instrumentalizar os tomadores de decisão, atualizar

sindicatos com análises dos problemas que comprometem as suas categorias, informar políticos sobre a superação de problemas, propondo medidas e práticas adequadas.

Nas pesquisas qualitativas, a singularidade do estudo está relacionada à subjetividade do pesquisador, os avanços teóricos dependem da produção de ideias e do desenvolvimento de novos modelos de inteligibilidade. As hipóteses levantadas dependem de um arcabouço teórico compatível com o paradigma proposto. Com efeito, este estudo compreende a ciência social como prática contextualizada com a sociedade, a história e a cultura.

O construtivismo, na versão das representações sociais, considera o homem como um sujeito histórico que elabora saberes e significados em sua relação com outro e com o mundo vivido. Ocupa-se com o que os homens conhecem como realidade em sua vida cotidiana, “a vida não teórica ou pré-teórica, o conhecimento que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir” (Berger & Luckmann, 1969, p.30).

Compreende-se que o pesquisador, como sujeito crítico, produz ideias no decorrer da investigação, num processo permanente de integração e continuidade do seu próprio pensamento. Os participantes da pesquisa são considerados como agentes sociais com potencial de escolha de suas ações, podendo intervir, de maneira autônoma, no sistema das relações sociais, como detentor de suas decisões e escolhas (Jodelet, 2009).

A partir do conceito “representação social” tal como trabalhado por Jodelet (2009), Marková (2006) e Moscovici (2009), pode-se afirmar a noção de um sujeito psíquico que interage com o mundo, real ou imaginário, evitando o reducionismo mecanicista, mentalista e linguístico, assim como a inclusão da dinâmica psíquica que subentende a produção do pensamento e da ação, onde estão situados os fenômenos de representação.

A representação, por sua vez, não se trata de um conceito cunhado exclusivamente nos fundamentos do cognitivismo mecanicista. A representação é compreendida como sistema simbólico de mediação, que põe em relevo a falsa separação entre o interno e o externo, o objetivo e o subjetivo, o individual e o grupal.

Em termos da relação entre representações sociais e subjetividade, é necessário remeter a um sujeito que não seria compreendido como um indivíduo isolado no seu modo de vida, mas seria autenticamente social. Portanto, um sujeito que interioriza, se apropria das representações e, ao mesmo tempo, intervém na sua construção e significação. “Esta inscrição ativa no mundo encontra um eco em toda reflexão contemporânea que situa a questão do sujeito em uma perspectiva política e histórica” (Jodelet, 2009, p. 665).

González Rey (2006) entende que é importante enfatizar que a realidade social é construída porque existem processos subjetivos que expressam outros registros da realidade.

Em sua visão, a subjetividade não é considerada como um reflexo do real, mas uma produção histórica e cultural que expressa elementos variados de sentido. Sendo assim, o debate gira em torno da aproximação entre a produção de subjetividades e uma discussão epistemológica e ontológica compatível com os pressupostos da Teoria das Representações Sociais.

Assim, no ato de representar não se visualizam sujeitos reduzidos ao evento cognitivo e intrapsíquico, mas sim, em negociações que ancoram e objetivam saberes para o uso cotidiano. Moscovici (2009, p.44) afirma que “ao criar representações, nós somos como o artista, que se inclina diante da estátua que ele esculpiu”, a ancoragem está ligada a esse processo de dar forma ao desconhecido, de nomear o estranho a partir do familiar, como um modo específico e peculiar de um grupo compreender, abstrair sentidos do mundo, numa relação entre imagens e ideias.

Na representação teatral, o ator comunica aos outros com suas imagens de objetos ausentes que são constituídos de forma significativa pela plateia. Num diálogo dramático, os atores nunca repetem o evento ausente, eles criam novas interpretações através das representações.

Novas formas de ação e comunicação surgem em cada reapresentação, o prefixo “re” não indica a repetição do mesmo, mas a intensidade do novo evento, a representação está sempre dirigida aos outros, a obra de arte esculpida é sempre apontada para alguém, sempre expressa algo para o outro. “Representar significa pensar, vamos considerar as representações como pensamentos em movimento” (Marková, 2006, p. 173).

De fato, o conhecimento cotidiano não remete a uma noção estática de representação. Trata-se de um conhecimento que não é tomado como dado absoluto, independente dos movimentos dialéticos que desestabilizam padrões vigentes. Com efeito, “é o conhecimento em comunicação e o conhecimento em ação. Não pode haver conhecimento social a menos que seja formado, mantido, difundido e transformado dentro da sociedade” (idem, p. 27).

É um fato que o conceito de sujeito, subjacente ao conceito de representação social, demanda exame filosófico para além dos limites da tradição cognitivista, dualista e cartesiana. A recorrência de um discurso crítico, sobre as representações sociais, enviesado por uma noção de “representação” como uma atividade de cópia, uma reprodução mental de objetos ausentes, implica num duplo desafio para abordagem: pensar o social como cognitivo e as propriedades da cognição como algo social, sem que isso implique num sujeito marcado pelo dualismo (Jodelet, 2005).

Quais as formas que o CT assume na expressão subjetiva dos seus atores principais, em suas falas manifestas ou silenciadas, gestos e posturas adotadas no grupo focal? Imagens,

ideias e pensamentos ancorados em saberes prévios são empregados, produzindo sentidos e significados sobre uma instituição muitas vezes contestada e desacreditada no espaço público. Os estudos em representações sociais estão voltados para o papel de fenômenos que instituem de uma realidade consensual e suas funções sociocognitivas na integração da novidade, orientação de comunicações e condutas (Jodelet, 2005).

A autora citada argumenta que a esquematização estruturante de imagens e símbolos ocorre por meio das objetivações das informações do mundo exterior que são ligadas por associações, como conjunto cognitivo que organiza o campo representacional. A ancoragem é conceituada como enraizamento no sistema de pensamento, atribuição de sentido e instrumentalização do saber à prática numa rede de significações disponíveis para se compreender o real.

Como os agentes institucionais do CT enfrentam e negociam com esse discurso de descrédito e inoperância em suas práticas cotidianas? Por outro lado, há nesse mesmo espaço público uma atmosfera de esperança, apoio, suporte de atores sociais que acreditam na potência da instituição, em sua força jurídica para legitimar a defesa e proteção à infância excluída. Potência e impotência surgem como o palco dramático onde são constituídas as representações da instituição CT, como indícios da ambivalência, da contradição, da ambiguidade, da ordem e do caos.

Nessa relação compreende-se o grupo focal como lócus ideal para investigação, as representações como manifestações subjetivas e empíricas da dialética institucional, ou seja, como pistas para o confronto entre as forças instituídas e os instituintes. A associação de um paradigma punitivo e repressor ao CT consiste num núcleo figurativo que torna familiar aquilo que é estranho e novo. “Surgem, então, fórmulas e clichês que o sintetizam e imagens que eram distintas se aglomeram ao seu redor. Não somente se fala dele, mas ele passa a ser usado, em várias situações sociais” (Moscovici, 2009, p.73).

Ancorar o CT, num grupo focal é, também, negociar informações científicas e jurídicas no colegiado político, na comunidade e nas famílias atendidas e ainda na interação com o pesquisador interessado num saber consensual. Indivíduos e grupos criam representações no decurso da comunicação e cooperação, elas circulam, são atraídas e repelidas, surgindo novas representações. Quando se afirma que há um saber consensual, se reconhecem também as contradições, diferenças, origens e tensões geradas num grupo que atua de acordo com o mesmo instrumento jurídico, o ECA.

Mas é na emergência das diferenças que a plasticidade, o fator processual e o dinâmico das representações afirmam-se, a ancoragem acompanha os conflitos gerados pelas

oposições ideológicas e pela fluidez da sociedade líquida. A ancoragem coloca os indivíduos como agentes com um potencial de escolha de suas ações, e as contradições e desavenças refletem a superação da passividade.

A potência, como representação da instituição, implica no reconhecimento do poder instituído, em práticas políticas que não se esquivam da militância, da luta contra as forças hegemônicas que perpetuam a exclusão. A impotência, como representação da instituição, implica num jogo estratégico de convivências, de conformismo e de resignação.

Nesse sentido, afirma-se o conceito de representação como capaz de auxiliar a postular um sujeito capaz de intervir, de forma autônoma, no sistema das relações sociais em que está situado, como detentor de decisões que norteiam sua vida em sociedade. O sujeito, como outro, é inseparavelmente instituído e instituidor. As ancoragens dependem dos processos de interação, negociação de significados em vista de novas significações da experiência vivida (Jodelet, 2009).

Ancorar é associar informações recentes a informações prévias e úteis à vida cotidiana. A associação de ideias no fluxo do pensamento é, portanto, um determinante psíquico que resulta na formação de novos saberes. Nesse fluxo, o artista que cria as representações trabalha com imagens e pensamentos, e toda imagem, no plano figurativo, tem um correspondente no plano simbólico. Imagens e símbolos são esculpidos, objetivados na realidade material em práticas e atitudes que revelam e ocultam as intenções, a “hipótese da desiderabilidade”. Nesse ato criador, as ideologias e concepções de mundo são os meios para solucionar tensões psíquicas, emocionais e desintegração grupal, para a estabilidade e a compensação imaginária, a “hipótese do desequilíbrio” (Moscovici, 2009).

É um fato que os modos com que os sujeitos veem, pensam, conhecem, sentem e interpretam a vida e o estar no mundo exerce papel indiscutível na orientação e reorientação das práticas cotidianas. Todavia, Jodelet (2009) alerta que a participação no mundo e na subjetividade passa pelo corpo: não há pensamento desencarnado, flutuando no ar. As ancoragens dependem tanto das associações de pensamento a partir do que é familiar ou já vivido na experiência cotidiana como das interpretações realizadas em interação, com a possibilidade de criação de significações. No esforço de tornar comum algo incomum, o sentido de familiaridade a não familiaridade, os indivíduos buscam fechar as rachaduras, consertar por dentro uma realidade que se mostra estranha, isso traz conforto e restabelece o sentido de continuidade de conexão com mundo externo, após uma série de ajustamentos ou ancoragens.

As representações da instituição CT abarcam esses esforços, contradições e

diferenças entre o colegiado e a sociedade, os sujeitos fechando as rachaduras constroem sentidos para novos lugares, responsabilidades e atribuições numa constante dialética de forças instituintes e instituídas: a potência da mudança e transformação e a impotência da manutenção da ordem vigente que perpetua o abandono e a violência. O estranho e o abstrato, com origem no ECA, tendem ao concreto, aos artistas fica a sensação de *déjà vu* e *dèjà connu* (Moscovici, 2009).

Este estudo se baseia na concepção de grupo focal tal como afirma Gondim (2002), onde a finalidade da proposta se baseia no caráter exploratório da produção de conteúdos. A orientação teórica se ocupa da geração de hipóteses acerca do problema da pesquisa, enquanto a prática visa a produzir novas ideias. A autora citada entende que o grupo focal assinala a importância do plano intersubjetivo na coleta de informações, ou seja, aquilo que permite identificar aspectos comuns de um grupo objeto.

De acordo com Jovchelovitch (2000), os grupos focais consistem numa forma de entrevista grupal, semiestruturada, muito empregada em pesquisas qualitativas. Trata-se basicamente de uma entrevista em grupo, contudo que não pressupõe uma estrutura formal em termos das perguntas que são feitas. Ou seja, a técnica permite a flexibilidade na interação entre o pesquisado e os participantes, de forma que os conteúdos latentes sejam alcançados na comunicação e registrados como evidências empíricas. Nesse sentido, o principal aspecto a ser considerado, quando o grupo focal é adotado como componente metodológico, é a interação dentro do grupo, a partir das temáticas previamente elaboradas para fomentar a discussão.

O que distingue o grupo focal é o uso estratégico da interação em grupo para produzir *insights* e acessar informações difíceis de serem tangenciadas sem a dinâmica coletiva. “O grupo focal proporciona dados que emergem de forma mais natural, minimamente estruturados pelo pesquisador ou pelo *setting* da pesquisa” (Jovchelovitch (2000, p. 224). A autora complementa que equilíbrio entre o direcionamento do pesquisador e o direcionamento que o grupo imprime na comunicação é variável, assim, o coordenador deve adotar uma postura mais diretiva quando a discussão não contemplar os objetos do estudo.

3.1 Contexto do estudo

Sobre o contexto da pesquisa, trata-se de município de pequeno porte, situado no interior do Estado de São Paulo. A cidade está localizada na Região Administrativa de São José do Rio Preto agrega um polo com outros 96 municípios. Encontra-se na região noroeste do Estado de São Paulo, a cerca de 520 km de distância da capital. É uma região em expansão comercial, industrial e agropecuária, com desenvolvimento econômico recente. As indústrias se concentram, principalmente, no ramo sucroalcooleiro, mas há avanços significativos no setor industrial na produção moveleira.

O município possui cerca de 80 mil habitantes e uma área de 432 Km², encontra-se numa expansão imobiliária que inflacionou o setor, com aumento da demanda e crescimento populacional, os valores de imóveis têm alcançado patamares incompatíveis com a renda média dos trabalhadores, fenômeno que ocorre em grande parte dos municípios da região noroeste do Estado. A especulação tem gerado zonas de exclusão e a crescente elitização de áreas centrais, com aumento exorbitante em valores de aluguel e, conseqüentemente, concentração de renda, crescimento nos índices de violência, com destaque para furtos e roubos a residência.

Todavia, o chamado índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), estabelecido pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, confirma que o município nas últimas décadas avançou da 147^a posição, no *ranking* nacional dos municípios, para a 29^a posição. Nas últimas duas décadas, houve um crescimento acelerado, modificando o panorama econômico, político e social do município. Para contextualizar a realidade sociocultural, elencam-se alguns indicadores sobre o território e população; saúde e educação:

Tabela 1. Indicadores demográficos

Território e População	Ano	Mun.	Est. S.P
Área (Em km ²)	2012	421,69	248.209,43
População	2011	85.578	41.692,668
Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)	2011	202,94	167,97
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – 2000/2010 (Em % a.a.)	2010	1,14	1,09
Grau de Urbanização (Em %)	2010	97,20	95,94
Índice de Envelhecimento (Em %)	2011	83,11	53,79
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2011	17,71	21,48
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2011	14,72	11,55
Razão de Sexos	2011	96,26	94,80

Fonte: Fundação SEADE

Tabela 2. Indicadores sobre saúde

Saúde	Ano	Mun.	Est.S.P
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2010	11,57	14,59
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2010	10,21	11,86
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2010	12,26	13,69
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2010	115,18	117,98
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2010	3.516,38	3.638,16
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2010	5,92	6,96
Partos Cesáreos (Em %)	2010	87,44	58,70
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2010	9,56	9,15
Gestações Pré-Termo (Em %)	2010	10,43	8,67

Fonte: Fundação SEADE

Tabela 3. Indicadores sobre educação

Educação	Ano	Município	Est.S.P
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2000	8,19	6,64
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos	2000	7,68	7,64
População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %)	2000	59,71	55,55
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2000	51,95	41,88
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2000	8,19	6,64
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos	2000	7,68	7,64
População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %)	2000	59,71	55,55

Fonte: Fundação SEADE

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, a mortalidade infantil foi reduzida em 22%, os números apontam uma queda de 16,3 por mil nascidos vivos em 2000, para 12,6 por mil nascidos vivos em 2010. Considerando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, a mortalidade infantil no país deve ficar, em 2015, abaixo de 17,9 óbitos por mil. No contexto estadual, em 2010, a taxa de mortalidade infantil no Estado era de 13,9 e, no âmbito nacional de 16,7 por mil nascidos vivos. Ou seja, em termos do IDHM os números indicam uma boa posição em relação à realidade brasileira, sugerindo uma estrutura de saúde primária e dispositivos públicos suficientes para prevenção de riscos na gravidez.

Os indicadores atuais, 2014, também informam que o Estado de São Paulo foi classificado em 26º nos dados do IFDM, sendo que, em 2009, encontrava-se em 107º lugar. Com periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional, o IFDM permite determinar com precisão se a melhora ocorrida em determinado município foi decorrente de medidas políticas ou apenas o reflexo da queda de outro município. O índice que varia de 0 (mínimo) a 1 (máximo) revelou que em 2009 o município possuía um alto nível de desenvolvimento (0,8808).

3.2 Caracterização da Instituição

Esta pesquisa foi realizada num Conselho Tutelar que estava no quinto mandato e era formado por cinco membros que foram eleitos por voto. O estabelecimento encontrava-se na região central da cidade, próximo de outros prédios da prefeitura, numa área comercial. Era uma local distante das comunidades atendidas, as quais tinham dificuldades no acesso e transporte a instituição. Enquanto histórico, destaca-se que os primeiros membros eram vinculados a Igreja Católica e, posteriormente, alguns conseguiram destaque no cenário político da Câmara de Vereadores, ocupando, por exemplo, funções na Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Este CT tinha atuava segundo divisões feitas por regiões na cidade, onde cada membro ficava responsável por um território. Porém, grande parte do trabalho tinha como foco as áreas periféricas, com poucos acionamentos e intervenções na região central. Havia, também, uma divisão por escolas, cada um era responsabilizável por setores da rede pública e privada, com destaque para solicitações de vagas em creches do município.

A jornada de trabalho era de oito horas diárias, das 7:00 até as 17:00. Havia um telefone celular que ficava disponível durante o final de semana, quem estivesse de plantão, assumia as urgências nesse período. Os membros faziam uma escala de revezamento de horário, durante o expediente, em poucos momentos encontravam-se os cinco conselheiros trabalhando juntos.

O estabelecimento era uma casa com espaço bem limitado, mas em bom estado de conservação. O local tinha duas salas de atendimento para os cinco conselheiros tutelares, uma área pequena para recepção, copa, cozinha e um banheiro. Para o transporte, um veículo (Kombi), bem conservado, estava disponível. Os equipamentos eram um computador com poucos recursos e uma impressora antiga. Além dos conselheiros, uma secretária, um motorista e uma assistente de limpeza eram os servidores públicos da prefeitura que trabalhavam na instituição.

3.3 Procedimento

A seguir destacam-se os instrumentos e recursos empregados na coleta e análise de dados.

3.3.1 Coleta de dados e material

Em relação aos procedimentos para coleta de dados, empregou-se a técnica do grupo focal, como uma forma de entrevista grupal, onde cinco temas previamente elencados foram colocados em discussão com os cinco sujeitos da pesquisa. Utilizou-se uma filmadora para gravar as imagens e o áudio, possibilitando uma leitura não apenas discursiva no conteúdo das falas, mas também as posturas e reações, expressões corporais, gestos e movimentos, seja na interação entre os membros seja com o pesquisador.

O material foi gravado em cinco fitas de DVD utilizadas para posterior análise dos resultados. As cinco sessões foram transcritas na íntegra, como um primeiro passo da análise mediante uma leitura aprofundada do conteúdo. As cinco sessões de grupo focal tiveram uma média de sessenta minutos, porém nem todos os membros permaneceram até o encerramento. Na primeira sessão, uma estagiária em Psicologia contribuiu com a gravação, sendo coparticipante do grupo. As demais sessões foram conduzidas pelo próprio pesquisador que filmava os acontecimentos e, ao mesmo tempo, interagiu com os sujeitos.

As informações foram coletadas durante o primeiro semestre de 2011, após cerca de seis meses de negociação com o grupo. As sessões ocorreram no próprio local de trabalho em uma das salas de atendimento por opção dos sujeitos, considerando o espaço e tempo disponível. Dialogando com os sujeitos, optou-se por intervalo entre 15 e 20 dias, para cada sessão. Um pedido formal de autorização foi entregue ao presidente deste CT que, após a concordância dos demais, confirmou a possibilidade de realizar o grupo focal naquela instituição. Em anexo constam a aprovação do Comitê de Ética da FFCLRP e a anuência do presidente do CT para realização desta pesquisa.

Os instrumentos para coleta de dados envolveram, ainda: a observação participante da dinâmica institucional, em colaboração com alunas estagiárias que desenvolveram um projeto de intervenção neste CT; um levantamento quantitativo de documentos públicos, divulgados na imprensa local e documentos internos que tratam das ocorrências, registros de atendimentos às famílias, denúncias e notificações.

Para apresentação da dinâmica institucional, os diários de campo das estagiárias foram nos instrumentos privilegiados. Neste material encontram-se registradas as vivências e percepções destas pesquisadoras sobre o trabalho realizado pelo CT com as comunidades. E, para apresentação dos resultados obtidos com análise documental, foram elaborados gráficos e tabelas que informam objetivamente o volume de trabalho e os acionamentos deste CT, entre 2010 e 2011. Considerando que se trata de um estudo qualitativo-interpretativo, empregou-se o critério randômico na escolha da instituição partindo, principalmente, da viabilidade e disponibilidade dos sujeitos da pesquisa, bem como da compatibilidade com os objetivos traçados.

3.3.2 Análise de dados

Em relação à análise das informações obtidas no grupo focal, elegeu-se a técnica denominada Análise de Conteúdo, desenvolvida por Bardin (1979). Na análise de conteúdo, pode-se admitir que citações, em forma de exemplos, possam ser empregadas para ilustrar, confirmar ou negar as proposições teóricas e metodológicas. A prática reflexiva e uma atenção crítica sobre as implicações epistemológicas existentes entre o método e a teoria empregados devem orientar o pesquisador na elaboração das categorias temáticas.

Nesta proposta, destacam-se os seguintes passos:

a) Transcrição da entrevista e busca dos momentos mais significativos da interação no grupo focal. Essa etapa consiste numa primeira aproximação com o material, tendo em vista a familiarização com a linguagem, as expressões e os assuntos tratados num âmbito geral da sessão.

b) Leitura flutuante e exaustiva do material gravado, procurando-se atentar para retórica, o vocabulário e as contradições dos discursos. Esta etapa visa a uma leitura mais aprofundada, atenta à articulação das falas, aos posicionamentos divergentes e semelhantes, às ênfases e aos silenciamentos, enfim, a todas as reações subjetivas expressas na comunicação verbal e não verbal entre o grupo e pesquisador.

c) Recorte das falas em unidades de significado que foram organizadas em categorias temáticas. Após a identificação dos temas relacionados ao problema da pesquisa, os enunciados foram “recortados” formando unidades de significado, as quais se referem ao mesmo conteúdo manifesto.

d) Tratamento dos resultados e interpretação. Nessa etapa, as unidades de significado são dispostas em categorias que contemplam os principais assuntos que emergiram na

interação do grupo focal. Neste estudo, as categorias apresentadas agregam o material produzido ao longo das cinco sessões.

A sequência das categorias tem como foco inicial a dimensão psicossocial ou a história de vida dos participantes; uma segunda dimensão orientada para o funcionamento do grupo na instituição; e por fim, uma dimensão que trata de características e demandas da instituição e do objeto institucional.

4 RESULTADOS

Para apresentação dos resultados, organizou-se a seguinte sequência: Primeiramente inseriu-se a pesquisa documental obtida no CT, entre 2010 e 2011, que se refere a informações públicas, divulgada na mídia local e, também, a informações internas registradas e arquivadas na instituição. Esses dados fornecem uma noção ampla e panorâmica sobre incidências de crimes, transgressões e acionamentos deste CT na realidade em questão. Chamou a atenção a grande discrepância entre os dados que ficam disponíveis ao público na mídia local, e os dados internos que constam nos documentos acessados.

Posteriormente, incluíram-se descrições detalhadas, das cinco sessões do grupo focal, com uma avaliação diagnóstica que finaliza os relatos, contemplando os acontecimentos que mais se destacaram. Em seguida, constam as categorias temáticas, obtidas mediante a técnica de análise de conteúdo, material empírico que evidencia as falas mais significativas, relacionadas ao objeto de estudo. Por fim, as notas de diário de campo elaboradas durante a observação participante, onde se destacam situações reveladoras e fundamentais acerca do cotidiano de trabalho e da rotina institucional.

4.1 Ocorrências e acionamentos divulgados na imprensa local

A primeira parte dos dados documentais indica as estatísticas publicadas na imprensa oficial e veículos de informação local, entre 2010 e 2011. Para a melhor compreensão dos números, que são muito expressivos, foram elencadas quatro dimensões que organizam a estrutura dos dados, a saber:

1) Atendimentos às Famílias e aos Serviços Burocráticos: que contemplam as requisições de serviços públicos; orientação familiar; pedido de vaga em projetos públicos; solicitações de verba ao CMDCA; representação para o Poder Judiciário; registro de BO; visitas domiciliares; expedição de documentos públicos, como 2º via da certidão de nascimento ou termo de entrega e responsabilidade.

2) Demandas na área de educacional: que contemplam o fracasso escolar (evasão, violência e indisciplina), solicitação de palestras nas escolas; pedido de vaga nas creches municipais; solicitação de transferência escolar.

3) Inclusão na Rede de Proteção: que contempla a articulação do trabalho com o Poder Judiciário e Promotoria; auxílio à autoridade policial; encaminhamentos à saúde pública e à assistência social.

4) Violência contra a criança e o adolescente: que contemplam os episódios e crimes relacionados aos maus-tratos; abusos ou negligência familiar; conflito com a lei; consumo de entorpecentes e, ainda, abrigamentos e acolhimentos.

Numa análise comparativa em relação ao volume de acionamentos e ocorrências entre os anos de 2010 e 2011, percebe-se que os **atendimentos às famílias e aos serviços burocráticos** tiveram um aumento de 65,80%, acerca das queixas ligadas à **educação pública** o aumento foi de 72,06%. Porém, na atuação em conjunto com outras instituições na **rede de proteção**, houve uma diminuição de 12,84%. E, por fim, os incidentes ligados à **violência** tiveram um aumento de 27,93%.

Gráfico 1. Total de registros divulgados na mídia local.

Fonte. Imprensa oficial em 2010 e 2011

Nas Tabelas 1 e 2, podem-se verificar a evolução dos serviços prestados e as ocorrências durante os anos de 2010 e 2011, segundo dados publicados na imprensa local. Os volumes mensais, tanto em 2010 como em 2011, indicam números muito preocupantes em casos relacionados à violência, bem como, de tarefas burocráticas e serviços prestados às famílias.

Tabela 4. Dados divulgados na imprensa local em 2010.

Data	Violência	Educação	Rede	Atendimento
1/1/2010	82	2	77	176
1/2/2010	62	0	43	117
1/3/2010	65	35	24	241
1/4/2010	223	33	10	131
1/5/2010	270	57	19	186
1/6/2010	97	45	40	277
1/7/2010	114	26	77	280
1/8/2010	29	18	47	128
1/9/2010	67	46	32	178
1/10/2010	86	94	48	306
1/11/2010	123	83	80	254
1/12/2010	71	12	48	220
Total	1.289	451	545	2.494

Fonte: Imprensa local

Tabela 5. Dados divulgados na imprensa oficial em 2011.

Data	Violência	Educação	Rede	Atendimento
1/1/2011	63	20	46	307
1/2/2011	66	42	42	316
1/3/2011	98	47	48	323
1/4/2011	100	33	47	290
1/5/2011	149	89	48	291
1/6/2011	149	101	47	396
1/7/2011	109	66	11	286
1/8/2011	193	114	47	350
1/9/2011	216	101	37	415
1/10/2011	217	67	41	433
1/11/2011	165	71	38	362
1/12/2011	124	25	23	366
Total	1.649	776	475	4.135

Fonte: Imprensa local

4.2 Ocorrências e acionamentos em registros internos

Após a compilação das informações públicas, durante a observação participante, foi possível verificar os registros que constam nos arquivos internos da instituição. Os gráficos, a seguir, indicam que tais informações, devidamente organizadas, são muito distintas daquelas que o público tem acesso na mídia local. A seguir a quantificação dos documentos registrados e arquivados no CT 2010 e 2011.

Gráfico 2.

Tabela 6. Documentos registrados no CT (2010).

Adolescente em conflitos com a lei, violência e indisciplina	Consumo de drogas	7
	Desrespeito às leis (perturbação do silêncio)	2
	Problemas comportamentais (indisciplina, agressividade com pais)	16
Disputa judicial por responsabilidade parental	Evasão escolar	10
	Guarda	1
	Tutela	1
	Reconhecimento de Paternidade (DNA)	1
Risco e vulnerabilidade social	Prostituição	4
	Gravidez de risco	1
	Abandono da família	1
	Negligência familiar	53
Crimes e violência contra a criança e o adolescente	Maus-tratos	63
	Rapto	1
	Violência psicológica	1
	Violência física	1
	Exploração do trabalho infantil	3
	Violência sexual	5
Total de registros internos		174

Fonte: CT

Gráfico 3. Documentos registrados no CT (2011). **Tabela 6.** Documentos registrados no CT (2011).

Crimes e violência contra a criança e o adolescente	Negligência familiar	68
	Maus-tratos	41
	Violência psicológica	4
	Violência física	1
	Exploração do trabalho infantil	1
	Violência sexual	21
	Abandono familiar	8
	Total	145
Risco e vulnerabilidade social	Prostituição	3
	Abandono da família	2
	Evasão escolar	20
	Total	25
Adolescente em conflitos com a lei, violência e indisciplina	Consumo de drogas	6
	Desrespeito às leis (perturbação do silêncio)	2
	Problemas comportamentais (indisciplina, agressividade com pais)	20
	Violência Escolar	2
	Total	28
Total de registros internos		200

Fonte: CT

Tanto nas informações de 2010 como de 2011, os registros se concentram em casos de violência contra a criança e o adolescente, com pequeno aumento de ocorrência entre os anos. Contudo, nas informações públicas percebe-se que os dados mais frequentes eram em relação ao trabalho do CT, seja no atendimento das famílias seja na rotina burocrática, com grande aumento entre os anos. Para concluir esta etapa, a seguir, foram inseridas as demandas da comunidade e as estratégias de intervenção frente aos problemas. Como se percebe, na **Tabela 7**, os números são muito inferiores ao volume de trabalho, tal como divulgado na mídia local. Conclui-se que o colegiado não possui um registro sistemático de suas ações e das estratégias de enfrentamento dos problemas. O possível exagero na divulgação dos dados chama atenção numa avaliação comparativa.

Tabela 8

Registros Internos de 2010		Registros Internos de 2011	
Solicitação de transferência escolar	1		-
Solicitação de vagas em escolas	1		-
Fiscalização de estabelecimentos comerciais	-		3
Encaminhamento para o CREAS	2		2
Encaminhamento para o SUS	1		-
Orientação às famílias	5		6

Fonte: CT

4.3 Apresentação dos sujeitos da pesquisa

A seguir destacam-se as informações sobre os sujeitos da pesquisa.

Tabela 9

Nome	Idade	Cor	Mandato	Atuação no CT (anos)	Mora no Mun. (anos)	Nível escolar	Graduação	Profissão	Religião
Marcos ¹	27	Preto	2º	3	11	Ens. Médio	-	Vendedor	Católico
Paulo	37	Branco	2º	3	37	Ens. Superior.	Direito	Advogado e Vendedor.	Evang.
Pedro	55	Branco	1º	1,8	41	Ens. Superior	Pedag. s	Aposen.	Espírita
João	31	Branco	1º	1,8	31	Ens. Superior	C. Social	Vendedor	Católico
Antônio	44	Pardo	2º	3	44	Ens. Médio	-	Tapeceiro	Católico

Como se observa, trata-se de um grupo heterogêneo, com idade média de 38 anos, morando há mais de 10 anos no município. Nesta eleição, Antônio foi o membro mais bem votado, em seguida Pedro e João. Marcos e Paulo, apesar de estarem no segundo mandato, iniciaram como suplentes, nas duas ocasiões. Destaca-se que todos são cristãos, recebendo apoio das comunidades religiosas no processo eleitoral. A formação no Ensino Superior, em Direito e Pedagogia, pode trazer contribuições importantes para atuação de Paulo e Pedro. Por

¹ Os nomes foram escolhidos aleatoriamente.

outro lado, verifica-se que a maioria do grupo realizava outras atividades profissionais, alegando que o sustento da família ficava comprometido com a dedicação exclusiva ao trabalho no CT. A seguir, insere-se a apresentação de cada sujeito da pesquisa, incorporando alguns fragmentos discursivos, os quais permitem identificar algumas singularidades, confirmadas, posteriormente, com os dados que constam no grupo focal.

4.3.1 Marcos: militância social e partidária

Figura 1. Julien Dupré². “In the Pasture”.

O primeiro protagonista, Marcos, descreveu alguns aspectos da interação familiar na infância, destacando o vínculo com o irmão, a socialização com brincadeiras na rua e indisciplinas corrigidas com violência pela mãe. Nesses fragmentos de sua história, colocou-se como indivíduo “pretensioso”, “rebelde” e “bagunceiro” que se envolveu na militância partidária desde a adolescência. Em termos de sua inserção no CT, destacou o apoio da comunidade, a atuação política no bairro de origem e a atuação na Pastoral da Juventude. No início de seu mandato, salientou sensação de insegurança e o medo que concorriam com a aplicação da legislação, percebida como ideal, mas distante dos desafios da prática. Em suas falas, destacou-se, também, o uso de termos relacionados ao CT com função “delicada” e

² Julien Dupré foi um membro da escola Francesa da arte do movimento realista da pintura no final do século XIX. Embora seu estilo seja conceituado como realista, o pintor tratava de forma romântica e idealista a vida bucólica do campo (Museum at the University of Kentucky).

“arriscada”, onde o “cuidado” seria uma “arma” usada em seu favor. Por outro lado, os sentimentos de impotência e fracasso, paradoxalmente, se opõem à imagem de si mesmo como super-herói e protetor de crianças e adolescentes vítimas da violência.

Fragmentos discursivos

- ✓ *Eu era meio rebelde (...) tomei uns tapa bom da minha mãe e do meu pai.*
- ✓ *O adolescente é mais pretensioso né? Nós fomos também.*
- ✓ *Acompanho (...) a diminuição da maioridade penal, desde a época da Pastoral da Juventude...*
- ✓ *O pessoal passou a me incentivar (...) a me convidar.*
- ✓ *Na teoria é uma coisa, na prática é outra história...*
- ✓ *A função de conselheiro é muito delicada (...) então o cuidado é a maior, a maior, a maior arma.*
- ✓ *Eu te pedi ajuda também tentar... é... mostrar a nossa verdadeira função.*
- ✓ *A sociedade tem que ser parceira nossa.*

4.3.2 Paulo: marcas da tragédia social e pessoal

Figura 2. Julien Dupré. “Femme Versant a Boire”.

O segundo protagonista, Paulo, citou com saudosismo a sua infância e adolescência. Os seus relatos fazem referência ao passado alegre, divertido, vivido com excessos nas travessuras e desobediências. Utilizou as palavras “pivetinho”, “peralta” e “artero” para falar de si mesmo nesse período remoto de lembranças. Foi uma criança com interesse em aventuras e velocidade, identificado com o pai que era caminhoneiro. Contudo, um trágico acidente de motocicleta na adolescência interferiu em sua saúde. A mudança drástica em sua condição física, de uma criança ativa e agitada, para um adulto muito limitado em seus movimentos pela paraplegia, foi um evento traumático com intensos efeitos em sua vida. Diante de tal condição, procurou superar seus limites com a formação em Direito, no entanto, obteve pouco sucesso profissional como advogado. Nesse percurso com muitas barreiras para se estabilizar no mercado de trabalho, surge a opção pelo cargo de conselheiro tutelar. A motivação por esta escolha não teve, em seu início, como fundamento a luta pelos direitos da criança e do adolescente. Percebe-se que a identidade profissional baseia-se, principalmente, na remuneração financeira e nas graves dificuldades para inserção social, se colocando vítima de uma tragédia.

Fragmentos discursivos

- ✓ *Sempre fui peralta né? (...) artero...*
- ✓ *Chegava em casa levava umas parmadas...*
- ✓ *Sou formado em Direito...*
- ✓ *Não tinha a... nunca pensei em ser conselheiro!*
- ✓ *Entrei como suplente (...) tentei a eleição, não deu certo... de novo...*
- ✓ *Eu fico é... mais no interno (...) por falta de acessibilidade que eu tenho.*
- ✓ *Ir pra rua, talvez seria uma situação de frustração. Não poder ir pra rua pra não ter um meio adaptado. Acho que seria isso pra poder melhorar (...) porque, ter que ficar aqui dentro, tem contato aqui, mas não ter contato lá fora....*
- ✓ *Uma infância ideal? Como seria? O básico eu acho que... Ah... O que seria? Uma família centrada né? Pai e mãe, eu acho que (...) ter uma religião ajuda...*

4.3.3 Pedro: paternalismo e assistencialismo

Figura 3. Julien Dupré. “Le repas des moissonneurs”

O terceiro protagonista, Pedro, descreveu sua infância apontando as características rústicas e pacatas de uma pequena cidade onde nasceu. Neste município, predominava a forte tradição ruralista e conservadora do interior do Estado de São Paulo. Em suas falas, percebem-se ressentimentos devido à vida simples, bucólica e entediante, com poucas opções de lazer e divertimento. A noção de que o trabalho é um fator educativo foi evidente em seus argumentos. Por outro lado, não se preocupou com as condições de exploração e abuso da força produtiva na infância. A opção pelo CT foi motivada por experiências anteriores na área de educação, também como pelo fato de seu filho ter sido conselheiro tutelar por dois mandatos consecutivos. O seu discurso sugere atitudes conservadoras, assistencialistas e paternalistas, com destaque para as relações desiguais de gênero e poder na família. Este conselheiro colocou-se na instituição como um “pai” experiente que sabe “tratar” dos problemas corriqueiros dos filhos. Afirmou que os critérios para ocupar o cargo se concentram em experiências familiares e pessoais, assim, exclamou: “para ser conselheiro tutelar o sujeito deveria ter um filho!”. O cotidiano da ocupação tem implicado em sentimentos angustiantes e depressivos. A confusão entre a esfera pessoal e a profissional acarreta um processo de identificação com o sofrimento das vítimas, como se as crianças atendidas fossem seus próprios filhos. O contato demasiado com crimes, violências e

crueledades não são bem elaborados psiquicamente, de forma que há um mal-estar por não conseguir ser o “pai” “protetor” da infância.

Fragmentos discursivos

- ✓ *Eu fui criado (...) um lugar bem pequeno né?*
- ✓ *Tinha nada diferente... que até hoje não tem (...) não tem nada.*
- ✓ *Um pouco eu sempre ajudava (...) nada que era forçado.*
- ✓ *Já tinha o meu filho que já tinha seis anos que era conselheiro tutelar*
- ✓ *Um assistencialismo né? (...) próprio à psicologia em cima do que é tratar com filho...*
- ✓ *Primeiro abrigo que eu vi... eu passei tão mal...*
- ✓ *Doía, dentro da gente, um negócio desse daí...*
- ✓ *Até hoje eu não separo direito...*
- ✓ *Tua vontade é ser o protetor daquilo ali... mas como fazer?*
- ✓ *Nossa senhora. Ele falou que não tem filho ainda para saber (...) é o sangue dele... que está ali. Nossa. Eu para mim. Eu. Eu no começo para mim foi terrível...*

4.3.4 Antônio e a esfera político-partidária

Figura 4. Julien Dupré. “Le Berger, The Shepherd”

O quarto protagonista não participou em todas as sessões, permaneceu apenas no início da primeira sessão, retornou em alguns momentos na quarta e quinta sessão. As ausências não foram justificadas, independente do agendamento prévio, comunicação por escrito de datas e horários posteriores. As falas deste conselheiro tutelar apareceram pouco ao longo dos resultados, sua ausência deixou muitas lacunas e dúvidas. Em momentos anteriores e posteriores à coleta de informações, raras vezes este conselheiro tutelar permanecia na instituição. Durante o tempo em que participou da primeira sessão, salientou a importância do reconhecimento do trabalho, afirmando um distanciamento entre o CT e a sociedade. O interesse pelo cargo tem relação com atividades anteriores realizadas na educação, junto a projetos sociais esportivos do município, era uma figura muito popular no município e candidato a vereador. A sua trajetória até o CT é marcada pelo fracasso escolar, por dificuldades em sua formação no ensino médio e superior, o que impediu de permanecer como responsável nos projetos sociais financiados pela Prefeitura. Trabalhava como tapeceiro e seus rendimentos eram baixos para o sustento da família. Porém, independente da formação educacional, foi o conselheiro tutelar mais votado em dois mandatos e se elegeu para a Câmara de Vereadores naquele ano, também como um dos candidatos mais votados.

Fragmentos discursivos

- ✓ *Sempre trabalhei com criança (...) educando a criança...*
- ✓ *Era ((educador)), mas não, como graduado né? Com a própria vontade...*
- ✓ *Eu peguei e, me infiltrei no futebol com a molecada e tudo...*
- ✓ *Precisava ter o CREF e eu não tinha o CREF?...*
- ✓ *Vou partir pro lado do CT (...) que eu continuo...*
- ✓ *Já estou no segundo mandato.*
- ✓ *A gente gasta a lábia todinha do dia em uma hora se tem um caixão ali... chora junto. Abraça a pessoa, porque o primeiro que você chega ali você abraça a pessoa (...) é pra tirar a criança da mão da mãe...*
- ✓ *Nós não vamos em momento nenhum falar mal de um vereador e da atribuição dele. A gente vai fazendo um meio campo.*

4.3.5 João e a moral judaico-cristã

Figura 5. JulienDupré. “La Fermiere”

O quinto protagonista esteve presente apenas na primeira sessão. As suas ausências também não foram justificadas, apesar dos agendamentos e solicitação para participação de todos. Nesse primeiro encontro, chegou ao grupo em que se estavam discutindo as questões sobre os interesses e motivações pelo trabalho no CT. Em suas falas, a motivação também está associada ao catolicismo e à influência da Pastoral da Juventude. A representação da função como “missão” religiosa indica o vínculo com a Igreja e a mediação das crenças pessoais na atuação como conselheiro tutelar. Em sua mesa encontrava-se uma Bíblia ao lado do ECA, indicando a dualidade entre o coração ou fé, e a lei. Esse protagonista teceu críticas explícitas ao ECA por contradições com seus sentimentos em relação à família. O objetivo do conselheiro tutelar seria “colocar as leis em prática”, mas na realidade o “humano” e o “coração” estão em oposição às leis. Reconheceu que há muitas ocorrências, abusos, negligências ou abandonos. Porém, seria melhor evitar decisões consideradas severas, ter “cuidado” com algumas regras para não enfrentar problemas pessoais com o sistema judiciário. Como conselheiro tutelar, se dispõe a contribuir com pequenas parcelas, utilizando a imagem ou símbolo de “beija-flor” apagando um incêndio.

Fragmentos discursivos

- ✓ *É uma missão (...) confiada a nós através da população...*
- ✓ *Você só é conselheiro a partir do momento que você está exercendo...*
- ✓ *Não cheguei a pegar essa situação ((abrigamento)). E espero não pegar ((risos))... por que se a gente não pega, não tem problema...*
- ✓ *Você sempre sente uma... insegurança muito grande né? A insegurança que vem de você próprio...*
- ✓ *É... Você, você tá lendo uma coisa, tá lendo uma coisa, tá vendo uma coisa, só que você se depara com uma situação que o seu humano... É... Bate contra o estatuto diz... aqui você tem coração, você tem ser humano, tá lidando com humano...*
- ✓ *E aí você se depara com a situação... e aí você tem que resolver... Eu tenho que ver o lado da criança, eu tenho que ver o lado da família...*

4.4 Síntese e descrição do grupo focal

A seguir consta a descrição das cinco sessões do grupo focal. Os relatos permitem identificar os temas que foram discutidos, as posturas e divergências de opinião no grupo. Estas informações contemplam os acontecimentos que mais chamaram a atenção, em termos do funcionamento e da estrutura do grupo focal, e dos papéis assumidos no decorrer da interação com o pesquisador.

4.4.1 Primeira sessão: trajetória profissional, motivação e iniciação no CT

A primeira sessão não ocorreu na data prevista, após um acordo verbal com Marcos e várias visitas para autorização da pesquisa, o início deveria ter ocorrido no dia 03 de março de 2011. Depois do consentimento verbal dos demais membros do CT, através da mediação de Marcos, o início do grupo focal foi agendado para o dia 17 de março de 2011, numa quinta-feira às quinze horas. Nesse dia fui à instituição e apenas Marcos estava no local, o que comprovou o pouco tempo disponível e a rotina com muitos imprevistos.

Fui informado que os demais não chegariam a tempo naquele dia, mostrou-se um pouco constrangido pelas ausências sem justificativa, mas afirmou que na próxima semana

todos, certamente, estariam na instituição para realização do grupo focal. Segundo o relato de Marcos, todos os outros conselheiros tutelares estavam de acordo com o início do grupo focal, na data e horário agendados, e não havia motivos para desistir devido a esses acontecimentos que faziam parte do dia a dia.

Na abertura do grupo focal, estavam presentes Antônio, Marcos e Paulo. Logo no início me apresentei, expondo brevemente a minha formação e atividades profissionais. Os objetivos da pesquisa foram apresentados, assim como a necessidade de mais quatro sessões posteriores, num intervalo de 15 a 20 dias. Os aspectos éticos, no sigilo das informações, integridade física, liberdade de expressão e autonomia para desistência foram apontados, sem questionamentos pelos participantes. Assim que a aluna iniciou a gravação, Marcos começou a falar sobre a divulgação das ações do CT na mídia local, solicitando a minha ajuda para melhorar a imagem pública da instituição.

O assunto “divulgação do trabalho do CT” colocado como fundamental, sendo uma surpresa, tornou-se algo inesperado pela forma incisiva com que foi tratado. A minha presença na instituição deveria colaborar para que isso se tornasse uma realidade. Marcos foi enfático ao dizer que todas as ações deveriam chegar ao conhecimento do público, demonstrando muita preocupação com a visibilidade da instituição na comunidade. Antônio, na mesma direção, afirmou que a sociedade não conhece o CT, suas finalidades e resultados alcançados, por isso as recorrentes críticas ao órgão.

Após discorrer sobre essas demandas fundamentais para o grupo, o foco foi os objetivos do primeiro encontro. Retomei a minha apresentação, falando de minha experiência como docente e interesse, como um pesquisador, em conhecer a realidade do CT. O assunto foi conduzido para as motivações e trajetórias individuais que acarretaram na escolha por esse cargo público. A divulgação do trabalho poderia ter sido mais aprofundada, mas diante do pouco tempo que havia não foi possível explorar o assunto, esse fato foi agravado com a formação precária do grupo na primeira sessão.

Retomando as questões para discussão nesse dia, os membros Marcos, Paulo e Antônio discorreram sobre as motivações e histórico pessoal com projetos sociais na área da infância e juventude. Antônio indicou que sempre esteve ligado a projetos sociais na Prefeitura, como educador voluntário, trabalhando com esporte em comunidades excluídas. Havia interesse de permanecer com estes projetos, pois era uma figura com destaque e muito contato com as comunidades, porém, com as novas regras da Prefeitura que exigia Licenciatura e Educação Física e registro no órgão de classe profissional, ele escolheu continuar na área através do CT. Contudo, chama atenção a sua filiação partidária, anterior ao

exercício do cargo e as dificuldades financeiras para manutenção da família, por isso a jornada de trabalho no CT e na prestação de serviços em tapeçaria.

Paulo é advogado, formado em faculdade privada no próprio município. Devido à condição de saúde, paraplégico, também encontrava muitas limitações para inclusão no mercado de trabalho. Relatou objetivamente que a opção pelo cargo de conselheiro tutelar foi devido a dificuldades econômicas, frente à baixa renda que obtinha em negócios com aluguel de caminhões em que surgiu a ideia de se envolver na área. Os dois mandados que cumpriu foram como suplente, assim como Marcos. Este conselheiro relatou o seu envolvimento desde a adolescência com partido político (PT), ele afirmou que opção pelo CT estava ligada à experiência em discussões como a redução da maioridade penal e demais trabalhos realizados na Igreja Católica, através da Pastoral da Juventude.

João e Pedro foram os últimos a discorrer sobre este tema, pois chegaram após a abertura. João relatou que ser conselheiro tutelar é uma missão (religiosa), algo pensado como predestinação divina e espiritual. Na realização dessa missão entende que deve cumprir o ECA, mas sempre preservar a criança junto à família, compreendida com instituição sagrada. É formado em comunicação social e não relatou experiências anteriores com projetos sociais na área. Pedro relatou que o interesse já ocorria desde quando era professor em escolas públicas, o fato de seu filho ter ocupado duas vezes o mandato trouxe conhecimentos e motivação para se candidatar ao cargo no CT.

Após esse tema ter sido debatido, eles foram questionados sobre o começo, os primeiros dias, como se sentiram, como se preparam para essa nova ocupação. Nesse momento, Antônio havia deixado o grupo, e João começava a sua participação. Portanto, Marcos, João e Paulo estavam nesse momento e compartilhavam as mesmas ideias sobre a iniciação no trabalho. Marcos utilizou as palavras medo, receio e insegurança em relação aos atendimentos, as dúvidas sobre quais as ocorrências iria atender e como iria resolvê-las. Paulo complementou essas reflexões, sinalizando que não sabia como lidar com uma criança violentada, reforçando a insegurança e as dúvidas sobre os procedimentos e posturas que deveriam ser adotados. João, da mesma forma, indicou que a insegurança e o medo são comuns nesse momento, o que se agravava pelo fato de outros conselheiros tutelares responderem processos judiciais por decisões consideradas, por ele, como equivocadas.

João relatou, ainda, que as inseguranças tinham relação ao ECA, pois, em algumas circunstâncias seria melhor “perdoar” a negligência de uma mãe do que fazer um BO, em suas decisões, portanto, às vezes o lado humano e o que chamou de coração tem mais influência do que a lei. Pedro afirmou que no início se sentiu tranquilo, pois se pautava nas experiências

peçoais na família de origem, na formação em pedagogia e no contato com filho ex-conselheiro. Apesar disso, sentiu-se muito fragilizado quando precisou fazer o seu primeiro abrigoamento, relatando muita tristeza também quando tinha de investigar casos de espancamento ou violência sexual.

Quando questionados sobre qual o trabalho de um conselheiro tutelar, descreveram com clareza vários termos e normas da legislação, mas reforçaram o distanciamento com as práticas e com o trabalho de campo. Todos compartilharam que se trata de um órgão de encaminhamento, com destaque para o CRAS e o CREAS. Encaminhados à finalização, foram solicitados para narrar um caso de violência ou transgressão de direito e qual medida que optaram por realizar.

Marcos citou um caso de tortura, onde um pai acorrentou um filho devido à dependência química, sentiu-se como um herói ao arrombar a porta junto com policiais e autorização jurídica para libertar o adolescente, o caso ganhou repercussão na mídia regional. João informou que presencia muitas situações banalizadas, principalmente de negligência, mas prefere evitar casos polêmicos porque pode haver consequências jurídicas, caso agir de forma “radical”. Na mesma direção, Paulo relatou as várias situações de negligência familiar, mas evita optar pelo BO na primeira punição aos pais, para evitar a destruição da família, como afirma João.

Por fim, discutiram sobre os horários de atendimento, plantões de final de semana, as escolas de trabalho e a estrutura material do estabelecimento. Afirmaram que há um excesso de trabalhos burocráticos que dificultam, muitas vezes, o contato com as comunidades em ações externas. Marcos e Pedro permaneceram até o final, comentando sobre como a função é colocada em prática diante dessa realidade. Pedro relatou a pressão social por resultados e cobranças das famílias em relação à rebeldia, à indisciplina e ao consumo de entorpecentes por crianças e adolescentes. Marcos concluiu que, muitas vezes, eles não encontravam recursos para atender a essas demandas das famílias, reconhecendo a necessidade de suporte da rede, conhecimentos e desenvolvimento de competências para resolverem estes problemas.

Síntese diagnóstica da primeira sessão

Apesar das limitações para permanência de todos os participantes, a proposta foi mantida, e a pesquisa foi realizada no próprio ambiente de trabalho. Contudo, estava evidente que um dos critérios, para realização deste estudo, foi que os conselheiros tutelares não iriam

interromper a dinâmica e funcionamento da instituição, durante as sessões do grupo focal. Assim, procurou-se um período do dia mais adequado à rotina e a todos. Foi explicitado um acordo, para a realização da pesquisa, que pressupunha auxílio mútuo: era autorizada a minha entrada na instituição com uma câmara filmadora para gravar as sessões em grupo, desde que os resultados dessa intervenção auxiliassem com melhorias na imagem pública do CT. Contudo, o fato de utilizar a filmagem, como procedimento na coleta de informações, pode ter acarretado certa intimidação e maior precaução com as palavras que seriam ditas pelos conselheiros tutelares.

A função do conselheiro tutelar foi representada em meio à perseverança de atuarem com pequenas contribuições, independente dos resultados, assim, houve ênfase na importância dos encaminhamentos para demais órgãos da rede de proteção, como principal intervenção na prática profissional. A insegurança e o medo de não conseguirem êxito frente aos desafios marcaram a experiência subjetiva no início do trabalho. As falas indicaram que muitas críticas são direcionadas à instituição, assim como imposições e cobranças de algumas tarefas que não fazem parte da jurisdição.

Por outro lado, o problema com o tempo e desorganização chamou a atenção, causando ansiedade e agitação em todos. O contexto institucional se caracterizou pelos atrasos, ausências e imposição de papéis, como também pelo descompromisso ou resistência de alguns conselheiros. Pensar em conjunto e debater questões vinculadas ao trabalho demandam tempo, interesse e motivação, isso deveria fazer parte da cultura institucional de agentes públicos que convivem com muitas cobranças e pressões sociais por resultados. O agendamento prévio do grupo focal e os avisos sobre a mesa de cada integrante não garantiram uma hora para participação de todos.

Devido à dinâmica dos participantes, houve desarticulação entre o começo, o meio e o fim da sessão. O grupo se estruturou por meio de um rodízio entre os membros: alguns iam chegando atrasados, e outros saindo antecipadamente. Assim, surgiu a seguinte questão, hipótese e desafio para as próximas sessões: as entradas e saídas durante o grupo representariam uma resistência ao pesquisador e à pesquisa, sabotagem ao próprio grupo ou indícios importantes sobre o funcionamento da instituição? Considera-se que as três questões levantadas são coerentes com os acontecimentos da primeira sessão, fornecendo um panorama das dificuldades para o pesquisador em dar continuidade aos assuntos, em integrar o grupo numa discussão que se propunha democrática e aberta ao diálogo com as diferenças de opinião.

Contudo, não foi possível evitar a desorganização e a desordem, pois o grupo atuou desprovido de uma sequência temporal ou temática. Diante da rotatividade e alternância de membros, surgia a necessidade de situar quem chegava e, ao mesmo tempo, tecer considerações e comentários sobre a participação de quem saía. Os lugares, posições e papéis dos conselheiros tutelares e do pesquisador foram deslocados, o que remeteu a dificuldades em trazer à tona e aprofundar os conteúdos emergentes, pois a concentração e a atenção recebiam interferência do movimento dos participantes. Ou seja, ao mesmo tempo em que prestava atenção em quem estava na sessão, ficava na expectativa de quem iria chegar ou sair.

Veja como foi o rodízio: Antônio saiu no início da sessão. Em seguida, João chegou, enquanto Antônio se levantava para ir embora. Porém, João não permaneceu até o fim. Quando estávamos nos comentários finais, foi Pedro quem chegou e João retirou-se do grupo naquele momento. Portanto, começamos a sessão com Antônio, Marcos e Paulo. Depois, Marcos, Paulo e João. Em seguida, Marcos, Paulo e Pedro. Ao longo dessa sessão, Marcos e Paulo foram os conselheiros que permaneceram o tempo todo.

Sobretudo, esse trânsito trouxe à tona algo problemático na organização desse CT e no tempo disponível para participação no grupo. Nesse sentido, era necessário ao pesquisador colocar essa questão para discussão no aqui e agora grupal e não se pautar somente no roteiro para o dia. Ou seja, os conselheiros tutelares deveriam ser indagados sobre essa dinâmica confusa e dispersa, como seria a organização nas reuniões e a rotina do colegiado?

Contudo, houve uma aceitação implícita de todos, pesquisador e conselheiros, de que o funcionamento era assim mesmo, esse movimento de “entra e sai” não foi assinalado, nem problematizado. Por outro lado, entende-se que um investigador com uma câmara filmadora, um estranho que entra numa instituição na berlinda, em meio a acusações, não iria encontrar facilidades para impor regras e articular os assuntos tal como estava planejado.

A desconfiança e insegurança têm relação com as dúvidas do uso dessas imagens e informações gravadas em pleno ano eleitoral, considerando que dois candidatos estavam em campanha. Este CT estava sendo acusado por políticos locais de não cumprir com suas obrigações, principalmente em relação ao consumo de álcool por adolescentes. A entrada do pesquisador na instituição foi percebida como uma estratégia de defesa na formação de uma parceria com a Faculdade e na espetacularização do trabalho nos jornais, TV e rádio.

O funcionamento do grupo aponta para dois fenômenos que Bleger (1989) chama de “reação paranoica” e “reação confusional” que se alternaram ao longo dessa sessão. Os grupos são depositários de estratos da personalidade presentes em sua organização e constituição. Nessa primeira sessão, prevaleceu um tipo de relação que é paradoxalmente uma

não relação, tal como entende o autor citado. Um tipo de sociabilidade, onde os papéis e o enquadre da tarefa não estavam discriminados. Desse modo, o grupo esteve, grande parte do tempo, comprometido em sua estrutura, e comunicação e integração com a defesa e transitoriedade foram fatores muito evidentes. Quando a tarefa provoca ansiedade extrema nos membros, é provável que surja uma dramatização ou atuação da informação, que pode ser assim considerada como uma primeira introjeção, mas no nível corporal. Os sujeitos, na atuação, dramatizam a informação e a reação à ansiedade provocada pela informação, com destaque para a despersonalização, fobias, paranoias ou obsessões.

4.4.2 Segunda sessão: infância, adolescência e Doutrina de Proteção Integral

Na segunda sessão, busca-se uma alternativa para evitar atrasos e ausências. Por sugestão de Marcos, o horário ficou das 12:00 às 13:00, no intervalo do dia, onde os telefonemas e ocorrências eram menos frequentes. Todos receberam um convite por escrito e neste dia compareceram Paulo, Pedro e Marcos, do começo ao fim da sessão.

O tema desenvolvido envolvia essencialmente a infância e políticas públicas brasileiras, com destaque para o papel do CT na efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Foi notável a diferença com o primeiro dia, pois foram alcançados os objetivos do dia com foco no conteúdo proposto, bem como, com a participação e comunicação mais eficaz com o pesquisador. Iniciou-se o grupo com breves apontamentos sobre a infância pessoal dos três participantes. Eles relataram suas memórias do passado, num clima mais tranquilo, com risos, alívio da ansiedade e apreensão marcantes na primeira sessão.

Paulo narrou várias histórias, suas brincadeiras e como se divertia fazendo muita bagunça na rua. Relatou o forte vínculo com o pai, às vezes, ausente por trabalhar como motorista de caminhão, por isso, era educado pela mãe e pela avó. Era desobediente, muito arteiro, se apresentou como peralta que vivia correndo da avó e da mãe para não apanhar. Da mesma forma, Marcos relatou memórias felizes e alegres do passado. Destacaram-se as brincadeiras de bola na rua, as aventuras com irmão em outros bairros, considerando que não havia tanta violência como se presencia na atualidade. Afirmou que foi um adolescente rebelde, com muitas utopias, na relação com os pais ouvia uma coisa e fazia outra. Narrou que apanhou várias vezes da mãe devido à desobediência, mas não acredita que isso tenha sido ruim para sua formação como cidadão honesto e trabalhador.

Pedro, assim como os demais, se concentrou em relatar as alegrias do passado.

Sentiu-se frustrado por crescer numa cidade muito pequena, como uma vila na zona rural, onde as possibilidades de lazer se limitavam a explorar a natureza, as cachoeirinhas, ir comer frutas das árvores ou sentar na varanda nos sítios dos parentes. Todos afirmaram que se sentem gratos pela família que tiveram, pela educação e pela rigidez dos pais. Eles começaram a trabalhar antes da adolescência para contribuir com a renda familiar, fato considerado importante na socialização e compressão das regras sociais. As famílias eram patriarcais, com papéis definidos para o homem e para mulher, o que foi defendido na argumentação de Pedro.

Ao irem relatando o passado, foram estabelecendo analogias com o presente, nos temas família, infância e educação. Acompanhando o raciocínio do grupo, foi indagado sobre o que eles percebiam de mudanças, entre as origens e a sociedade nos dias atuais. Pedro associou o declínio dos valores morais, tal como defende, ao ECA que peca em alguns aspectos, por exemplo, na rigidez em controlar a entrada de adolescentes no mercado de trabalho. Nesse momento, eles começaram a comentar sobre a infância e a adolescência na sociedade atual, destacando somente os aspectos negativos e os problemas sociais mais graves.

Marcos afirmou que esse declínio nos padrões antigos decorre de uma sociedade consumista, antigamente todos viviam com poucos recursos, os brinquedos eram simples, mas favoreciam a interação e a socialização. A criança em situação de exclusão com os mesmos produtos que são cobiçados como videogame, celular e roupas de marca, o que incita a prostituição, delitos e conflito com a lei. Paulo e Pedro centralizam os problemas na ausência das mães que precisam trabalhar e não educam mais seus filhos. A consequência seria uma geração de jovens usuários de drogas e que não se interessam pelo trabalho.

Eles permaneceram discorrendo sobre os problemas da infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social. Assim, o ECA foi colocado em pauta, numa discussão que permaneceu até o fim da sessão. Marcos se volta em defesa do ECA, alegando que a lei não deveria ser questionada. Porém, Pedro e Paulo entendiam que há uma desproporção entre direitos e deveres. Uma vez que a criança conhece seus direitos, ela teria ganhado um poder que não fazia parte das relações familiares do passado, ou seja, a criança mandaria nos pais devido ao ECA.

Na concepção de Marcos, trata-se de uma questão de comodidade e imaturidade da criança, há deveres, mas os pais e a sociedade precisam negociar, sem violência com a criança para impor limites e respeito às autoridades. Em outra direção, Paulo e Pedro alegaram que o ECA promoveu uma geração de adolescentes que não sabem o que é punição, uma vez que

qualquer “tapinha” o CT seria acionado para punir os agressores. Envereda-se para as punições ou castigos impostos por pais e professores na correção de condutas e proposição de deveres aos adolescentes.

Esse tema foi muito polêmico, e as posturas permaneceram em conflito. Em discussão, reconhecendo a tensão por opinarem frente à questão da palmada, Paulo e Pedro não se esquivaram e afirmaram que frente a uma desobediência seria melhor um “tapa” do que a criança se tornar um marginal ou dependente químico. Paulo destacou que é preciso respeitar os limites do corpo da criança, não precisa machucar, mas se precisar corrigir com tapa, não há problema. Reconhecendo a gravidade do tema, Marcos destaca que não pode concordar com nenhuma forma de agressão e alerta os demais que precisam seguir o que o ECA diz, mesmo tendo uma opinião pessoal diferente.

Nesse sentido, começaram a colocar os fatores positivos e negativos em seguir o ECA em relação à palmada. Pedro discorreu que como conselheiro tutelar concorda com o ECA, mas não como pai, afirmando que quando Marcos tivesse um filho ele iria entender por que a criança pode precisar de uma palmada. Assim com Paulo, ele afirmou que os pais não possuem recursos tão sofisticados para negociar regras sem uma tapa, chinelada ou uma “cintada”. Paulo e Pedro se mostraram sensíveis à violência contra a criança, representada como espancamento que deixa marcas no corpo, mas não reconheceram que há uma linha tênue entre a palmada e as outras práticas que podem acarretar em maus-tratos, abusos e violência. Frente ao desafio de orientar os pais nestas situações, eles se veem entre a cruz e a espada.

Em direção ao final da sessão, Marcos colocou em pauta que não se trata de buscar as falhas no ECA ou nas famílias, mas no poder público. Eles não concordaram em relação à educação e punição, mas com relação aos poderes teceram críticas severas que se complementam. Marcos começa uma discussão que iria permanecer nas demais sessões. Qual o papel do poder público na efetivação dos direitos da criança? Como os promotores, juízes, prefeitos e vereadores trabalham para que a doutrina de proteção integral seja uma realidade que se comprova no próprio CT? Em torno desses problemas, o grupo apresentou perspectivas pessimistas em relação às expectativas de parceria e contribuições externas do poder público, significado como vilão do sistema. Eles culpavam os poderes e o formato da sociedade, onde a justiça é lenta e desigual.

Nos momentos finais, indicaram que a infância e a família ideal seriam tal como viveram no passado, com a presença da mãe, os mesmos castigos, valores e conceitos sobre a vida em sociedade. O contato com a tragédia social de crianças usando e consumindo crack

ou violentadas sexualmente foi o contraste entre a esfera pública e a esfera privada. Marcos relatou a angústia de comprovar os crimes, mas não saber como poderia ajudar na prevenção ou ações efetivas em que os resultados fossem mais visíveis. Neste sentido, a visibilidade social da violência contra criança foi o último tema a ser discutido. Eles relataram a surpresa, o estranhamento em conhecer os índices e tipos de crimes contra a criança. A figura do pai protetor e do super-herói alterna com a figura do agente público consciente de que as ocorrências iriam permanecer apesar dos esforços e empenho coletivo onde cada um se vê fazendo a sua parte. Nessa condição paradoxal, identificam-se os sentimentos depressivos e a angústia como sinais do sofrimento institucional.

Síntese diagnóstica da segunda sessão

Na segunda sessão, foi possível estar atento aos conteúdos emergentes, devido à melhor organização e disposição dos papéis assumidos no grupo. O grupo atuou e interagiu com os temas sem a movimentação e os desencontros que ocorreram na primeira sessão, o que permitiu uma escuta pertinente aos diálogos que emergiram livremente no encadeamento dos assuntos. O horário escolhido, no intervalo do expediente de trabalho, também contribuiu para diminuir as interferências externas e os imprevistos que precisam de rápidas soluções. O tema escolhido foi debatido com mais fluência e participação dos integrantes, principalmente quando tratava da história de vida de cada um.

Ao abordar a infância na sociedade atual, a discussão enveredou para o papel do ECA e do poder público na garantia de direitos. Os participantes discordaram em várias opiniões, apresentando dificuldades com alguns pressupostos da lei, por exemplo, em relação ao trabalho na adolescência. Ao final da sessão, observam-se sentimentos de angústia, tristeza e o reconhecimento da impotência frente aos conflitos testemunhados e recorrentes, tais como abusos sexuais. Os índices de violência contra a criança, apesar dos esforços contínuos do CT no sentido da contenção do fenômeno, permaneciam alarmantes no município. Identificam-se, assim, duas reações psíquicas no grupo: a regressão psicofamiliar no início e a angústia depressiva no final.

As primeiras questões estavam focadas na história de vida dos conselheiros tutelares, pois tem-se como hipótese que as remotas vivências da esfera privada constituem uma das bases que orientam as práticas atuais, os conceitos e representações sobre infância, educação e família. Nessa primeira dimensão do debate, os participantes descreveram brevemente as recordações e memórias consideradas significativas na socialização infantil, com destaque

para brincadeiras e fatores lúdicos do desenvolvimento, escolarização e educação familiar, a qual enfatizaram a rigidez disciplinar e autoridade das mães. Comparando o passado vivido com o momento atual nos aspectos destacados, os conselheiros tutelares criticaram o funcionamento das famílias e da educação na socialização das crianças e adolescentes.

Dentre os assuntos que emergiram nas conversações, o ECA foi alvo de várias polêmicas e discordâncias. Pedro e Paulo defenderam a violência física, “chineladas” ou “palmadas” como prática educativa e disciplinar, desde que utilizadas com moderação pelos pais, sem o risco de sequelas físicas na criança. Marcos foi crítico a essas práticas, na correção e conscientização de hierarquias, assumindo que, como conselheiro tutelar, “falando com a lei” não poderia aceitar uma palmada como atitude de um pai. Narrar esses aspectos do passado pessoal trouxe sensações de alívio e descontração no grupo. Nesse momento a interação e a comunicação eram mais espontâneas, parcialmente, independente da intervenção do pesquisador. As ideias fluíram em sequência, a fala do outro era considerada, estimulando recordações, portanto as resistências e mecanismos de defesas foram atenuados.

Em síntese, nessa segunda sessão, o grupo se caracterizou por dois momentos ou reações psíquicas distintas: primeiro, na abertura por uma tendência ao processo de regressão psicofamiliar, que amenizou o clima tenso, as ansiedades e estereotípias. Os conflitos do nível político-institucional foram canalizados para o nível familiar infantil. Segundo, após debater sobre os problemas sociais que desencadeiam sofrimentos na infância, surgiram a tristeza, os afetos depressivos e a identificação com as vítimas. A consequência foi o reconhecimento da impotência frente à tragédia que se repete diariamente.

4.4.3 Terceira sessão: procedimentos e medidas para defesa dos direitos

A terceira sessão visa a se aprofundar nas práticas ocupacionais, nos procedimentos e medidas adotados e nos serviços prestados junto à comunidade. A sessão foi comprometida pelo pequeno número de participantes, além de uma postura rígida e controladora de um conselheiro tutelar sobre o outro. Estiveram presentes Marcos e Pedro que permaneceram do começo ao fim. As divergências de opinião que foram verificadas na sessão anterior podem ter repercutido na postura destes dois participantes, lembrando que para melhorar a imagem pública da instituição era um dos objetivos de se colocarem à disposição da pesquisa.

A questão inicial tratava dos procedimentos adotados em situações de violência ou transgressão de direito. Logo em seguida, Pedro disse que Marcos poderia responder por que

é a mesma coisa e ele concordaria com tudo. Mesmo que essa tenha sido a intenção, não foi dessa forma que ocorreu. Marcos relatou alguns exemplos de crimes e de ações que deveriam ser tomados por todos do colegiado. Descreve situações onde há suspeita de violência sexual ou física.

Os procedimentos envolvem investigar os fatos, conversar com os responsáveis e coletar todas as informações possíveis, onde o BO é a consequência padrão. Em casos mais graves, com apoio e respaldo do juiz, poderia ocorrer o abrigo da criança ou situações que culminam em adoção. Pedro concordou e acrescentou que, em várias situações de abuso e violência, o encaminhamento é feito para o CRAS e o CREAS porque há psicólogos e assistentes sociais habilitados para lidar com essas demandas. Porém, disse que eles tinham um questionário que poderia ser aplicado na investigação de maus-tratos, e quando ele sente já manda direto para psicóloga, por ser um tipo de doença mental.

Essa fala foi rapidamente corrigida por Marcos que discordou e afirmou que eles não são técnicos para avaliar a saúde mental dos usuários, os profissionais da Secretaria da Saúde que teriam essa função. Pedro recua e afirma que é um aconselhamento e não um diagnóstico. Marcos explica que o objetivo do CT é fazer com que os direitos da criança sejam respeitados e que grande parte das solicitações se refere a vagas em creches da Prefeitura. Indaguei sobre a atitude deles perante essas demandas. E informaram que têm oficializado a Secretaria da Educação e a Diretoria de Ensino quando há queixa de evasão ou violência.

Em seguida, foram questionados sobre o planejamento dessas ações. Pedro informou que depende do dia a dia, eles atendem as urgências que surgem, devido à complexidade e ao grande número de incidentes não há como apreender tudo e se preparar para o trabalho. Ele citou vários exemplos, como encaminhamento para APAE, orientação em caso de violência sexual ou evasão escolar, cada situação apresenta procedimentos burocráticos distintos. Marcos complementa informando que não tem como saber de tudo na hora, precisam buscar informações para passar as informações corretas, a rede é muito ampla e alguns setores eles acabam tendo mais contato que outros, assim, apenas quando surge o primeiro caso que eles poderiam saber como proceder em tal situação, não teria como se anteciparem e planejarem o trabalho.

Nessa direção Pedro discorre que eles trabalham em cima das denúncias, as demais ações são burocráticas, para resolvê-las ou encaminhá-las. Se não houver denúncia, não teria como fazer quase nada. Marcos relata que as ações frente às denúncias, muitas vezes, incorrem em confronto com autoridades, pois seria a única forma de buscar atendimento para as famílias. “Ninguém gosta de ser peitado”, mas a defesa de direitos exige isso. Pedro aponta

outros caminhos, informa que não são comuns esses enfrentamentos, que as autoridades são ótimas como parceiras, os juízes e promotores e demais autoridades não precisam ser pressionados para que a lei fosse respeitada, e, além disso, eles não estariam cobrando o CT de negligência nenhuma.

Marcos traz para discussão a opinião pública acerca do conselheiro tutelar que parece ser um pouco mais respeitado, pois a sociedade teria aceitado suas ações na luta por direitos, deixaram de ser percebidos como arruaceiros ou vilões que vão retirar crianças inocentes das famílias. Pedro complementa alegando que a população não conhece o trabalho e os objetivos do CT, principalmente em casos de abrigo a população se mostra revoltada, onde sofreriam ameaças e xingamentos.

Pensando nesses conflitos com a população, foi questionado sobre como têm resolvido os casos, quais as dificuldades encontradas. Marcos aponta que nenhum caso fica engavetado, todos são encaminhados para os órgãos competentes, mas que muitas vezes não há sequência, e a população tende a pensar que foi o CT que não fez nada. Citou um episódio de violência sexual, onde um pedófilo abusava de uma menina. Nesse caso, por exemplo, ficou quase um dia inteiro com policiais para conseguir prender o abusador, mas afirmou que isso é apenas o primeiro passo, pois envolve juiz, promotor, advogados, psicólogos e muitos laudos durante o processo criminal. O desgaste psicológico seria intenso para dar andamento nesse tipo de caso.

Por isso, Marcos entende a importância do CT contar com psicólogos, assistentes sociais e advogados trabalhando em conjunto. Pedro discordou, uma vez que estes profissionais já estão no CRAS e no CREAS, precisariam mais de um advogado. O investimento urgente estaria na estrutura do prédio, nos recursos materiais e num plano de carreira. Marcos insiste e afirma que ninguém é técnico competente para lidar com situações tão graves e que o único instrumento, o ECA, não explica como prestar um auxílio, mesmo que superficial, mas compatível com o sofrimento das crianças violentadas. Encaminhando-se para o final, Pedro relata que não há vontade política para uma estrutura como essas no CT, há verba, mas o poder público não estaria interessado em melhorar a equipe com tais profissionais. A discussão final se pautou, portanto, na importância de um suporte mais próximo de profissionais atuando no CT o que gerou posições distintas entre os participantes presentes nessa sessão.

Síntese diagnóstica da terceira sessão

Nessa sessão percebe-se uma tendência rígida de um membro em relação ao outro, em grande parte do tempo, havia um esforço em concordarem com tudo, destacando que o trabalho é coeso e bem integrado no colegiado. Havia como objetivos compreender quais as principais ocorrências e as estratégias de ação do colegiado para o enfrentamento das demandas comunitárias. Identifica-se que, assim como em muitos CTs no Brasil, as demandas são muitas, e eles não conseguem acompanhar os casos por muito tempo. Não há planejamento ou um trabalho de aproximação com a comunidade, por meio de visitas às escolas, aos centros comunitários ou às próprias famílias em situação de vulnerabilidade. A dificuldade com a rede se amplia com os diferentes trâmites para acessar os profissionais, as únicas instituições citadas para encaminhar os problemas foram CRAS e CREAS.

Em termos da dinâmica e comunicação entre eles, percebe-se que se posicionavam como se estivessem cumprindo um roteiro de respostas previamente acordado, perguntando um ao outro se aquilo que falavam estava certo ou errado. A insegurança ou medo da avaliação do pesquisador despontou como uma regressão do grupo à primeira sessão onde prevaleceu não a espontaneidade, mas certa paranoia de serem perseguidos. Marcos e Pedro mostraram muitas discordâncias em torno dos mesmos problemas, a individualidade nas decisões se sobrepõe a um pacto conjunto e constituído num debate democrático, tal como propõe um colegiado público.

As falas foram muito controladas, reticentes, pausadas, centradas muito no que o pesquisador tinha previamente elaborado para o dia. Marcos estava sempre atento ao que Pedro dizia, tentando corrigir ou apresentar uma versão diferente, em caso de discordância, como se o que fosse dito livremente pudesse prejudicar a imagem pública deste CT. Diferenças ideológicas e técnicas na abordagem com as famílias e com os adolescentes foram enunciadas, comprovando a premissa de que o ECA não possui o mesmo significado na prática do trabalho. Antes de responderem às questões pensavam com calma, gerando pequenos silêncios e momentos para refletir sobre o que haviam dito. Portanto, apesar de estarem apenas dois membros do CT, a comunicação permanecia articulada basicamente pelas perguntas elaboradas pelo pesquisador, apesar de terem conduzido o debate para os investimentos públicos na instituição e o suporte multiprofissional ao CT.

A espontaneidade e a livre associação de pensamentos pareciam um pouco bloqueadas pelo receio ou pela iminência de uma discussão agressiva que poderia ser filmada. Quando havia conflitos nas opiniões, as falas eram colocadas com cuidado para não entrarem

em zonas de confronto, o olhar era desviado para o pesquisador. Alguns conteúdos que poderiam salientar diferenças foram parcialmente evitados, deixando no implícito que cada um interpreta e produz sentidos sobre o trabalho de um lugar discrepante. Contudo, o que se pode constatar foi que, apesar da tentativa de demonstrar certa coerência interna e compatibilidade em questões norteadoras do trabalho, as decisões em momentos críticos não são as mesmas, principalmente quando há penalização das famílias com BO ou medidas que podem ter desdobramentos jurídicos.

Sendo assim, ficou evidente que o ECA era apropriado na teoria, mas na prática estava um pouco distante dos parâmetros adotados. Nesse sentido, o funcionamento do grupo reforça a hipótese de que os vínculos profissionais são frágeis, pois os norteadores não são os mesmos, nos momentos em que seriam necessários à escuta e à autorreflexão acerca de um posicionamento diferente, os membros demonstravam resistência e constrangimento. Uma resistência à alteridade, a olhar e a aceitar a diferença de pensamento e ação.

Do ponto de vista psicodinâmico, segundo Bleger (1989), pode-se caracterizar esse funcionamento como um momento fóbico-obsessivo. Nessa circunstância, o objeto institucional tende a ser apreendido pela imobilização, um distanciamento por meio de rituais no esquema referencial. O objeto é evitado estabelecendo-se uma distância em relação a ele, fugindo-se ao contato ou à aproximação. Nos momentos em que poderiam emergir os fatores problemáticos a serem discutidos, os participantes buscavam uma alternativa de contornar a situação desviando o foco, distanciavam-se do território instável de forma que, ao final do assunto, a conclusão era de que estava tudo bem. O pesquisador como representante da comunidade, deveria concluir que o trabalho satisfaz as demandas populares, não haveria motivos para as acusações de negligência à instituição.

4.4.4 Quarta sessão: avaliação do trabalho na rede de proteção

Nesta sessão, inicia-se o grupo com Paulo, Antônio e Marcos. Em sequência ao tema anterior, havia a intenção de propor reflexões sobre a inclusão do CT na rede de proteção, destacando avaliações no âmbito individual, grupal e institucional. Desta forma, num primeiro momento, eles foram indagados sobre a capacidade individual de resolução dos casos e ocorrências. Eles prontamente afirmaram que sempre havia uma solução para todos os casos e

que se sentiam satisfeitos com o desempenho no âmbito individual. A palavra “resolver” foi utilizada no sentido de dar apoio e ouvir as queixas da comunidade. Antônio salientava que as intervenções sempre eram acertadas e que os objetivos eram cumpridos de maneira satisfatória.

A questão foi reformulada e, novamente, foi solicitado que se aprofundassem um pouco mais na discussão. Assim, Marcos começou a apontar aspectos negativos e limitações sobre o início na função. Ele afirmava que os novos conselheiros tutelares sempre ficavam perdidos porque não havia preparação, orientação ou diretrizes sobre o que deveriam fazer. Em seguida, trouxe para discussão que sentia falta de mais conhecimentos acerca de direito e técnicas adequadas para ouvir e acolher as famílias e os adolescentes.

Nesse momento, Antônio deixou o grupo, Marcos e Paulo permaneceram até o fim. Eles estavam dialogando sobre como o conselheiro tutelar trabalha como um psicólogo e que não se sentiam preparados para atuarem, profissionalmente, para suprirem demandas ligadas ao sofrimento mental. A incompatibilidade com as competências ocupacionais causava estresse, irritação e desconforto. Questionados sobre como se planejavam para atender a tais demandas, eles começaram a pontuar uma série de justificativas, como o dia a dia muito agitado e as ocorrências que eram imprevistas, ou seja, afirmaram que não havia maneiras de se preparar para conduzir melhor os atendimentos e queixas que surgiam.

Paulo destacou que utilizavam o improviso frente aos casos que eram muito distintos. Marcos salientava a sobrecarga de ocorrências no município e que o grupo não tinha condições de acompanhar tudo o que acontecia. Percebe-se que de uma avaliação que começou sinalizando o cumprimento pleno dos deveres, os participantes mudam o discurso apresentando descontentamentos, lacunas e graves dificuldades no cotidiano de trabalho. Em face de um trabalho colocado como penoso e, muitas vezes, estressante, Paulo afirmava que muitas ações dependiam do “jeitinho brasileiro”.

Em seguida, situou-se a discussão no âmbito do colegiado, ou seja, era preciso compreender como o grupo lidava com essas situações, se havia apoio e auxílio no conjunto, tempo e motivação para debaterem e procurarem melhores soluções. Pedro interpretou a questão como uma cobrança, a palavra “colegiado” foi associada a relações complicadas e experiências ruins, tanto internamente no CT, como externamente na rede de proteção. Ele justificou que não tinham tempo para sentar juntos para um planejamento e troca de informações. A dinâmica do trabalho impedia essa colaboração e atuação mais próxima entre os membros. Além disso, citou que eram questionados sobre carga horária e salário por outros profissionais da rede e do CMDCA.

Da mesma forma, João se mostrava incomodado com questionamentos externos sobre o colegiado e que eles dariam respostas à sociedade trabalhando muito. Eles eram questionados, principalmente, devido a menores que consumiam drogas e álcool em locais públicos durante a noite. Quando foram indagados sobre o que precisavam, como colegiado, para melhorar os resultados, eles indicaram melhor estrutura física, uma sala de reunião. Marcos retomou a discussão sobre a necessidade de uma assessoria técnica por profissionais qualificados, psicólogos, assistentes sociais e advogados.

A discussão foi direcionada para a avaliação da instituição na rede de proteção. Marcos atenuou os problemas locais, apontando que conhecia realidades muito precárias, onde os conselheiros tutelares trabalhavam com bicicletas. João sinalizou que os empecilhos não eram estruturais, mais políticos, a perseguição era constante por vereadores ou assessores do prefeito. Marcos demonstrou descontentamento quanto à continuidade do trabalho iniciado no CT, pois não havia sequência por outros profissionais da rede. João complementou, apontando que isso gera a percepção de que eles não fazem nada e empurram os problemas com a barriga.

Finalizando a sessão, eles se concentram em rebater as críticas recebidas. O fato de outros conselheiros tutelares terem alcançado êxito na carreira política surgiu como tema polêmico. Pedro, mesmo filiado ao PT, alertava que não fazia do CT um trampolim para a Câmara de Vereadores. Colocando-se como sujeito consciente de sua função, ele se mostrava indignado com a negligência do poder público e dos cidadãos que são testemunhas da violência, mas não denunciam para as autoridades. João deu sequência ao assunto, afirmando que a justiça é lenta e que as pessoas nunca tomam a atitude correta, quando é preciso denunciar e cobrar o poder público.

Síntese diagnóstica da quarta sessão

Nesta sessão, houve o objetivo de estimular avaliações e críticas dos sujeitos da pesquisa acerca do trabalho desenvolvido na rede de proteção. No âmbito individual, percebeu-se um esforço de se colocarem como satisfeitos pelos esforços e metas alcançadas. Ou seja, inicialmente a avaliação indicava que o grupo atuava de forma compatível com a lei e que a sociedade não compreendia a dinâmica de um trabalho excessivo e penoso.

No desenvolvimento da discussão, eles foram pontuando que nem sempre alcançam os resultados esperados, mas que isso decorre de uma gama de fatores externos ao colegiado. Eles permaneciam na defensiva, distribuindo a responsabilidade pelos problemas para vários

seguimentos da rede de proteção. O sentimento de cobrança e perseguição política chamou atenção. Em grande parte da sessão, ao invés de avaliarem o colegiado e em quais aspectos poderiam melhorar nos atendimentos, se focaram em apontar as falhas no sistema, dessa forma, eles seriam vítimas, numa rede onde era comum serem questionados sobre o tempo da jornada de trabalho e os honorários recebidos.

Identificou-se, ainda, que a dinâmica política do município tinha muita influência no trabalho do grupo. Eles se queixaram dos poderes políticos como grandes entraves para que pudessem atuar com autonomia e liberdade. Nesta sessão, o assunto política social foi desviado para a política partidária, o grupo se centrou nesse aspecto se esquivando de uma avaliação aprofundada dos temas que foram propostos. Contudo, ficou evidente que eles se sentiam frustrados e abandonados pelo poder público, o que estava gerando estresse, irritação e incômodos, pois os demais atores da rede não eram tão cobrados e perseguidos.

A inclusão na rede de proteção, tal como se vinha percebendo, era permeada por uma troca de acusações de negligência e inoperância. Novamente os conselheiros tutelares utilizaram o espaço para discursar a favor da imagem pública da instituição, questionando o formato da sociedade e dos poderes que interferiam no funcionamento da instituição. As limitações para o funcionamento eficaz e competente do conjunto de profissionais na rede de proteção foram indicadas como consequências da perseguição política por figuras do Legislativo, fato que pode ser aprofundado na última sessão.

O CT na rede social de proteção seria criticado por outros profissionais por ter uma melhor estrutura de trabalho, as relações institucionais foram descritas não como amistosas e cooperativas, mas carregadas de rivalidades, disputas e trocas de acusações. O pacto coletivo em prol da efetivação do ECA parecia distante de uma rede onde o CT é percebido como vilão da história ou estágio profissional para ingressar na Câmara de Vereadores.

Ao término da sessão, reforçaram o pedido de ajuda ao pesquisador para construção de uma imagem pública positiva do conselheiro tutelar, pois a aproximação com a sociedade seria um primeiro passo para alcançarem essa meta. Trata-se de um pedido de apoio legítimo e relevante para uma instituição com extrema importância na sociedade, mas que, nesse caso, prescinde a disposição coletiva para a consciência crítica de que é necessário assumirem árduas tarefas, para além dos interesses partidários ou motivações incompatíveis com a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

3.4.5 Quinta sessão: o Conselho Tutelar como política pública social

Nesta sessão, estiveram presentes dois membros, Antônio e Marcos que permaneceram até o final. Eles tiveram uma boa interação, apesar de algumas discordâncias em alguns momentos. Tinham como objetivo aprofundar-se em aspectos políticos do Conselho Tutelar na sociedade, a partir da avaliação dos membros. O foco estava numa discussão pautada não nos aspectos partidários que surgiram em sessões anteriores, mas como eles avaliavam a instituição enquanto política pública social na defesa de direitos instituídos.

Primeiramente, foram indagados sobre as demandas, recursos disponíveis e alcance das ações. Prontamente, eles afirmaram que o trabalho era ótimo, Marcos salientou a dedicação intensa de todos para o bom funcionamento e atendimento prestado à comunidade. Apesar disso, novamente, eles citaram que o grupo era alvo de críticas sem fundamento. Neste sentido, foram indagados os membros para explicar melhor as origens e as causas desses questionamentos que causavam incômodos e mal-estar.

Antônio afirmou que a sociedade espera que os conselheiros tutelares façam um trabalho de repressão, como a polícia. Paulo salientou que as famílias tinham expectativas equivocadas sobre o trabalho que eles deveriam realizar. A função não era educar e corrigir crianças indisciplinadas e desobedientes, os pais que deveriam conseguir impor limites aos filhos. Marcos apontou que o problema era que o CT se parece com um órgão de assistência social, onde o cidadão procura soluções para qualquer problema de ordem pública. Por outro lado, percebe-se um incômodo sobre o que eles nomearam como dor de cotovelo.

Na sessão anterior, eles já haviam relatado que a inclusão na rede era permeada por conflitos e cobranças de outros órgãos. Nesse momento, retoma-se essa questão e eles explicaram um pouco melhor o assunto. Marcos disse que o CT era visto como órgão protegido pelo poder público, com muitos recursos disponíveis em comparação com as demais instituições da rede, o que gerava ciúmes e perseguições. Antônio, por sua vez, deu mais detalhes, informando que não se tratava de problemas com origem na rede, mas sim de uma questão política.

Os conflitos com vereadores do município foi, novamente, objeto de discussão entre os membros. Eles permaneceram debatendo sobre a perseguição política ao CT e as repercussões disso na opinião pública. Marcos se esforça em suas justificativas, colocando que trabalhava fora do horário, que atendia demandas das escolas, mas que não podem

“abraçar o mundo”. Antônio, focado em responder às críticas, afirmava que não há como provar nada contra o CT, uma postura do grupo muito frequente ao longo das cinco sessões.

O diálogo se aprofundou na dinâmica política e, acompanhando essa demanda do grupo, compreendeu-se melhor o porquê de tantos conflitos com o Poder Legislativo. Marcos acusava os vereadores de terem denunciado o CT na rádio local de negligência e incompetência em graves denúncias. Antônio se colocou como mediador do grupo, não iria devolver as críticas com acusações aos vereadores que não cumpriam várias promessas de campanha, seu objetivo era fazer um meio de campo entre o CT e o Legislativo, ou seja, uma política de boa vizinhança.

Eles permaneciam focados nessas questões, Marcos trouxe para discussão o fato de vários conselheiros tutelares terem sido eleitos como vereadores e que isso gerava conflitos que não envolviam a defesa de direitos da criança, mas interesses partidários e eleitoreiros. Eles começaram a desviar a responsabilidade pelo funcionamento da rede para o poder público municipal, principalmente em relação a vagas em creches e transporte escolar. Marcos se queixou, pois, nesses casos o CT deveria ser o último órgão a ser procurado, mas era o primeiro.

No decorrer da discussão, acusavam os políticos pela falta de ética e por difamarem o CT sem provas. Paulo, Marcos e Antônio apresentaram a mesma noção de que os problemas decorriam da falta de cobranças de outros órgãos da rede e de uma conscientização melhor das funções de cada um, com destaque para o Poder Judiciário e para as famílias que fogem das responsabilidades. Eles se sentiam injustiçados por serem tratados como o lobo mau da rede de proteção, enquanto muitos profissionais não cumpriam com seus deveres.

Síntese diagnóstica da quinta sessão

Na última sessão, havia o objetivo de retomar discussões levantadas em momentos anteriores, para aprofundar na avaliação iniciada na quarta sessão. O foco seria debater sobre o CT como política social no âmbito da infância e juventude, especificamente, sobre as demandas do grupo, as limitações, entraves e desafios para alcançarem o respeito, o reconhecimento e a apoio da sociedade.

Refletindo sobre os principais acontecimentos, nas quatro sessões anteriores, concluiu-se que era importante esclarecer algumas questões emergentes que causavam perturbação e angústia no grupo. Por que este CT, mesmo inserido numa política social de relevância incontestável, era alvo de acusações e ataques por políticos e atores sociais que exerciam

funções de protagonistas na rede?

Essa problemática perpassou todas as sessões e, em vários momentos, o grupo sinalizava que a pressão social causava desconforto. Chamou atenção que todos tinham contato com lideranças políticas, Marcos e Antônio eram filiados a partidos em oposição e disputa pelo poder. Eles se mostraram empenhados em demonstrar que a filiação política não teria influência na atuação como conselheiros tutelares. Por outro lado, o tempo foi empregado em grande parte não para discutir o CT como política social na defesa de direitos, mas como uma parte de uma engrenagem complexa de interesses ideológicos e partidários.

4.5 Análise do grupo focal

A seguir destacam-se as categorias e subcategorias de análise, obtidas nas cinco sessões de grupo focal.

Tabela 10. Categorias e subcategorias de análise.

Categorias	Subcategorias
Infância, adolescência e socialização	Cultura familiar: mães autoritárias, pais liberais
Formação, carreira e experiências profissionais	
Identidade ocupacional e iniciação no CT	
Atribuições e competências do CT	Planejamento institucional e rotina
CT, esfera pública e política	Investimento público no CT
	Política social e política partidária
Trabalho em rede e vínculos institucionais	Garantia de direitos e poder público
Doutrina da Proteção Integral: ECA, teoria e prática	
Educação e punição nas diretrizes do ECA	
	Negligência, abandono e drogadição
Violência contra criança: medidas de proteção e defesa	Visibilidade social, denúncias e notificação
	Fracasso escolar, violência e indisciplina
Sofrimento institucional e impotência	

4.5.1 Infância, adolescência e socialização

Tenho comigo as lembranças do que eu era, para cantar nada era longe, tudo tão bom...

Milton Nascimento e Fernando Brant ³

Nesta categoria, as unidades de significado se referem às memórias da infância e da adolescência mencionadas pelos entrevistados. Os relatos sobre a infância e a família foram colocados como acontecimentos “maravilhosos” e “inesquecíveis”, com saudosismo frequente, exaltação ao passado e às interações sociais nesse período da vida. O conteúdo selecionado, nesta categoria, agrega o cotidiano onde se destacavam brincadeiras remotas, travessuras e divertimentos com amigos ou familiares. Trata-se de fragmentos de experiências consideradas significativas, suscitadas pelo tema proposto e livremente associadas na interação grupal. As subcategorias em sequência trazem à tona informações sobre aspectos socioculturais das famílias nas práticas educativas e punitivas. Os dados apontam para idealizações, projeções e mitos da infância vivida, conceituada como saudável e feliz. Esses relatos sugerem um “paraíso perdido”, apesar de alusões superficiais a experiências conflituosas, difíceis ou dramáticas. As narrativas versam, também, sobre relações de gênero e educação familiar, com destaque para função materna, exercida com rigor e severidade, tendo como recurso disciplinar a correção por violência física.

Marcos:

Eu, eu, eu diria que minha fase de, de, de, de criança. Até ali pré-adolescência, foi uma fase legal assim. E onde a gente morava na rua. Assim, tinha muito moleque, né? Então, tudo da mesma idade.

*Eu e meu irmão a gente... bagunçava sim. Tinha até uma casa, é, é, é, é que não, que, vazia ao lado de casa. Por exemplo, ficava muito tempo para alugar. Não alugava e o murim baixo. Ai quando **minha mãe corria atrás de mim** ((risos)) **para bater** e eu meu irmão nós pulava o muro...*

Era meio rebelde assim, ela falava uma coisa e nós fazia outra, meio por aí...

*Então, a gente se sentia à vontade, as brincadeiras não eram dentro da casa... Hoje é computador, videogame... ((Paulo: Jogava bola na rua)). Hoje não (...) até por conta da violência né? Agora aquela época não! (...) saía à vontade ali e ficava correndo pela rua (...). A infância hoje em dia está sendo muito mais difícil para passar do que antigamente né? (...) **a infância tá perdida**. Então, tem que tomar muito cuidado para não perder a infância.*

Então, foi bem tranquilo, bem divertido assim, tinha muitos amigos...

³ Nos bailes da vida, 1981.

Não tinha muito perigo, mas deixava as mães preocupadas.

A gente gostaria muito que não existisse, é... as drogas, entorpecentes, enfim, a violência que existe hoje né?

Eu costumo dizer o seguinte que, por exemplo, é... hoje o... o pai e a mãe têm muito mais adversários do que antigamente não é?

Paulo:

***Uma infância normal.** O relato de família é que eu sei sempre fui peralta né... ((risos)) sempre fui arteiro, né? Eu era arteiro, jogava bola na rua...*

*E... Sei lá, **uma infância normal** (...) nas férias a gente... meu pai é caminhoneiro a gente viajava bastante... eu fiz a oitava série, falei: ‘vou larga a mão de estudo, vou trabalhar com caminhão’. Eu fiquei um ano com meu pai trabalhando com caminhão ((pausa)). É... ah, não sei... ((risos)) é... Tinha muita coisa.*

Quando eu era pivetinho, morava numa casa e tinha. Não era muro, era uma tela que separava dos vizinhos e tal. Eu fiz um buraco na tela e passava por baixo e saía para rua, depois, eu ia brincar na rua.

Sempre gostei muito de carro e moto (...) desde os dez anos eu dirijo, caminhão...

E minha, minha, minha loucura. Carro e moto. Tanto é que eu estou nesta situação hoje, devido ao abuso né? (...) foi acidente de moto...

A droga hoje está acabando com tudo, esta corroendo a família a juventude, a infância hoje né?

*Uma infância ideal? Como seria? O básico eu acho que... Ah... O que seria? Uma família centrada né? Pai e mãe, eu acho que (...) **ter uma religião ajuda**... bastante... falta muito isso também.*

Pedro:

*Então, **a minha infância também foi normal.** Brincar assim, que às vezes a gente ia lá num, lá, lá, lá, como diz, num “córgrim” para brincar...*

Na minha infância eu fui criado até quatorze anos (...) num lugar bem pequeno né? Não tinha muita coisa diferente para fazer. Era mais ir na escola e brincar de bola na rua. Aquelas coisas que de, de, de coisa não tinha nada diferente, que até hoje não tem uma. Uma piscina naquela cidade, não tem nada...

*Ia no sítio dos parentes para comer banana madura ((risos)). Então, eu lembro muito disso. Aos domingos saía de casa cedinho ia na casa de um e de outro. Lá no sítio, na casa dos meus tios que já estão falecidos e tudo (...) **era maravilhoso**...*

A gente nunca esquece na vida da gente né? Graças a Deus eu tive uma infância

*muito boa, nunca conturbada. Esse negócio de meu pai e minha mãe. **Graças a Deus foi muito bom. Uma infância normal.***

Aos quatorze anos já vim para cidade aqui (...) já estava mais na adolescência. Foi uma fase muito boa da minha vida...

((A infância ideal)) eu acho que seria mais ou menos como a minha foi, mais ou menos a quarenta e poucos anos atrás, sem ter tanta... naquele tempo a gente nem ouvia falar em droga...

*A infância hoje está deixando muito a desejar para as próprias crianças né? Porque eu mesmo tinha aquele tempo todo, chegava em casa **a mãe estava ali vinte e quatro horas por dia.***

*Nessa área da infância hoje, eu acho que está muito difícil. Mesmo com os pais, **as crianças se perdendo** pela falta de noção deles mesmos.*

*As crianças hoje estão tudo assim. Muitas mães vêm reclamar: 'não posso bater não posso fazer nada?' Mas **a criança não respeita...***

***O pai se sentiu tão acuado** que preferiu fazer aquilo ((acorrentar o filho)) do que, do que perder o filho para droga.*

*A infância da criança é passada dentro de uma creche, às vezes desde os seis meses já vai para uma creche. É... convive só com aquelas crianças dentro da creche ali (...). E vai mudando para escolinha. Então quer dizer **a infância hoje fica muito bitolada...***

Houve consenso de que, no passado, havia condições melhores para socialização e internalização de regras pela criança. A referência de uma infância ideal consiste na própria história de vida como modelo parental apropriado em termos da formação moral e cultural. As famílias de origem foram colocadas em refúgio para proteger os filhos dos riscos e vulnerabilidades. Desta forma, os participantes se posicionaram afirmando que a infância e a família, de décadas passadas, não eram tão afetadas por problemas estruturais da sociedade, tal como na contemporaneidade, com destaque para ausência da figura materna. Enfim, chama atenção nesta categoria o modo enfático como os entrevistados descreveram as situações lúdicas e os tipos de brincadeiras que fizeram parte da história de cada um. Os significados da infância vivida corresponderiam a um período da existência dotada de ingenuidade, liberdade e bondade.

Dessa forma, os conselheiros tutelares ancoram suas representações numa infância e adolescência idealizadas e contextualizadas com o projeto hegemônico e burguês. Ou seja, a infância ideal é definida como estágio prazeroso, sagrado e alegre da vida. Em síntese, apresentaram um discurso de gratidão e conforto diante das experiências infantis relatadas

configurando, assim, sentidos de normalidade à infância pessoal e de desvio ou pecado à infância na sociedade atual. Neste sentido, há o entendimento de que se trata de uma visão romântica, a qual evita os conflitos peculiares da vida infantil, as angústias na relação com o mundo e com as figuras de autoridade. A infância aparece mantida, artificialmente, em um mundo próprio, excluída do mundo adulto. Trata-se de uma cisão artificial que suprime o relacionamento entre o adulto e criança (Arendt, 1972) que, muitas vezes, consiste não apenas no ensino e na aprendizagem, mas em dor, castração e sofrimento.

4.1.1 Cultura familiar: mães autoritárias, pais liberais

Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos, ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais.

Belchior⁴

Nesta subcategoria, as unidades de significado selecionadas descrevem, parcialmente, o funcionamento e a educação familiar no decorrer da infância. Em termos desta dinâmica e relações de gênero correspondentes, houve ênfase na imposição de autoridade exercida pela figura materna, a figura paterna foi colocada numa perspectiva liberal e conciliadora. As narrativas acerca da educação revelam influências socioculturais tradicionais, a correção de condutas ocorria por meio de violências físicas, tapas ou “surras”, algo que não gerou advertências no discurso dos entrevistados. Esta cultura de agressão, nas famílias de origem, foi mencionada como ‘boa’ para aquisição de respeito às regras sociais e ao desenvolvimento de condutas responsáveis. Além disso, nesta subcategoria, observa-se que o trabalho na infância foi compreendido, também, como estratégia educativa, como fator importante na socialização do adolescente.

Marcos:

Meu pai ele era assim, mais liberal, assim entre aspas, meu pai, ele nunca deu um tapa nos filhos ((pausa)) né? Meu pai era mais sentimental, a gente tinha uma visão do meu pai boêmio, assim né? Tanto é que ele casou meio tarde, com trinta e nove anos, com a idade já...

*A minha mãe. Sempre trabalho muito assim, enfim (...) **minha mãe mais rígida, se fosse preciso dar uns tapa ela dava, deu algumas vezes em mim, em meu irmão. Na minha irmã que veio depois que é adotiva né? A gente já tinha dez anos. Eu me***

⁴ Como nossos pais, 1976.

lembro bem...

Minha mãe falava: “você não vai para tal lugar”. Tinha umas cachoeirinha né? Ai ela ficava preocupada, ela ficava sabendo que nós foi e pronto...

***Eu tomei uns tapa bom** da minha mãe e do meu pai também. Tudo bem... para mim foi bom, para mim foi bom.*

Então é isso, meu pai mais tranquilo, minha mãe mais rígida...

Paulo:

*Ela sempre correu atrás de mim. Não tranquilo, só. É. **A questão de respeito...***

*Meu pai era mais liberal, minha mãe, sempre. Minha mãe baixinha, um metro e cinquenta e oito né? Baixinha, baixinha, é terrível né? ((risos)). Então. Ai. Eu acho que, tranquilo, eu só era artero mesmo. Eu chegava em casa **levava umas palmadas tal. E de boa** ((risos))*

Pedro:

Com meu pai sempre foi. Sempre teve comércio. Um pouco eu sempre ajudava, nem que fosse tirar as garrafas. Tinha que tirar tudo. Mas, nada que era forçado você fazer, mas com meu pai e minha mãe foi maravilhoso. Eles eram comerciantes, toda vida meu pai foi comerciante...

Porque o pai geralmente, depois de tudo o que aconteceu (...) já tá tudo bem. Então vamos acalmar todo mundo...

*Geralmente quem trabalhava mais era o homem, **a mulher ficava mais em casa...***

*Com doze anos treze, quatorze anos já trabalhava. Já ajudava o pai. **Não tinha um serviço, assim, que matava a criança...***

*Quando a mãe não dá muita atenção (...) logo já tem o parceiro que é o rival dele já querendo levar, comprar ele com alguma coisa para levar ele para o mundo deles né? Igual **antigamente não tinha nada disso...***

O uso da violência física pelas mães não suscitou questionamentos, ressentimentos ou mágoas. Essas experiências da infância e adolescência foram narradas num clima descontraído, sem restrições, censuras, mas com risos e indicações de que este tipo de punição era uma prática comum naquele contexto. Na cultura familiar dos entrevistados, o modelo de punição é semelhante à maioria das famílias no contexto nacional, tal como asseguram também Cecconello et al. (2003). Essas práticas persistem e, muitas vezes, são justificadas pela suposta consequência educativa e controladora. As relações de poder na família de origem podem influenciar amplamente os estilos parentais e as práticas educativas enquanto conselheiros tutelares.

De fato, o “respeito” às figuras de autoridade e a obediência aos pais, na história deles, eram alcançados mediante práticas incompatíveis com a legislação vigente. O que pode ter sido “bom” no âmbito pessoal, não se aplica ao âmbito institucional, o descompasso entre a história de vida e ocupação pública atual pode promover a ambivalência afetiva e cognitiva. O ECA e a identidade pessoal são elementos deste paradoxo existencial e ocupacional que podem convergir para zonas de embate e discordância com a lei. Tendo em vista os fragmentos na história de vida dos entrevistados nas categorias anteriores, um dos produtos das ambivalências pode ser a culpa, seja por recusarem a cultura familiar e os modelos parentais do passado, ou aceitá-la como herança cultural, reproduzindo o discurso de que os “tapas” podem ser um artifício legítimo na educação infantil. É prudente considerar que o vivido na infância e na família pode interferir em muitas práticas atuais destes conselheiros tutelares.

4.5.2 Formação, carreira e experiências profissionais

Quando se faz a vida em sociedade, doutor, tem de saber-se enxergar o chão (...). Ora, eu, eu nunca aprendi essas coisas. Nunca aprendi todas essas intrujices. Nunca tive tempo para isso. Sou um homem simples, modesto, não fui feito para brilhar (...) são esses os meus trunfos (...) estou a falar com o coração nas mãos.

Fiodor Dostoievsky⁵

Nesta categoria, destaca-se a trajetória profissional, formação educacional e atividades anteriores à opção pelo cargo no CT. Trata-se de experiências que permitiram o contato inicial e informações preliminares acerca do cotidiano e do trabalho desempenhado por um conselheiro tutelar. Em termos da formação universitária, três participantes possuem graduação em ensino superior nos cursos de Direito, Pedagogia e Comunicação Social. Apenas um conselheiro indica história com militância e envolvimento político na área da infância, associado à formação católica e às ações na Pastoral da Criança. Os demais não elencaram aspectos que estão, diretamente, atrelados à defesa de direitos humanos ou proteção à infância e adolescência. Por se tratar de uma instituição cujos critérios de seleção variam entre os mandatos da Prefeitura, é possível compreender as discrepâncias entre as trajetórias, carreiras anteriores e nível de escolaridade. Contudo, todos os membros tinham intenso vínculo com a comunidade, desenvolvendo atividades assistenciais como voluntários,

⁵O duplo, 1963.

eram figuras populares no local. Os dados indicam, ainda, a diversidade entre interesses e motivações que podem ter influenciado na disputa por uma vaga no CT.

Marcos:

Eu era militante. Ainda sou da Pastoral da Juventude, da Igreja Católica. E, aí por conta disso... da militância né? (...). Surgiu o meu nome. O pessoal passou a me incentivar, enfim, a me convidar e foi aí que eu me interessei...

Acompanho isso, os debates, os diálogos a diminuição, a diminuição da maioria penal desde a época da Pastoral da Juventude. A gente fez muitos eventos para debater isso daí...

*Dentro do meu bairro sempre existiu conselheiros tutelares, **representando aquela comunidade**, foram eleitos por aquela comunidade (...) sempre teve representantes ((políticos)).*

*Somos pessoas que **a comunidade deu voto de confiança** né?*

Apesar do... de eu ter te falado que na... teoria é uma coisa e na prática é outra. Mas... o estudo (...) estar lendo o Estatuto. Estar procurando é... é situações que (...) do dia a dia do conselho né?

Pesquisar, na internet. Entrar em contato com outros Conselhos também. Tem muito material relacionado ao trabalho do CT né? Na internet, nos livros (...) foi importante...

Neste segundo mandato (...) eu o Paulo e o Antônio já tinha experiência do outro mandato né?

Paulo:

Eu sou formado em Direito.

*Dar uma estudada no ECA. E depois é **o trato com a criança**, a maneira de orientar de melhor forma.*

*Dois amigos meu eram conselheiros. Mas, até então eu não tinha a... **nunca pensei em ser conselheiro!** Para ser franco eu entrei mais no Conselho por causa do, do salário no começo.*

Pedro:

*Que já tinha o meu filho, que já tinha seis anos que era conselheiro tutelar, já conhecia um pouco da vivência do que era o CT. E na minha área como **professor que eu fui**, é... educador que eu fui. **Tinha um certo conhecimento.***

Você sendo pai você tem mais tarimba ainda porque você sabe que é que gera. Uma

dor de barriga numa criança (...) você tem que educar, você tem que levar para escola.

Ser conselheiro tutelar. Uma boa experiência que eu já tinha de vida.

Antônio:

Para mim chegar ao Conselho é que sempre trabalhei com criança, sempre com criança, com criança, com futebol na área de esporte educando a criança né?

Eu peguei e... me infiltrei no futebol com a molecada e tudo. Aí chegou uma época que precisava ter o CREF e eu não tinha o CREF, eu tinha que abandonar o lado da criança né? Aí eu falei: 'Você quer saber de um negócio? Eu vou partir pro lado do Conselho agora que eu continuo'.

Eu já estou no segundo mandato.

João:

Eu fiquei mais com a parte de comunicação, de comunicação ficou comigo né? Alguma matéria para jornal. Alguma entrevista. A parte de assessoria de imprensa, né? Fico mais com a parte de comunicação, essa fica comigo...

Em relação à formação educacional e profissional, numa comparação entre as semelhanças e diferenças, são poucos fatores em comum no grupo. Houve proximidade na influência religiosa, também em atividades exercidas na área pedagógica e assistencial. Cabe destacar que todos os participantes têm contato com lideranças religiosas, tanto católicas como protestantes, trata-se de um grupo onde todos professam a fé cristã. A experiência religiosa tem influência no trabalho social anterior na área da infância e, também, durante o próprio processo de eleição, pois cada comunidade religiosa tende a escolher um representante. A vitória neste processo foi vista como um “voto de confiança” da população, assim como a concepção de que ser conselheiro seria uma “missão” compartilhada com membros da fraternidade cristã.

Os dados sugerem que a maioria dos participantes não possui conhecimentos ou formação acadêmica compatível com os desafios do dia a dia. A ausência de critérios adequados e austeros, tanto em termos acadêmicos ou profissionais, agencia um grupo muito heterogêneo em seu arranjo e estrutura, seja na idade, na formação, nas expectativas de futuro ou projetos pessoais. De que maneira é possível compreender a identidade ocupacional destes agentes públicos que têm pouco em comum, em vários aspectos da formação e motivação para o cargo? Esta problemática incide diretamente na constituição do grupo como colegiado coeso, democrático e participativo.

4.5.3 Identidade ocupacional e iniciação no CT

Nesta categoria, os entrevistados abordam o trabalho do conselheiro tutelar proporcionando elementos acerca da identidade ocupacional, bem como dos primeiros momentos no desempenho do cargo, as facilidades, entraves, dúvidas e incertezas. É possível apreender algumas analogias ou metáforas que os mesmos fazem ao cargo e à inserção na instituição. A identidade ocupacional destes conselheiros tutelares agrega sentidos como assistencialismo, o paternalismo, humanismo e a representação de papéis na “mandragem” e “no jeitinho brasileiro”. O trabalho é ancorado em conhecimentos acerca de profissões de cuidado, saúde e assistência à vida humana, em áreas como a Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, além do Direito. O histórico da instituição, onde membros anteriores respondem a processo judicial, colabora para um clima de dúvida e desconfiança, onde a precaução seria uma “arma” defensiva.

Marcos:

Porque é... o meu, o meu primeiro mandato... é uma... um... dos pedidos... para... para você ser candidato não era necessário você fazer prova né?

Da mesma forma do Paulo. No, no me primeiro mandato eu não... não fui eleito, eu fiquei como suplente né...?

Eu assumi na metade do mandato e... Aí eu cheguei o... os conselheiros já tavam entrosados né...? Então, eu tinha dois desafios né? Em... começar a conhecer a, o conselho na prática e me enturmá também com meus companheiros de trabalho. Mas foi tudo bem tranquilo. O medo né?

Não, medo. Não sei se medo é a palavra certa né? Mas um pouco, o, receio Né? Será que vai dar tudo certo? Será? O que o, o, qual será meu primeiro caso? O que, que eu vou atender... na hora que eu pegar o telefone?

É, interfere, sempre, sempre tem aquela, algumas situações que experiência é importante também (...). Enfim, e a gente percebe que os novos, às vezes acabam né? Ficando um pouco perdido...

Tem muita coisa que eu preciso conhecer... é... principalmente... em relação à área de, de, de direito, leis. Interpretação (...) a gente lida aqui muito com a área, com a lei... né? Então, é necessário que saiba interpretar ela. E, e outra parte que talvez seja a principal, seja a questão psicológica...

*A gente falou outro dia, brincando um pouquinho, que o conselheiro tutelar, em certos momentos, ele é **um pouco psicólogo**, ou uma coisa assim, apesar de não ter nenhum tipo de técnica, mas assim. A gente é porque, toda hora, a qualquer momento, podem vir pessoas aqui que vêm despejar mesmo...*

Aqui é mais ouvir do que falar né? A pessoa se abre aqui, eu deixo ela falar...

***É confessional.** A gente tem que ouvir muito e saber falar também. Por que a gente não pode falar abobrinha. Falar qualquer coisa para a pessoa né? A gente tem que estar pronto para...*

A questão é a seguinte, é que a gente não é técnico né? Ninguém é técnico dos conselheiros...

A gente tem noção da nossa ferramenta de trabalho (...) que é o Estatuto (...). Então quer dizer, a gente vai fazer de tudo pra usar os outros técnicos...

Por que eu não sou super-herói ((risos)). Mas eu tento fazer de tudo. Então, eu faço de tudo e, também, esperando que os outros façam né?

A gente sabe que conselheiros que passaram por aqui e que ainda respondem (...) por atitudes que tomaram aqui (...) o cuidado é a maior, a maior, a maior arma...

A gente não pode se limitar as nossas atribuições. O pai e mãe vêm aqui e eles estão desempregados, mas a gente conhece um camarada lá que tem uma empresa, vamos fazer um meio de campo então...

Paulo:

*No começo. Eu não assumi né? Eu entrei como suplente. Assumi no último ano. Aí eu peguei o posto, tentei a eleição, não deu certo, de novo, fiquei como primeiro suplente. E aí **graças a Deus eu assumi de novo**. E to aí. Tentando ajudar aí, com as crianças...*

*É igual todo mundo né? **Aquele receio de atender** (...) no começo eu até fiquei meio assim né?*

Tem que ir no 'rebolation'. No jeitinho brasileiro... né? Se o delegado ligar aqui você tem que ir. Não tem jeito. Se tiver uma ocorrência realmente tem que ir...

É o trato com a criança, a maneira de orientar de melhor forma não é (...) orienta um aqui, orienta um ali, e aí você vai pegando o jeito.

João:

É a mesma coisa do Paulo ((conselheiro suplente)), meu mandato começou agora em setembro, eu não cheguei...

Além do social, além de você tá, tentando acompanhar aqueles problemas, né? Todos aqueles problemas que têm. Você tem que, primeiramente ser, ser humano!

Para você trabalhar num lugar deste, que se envolve com várias de... situações. Você se depara com várias situações. Tanto de abuso, quanto de violência, quanto de abandono...

***É uma missão muito grande** né ((risos))? É uma missão que foi confiada a nós através da população...*

Tentar, fazer, dar sua pequena parcela, mesmo sabendo que, talvez, seja como se fosse um beija-flor apagando uma, uma, um fogo numa floresta. Aí eu tô fazendo a minha parte...

*Você, primeiramente **você é um ser humano...***

Sendo humano você tem que ser o mais rigoroso possível. Mas sabendo que nada depende somente de você né?

Você só é conselheiro a partir do momento que você está exercendo a função (...) é difícil, você lê é uma coisa, você tá por dentro de tudo aquilo é uma coisa, agora a hora que você vai para prática, que você vai para rua, pro trabalho de campo... né?

*Deixa eu me colocar como conselheiro tutelar agora. Por quê? Porque aqui você **tem coração. Você tem ser humano.***

*Você sempre sente **uma, insegurança muito grande** né? A insegurança que vem de você próprio. Por quê? Por que você vai 'estar' lidando com o humano, né?*

É um risco que você corre em determinadas situações...

Pedro:

*Quando eu entrei, **levei muito pro lado humano** sabe? Eu sempre fui ajudar as pessoas (...) então a Prefeitura os órgãos não dá aquele, aquele respaldo de imediato...*

*Um dia mesmo fazer comprar, **dar comida, alimento para as crianças** e tal, tal. E aí surgiu outras famílias com esse mesmo... então a tua vontade, a tua vontade (...) a tua vontade é ser o protetor daquilo ali, mas como fazer?*

Eu pensava na fome né, a fome. Mas você não tem as condições de manter. Eu ajudei umas quatro, cinco famílias aí... Mas você vai tirar da onde?

A gente já tinha uma noção mais ou menos de que, não que eu seria, um... que... a gente tinha um assistencialismo né? Já sabia disso, em termos de um assistencialismo, de um... próprio a psicologia em cima de do que é tratar com filho porque é. Como pai, eu tenho três filhos...

*Para ser um conselheiro tutelar, eu acho que a pessoa ela tem que ter um, um ((filho)). Não que nem eles dois aqui que não são pais, mais eles têm a capacidade igual a gente. Mas, você sendo pai você tem mais tarimba ainda porque você sabe que é que gera. Uma dor de barriga numa criança (...) **você tem que educar, você***

tem que levar para escola.

*Tenho que seguir a lei. Como conselheiro você segue a lei. E como pessoa você tem outra opinião mesmo. Eu jamais vou deixar **minha filha fazer um negócio errado...***

*Eu acho que eu nunca bati nela (...) se é, é, é apanhou foi da mãe. Não, a gente não é de bater, não. Mas, se for **para dar um tapa bom**, por uma coisa que não deve fazer, eu daria. Como pai. Agora como conselheiro...*

Precisei demorar um pouco para separar, até hoje eu não separo direito, o que o casa é lá e não é dentro da minha casa.

Antônio:

*A gente enturma com aquela situação e coloca aquela situação acima daquela pessoa. E começa até a chorar junto com aquela pessoa por que. **Você faz até um filminho ali** (...) a gente gasta toda a lábia do dia...*

(...) Se tem um caixão ali, chora junto. Abraça a pessoa, por que o primeiro que você chega ali, você abraça a pessoa (...) é pra tirar a criança da mão da mãe.

A gente passa um medo assim (...) a gente enturma com aquela situação e coloca aquela situação acima daquela pessoa (...) começa até a chorar junto com aquela pessoa.

Em vários momentos, a identidade ocupacional aponta para sentimentos contraditórios, ansiedade, temor e insegurança em circunstâncias críticas nas tomadas de decisão. Além desse histórico, a iniciação, às vezes, ocorre com mandato em andamento. Dos entrevistados, três começaram como suplentes em dois mandatos, o que revela o revezamento, a desistência de outros membros que foram mais votados. Trata-se de um CT onde os mais bem cotados na escolha, preferidos pela comunidade, não completam o mandato no período estipulado.

Na iniciação do mandato, o contato com as famílias provoca surpresa pelas exigências, solicitações e cobranças por resultados. Além disso, as expectativas e ansiedades acerca das primeiras orientações e aconselhamentos decorrem do desconhecimento das características objetivas, das emergências e violações de direito mais frequentes. Neste contexto, a identidade ocupacional é mediada por uma série de experiências conflituosas que definem este momento de iniciação ao trabalho, o que tem repercussões na forma como o grupo interage com o público atendido e com suas queixas.

4.5.4 Atribuições e competências do CT

Nesta categoria, as unidades de significado selecionadas descrevem as tarefas e fronteiras da ocupação nos marcos jurídicos, tal como consta no ECA. Os participantes fundamentaram os discursos na burocracia da legislação de forma parcimoniosa e estratégica, ou seja, o ECA foi colocado em evidência num modo teórico, às vezes, desvinculado da realidade prática. O conteúdo emergente define os serviços que devem ser prestados e prioridades, os episódios em que são acionados, e ainda, alguns procedimentos e medidas de proteção. O ECA emergiu como argumento que deveria orientar as ações e a finalidade do trabalho do conselheiro tutelar: “impor as leis”, “fazer valer a lei”, “vestir a camisa”, “mandar para o órgão competente”, “mandar de um lado para outro”, “ouvir, orientar, encaminhar e acompanhar”.

Marcos:

*A gente tem a atribuição, a gente recebe as pessoas, certo? Recebe denúncia. É. Escuta criança e adolescente, os pais, faz orientação, quando necessário, faz um encaminhamento. É a gente tem o... o... o... nossa atribuição permite que a gente requisite o serviço público. Então, a gente faz encaminhamento para a Secretaria da Saúde, Assistência Social, enfim, para onde for necessário (...) o acompanhamento, o **acompanhamento nunca deixa de existir**. Então é receber a denúncia, ouvir a denúncia, orienta, encaminha e acompanha!*

Dependendo da situação... se o agressor, por exemplo, for os pais... né? O Conselho Tutelar tem toda a atribuição. Enfim, tem. Vamos dizer. Tem como atribuição é. Ele tem, ele pode pegar a criança na escola e levar para uma, uma, DDM por exemplo. Fazer um BO contra o agressor.

Se for necessário, fazer uma representação com juizado da, da, infância. Dependendo muito da situação né? Se for uma, uma, um bem crítico mesmo. A gente também é, pode fazer um pedido do acolhimento das crianças, de levar para uma casa de acolhimento...

*Mas isso **tudo é teoria, na prática é outra história** né?*

A mãe vem, e fala: ‘Olha. Por exemplo. Eu estou me separando do meu marido. Então existe uma disputa da guarda do menino. Ele se demonstra muito isolado, calado, chorando bastante, né? E aí?’ (...) não está ao nosso alcance de fazer um diagnóstico né? Mas, vamos encaminhar para uma profissional, para ela analisar melhor.

*A **função de conselheiro é muito delicada**, não é? A gente, a gente tem é algumas*

atribuições que nos permitem muita coisa né? Mas é muito delicado né? Tanto para nós, né? De responder, por um ato de... de... de... talvez de, de pouca atenção...

É muito é... tentar fazer uma coisa e fazer de forma errada né?

A gente vai fazer de tudo pra usar os outros técnicos. E fazer a nossa parte que é encaminhamento...

Não se limita só a nossa atribuição. Às vezes acaba fazendo um pouco a mais...

Paulo:

É receber denúncia, ir atrás, averiguar o fato né? ((pausa)). Se é atribuição nossa a gente resolve, se não você manda pro CREAS. O CRAS, alguma outra instituição. Encaminhar. E aí constatando o fato a gente faz o encaminhamento, né? Constatando, averiguar, investigar. A gente manda pro órgão competente né? CREAS, CRAS, julgado e aí vai...

João:

É muita coisa cara. Olha, além do social, além de você tá, tentando acompanhar aqueles problemas né?

Estar impondo o que o ECA diz né? É colocar em lei. As leis em prática, né?

Realmente a gente vestir a camisa. Realmente vestir a camisa e fazer valer... fazer valer a lei.

Pedro:

Somos os conselheiros. Então nós aconselhamos que leva para lá. Aconselha. Leva para fazer este encaminhamento. Este tratamento. Para ver se realmente precisa de um psicólogo ou não (...) eles lá que vê (...) é mais ou menos isso. É aconselhar...

*Uma criança que está dando problema na escola, problema em casa tal. A gente encaminha pro CREAS o CRAS vai todo aquele trâmite deles lá dentro é (...) **se a gente sentir que já é um caso direto para psicólogo**, nós temos um questionário aqui que a gente pode responder. O que a gente sentiu, que a criança tá passando. Tudo. A gente encaminha para psicóloga...*

É uma triagem e o CT. É a base de tudo isso. Por que através do Conselho, que faz tudo essa distribuição manda de um lado, manda pro outro, manda pro outro. Nós que fazemos tudo esse tipo de coisa...

A nossa parte está feita acudiu, de momento, de momento acudiu.

Antônio:

A gente tem que zelar e cuidar, não prender...

Os participantes se colocaram conscientes dos códigos que norteiam a legislação, especialmente no que se refere ao CT no sistema de garantia de direitos. Porém, ao mesmo tempo, confirmam o distanciamento e as limitações para atuar em consonância com as atribuições. As falas indicam o excesso de tarefas e, ainda, o sentimento de que o poder instituído juridicamente nem sempre se efetiva na totalidade dos enfrentamentos diários. Ou seja, “impor” o ECA consiste numa “missão muito grande”, desproporcional às condições operativas do grupo. Na tentativa de atender às necessidades da comunidade, assumem atribuições para além do que consta na legislação. As possibilidades de atuar de acordo com a doutrina de proteção integral, na prática, são percebidas como algo “delicado”. Novamente, emergiram a insegurança e o imaginário do risco em relação às consequências de decisões consideradas “equivocadas”.

A quantidade de instituições que faz parte da rede demanda conhecimentos específicos sobre as normas e a burocracia dos procedimentos, para que os casos sejam devidamente acolhidos por outros profissionais. Esses conhecimentos, sobre como encaminhar alguns casos, são limitados devido às poucas oportunidades para formação continuada, programas de treinamento e capacitação. “Aconselhar” compreende um conceito sobre o trabalho que permite reafirmar a consciência tranquila de que a parte do CT, na rede de proteção, está sendo feita. Porém, o que as falas indicam é que a avaliação sobre a gravidade ou dano causado se baseia em critérios pessoais, desprovidos de uma leitura aprofundada, criteriosa e sistemática das queixas. A apreciação dos casos e a “imposição” do ECA dependem do “sentir”, do “coração”, do lado “humano” e, talvez, por isso num “ato de pouca atenção” é comum tentar fazer certo e “fazer de forma errada”.

4.5.4.1 Planejamento institucional e rotina

Nesta subcategoria, foram selecionadas algumas unidades de significado que proporcionam informações acerca da organização, planejamento e rotina nos atendimentos, no que tange às tarefas internas e externas. O conteúdo em destaque se refere às relações de poder e autonomia no colegiado, assim como algumas providências e acionamento de punições jurídicas. Sobre a divisão de tarefas, os participantes sugerem que não ocorre uniformemente, apesar da ajuda mútua em casos difíceis. As condições operacionais e administrativas pouco contribuem para suprir as lacunas nos atendimentos, e a gestão pelo colegiado, neste sentido, é acentuada pela carência por subsídios ou suporte institucional.

Marcos:

Aqui na verdade, aqui exige, é... oito horas (...) alguns ficam aqui dentro, outros vão para rua, enfim... E vai revezando né?

Aqui na minha mesa e têm mil coisas, mil recadinhos. Liga pra isso. Vai nisso... denúncia aqui... denúncia ali... então né? Não tem jeito de se organizar... às vezes eu saio pra rua e vou fazendo isso... isso... isso.

Ontem eu fiquei a tarde toda tentando fazer uma representação né? E não consegui. Acabou o dia e eu não consegui. Porque eu digitava duas linhas e eu tinha que sair. Aí eu digitava e tinha que atender ao telefone

Cada um tem o... o seu. É a, o, a sua individualidade de atendimento né? No caso, o caso veio, foi na minha mesa, ligou passou para mim. Então, eu procuro todo dia... é... solucionar (...) quando é um caso mais complicado... que a gente vê que precisa de mais...

Eu tô acompanhando um caso que é complicado, e eu não quero começar... né? Essa decisão sozinho. Então vamos pedir opinião do pessoal também...

Na questão administrativa né? (...) a fala de todo mundo vale, enfim. A mesma coisa. Todo mundo tem autonomia aqui.

Sempre tem reuniões durante a semana. A gente tenta fazer o máximo para aqui não ficar sozinho, na sede, não ficar sem ninguém, pelo menos um conselheiro fique aqui.

A gente senta. Enfim. É. A gente não tem definido, por exemplo, toda semana, toda quarta-feira, a gente senta. Mas pode acontecer de uma terça-feira de manhã ter que todo mundo sentar para decidir. Isso aí é a coisa mais, mais natural do mundo.

Então se reúne entre outros e pronto (...) não tem aquela coisa corriqueira de todo dia mesma coisa. Cada dia tem um... cada caso é um caso. Todos os dias têm um caso diferente, de um jeito diferente, de uma maneira diferente.

Eu preciso tomar uma atitude. Eu não posso sentar com todo mundo... é telefone mesmo. Apesar que a gente sempre senta pra conversar. Sempre rola uns momentos que a gente se fecha na sala e fica conversando sobre algumas situações. Mas, até por isso, mas voltado na questão do trabalho. Eu não tenho condições de ficar fazendo diálogo de todos os casos, todos os atendimentos, todos os acompanhamentos que eu faço (...) talvez não seja suficiente o tempo...

Teve caso de durar dois dias, eu acho assim, no intervalo durante a noite também. Mas é casos que durou dois dias com você correndo, vai para um lado, vai para o outro.

*Por que às vezes acaba sobrando né? Às vezes você está ali no momento... Dependendo o momento, **não depende de mim... depende o dia...***

Paulo:

E a gente percebe que os novos, às vezes, acabam... né? Ficando um pouco perdido, em determinadas situações. E, os mais 'velho' tentam ajudar de alguma forma...

João:

Pode ser coisa tranquila, nosso dia a dia é claro. Você já vai lá já resolve e pronto e acabou. Mas é, hoje, CT, o conselheiro tutelar ele não se restringe em trabalhar aqui dentro e sim rua. Por quê? Porque se o conselheiro trabalha aqui dentro, é por que ele não está fazendo nada ((risos)). Tem que ir para rua, porque senão.

Para gente estar próximo da comunidade. Porque às vezes a denúncia, o denunciante, ele fica meio que receoso, em fazer a denúncia, né? Então, se você tá ali, você está próximo. Às vezes, num estalar de dedos a pessoa aponta qualquer coisa e você fica mais próximo para você saber.

Você tem que buscar, você tem que acompanhar e não são poucos casos a gente tem aí. Se a gente fechar num balancete num mês, atende mais ou menos dois mil casos, entendeu? Em cinco conselheiros. E casos diferentes. Então, se a gente colocar aí tudo isso, vai dar muitos casos por mês. Então, cada um atende. Não que cada um atende, mas se você somar o montante vai dar mais ou menos isso.

Pedro:

Hoje é caso vinte e quatro horas por dia, não vou falar de depois do fechamento do conselho tem tanto problema assim. Não é que tem tanto problema, mas tem, tem problema vinte e quatro horas por dia.

*Então se chega seis horas da manhã, já chega e tem caso para resolver, caso para todos os conselheiros correr atrás. **Cada um tem a sua bandeira para cuidar (...)** é criança que, e, não apareceu na escola, saiu de casa...*

O atendimento, por exemplo, se eu faço um atendimento o Marcos faz cinco. Por quê? Porque eu tô com atendimento mais complicado e se, se, se, chegou um ali ele vai atendendo, atendendo, atendendo. Aí o atendimento de acordo com o que está aqui.

Uma denúncia, um caso mais grave, ou uma coisa mais grave ainda! Por exemplo... É pedir para alguém, às vezes pede ajuda do outro, pra... pra acompanhar e tal...

***Não existe uma preparação.** A gente vem preparado para tudo. Ontem mesmo, foi o caso (...) creche lá (...) tinha uma criança lá fugindo (...)é meio uma caixinha de surpresa. Tem um 'infracionário' que tava fazendo uma infração. Lá vai a gente de novo buscar. Então, cada dia é um dia, diferente...*

*Posso ficar aqui seis anos, que **eu não vou aprender tudo.** Porque cada caso é bem diferente um do outro. E a gente tem que vir preparado para tudo... né? (...) quando eu cheguei, já tinha coisa para mim fazer, já fui separando...*

Não sei, o que vai acontecer daqui a pouco (...) é telefonema que eu vou receber. É quem vai chegar aí. É uma caixinha de surpresa.

Diante do excesso de trabalho, o planejamento institucional que compreende discussões em conjunto, definição de objetivos e procedimentos organizacionais, consiste num ideal difícil de ser aplicado ao dia a dia. Na ausência de uma definição ou de um padrão a respeito das intervenções, ocorre a “individualidade” ou “autonomia” nos atendimentos onde “cada um tem a sua bandeira para cuidar”. As discussões sobre a rotina de atendimentos são circunstanciais, o debate sobre o trabalho do outro ocorre em situações extremas, principalmente, quando a decisão a ser tomada pode envolver punição jurídica ao agressor.

Em termos do funcionamento do colegiado, há mais indícios de uma dinâmica dispersa e pouco integrada, justificada pelas dificuldades de encontros periódicos e diferenças nos turnos de trabalho. O tempo restrito, limitado, foi colocado como um problema comum na rotina, o que traz à tona algumas dificuldades na organização de um espaço para o debate coletivo, elaboração de projetos ou planos de ação. A consciência de que não há condições para se organizarem está correlacionada, também, com a dinâmica dos casos, emergências e infrações.

Os dados indicam que os participantes estão, na maioria das vezes, em déficit, em atraso, buscando saberes e conhecimentos próprios para gerenciar as crises, a quantidade de denúncias e solicitações. Nesta pesquisa, ora os participantes colocam que se trata de rotina indefinida, “cada caso é um caso”, não há como “aprender tudo”, “são muitos casos diferentes”. E ora a rotina “pode ser tranquila”, às vezes um “pede ajuda do outro”, num “caso complicado”. Todavia, paradoxalmente, se colocam como “preparados para tudo”, mesmo sabendo que não “tem jeito de se organizar”, pois “depende do dia”. A mobilização psíquica para aprendizagem e conhecimento que poderia reparar as ansiedades esbarra em muitos entraves nesta “caixinha de surpresa” chamada CT.

4.5.5 CT, esfera pública e política

Que espécie de homens eram estes? De que estavam falando? A que departamento oficial pertenciam? (...) K. vivia em um estado constitucional no qual reinava a paz, no qual todas as leis estavam em vigor (...) sempre manifestara inclinação para encarar todas as coisas com a maior ligeireza possível, em acreditar no pior somente quando o pior se apresentava, a não nutrir grandes cuidados pelo futuro mesmo quando tudo tivesse um aspecto ameaçador. Neste caso, porém, não lhe

pareceu adequado levar o assunto em brincadeira; é certo que, bem considerado, tudo isto não podia deixar de ser uma brincadeira pesada (...) se bem que (...) alguns casos em que, tendo-se comportado com inteira consciência imprudentemente (...) vira-se castigado pelos acontecimentos. Isso não podia tornar a acontecer, pelo menos desta vez? Se se tratava de uma comédia, ele também queria representar o seu papel...

Franz Kafka⁶

Nesta categoria, as unidades de significado em destaque apontam para uma série de questionamentos e críticas sociais à instituição, as quais têm relação com a visibilidade pública e a objetivação das práticas destes agentes. Neste sentido, o conteúdo temático evidencia que os saberes sociais acerca do CT envolvem atribuições consideradas, por estes agentes, como incompatíveis com a legislação. A instituição é representada, na esfera pública, como “órgão limitado” e ineficaz em seus resultados. Na relação com a comunidade, os conselheiros tutelares são percebidos como “briguentos” que exercem o papel de “vilões” ao aplicarem as devidas medidas de proteção. A regularidade discursiva, nesta categoria, indica a confirmação das posturas defensivas e justificativas frente às acusações de que a instituição “não funciona”.

Marcos:

*O Estatuto nasceu, aí veio junto o CT tava nisso, aí veio amadurecendo. Eu tenho certeza que os primeiros conselheiros tutelares do Brasil (...) sofreram. E não sabiam muito bem até onde poderiam ir. Qual o seu limite... né? **Não sabiam que ele era uma autoridade**, que poderia cobrar algumas coisas. Faziam aquilo que outros mandavam. Muitas vezes de forma certa, muitas vezes de forma errada...*

Foi gerando essa dúvida da sociedade. E foi amadurecendo...

No começo, via o Conselho meio como, como vilão. Assim da história, que queria peitar todo mundo. E tal. E não é bem assim (...) é visto como pessoas de, de, de briga, que gosta de questiona, que já que entrar na disputa...

***Que estava pra prejudicar realmente os pais**, passar a mão na cabeça de jovem infrator e prejudicar os pais, mas na verdade...*

No dia lá do evento de combate à exploração sexual, fizeram a pergunta de, qual que era a carga horária de um Conselheiro ((risos)). Então por que existe uma visão muito romântica de que conselheiro tutelar não trabalha. Leva assim, meio com a barriga.

Apesar das críticas que a gente sofre aí no dia a dia. Mas, a gente está sujeito a isso a todo o tempo (...) a questão da inveja, porque bate no salário, bate no horário de

⁶ O Processo, 2009.

trabalho né? Muitas críticas, a gente sofre...

Em relação à sociedade, a população, aí a crítica vem em relação a isso. Por que aparentemente, o CT também é feito para cuidar dos filhos dos outros...

Tem pais e mães também: 'Eu vou chamar o CT'. Como se o CT chegasse lá e, ah, vou colocar ele dentro de uma máquina e, ele sai perfeitinho também...

Acho que quando fala tutelar... tem que tutelar tudo. É tudo em relação à criança e o adolescente...

Já cheguei em situações que a criança viu o CT e ficou desesperada, chorando. ((Alexandre: Com medo?))... Opa!

Na verdade o CT deveria ser o último órgão a ser procurado...

De certa forma, se for ver, tam... é responsabilidade dos pais, mais dos pais .) os pais fogem da responsabilidade...

Paulo:

***Você tem que bater de frente e falar.** Eles querem saber o seu honorário. Essa história das questões partidárias. Então você tem que ficar defendendo sempre (...) então, às vezes incomoda.*

A gente tem que estar disposto a trabalhar (...) palavras mal ditas... né? Que o Conselho não faz nada, que tem uma criança que está lá e tal, e que o Conselho não foi...

*É difícil, tem muita gente que, **que a gente não faz, que não resolve**, não dá andamento, que não trabalha, que leva com a barriga...*

*A questão da cobrança a gente já fez. Já fomos fazer visitas, mas **a pessoa não vê o que foi feito** já. Mesmo assim fala. Mas fala erroneamente.*

*Às vezes até a pessoa liga e a gente já agiu, mas está dependendo de um outro contexto também denunciar, tomar uma atitude (...) e mesmo **assim fala que a gente não fez nada**, então são coisas que...*

Porque tinha mandado acolher, mandado abrigar, quem vai buscar? O Conselho, os conselheiros. Quem é o lobo mau? Quem é o mau da história? Na pontuação? É o Conselho. Ninguém fala que o juiz...

Porque dizem que a criança treme quando fala do Conselho.

O importante é a evolução né? E como às vezes erraram no começo, acham que por que houve um erro, todo mundo vai errar de novo.

Antônio:

*Tem muita gente que acha que o... o... que **não conhece o trabalho do Conselho**. Acha que o Conselho faz isso, faz isso. O Conselho vai até... é... né? O Conselho tem o, o lugar que pode ir. Depois tem os, os acompanhamentos que a gente faz a continuação do trabalho do Conselho né?*

*Eles queria que a gente fizesse um serviço que **não é da parte nossa fazer**...*

*Existem mais essas críticas em cima da dor de cotovelo (...) a questão da dor de cotovelo, por ser um órgão, por ser o CT, teria que estar fazendo o serviço de polícia, que **não é o serviço da gente**...*

Tem também os que acham que a gente tem que educar o filho dele. Pega um adolescente de dezesseis, dezessete anos que não obedece pai e mãe e quer que a gente vai lá. A mãe não consegue segurar filho em casa (...) porque vai na casa do vizinho, aí quer que a gente vai lá falar com o filho...

*Aí quer que tira responsabilidade do pai e da mãe e fique pra você. E **você é o responsável por tudo**. Tudo o que vem a acontecer com o adolescente, com a criança, é o CT que é culpado...*

A alternativa é pegar e levar pra casa dele... é o pai que toma conta (...) ele teria que ser responsabilidade da família.

Pedro:

*Acham assim que o CT tem a obrigação de fazer (...). Eles **achavam assim, que você é obrigado a resolver**...*

Acha assim que o CT é um rolo compressor, chega aqui passa o menininho ali e sai um bonitinho ali do outro...

Que é obrigado, obrigação do CT trazer esse moleque dentro de casa. Porque é. E eles cobram isso da gente! Eles querem que seja assim! Mas não é! Eles que deliberaram lá. E foi, foi, soltando até que chegou nesse ponto...

*Como conselheiros, fazemos o máximo. Mas daí **vem da criação** (...) eles não põe regra e acha que o CT tem que impor...*

***Acham que a gente tem que educar o filho dele**. Pega um adolescente de dezesseis, dezessete anos que não obedece pai e mãe e quer que a gente vai lá. A mãe não consegue segurar filho em casa por que vai na casa do vizinho. Aí quer que a gente vai lá falar com o filho...*

Eles que têm que retribuir, se eles não retribuem? Infelizmente, no... no... no ditado deles azar o deles...

Vou lá numa favela tal... tal. Retirar, retira uma criança que foi pedido o abrigo quem é o vilão da coisa? O CT (...) que nem eu fui fazer uma visita lá no bairro. Marmanjo, lá de cima já gritou: 'olha o lobo mau' ...

Eles não ‘conhece’ o que é CT. Chamou de lobo mau porque lobo mau pega e come as criancinhas ((risos)) então eu falo assim, a sociedade em si vê CT (...) achava que era uma coisa muito desacreditada mesmo, que não fazia nada...

*Comentei com Paulo, que falou que o CT é... **um órgão desacreditado que eu não concordo**. O CT, eu quero assim que alguém prove alguma coisa contra nós mesmos (...) que nós somos negligentes...*

Os participantes destacam a invisibilidade social, o descrédito da instituição no espaço público, num amplo sentido e repercussão. As fronteiras da ocupação são percebidas como deficiências ou falhas no contexto sociocomunitário. Esta categoria instiga a reflexão acerca da figura pública do conselheiro tutelar que emerge diante de relações sociais e discursos em conflito no território das políticas de proteção. Estão muito evidentes as constantes cobranças, exigências e pressão social ao órgão. O poder e o saber que transitam nas fronteiras do trabalho do CT podem ser pensados no âmbito das diferenças conceituais e representacionais que ocorreram, tanto no contexto interno do grupo como no contexto comunitário.

As frustrações da comunidade, face ao desempenho desses agentes, configuram um clima de perseguição e sentimentos de que são responsáveis por “tudo” que se refere aos problemas da infância no município. O debate travado no âmbito da esfera pública tem, como ponto principal, a possível desinformação da população acerca das atribuições e limites do trabalho do CT. A alienação da comunidade interfere na compreensão da “verdadeira função” do conselheiro. Além disso, a opinião pública, ancorada na figura de um “órgão desacreditado”, confere a sensação de culpa e ineficácia. O saber social acerca do trabalho do CT foi um dos temas mais polêmicos e controversos, delineando uma oposição de forças entre o lugar que os conselheiros defendem como legítimo e o lugar imposto pela sociedade, nas constantes críticas e inquisições. A visibilidade pública da instituição, portanto, está embasada em deveres e obrigações que fazem parte da relação entre pais e filhos, ou para intervir nas indisciplinas ou para passar a “mão na cabeça” da criança rebelde.

4.5.5.1 Investimento público no CT

Nesta subcategoria, os participantes discorrem sobre algumas necessidades e carências da instituição que precisam de um direcionamento por parte do poder público ou gestores da rede de proteção. As falas reforçam que as cobranças do grupo aos órgãos

públicos responsáveis não têm provocado mudanças nos investimentos disponíveis. Entretanto, o destaque ocorre na discussão da pertinência de serem subsidiados por uma equipe técnica, composta por profissionais especializados: psicólogos, assistentes sociais e advogados. Neste sentido, percebe-se que o investimento público é tratado pelos conselheiros a partir da prioridade em compartilhar as atribuições e tarefas com sujeitos que possuem um saber científico, capaz de dialogar com um conhecimento que falta, ou “na interpretação das leis” ou nas “questões psicológicas”. Outra questão emergente, alvo de queixas, se concentrou na regulamentação do CT como profissão, na ausência de benefícios e direitos trabalhistas correlatos. O desgaste ocupacional não seria compensado pelo retorno financeiro, sendo assim, havia necessidade de outras atividades para complementar a renda.

Marcos:

Então o espaço seria interessante. Alguns concordam, outros não. Eu acho que a maioria concorda que a equipe técnica no CT poderia ter... né? Formado por uma psicóloga, uma assistente social e um advogado (...) a gente tem na rede (...) mas nada melhor do que próximo né?

*O único advogado que a gente tem acesso é o advogado da Prefeitura. Aí é aquilo que eu falei. **Em certos momentos a gente vai entra em confronto** (...) precisava de um advogado para nos orientar de alguma forma...*

A questão de vir uma equipe técnica como um psicólogo, um assistente social (...) eu já vejo como um investimento no Conselho...

Tem muita coisa que eu preciso conhecer... é... principalmente... em relação à área de, de, de direito, leis. Interpretação (...) a gente lida aqui muito com a área, com a lei... né? Então, é necessário que saiba interpretar ela...

Outra parte que talvez seja a principal, seja a questão psicológica...

O Conselho Tutelar é um órgão autônomo. Não é vinculado a nenhum Executivo, nem Legislativo, nem Judiciário, nem nada. É autônomo. Mas só que aí, a lei fala que a Prefeitura, o município tem que arcar com a estrutura do Conselho. É lei tá?

Algumas coisas, por exemplo, a equipe técnica seria interessante, mas isso aí não é uma coisa simples. É necessário mais verba, tem que passar pela lei municipal, pela Câmara.

Somos autônomos, é lógico que a Prefeitura é um Executivo que tem que garantir a estrutura nossa. E ela nem fala isso né?

*A lei municipal pode garantir isso aí. Aí vai falar com um vereador ou outro, **os cara fica (...) vai desviando...***

Uma coisa que a gente sempre bate e até hoje não conseguiu, não sou mercenário não, mas aumentar o salário era bom também (...) mas só que a questão é a seguinte professor, mas mais do que isso professor. A questão são os direitos trabalhistas...

Pode ser que seja uma cobrança nossa futuramente para o prefeito...

Se eu ficar doente hoje precisar de me afastar, chama o suplente, amanhã já era...

Paulo:

Isso leva um tempo, daqui oito, a dez anos isso já vai estar diferente...

Pedro:

Eu particularmente, acho que nem tem necessidade disso. Porque daqui a gente encaminha para o CREAS. O CRAS já tem tudo isso ((psicólogo e assistente social)). Só não tem o advogado (...) eles têm muito mais a investir para nós conselheiros (...) se ele quiser usar um computador, ele vai ter que esperar um outro conselheiro que está usando. Então eu falo que eles têm que investir mais no CT.

Como investimento no CT (...) eu tô vendo no sentido de em termos de honorário, porque eu falo assim, se eles fizerem isso daqui e derem para nós todos os nossos amparos, ótimo. Porque é ótimo, trabalharem em cima disso daqui tendo todos os aparatos para isso. Mas eu falo assim, em termos financeiros.

Se tivesse aqui dentro era a melhor coisa (...) o conselheiro (...) ninguém é técnico (...) todos os Conselhos deveriam ter isso, mas eu falo assim, em questão política, pra nós aqui (...) ia demorar muito...

Ótimo ter um advogado, é ótimo ter um assistente social, é ótimo ter um psicólogo... mas em termos de briga política financeira. Isso aí vai demorar muitos anos...

Da boa vontade e da verba. Boa vontade política e verba. Porque você sabe muito bem que na sua casa você queria colocar uma BMW. Vontade você tem, e verba?

Antônio:

A gente tem uma dificuldade muito grande, por que se já tivesse psiquiatra já ajudava bem...

Os caras ((políticos)) não quer, ninguém quer abraçar a situação. Os 'cara' desvia.

As discussões dos participantes em torno dos investimentos necessários revelam preocupações e inquietações com a dinâmica política que interfere no funcionamento da instituição, em termos dos recursos humanos disponíveis. O CT, assim como toda instituição pública, está imerso numa rede de interesses políticos que, às vezes, são “confrontados” pelos participantes. A negociação com autoridades políticas ou gestores da rede foi retratada como

algo condicionado à indiferença, à recusa e a enfrentamentos: a “lei tem que garantir”, mas “os cara fica desviando”, “nem fala isso”, “ninguém quer abraçar a situação”.

Trata-se de um indicativo de que “as comunicações só circulam numa direção, do alto da organização para a base. A cúpula não recebe de volta informações quanto às repercussões e à recepção das mensagens que emitiu” (Lapassade 1979, p.178). Isso pode inviabilizar melhorias nos serviços prestados, implicando em sentimento de que serão necessários muitos “enfrentamentos”, “cobranças” e tempo para que as autoridades competentes queiram “abraçar” a causa, com “boa vontade política e verba”. Está em pauta que é imprescindível ampliar, expandir os recursos humanos e materiais, além de profissionalizar a ocupação, tendo como princípio um perfil técnico como base numa formação educacional condizente com as exigências, não apenas no sentido jurídico e político, mas principalmente no manejo interpessoal com o público que necessita da instituição.

4.5.5.2 Política social e política partidária

Nesta subcategoria, os participantes trazem à tona as interferências e os conflitos motivados pelo envolvimento político e partidário de alguns membros. A conquista de sucesso na carreira política é uma pretensão que provoca questionamentos por parte de políticos do município. O fato de vários conselheiros terem pleiteado uma vaga na Câmara dos Vereadores, sendo que alguns obtiveram êxito, incrementa as rivalidades e a tensão com militantes de partidos em disputa pelo poder. Neste âmbito, as falas evidenciam que não há como desvincular o CT da dinâmica de forças políticas que fazem parte da sociedade local. A instituição, por sua dimensão comunitária e inclusiva, é constantemente alvo de polêmicas e indagações de cidadãos que visam mais à projeção no cenário político, do que contribuir com a evolução e o alcance das atuações dos conselheiros tutelares. O que está em questão é a legitimidade de operar numa política social voltada para proteção da infância, mantendo os laços com partidos que, no caso específico desta pesquisa, faziam oposição à maioria no poder.

Marcos:

Tem uma outra questão que é mais delicada (...) então, quando fala isso, essa cobrança que existe (...) é de um determinado grupo que trabalha até próximo de nós. Tem uma situação que é até mais delicada (...) não sei se é todos. Não é todos.

*Mas grande parte que, assim como outros cidadãos, **tem ligação partidária**, eu também tenho.*

*Sei que eu não posso trazer isso pra dentro do Conselho Tutelar (...) aqui não tem (...) **não é uma questão partidária** (...) **é política social né...**?*

*Saiu uns conselheiros, que saem daqui que já **se tornaram vereadores**. Muitos. Alguns.*

*Pode ser que tenham outros que tenham esse objetivo também ((Câmara de Vereadores)). Mas é outra coisa, porque **tem uma tendência política**.*

A questão mais importante, é não trazer a questão partidária pra dentro do Conselho né? E pode parecer que isso acontece.

***Não é uma praga porque eu sou de tal partido** ((PT)). Não é assim...*

Saiu uns conselheiros que saem daqui que já se tornaram vereadores. Muitos. Alguns. Aí pode ser que tenham outros que tenham esse objetivo também. Mas é outra coisa, por que tem uma tendência política...

Mas, a gente não tem que ficar dando satisfações a eles. Não são nossos patrões. Então eu acho que surge aí, até pela liberdade que a gente tem. Aí surge uma invejinha. Ou não, não sei se inveja é a palavra certa...

E eu atuo partidariamente fora do Conselho. Agora eu não sei se esse tipo de crítica pode.

A gente está sujeito a isso a todo o tempo...

Convido pra ir conosco. Fica um dia lá sentado, esperando os telefonemas, dos atendimentos que a gente faz, das coisas que acontecem na rua. Vamos participar...

Vamos marcar uma reuniãozinha aí... tô recebendo muita crítica... e a gente ia passar pra ele...

*É lógico que pra ele que é político, pra ele foi mais interessante falar dos órgãos tal. Vereador cobrando. E tal, mais seria muito mais prático, e **muito mais ético, procurar o CT** que sempre esteve à disposição de todo mundo...*

***Legalmente é aceitável, mas moralmente...** creio que seja muito mais ético ele vir... Tudo bem... a cobrança dele pode ser legislativa realmente... de cobrança que é a função do vereador, legislar. Mas só que aí... existe duas possibilidades de fazer isso: ir em público... ou vir aqui...*

E foi aí que a gente foi lá na rádio semana passada...

Principalmente se colocar à disposição de todo mundo para um diálogo...

Em determinadas cidades, principalmente as mais pequeninhas. Vixi! Aí o bicho

pega. O prefeito é o xerifão e pronto...

Paulo:

*É mais ou menos por aí, a pessoa ((político)) quer subir, e **dá uma distorcida na gente**. Então aqui dentro é aqui dentro. E lá fora eu passo pra lá (...) tem que aguentar senão...*

É por que aí é o prefeito, o conselheiro, o assessor do prefeito, é não sei o que... Eles querem saber o seu honorário, essa história das questões partidárias. Então você tem que ficar defendendo sempre (...) então às vezes incomoda...

Antônio:

*Eu vou falar pra você o que é essa dor de cotovelo. Nós teve esses dias atrás um pessoal da Câmara (...) vou te explicar. O pessoal lá de baixo, da Câmara dos 'Vereador', **começou esses dia bater em nós** aí, que a gente não estava trabalhando correto, que o nosso trabalho não tá sendo bem feito, eles queriam que a gente fizesse assim (...) eles queria que a gente fizesse um serviço que não é da parte (...) ((Alexandre aí ele falou isso na Câmara?)) Falou...*

Ele ((político)) fica falando várias coisas da gente... que a gente não fica fazendo nosso trabalho certo.... que a gente fica deixando o nosso trabalho a desejar, só que isso (...) não tem nem como provar...

A gente foi lá ((na rádio local)) mais pra falar o que a gente fazia, qual era a nossa atribuição (...) é pra explicar pra eles...

Deixamos ele sem resposta... só fizemos a parte do conselho...

O próprio Pedro tem uma facilidade dentro do partido que ele trabalha e tudo. Ele tem 'um' certo interesse em cima do partido dele também. Então ele ((Vereador)), bateu um pouquinho nisso aí...

*É fácil a gente ir lá e fazer crítica do vereador também. Fazer crítica que a gente tem dificuldade com creche. A gente tem dificuldade com vaga de escola. Além da creche, tem as escolinhas da Prefeitura que tem várias dificuldades. Mas, nós não vamos, em momento nenhum, falar mal de um vereador e da atribuição dele. **A gente vai fazendo um meio campo.***

A dinâmica política da realidade local interfere, profundamente, neste CT. Os mesmos conflitos ideológicos e partidários travados na sociedade brasileira, a partir de legendas onde figuram conservadores, democratas, progressistas ou socialistas, fazem parte da rotina institucional agregando, muitas vezes, tensões que dificultam a defesa dos direitos da infância. Os conselheiros colocam que a autonomia institucional, ou a “liberdade” para definir as ações, tem implicado numa “dor de cotovelo” ou “inveja” por políticos locais que visam a manipular o trabalho do grupo para interesses pessoais na carreira pública, seja no Legislativo

ou Executivo.

A recusa ao padrão hierárquico que controla a administração pública no município implica em “distorções” de fatos, acusações “moralmente” indevidas e “dor de cotovelo”. O sistema das instituições deve ser analisado, tendo em vista não apenas o jogo político e as limitações do aspecto institucionalizado, aquilo está cristalizado na lei, nos códigos e na regra escrita. Há fatores instituídos, não visíveis imediatamente, que fazem parte da instituição. Nesta perspectiva, é necessário compreender não apenas o nível da formação social, mas o encontro de níveis ou dimensões como a política, a econômica e a ideológica, as quais são mediadas pelo Estado (Lapassade, 1979).

4.5.6 Trabalho em rede e vínculos institucionais

Nesta categoria, os participantes discorrem sobre a conexão com outros setores e órgão que integram a rede de proteção e apoio social à criança e às famílias no contexto da pesquisa. As informações sobre o trabalho em rede indicam muitas dificuldades na comunicação, no diálogo com gestores da administração pública e demais responsáveis pelo trâmite e continuidade das ações. Os entraves políticos com autoridades das Secretarias do município mantêm o clima de enfrentamento, da necessidade de “peitar” algumas figuras públicas para que as intervenções do CT sejam, devidamente, direcionadas por outras instâncias. Os participantes destacam, também, a sobrecarga de acionamentos e casos encaminhados para instituição, como se outros setores estivessem depositando essas demandas de forma indevida, pois não estariam cumprindo com obrigações rotineiras do trabalho.

Marcos:

*Aparentemente o Conselho Tutelar, apesar de ser autônomo, é vinculado com a Secretaria de Assistência Social. Mas só na questão de estrutura mesmo. Aí, aparentemente, o Conselho **parece um órgão de Assistência Social**...*

Eu vejo assim. A dor de cotovelo, eu vejo de outros órgãos. O Conselho Tutelar, por ser um órgão que os membros dele é eleito pelo povo. Aí chega aqui. A gente tem uma estrutura muito melhor do que muitos outros órgãos da Prefeitura...

Gera um pouco de ciúme em outros órgãos, principalmente o da Secretaria de Assistência Social...

*Em certos momentos **a gente vai entrar em confronto com autoridades da cidade,***

com diretor de escola, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação.

Ninguém gosta de ser, de ser, peitado (...) mas é necessário fazer isso...

Pode ser que amanhã eu já levante confrontado com a Secretaria de Educação, pra mim também não tem problema nenhum ((risos))

Ela ((Secretária da Educação)) vai ficar brava comigo ((risos))... mas eu não tô nem aí...

*Por conta da sobrecarga. Talvez a gente não esteja alcançando a excelência pela sobrecarga (...) talvez (...) não é nem que está fazendo. Mas que talvez não está sendo cobrada, você está entendendo? Porque tem coisa que é da polícia. Que não chega na polícia, chega na gente. Então, talvez, não é por que a polícia não está fazendo. Mas não chegue nela primeiro. Mesmo caso em outros órgãos (...) a questão é essa. Talvez **um trabalho de conscientização das funções**...*

A gente não pode abraçar o mundo, cada órgão tem que fazer a sua parte (...) eu acho, eu penso assim, cada órgão tem que se responsabilizar pela sua função, cada um fazer (...) talvez não é nem que está fazendo, mas que talvez não está sendo cobrada...

Nem tudo a gente não dá conta (...) talvez a gente vai ter que recorrer a outros setores.

É claro que a palavra 'resolvido', não é a palavra. Mas resolvido no sentido assim, é feito (...) e não é que nós não engavetamos o problema...

*Meu trabalho (...) eu sei que ele não termina em mim. Eu sei que tem que dar um seguimento. **Exige uma continuação**...*

Do caso da escola que o promotor indeferiu, na vaga, por exemplo. O Ministério Público, o promotor da Vara da Criança e da Juventude faz parte dessa rede toda, que você fala: 'O último que eu cheguei que foi e esse vai'. E não foi...

Tem que correr atrás... é... não é fácil. Por que? É isso que eu tô falando a rede é ampla. Existe o... é... é... um...uma... uma... um determinado setor que a gente tem mais contato que o outro, né? (...) determinados setores a gente tem menos informações do que outros. Mas aí a gente vai buscando...

Qualquer coisa que aparece aqui a gente tem que dar um jeito de solucionar, mesmo que não sozinho né? Por que às vezes tem que procurar outros órgãos, outras lideranças para ajudar, mas aí, no final das contas (...) algum jeito a gente tem que dar para a situação...

Todos têm que se juntar para fazer isso se tornar realidade! Mas sempre tem... Tem... um lado que... que... ((Alexandre: Que emperra?)) Que emperra. Isso...

Gente sabe que não depende só dos órgãos públicos, depende muito da família né?

*O que a gente quer é ter a sociedade, o poder público e a família unida né? Isso que a gente quer. Esse é o objetivo maior, né? E de... de **a sociedade e a família ver o conselho como parceiro** também né?*

Não é um, um, mero órgão que vai solucionar...

Pedro:

Eu acho assim... para nós aqui. Não tá tendo bicho papão nenhum. Nem com promotoria. Nem com juiz (...) eles são muito legal (...) nós não estamos tendo crítica nenhuma em cima deles (...) não tá tendo cobrança, que a gente tá deixando, negligenciando, então eu acho assim, se precisar recorrer a eles, sem problema nenhum. Parceiros e muito bom...

A escola ligou que realmente o menino precisa de uma vaga... na APAE é... muito difícil a APAE se não tiver um trâmite legal para fazer isso daí... eu liguei para psicóloga, a psicóloga falou que demora trinta dia. E eu liguei de novo para Saúde e a Saúde orientou para... fazer de outro jeito. Então, você tem que ir buscando o conhecimento... para passar conhecimento.

Cada instituição tem que informar qual é o trâmite melhor (...) eles orientam e é o que nós fazemos (...) a partir de que eles orientou (...) como é para fazer.

Se cair um caso aqui a gente resolve, se não for o caso do Conselho é encaminhado pro CREAS, tem assistente social tem os psicólogos né que... já é que é caso de lá. Então já manda para um psiquiatra que vê que o moleque é coisa... então já encaminha, já vem a sequência, se for o caso manda pro fórum...

A partir do primeiro caso que surge todos nós fica sabendo, quando a gente não tem nenhum caso. Não tem como a gente se interar.

Tudo o que precisa fazer... os encaminhamentos, as visitas, tudo que é do Conselho a gente faz, não é negligente em nada.

Paulo:

Então, é muita, instituição, são bastante ramos né?

João:

Nada depende somente de você né? Depende também da família. Depende também do Poder Judiciário. Depende de toda a rede naquela assistência...

Antônio:

Existem mais essas críticas em cima da dor de cotovelo (...) tem mais a questão da dor de cotovelo. Por ser um órgão. Por ser o Conselho Tutelar. Teria que estar fazendo o serviço de polícia. Que não é o serviço da gente (...) teria que estar fazendo serviço de, sei lá. Fazer cobertura que não é da gente, aí em cima disso que a gente não faz. Aí vêm as críticas.

O sistema de garantia de direitos prevê uma gama complexa de ações multiprofissionais que devem estar embasadas em inovações organizacionais. A rede de apoio social consiste, portanto, numa estratégia política que abarca os mais distintos protagonistas, por exemplo, na saúde, na educação e na assistência social. O CT ocupa posição de destaque no acionamento desta política pública. Contudo, as informações desta categoria confirmam que há muitas dificuldades na legitimação da rede, nos padrões jurídicos da legislação vigente. Além da amplitude da rede, dos diversos setores com burocracias específicas, chama atenção, novamente, a rivalidade entre instituições que deveriam atuar tendo como princípios, por exemplo, a subsidiariedade e a intersetorialidade.

O conhecimento acerca dos demais atores e órgãos da rede, muitas vezes, é limitado e insuficiente para tomar decisões com clareza, agilidade e objetividade. Novamente a questão da autonomia institucional do CT consiste num elemento que gera polêmica, “ciúme de outros órgãos” ou “dor de cotovelo”. Os participantes convivem com a sensação de que algo sempre “emperra” ao longo do processo, a exigência de continuidade no trabalho, às vezes, é frustrada por decisões do âmbito jurídico. Todavia, apontam que a ideologia da rede, enquanto dispositivo social proposto no ECA, ainda não permeia as ações dos profissionais. Destaca-se a necessidade de um pacto conjunto, entre os todos aqueles que agregam essa política social, considerando, também, as famílias atendidas, o que propiciaria maior integração entre os distintos agentes.

Trata-se, portanto, de uma confirmação que este CT, na rede de proteção, encontra muitas resistências, convivendo com a perspectiva de questionamentos periódicos sobre o valor da remuneração, a carga horária, os turnos e a metodologia de trabalho, dentre outros fatores. A dificuldade é consolidada nas lutas e competições entre as instituições da rede, o problema é de todos e de ninguém. O conselheiro “não pode abraçar o mundo”, sendo, necessária a “conscientização das funções”. Porém, na rede de proteção, os agentes públicos muitas vezes, posicionam-se a partir de suas crenças e certezas, reafirmando-as como verdades e isso impossibilita a abertura para novas realidades.

4.5.6.1 Garantia de direitos e poder público

Nesta subcategoria, as falas estão endereçadas ao poder público local salientando, novamente, embates com a administração municipal. Nesta dimensão, corroboram que o comprometimento parcial destas instâncias com as causas vinculadas à proteção da infância

mantém as deficiências na garantia de direitos em grande parte do Brasil. A responsabilização de outras esferas da rede de proteção, por falhas neste sistema, se destaca pela crítica direta aos órgãos e gestores da rede representados pelo poder público e sistema judiciário. Sendo assim, a discussão toma uma direção bem peculiar, a saber, face ao “modelo de gestão” e “formato da sociedade”.

Marcos:

É bem simples de entender. É bem básico. A criança e o adolescente têm deveres e direitos. A nossa parte ficou com relação aos direitos. Deveres quem cuida é o promotor, o delegado (...) a gente ficou com a parte dos direitos. Aí toda vez que esse direito é violado, ou não garantido, o CT entra em ação.

*Essa questão mesmo, de fazer a defesa dos direitos... né? Porque todos os direitos que a criança e o adolescente têm. Ele tem deveres também. E aí a questão é o seguinte porque (...) em grande parte do Brasil. Esses direitos não são garantidos, correto? (...) **eu tô falando mais diretamente ao poder público...***

*Quem está errando com isso? O Estatuto de garantir ou **o poder público que não faz isso cumprir.***

O que está errado não é o Estatuto. Talvez é o modelo de gestão da sociedade, talvez o pai e a mãe não tá, não tá seguindo de forma correta a sociedade. O poder público não tá garantindo o que tem que garantir o que é de lei (...) escola é garantido, mas nem todos têm.

*O ECA eu concordo assim. Muita gente questiona o ECA né? **Eu já questiono o formato da sociedade né?** A atuação dos poderes. Não é o ECA que está errado, é os poderes que estão errados...*

Por que eu recebo a pressão da família né? Eu ponho pressão na Secretaria de Educação, aí se a Secretaria de Educação quiser pôr pressão no prefeito. Pode ficar à vontade... né?

*Sei lá também, não sou prefeito (...) eu não sei da dificuldade dos caras né? ((risos de todos)) mas aí o que acontece, **você luta uma briga ferrenha pra conquistar uma vaga na escola pro menino.** Eu não quero nem saber do prefeito se tem vaga. Se não tem (...) ele vai ter que dar os pulos dele. Eu tô dando o meu.*

Vou mandar para o promotor e eu sei que se o promotor meter a caneta lá... vai dar certo...

*O objetivo do CT... é fazer com que os Direitos da Criança e do Adolescente sejam respeitados (...) de... fato cumpridos (...) a gente se depara bastante aqui, em relação à vaga em creches e escolas... né? Por exemplo, a creche. Muita gente acha que a creche é, é direito da criança só se o pai e mãe estiverem trabalhando, e não é bem assim. Não tem nada a ver com pai e mãe. É um direito da criança... né? (...) as vagas (...) a cidade não dá conta (...) da demanda. Mas é direito, **o Poder Público***

tem que garantir isso daí.

O... ECA mesmo fala não é só... é... é... a criança e o adolescente não é... só responsabilidade do poder público, mas é da sociedade, e da família.

Paulo:

*Em relação à saúde, bem-estar e... Às vezes o **Poder Público deixa a desejar**. Quem está certo e quem está errado né?*

Porque muitas vezes a justiça é meio lenta, o processo é lento. Então, às vezes não é na hora, de dentro vai, não é tudo na hora, então muitas vezes um dia ou dois dias que demora...

Prevê os direitos, só que não cumpre aí quem vai? Não tem quem garante brigar...

Aonde a pessoa vai lá e vai falar que não foi feito nada né?

Pedro:

Aqui a gente ainda briga um pouco né Marcos? (...) Aqui quando a gente briga ainda consegue mais ou menos né? É o que o Estatuto prevê mais a... É o que o Marcos falou aí, a própria sociedade, a própria autoridade não tem como fazer cumprir...

Aqui a gente ainda briga um pouco né Marcos? (...) Aqui quando a gente briga ainda consegue mais ou menos né?

De acordo com Santos (1987), o Estado não resolve, nem visa a resolver as contradições sociais, de algum modo interioriza-as e, como critério de mobilização de recursos é a luta política, diferentes interesses setoriais são contemplados de acordo com o seu peso político. O que é questionado pelos participantes são os poderes dominantes, que no modo que operam parece que negligenciam o próprio sistema que deveria privilegiar a criança e o adolescente. Refletindo sobre este “formato” ou estrutura de poder, verifica-se nas falas que o Executivo e o Judiciário são avaliados como entraves, neste “processo lento”, as próprias autoridades “não têm como fazer cumprir” o que é proposto na lei.

Como agravante nessa situação, os embates ocorrem num contexto onde a imagem pública do conselheiro tutelar é saturada de estereótipos culturais, como se estes agentes tivessem a função primordial de “passar a mão na cabeça” do “adolescente marginal”. O debate sobre uma política social vai-se dirigindo para o debate em torno do uso instrumental do poder político, num complexo de interesses e manobras, revelando um agravante único, a saber, a opção partidária dos conselheiros.

4.5.7 Doutrina da Proteção Integral: ECA, teoria e prática

Nesta categoria, as unidades de significado selecionadas fazem referência ao ECA, os posicionamentos oscilam ora em defesa, ora com críticas muito objetivas. A legislação é alvo de contestações devido à assimilação parcial, por parte da comunidade, dos preceitos e normas. Houve controvérsia tanto na questão que trata da proporção entre direitos e deveres, como nos empecilhos em seguir, de maneira incondicional e absoluta, todos os parâmetros do ECA. Como a sociedade tem debatido seja rejeitando, concordando ou amparando esta legislação? Diante da complexidade deste problema com desdobramentos difíceis de serem correlacionados, os recortes nas falas dos participantes são uma amostra que exprime alguns pontos polêmicos, os quais promovem a noção de que é preciso avançar muito, para que os códigos do texto jurídico façam parte da realidade concreta da infância, como fundamento primeiro da cidadania e dos direitos humanos dos sujeitos em desenvolvimento.

Marcos:

*Eu considero o Estatuto... Todo mundo fala isso, tem uns que concordam... Uns discordam. **Eu vejo o Estatuto como ideal.** O que não está ideal, é, é, é o modelo de sociedade que a gente vive hoje...*

É uma questão de procurar. Por exemplo, tem deveres, por exemplo, a questão da escola. No mesmo momento que é direito dele de garantir a vaga, é dever dele também. Ele vai ter que ir para escola queira sim queira não. Ele não vai poder ficar fora da escola. E se ele ficar, quem vai responde por isso são os responsáveis dele.

Se for de ver, estudar o ECA de forma é, é, é assim ((pausa)). De forma bem concreta, a gente vai encontrar bastante é, bastante deveres de adolescentes...

Então, ele tem um dever sim de estar presente, não só de estar presente, mas de participar também, porque tem muito adolescente que acha que vai para escola ele ficando lá sentado já está suficiente. O que a gente quer também é a participação dele.

*É lógico que fica tudo mais cômodo, até para nós adultos né? E quem dirá para os adolescentes, **muito mais cômodo olhar um Estatuto e procurar saber só dos direitos**, né? Dos deveres, deixa para outro lado.*

Apesar da gente tentar se, se, preparar o máximo, conhecer o ECA né...? Mas isso tudo é teoria, na prática é outra história né?

*O conselheiro que tem como método o **Estatuto**, eu tenho que respeitar ele. Mesmo que uns pontos eu não concorde, mas quando eu vim pro Conselho eu tenho que*

seguir ele. É meu instrumento de trabalho ((pausa)).

A gente não se limita ao ECA, nós não é robô que vai robotizar o ECA (...) a gente vai mais além.

Paulo:

*Na minha época a gente não tinha tanto... hoje está mais divulgado...
Falta um pouco de deveres também...*

João:

*Você tem que tentar ver os dois lados: **impor as medidas que o ECA diz e** ((pausa)) **ser humano**. O mais humano possível para você conseguir fazer com que aquela situação se resolva né?*

***Você lê é uma coisa.** Você tá por dentro de tudo aquilo é uma coisa. Agora a hora que você vai para prática, que você vai para rua, pro trabalho de campo, né? Aí é completamente diferente...*

*Você tá lendo uma coisa, tá lendo uma coisa, tá vendo uma coisa, só que você se depara com uma situação que **o seu humano. É. Bate contra** o que o Estatuto diz. Então, você tem que falar péra lá...*

*Eu tenho que ver o lado da criança. Eu tenho que ver o lado da família. Por que não adianta nada você. Talvez. Vai adiantar você colocar em prática? Vai. Só que você. Dependendo se você se precipitar, **você pode destruir uma família** por, um estalo de dedos. E não é bem essa a nossa percepção, como conselheiro.*

Pedro:

*Para começar o próprio ECA. **Eu acho que peca um pouco** nisso, de deixar. É. É. Tem uma exigência muito grande da criança trabalha. Igual aqui, por exemplo. Naquele tempo criança com doze anos treze, quatorze anos já trabalhava, já ajudava o pai...*

***Tá muito em aberto.** Fala tudo o que a criança só pode, pode, pode, pode, pode. O que ele deve, deve, deve não falam muito e aí. E hoje em dia eles estão, levando muito nesse pode, pode.*

Ele tem os direitos não tem? Mas ele tem os deveres...

Eu falo, que nem eu falo, deu 'um' tapinha na bunda, já vão chamar o CT! Então que dizer, que eles mesmos por si, estão achando que eles têm os direitos deles. Os deveres de fazer as tarefas, de ajudar ou fazer qualquer coisa, não pode mandar fazer nada dentro de casa, que já está errado porque não pode.

Antônio:

A gente vai acima do ECA (...) a gente vai sempre além.

Se entre os conselheiros tutelares não há consenso, “uns concordam, outros discordam”, pode-se deduzir que no senso comum a objetivação do ECA pode, também, gerar posicionamentos em conflito e muitos embates ideológicos. De modo específico, o conteúdo em evidência denota que a legislação trouxe mais práticas que prejudicam a criança, do que obrigações ou medidas disciplinares na correção de condutas. Nesta perspectiva, a proteção tem sido um pretexto para indisciplina, a criança “pode tudo”, “manda nos pais”, acha que “tem direitos e não deveres”. A vivência rotineira das ambivalências e paradoxos converge, inevitavelmente, para o sofrimento institucional. Instituído e instituinte, nesta relação, apontam para o embate entre potência e impotência.

A crítica sobre processos socioculturais que perpassam a interação entre pais e filhos, com múltiplas determinações e ensejos, fica restrita ao ECA, que seria o responsável pela “ausência de limites”, “comodidade” e “excesso de direitos”. Chama atenção, novamente, a postura contraditória entre os valores pessoais, tanto no sentimentalismo como no moralismo, e as regras que deveriam ser “impostas”. Em síntese, o “lado humano” é o que fala mais alto, não há como “robotizar” o ECA, às vezes, a deliberação é avaliada pelo “coração”, pelo critério afetivo, haja vista que “fazer valer a lei” significa enfrentar o humano em si mesmo.

As instituições compreendem reservas da dinâmica social, lugar de mudança e transgressão, ao lado de elementos de continuidade e da tradição, ou seja, a ordem do instituído e do instituinte (Lourau, 1995). A função social do conselheiro tutelar, enquanto uma figura especial e poderosa instituída para proteger sujeitos fragilizados e vitimizados, pode ser analisada na metáfora freudiana que se aprofunda nas derivações e consequências psíquicas entre o tabu e a ambivalência.

4.5.8 Educação e punição nas diretrizes do ECA

Nesta categoria, os participantes marcam posições divergentes em relação às práticas parentais de educação e punição, tendo como alvo da polêmica a pertinência da palmada como “mal necessário”. De um lado, o tema é abordado de acordo com os parâmetros do ECA, sendo assim, afirma-se a proibição dessas práticas que envolvam agressão física. A educação ideal seria permeada pelo afeto e não por agressões, o carinho de um beijo, no lugar da palmada. Por outro lado, a falta de limites e a desobediência às regras foram colocadas com consequências em situações que os pais não possuem outros recursos, no sentido da

correção disciplinar de seus filhos. Nesta perspectiva, a criança precisaria “sentir na pele” para aprender o que é certo e o que é errado. Haveria uma medida adequada no uso da força para aplicar as punições, isso não iria inibir ou prejudicar o desenvolvimento saudável da criança.

Marcos:

*Para educar filhos (...) educar filho não tem cartilha. A forma como você educa um, talvez para um outro não vai dar certo. Mas eu percebo (...) que **educação tem que vir lá do berço**, num primeiro momento, até um momento que ela faz uma birrinha, por isso, por aquilo né? Na hora de espalhar o brinquedo na sala, depois ir embora e não recolher, então é esses detalhes...*

Quando chega no mercado de trabalho, aquilo que ele faz em casa ele vai fazer lá também...

Na adolescência isso se torna uma bola de neve (...) a gente aconselha que a educação tem que começar lá do berço queira sim ou queria não.

*É lógico que todo pai, toda mãe, mesmo que dá uns tapa, gostaria de usar outra forma de educação. Eu tenho certeza que o pai e **mãe que dá um tapa preferia dar um beijo...***

Lógico que uns são a favor outros são contra, eu vou falar como conselheiro...

A gente tem regras a seguir, né? A gente não pode escapar disso, é as leis, eu não posso ultrapassar elas. Então, a lei fala que o tapinha é proibido, então não pode! Né? ((pausa)). Eu não posso falar: ‘eu sou a favor’.

Eu não tô falando aqui que pode ou não pode ((bater)). Eu tô falando com a lei...

***Tomei ‘uns’ tapa bom da minha mãe e do meu pai também. Para mim foi bom** ((Pedro: Não morreu)).*

***É importante pro adolescente perceber** que se ele causar, fazer alguma coisa de errado, né? Não vai ficar em vão (...) se ele cometer algo de errado, por que aí é um passo para uma Fundação Casa.*

Quando ele comete um ato infracional, ele também vai responder por isso, né? ((pausa)). Ele vai responder também. Existe medida socioeducativa (...) aí é uma questão um pouco mais radical tem a questão da Fundação Casa, né?

Paulo:

Ele tem o dever de ir, ele não vai, a ‘responça’ cai sobre quem? Sobre os pais, não é em cima dele. Ele mesmo está isento.

Tudo tem um bom senso, um limite. Eu acho no meu ver umas palmadas não vai...

*Você não vai pegar uma criança de três anos e vai bater, é com muita força... **tem que ter certo, certo limite né?***

Não vai matar ninguém né?

Pedro:

As crianças hoje estão tudo assim. Muitas mães vêm reclamar: ‘não posso bater não posso fazer nada?’ Mas a criança não respeita.

***Vem da índole da pessoa (...).** Com dezesseis anos ele faz o ato infracional dele. Ele vai para Fundação Casa. Ele já é punido. Não que é não é feito nada em cima dele. É feito sim. É mais leve? É mais leve.*

*O pai e a mãe dentro de casa que não pode dar um tapinha. Qualquer coisa. Ele tem que sentir na pele pelo menos quando ele faz alguma coisa de errado tem uma ordem judicial que ele tem que cumprir (...). **Se... é punido, ele vai saber o que é regra.***

Se não punir, ele nunca vai aprender...

Não mata ninguém...

Uma L.A. cai muito bem em cima destes infratorzinho aí. Vixi!

A lei fala também (...) que não se pode usar droga e eles usam droga, não é verdade? A lei não permite que usa droga, e eles usa. Por que não pode dar um tapa, e eles faz coisa errada e não pode dar um tapa?

A própria pessoa fala: ‘eu não bati’ (...). Ela falou: ‘Olha. Eu vou falar para você, ele estava fazendo arte, fazendo coisa grave e eu estava lavando (...) me desobedecia. E aí, no que, no que ele desobedecia’. E ela tirou o chinelo dela e deu uma chinelada, um chinelinho duro, aonde marcou. Ela falou assim: ‘eu corrijo ele agora, perdi o que eu tenho de dezoito anos para drogas (...). Se eu não corrigir este de oito vou perder ele também. Por que o outro eu só tratei ele a pão de ló, e esse daqui agora? Eu não posso corrigir nada?’ (...) E aí que atitude você toma?

O pai se sentiu tão acuado que preferiu fazer aquilo ((acorrentar o filho)) do que, do que perder o filho para droga. O menino achava que tinha direitos, mas obrigação nenhuma, porque o trabalho que ele deu para os pais...

*Uma mãe não pode corrigir um filho? **A gente fica entre a cruz e a espada.***

E se você vai falar, a mãe quer dar um tapa. Ela sabe que se der um tapa já chama o CT, chama a Polícia...

Como conselheiro a gente tem que advertir, falar que não pode, não pode, não pode.

É... eu tenho que seguir a lei. Como conselheiro, você segue a lei. E como pessoa você tem outra opinião mesmo. Eu jamais vou deixar minha filha fazer um negócio

errado. Porque eu tenho uma de quinze lá dentro de casa. Se ela fizer um negócio errado. Apesar de que, eu acho que eu nunca bati nela...

Toda a vida, eu acho que se é, é, é apanhou foi da mãe. Não, a gente de bater, não. Mas se for para dar um tapa bom, por uma coisa que não deve fazer, eu daria. Como pai. Agora como conselheiro

A argumentação, em Pedro e Paulo, defende que uma palmada, desde que utilizada respeitando os limites do corpo do sujeito, não acarreta em graves sequelas: o tapa “não mata ninguém”. As diretrizes do ECA, que situam a violência física, mesmo num tapa, como uma violação de direito passível de penalização aos agressores, entram em choque com o discurso dos conselheiros. Novamente destoam os conflitos pessoais com o ECA. A orientação aos pais para evitar as palmadas pode ter como consequência o sentimento de “isenção” de punições, a criança “pode tudo”, “não respeita”, porque é tratada “a pão de ló”. O reconhecimento e a defesa da lei, nesse momento, se opõem à falta de recursos dos pais para educar os filhos.

Essa associação entre a dor, da violência física, e o amor dos pais pelos filhos é um paradoxo comum no discurso destes conselheiros tutelares. Marcos, mesmo consentindo com a lei, “falando” com ela, está em conflito com sua história de vida, pois entende que um tapa, às vezes, pode ser “bom”. A ambivalência surge objetivamente no palco institucional e, portanto, a notória dualidade das tendências de irem a uma ou a outra direção. As práticas como conselheiros tutelares apresentam seus riscos e perigos, mas há meios eficazes de evitá-los. Neste CT encontram-se ora o veneno que agrava o mal social e ora o antídoto que pode reverter o quadro. Esta instituição revela-se a partir dessa particularidade, tal com sugere Pedro, na condição ambivalente de atuar entre a “cruz e a espada”.

4.5.9 Violência contra criança: medidas de proteção e defesa

Nesta categoria, as unidades de significado selecionadas descrevem algumas situações onde há violação de direitos, as providências para combater o fenômeno e coibir os agravos. Os procedimentos adotados não são os mesmos pelos conselheiros em casos de negligência ou abandono. Num primeiro momento, percebe-se a prioridade dada ao BO como medida-padrão contra a violência. Em seguida, há posições que defendem uma punição branda, com destaque para advertência verbal, mesmo quando o transgressor é reincidente. A efetivação do BO seria uma medida radical, às vezes a mãe esquece a criança em casa ao sair,

o que não seria um “descaso”, mas algo trivial. É dada uma chance para a família, o conselheiro tutelar evita a responsabilização por “destruir” os laços entre pais e filhos. As controvérsias sobre o ECA se mostram, neste momento, decisivas, pois interferem nos procedimentos e tomadas de decisão no enfrentamento dos incidentes.

Marcos:

*Se gente receber uma, uma denúncia anônima, avisando que dentro de uma casa, tem uma criança sendo espancada, maltratada. Enfim, com marcas, é a mesma coisa. **O BO vai ter que ser feito...***

O CT é tem condições de, de, de, de acompanhar essa criança (...). Então, o CT, toma iniciativa e, e, e cobre todo este espaço aí de acompanhar ela...

Logicamente, o agressor não vai levar ela para fazer um BO...

O CT (...) ele pode pegar a criança na escola e levar para uma... uma... DDM por exemplo, fazer um BO, contra o agressor...

É feita a orientação, enfim... mas o BO é importante... é importante... é necessário... ((pausa))

Se for uma, uma, um bem crítico mesmo, a gente também é, pode fazer um pedido do acolhimento das crianças, de levar para uma casa de acolhimento, abrigamento...

*Um caso mais de (...) talvez de homossexual, de, exploração sexual é o mais delicado né? E alguma coisa tem que ser feita. Por exemplo, uma criança, eu já cheguei numa escola e a criança já tinha se queixado para os professores, se queixou para mim que dentro de casa estava sendo violentada, pelo padrasto né? (...) eu sabia que eu não poderia deixar o caso sem ser solucionado. Solucionado assim em forma, **deixar essa criança livre desse camarada...***

*O padrasto (...) era homossexual. Inclusive. Então a criança se queixou. Começou a chorar na sua frente. Então. Eu não sei te informar, mas de alguma forma **eu vou ter que mudar a situação dessa menina.** Eu não posso deixar ela dormir mais uma vez na casa desse cara (...) durou dois dias com você correndo (...) para um lado, vai para o outro...*

O certo seria afastar os agressores do lar né? Mas, em certos momentos. Pode ser que o agressor seja o pai. E a mãe esteja sendo negligente com relação a isso né?

Na grande parte das vezes, o agressor é o pai e a mãe. O responsável. Então, de certa forma, esta criança é, é passa a se tornar uma criança desamparada né?

Tem determinados locais, que o que predomina é o tráfico né? Então levar a polícia para esses locais, é perigoso. Então, o que é o negócio, a gente chegar para o camarada que domina lá: ‘Companheiro. Ajuda nós aí, por que senão a polícia aí, fica complicado né?’ (...) não é que deixa entrar. Mas, facilita a ação né?

Quando chega um mandato, está lá que a gente pode usar a força policial, mas em determinados locais, a gente vai sozinho, pra não gerar mais confusão, por que a gente sabe que no outro dia a gente vai ter que entrar lá pra fazer uma visita... Levamos mordida no braço. E mordida forte, de quase rancar pedaço...

A gente entende... lógico, que não é um frio que chega ali, a gente entende que tem relação de pai, mãe e filha. Apesar que não está acontecendo...

O Antônio é o melhor nisso aí... ((risos)). É psicólogo...

Paulo:

*A mãe tinha saído. Inclusive a criança que abriu a porta. E aí. Tentamos localizar a mãe né? Graças a Deus localizamos a mãe e aí. **A mãe chegou em casa. Tudo bem, aí... né?***

Liga para mãe, se localiza ótimo, tranquilo...

*Você tenta dar um jeito, **tenta dar uma apartada uma vez, duas vezes.** Na terceira você manda pro Judiciário pra tomar as atitudes cabíveis né?*

É necessário ((boletim de ocorrência)). Mas como a gente ligou, e ela já veio rapidinho. Então, a gente conversa bastante com a mãe né? Que não aconteça mais... é de novo né?

Antônio:

A gente fez um abrigo. A gente fez um abrigo (...) que a gente teve que fazer? Catarina a mulher que a gente viu que ia dar problema pra gente, que ia bater na gente, que ia tacar pau, falamos pra elas, era quatro crianças, falamos pra elas catar as crianças, pôr na perua e vir com a gente.

A mulher me grudou aqui ((mostrou o braço)) que quase me rancou pedaço fora (...) é... pra tirar a criança da mão da mãe...

Teve uma atuação até esses tempos atrás, que nós fomos até no velório, chegamos no velório, percebemos que a pessoa que estava sendo enterrada já não estava sendo importante para a família. O importante era eu e o Pedro, daí a pouco eles vinham tirar o corpo que estava lá e colocar nós no lugar ((Pedro: Ele era homossexual né? E ele morreu dentro da cadeia. Aí podia parecer que o Conselho que tinha...))

*O doutor (...) falou pra gente: **'faz uma boa política lá'**.*

*A comunidade viu que a gente estava fazendo esse trabalho, que não era a gente, aí quem catou as crianças pra gente foi as próprias vizinhas né? **A gente saiu de boa, entendeu?***

*A gente enturma com aquela situação, e coloca aquela situação acima daquela pessoa. **E começa até a chorar junto com aquela pessoa** (...) ela vê que você está...*

Chega uma hora que eles vão amansar...

Você joga em cima do juiz: ‘É o juiz que mandou. Por mim eu não vinha buscar’. Se você vai em dois. ‘Por mim e pelo Pedro, a gente não vinha buscar’. ‘Quem mandou foi o juiz, a gente tem que obedecer a ele’...

Pedro:

Um caso aí que ligou... da...da...do...da psicóloga, aparentemente houve um negócio de um, abuso sexual. E, é, é, não que aceita, não quer, conta, não quer. Qual, a atitude que vai ser tomada? Você tem que tentar. É motivo de orientação, que você passa...

Uma senhora que veio desesperada aqui, que a mãe tinha tomado muito comprimido. Tinha ido pra Santa Casa (...) ela falou que ia se matar e matar os dois filhos. E a irmã veio aqui. É que ela perdeu um irmão assassinado e o pai há pouco tempo. Então eu orientei bem a mãe e a irmã. Pediram para falar com ela. Peguei o telefone, conversei com ela, conversei com a outra do lado de lá. Quando foi ontem de manhã vieram as duas aqui ficaram mais de uma hora na minha mesa. Então aquilo lá para mim é muito gratificante.

João:

*O que acontece? Muitas vezes você age **de uma forma radical** (...) **a família ia ser punida**. A mãe ia ser punida. Ela ia ter que ser ouvida e tudo mais. Só que, dando para você resolver a situação. E você argumentado. E numa segunda ocorrência acontecendo isso de novo, e ela sendo punida de verdade...*

Às vezes não foi nem por, por, por, vamos se dizer assim é. Descaso ou descuido. Não. Ela foi rápido.

As diferenças nos procedimentos e prioridades refletem a ausência de um discurso em comum sobre como agir e interferir quando ocorrem os acionamentos e denúncias. Se não há padronização nestes processos, as notificações e investigações sobre indícios de violência podem seguir direções e consequências diferentes. Retomando uma fala anterior, não é possível “robotizar o ECA”, desse modo a avaliação pessoal do dano à criança, às vezes, determina o que fazer e como fazer: perdoar o transgressor ou acionar a polícia e fazer o BO? Destacam-se os riscos, a possibilidade “de gerar mais confusão” e os constrangimentos, quando o próprio agressor está na família e é necessária a ordem judicial. O conselheiro tutelar, nestas circunstâncias, é apresentado como um psicólogo, representando o papel de um sujeito sensível aos problemas familiares. Para evitar maiores distúrbios, depositam a culpa no juiz para, também, “amansar” a população e fazer uma política de “boa vizinhança”.

4.5.9.1 Negligência, abandono e drogadição

Nesta subcategoria, a violência contra a criança está focalizada na temática das drogas e na relação entre pais e filhos. O uso precoce de entorpecentes, assim como o processo de tratamento da dependência, foi percebido como problema social da infância atual, cujo combate necessário é algo muito difícil de ser empreendido. A família, ora como vítima do jovem “seduzido”, ora como culpada por ser negligente ou permissiva, não propicia o “alicerce” necessário para prevenção dos riscos e vulnerabilidades. Num primeiro momento, destaca-se a noção de que a disponibilidade e acesso às drogas, aliadas à curiosidade, “pretensão” ou sensação de poder do adolescente, acabam tornando-o vulnerável à dependência química, “o organismo se acostuma”, fica difícil a criança “regredir” do consumo, e a adesão ao tratamento depende de uma “loucura” momentânea. Em seguida, identificam-se falas que centralizam a culpa pelas tragédias e fatalidades nos pais que não impõem mais a autoridade e respeito, compreendido como essenciais na prevenção.

Marcos:

A gente vê o crack acabando, criança de onze anos, doze anos acabada com crack! Que foi seduzida por ele, quis experimentar...

O adolescente é pretensioso, acha que pode fumar uma pedra de crack hoje e amanhã se ele quiser ele não vai usar. E não é assim, o organismo se acostuma ((pausa)) né? E amanhã vai pedir mais uma vez (...) e assim vai porque o organismo acostuma.

A gente gostaria muito que não existisse, é as drogas, entorpecentes, enfim, a violência que existe hoje né? Um pouco difícil né? Isso, combater isso, mas é necessário.

*A questão também é a questão dos meninos que fazem uso de entorpecentes. Porque, às vezes, tem um menino, porque tem a triagem que o pessoal fala. Então tem um menino e o pessoal fala: “ah tem que fazer isso” antes. Um menino que está nessa vida, toda segunda-feira, quarta, segundas-feiras, uma atrás da outra. Você vai ter que ir em Birigui passar pela psicóloga. O moleque está o dia todo na rua...você acha que na segunda-feira ele vai chegar à tarde, tomar um banhozinho, colocar uma roupinha (...). Porque **de vez em quando bate a loucura**: ‘eu quero ser tratado agora’. Então eu não sei é possível...*

A criança, o adolescente é mais pretensioso né? Nós fomos também. E hoje é mais ainda...

A cabeça fala mais alto do que aquilo que você quer e pronto...

*A **prostituição né? A sedução do dinheiro.** O adolescente vai ficar seduzido né? Pelo tênis legal, pela calça legal, enfim. E... pela droga também...*

O pai fica de um lado a, a, a, o, esses concorrentes de outro. E a infância no meio né? ((pausa)). Mais... a, a, a, a infância hoje em dia está sendo muito mais difícil para passar do que antigamente né? Por conta de tudo isso...

*Eu acho que tudo o que acontece enfim, **é consequência daquilo que está acontecendo na família**, entendeu? A gente vê que a, a estrutura familiar cada vez é ((pausa)). O alicerce é importante né?*

A infância hoje em dia está sendo muito mais difícil para passar do que antigamente né? (...) a infância tá perdida. Então, tem que tomar muito cuidado para não perder a infância, principalmente a pré-adolescência.

Paulo:

Eu acho assim hoje tá. Tem muita coisa que complica né? O álcool, o álcool é uma droga lícita né? Uma droga lícita hoje né? Hoje está destruindo a família né? Consequentemente quem sofre? É as crianças, pais alcoólatras, pais drogados, que deixam essas crianças aí. Vamos dizer a ver navios, né?

*Então, é... a droga hoje está acabando com tudo. **Esta corroendo a família a juventude, a infância** hoje né?*

Os maus-tratos né? Criança com fome, criança com dez, doze anos fumando e bebendo tem isso também (...) são muitos né? São muitos casos...

Pedro:

Hoje o que mata mais em cima de tudo isso chama-se droga...

Está meio difícil das pessoas regredirem da droga, dessas coisas...

*A infância, principalmente na periferia, **tá pecando muito no sentido dos pais**, os pais estão muito. Uma negligência muito, grande. E eles se envolvendo muito cedo com. A droga. A prostituição...*

Criança de onze anos já manda nos pais, já quer pôr dentro de casa a droga, o que quiser lá e o pai tem que ficar quieto. É o caso de muitos...

A família já negligenciou muito, a gente não consegue trazer eles...

***Eles perdem o controle dos filhos**, porque os filhos já não vêm no horário. Aí o que... que eles vêm aqui procuram o CT. Aí vai batalha, batalha. Mas eles já fizeram um núcleo de amigos que ficaram longe lá, lá, lá, lá (...) três horas da manhã. Então, a gente bate em cima, bate em cima...*

A própria família, eles abrem um leque e depois eles querem que você feche de uma vez (...) hoje de doze anos (...) tem muito aqui que se manda. Eles fazem o que eles querem. Aí o pai, o, não, não dá conta ele vem aqui (...) se ele não pôr rédeas nos filhos dele, para, pelo menos o básico. Não há conselheiro que faz com que esse moleque vai entrar nos eixos...

Antônio:

*Veja bem a situação desses dois meninos que nois pegamos e que a mãe pegou de volta hoje... né Pedro? A mãe estava numa situação difícil, nós chegamos lá, a mãe com uma faca, querendo dar uma facada (...). **Agressiva, loucona.** A gente... afastamos as criança dela. Aí, na outra semana, ela já vem boazinha, chorando (...) ela viu que ela era a errada. Aí o que ela fez, foi se tratar, seis meses de tratamento na clínica.*

O consumo de entorpecentes e violência dos próprios pais, “a mãe agressiva e loucona” iniciam a criança neste universo doentio e decadente, a droga estaria “acabando com tudo”. As imagens da infância, nos discursos, indicam uma convergência fatalista e negativista sobre o fenômeno em questão, reforçando seu caráter crescente e irreparável: mesmo com os pais “a infância tá perdida”, “a ver navios”. A impotência, fragilidade frente essa tragédia, desperta a utopia de um mundo sem drogas e sem violência. O problema é localizado na criança da periferia, onde a negligência e abandono seriam mais evidentes, os filhos estariam “pecando muito”, convivendo com as drogas e prostituição, “mandam nos pais”, mas a própria família é quem “abre o leque”, “perde o controle”. O CT, apesar das “batalhas”, não consegue “trazer a criança de volta”.

4.5.9.2 Visibilidade social, denúncias e notificação

Nesta subcategoria, as unidades de significado selecionadas incluem, primeiramente, argumentos acerca da percepção e consciência da violência contra a criança na realidade local. Os participantes compartilham a noção de que as denúncias registradas no CT não abrangem a dimensão dos incidentes e transgressões, ou seja, fortalecem o pressuposto da subnotificação, consequência do silenciamento e naturalização de práticas abusivas e violentas cristalizadas na cultura brasileira. Destacam-se o estranhamento e a impressão de que o fenômeno não seria compatível com o contexto, como uma negação ou rejeição de que alguns acontecimentos não fazem parte apenas da “Capital”. Há um paradoxo que indica essa dificuldade de lidar publicamente com os índices e tipos de problemas que ocorrem: “se deparam muito”, “mas tem acontecido pouco”. Por outro lado, “muita gente vê”, “mas

ninguém denuncia”.

Marcos:

*Até então a gente só via na televisão. Datena principalmente, desses programas mais que... Ah... ‘Menino é encontrado acorrentado dentro de casa, é, é por conta do vício ao crack’, enfim. Qualquer outro tipo de entorpecente. Mas aí, **parecia que estava longe** de nossa realidade né? Pô só na Capital!*

Um certo dia, uma tarde como essa aqui, apareceu uma denúncia dessa: “Oh! Têm um menino, em casa, acorrentado! (...) sempre tem aqueles que fazem denúncia falsa. E eu fui acreditando nisso...”

A gente se depara muito aqui com. É lógico que nos últimos tempos tem acontecido pouco. Mas é o abandono durante a noite. Principalmente nos finais de semana (...) talvez a mãe, os pais, enfim. Têm os filhos pequenos (...) eles querem, enfim, ir para uma, uma diversão (...) o que seja. E deixa as crianças sozinhas em casa né? E. E a gente já se deparou com isso.

*Porque a denúncia (...) é muito importante pro CT. Então muita gente (...) a gente tenta se antecipar à denúncia. A gente tem que antecipar a denúncia se for possível. Mas, só que muita gente vê menor bebendo, adolescente bebendo (...) só que não denuncia. Então, ele está sendo negligente com isso também. A criança e o adolescente **é responsabilidade do pai, da mãe, do poder público, meu, seu, dele, é da sociedade.***

*Sabe o que acontece também? Tinha uma época que eu estava aqui, que tinha muita denúncia, muita denúncia não, muita cobrança em relação às praças, avenidas, que o pessoal estava bebendo. Aí a gente chegava numa reunião dessa, por exemplo, CMDCA que aí uma pessoa do centro questionava: ‘Mas o menino estava bebendo na praça, estava comprando bebida alcoólica num determinado estabelecimento’. ‘Ah é? **Você viu? E por que que você não denunciou?**’*

Não seria muito melhor durante a noite, a hora que ele tivesse passando ali, e vê um menino bebendo: ‘Olha. Tem um menino aqui consumindo bebida alcoólica. Vamos ver o que a gente faz. Vamos ajudar esse menino de forma anônima’...

Pedro:

Nós trabalhamos mais que noventa e cinco por cento dos casos em cima de denúncia né Marcos? Denúncia do pai. Denúncia do vizinho. O conselho gira muito em cima de denúncia. O resto é burocracia, de andamento disso daí (...) a gente manda para um órgão... ou manda para outro... ou manda pro juiz (...) mais é em cima de denúncia (...) da prevenção é menor...

***Eu não imaginava**, porque dentro da, da, da nossa sociedade aqui (...) tivesse tanto igual tem. Só sabe quem é... o que tem mesmo dentro (...) os conselheiros que já passou por aqui, para saber o que que é...*

João:

Eu não cheguei a... a pegar nenhum caso, extraordinário, assim, que, às vezes chamou atenção né? Claro, tem muitos casos né? De algum tipo de abandono, algum tipo de, de, maus-tratos. Mas nada que, que foi assim, comprovado realmente que tava em total abandono, que a criança estava realmente, abandonada (...). Não, não, não cheguei a pegar essa situação (...) se a gente não pega, não tem problema...

Uma vez que a sociedade é complacente com o fenômeno, “a mãe, pai e poder público” não assumiriam responsabilidades na garantia e defesa de direitos. O testemunho da violência não tem implicado na sensibilização de demais atores da rede para que a denúncia seja um exercício de cidadania e um compromisso coletivo em prol da infância. Em termos da visibilidade social, o conteúdo em destaque aponta que o “saber” sobre este sofrimento é restrito à figura do CT que, mesmo divulgando esses dados alarmantes semestralmente, não consegue efetivamente trazer o problema para a esfera pública, sua dramaticidade e urgência de um combate efetivo. Por fim, chama atenção, também, que mesmo com contato diário com “tantos casos”, sendo testemunha de experiências traumáticas, nenhum caso é percebido como “extraordinário”. O reconhecimento de que há maus-tratos tem, como contraponto, uma banalização da violência, nada até então “chamou atenção”, diante de uma realidade onde tudo deveria chamar atenção.

4.5.9.3 Fracasso escolar, indisciplina e violência

Nesta subcategoria, os participantes relatam vários incidentes, episódios de violência e indisciplina, além de outras demandas ligadas à educação. Os discursos direcionam as tarefas para dimensão administrativa e pedagogia do ensino, onde a supervisão e acompanhamento de problemas deveriam ser num primeiro momento, tarefa de competência da Diretoria de Ensino e demais órgãos da hierarquia do Estado. O desinteresse e a desmotivação de alunos em frequentar a escola pública é uma queixa crônica dos pais e familiares que pressionam o CT na resolução destes casos. Novamente, os participantes discutem a delimitação das tarefas sendo, portanto, necessária maior conscientização da população sobre as queixas que condizem com as atribuições do CT. A cultura pública de empurrar o problema não resolvido para outras instâncias mantém os fracassos na educação. Na relação CT-educação pública as decisões oscilam entre aceitar os desafios, mesmo sendo um desvio de função (Marcos), ou recusá-los, pois uma ocorrência que tem como palco a

escola deveria ser assumida pelos pais, professores e diretores (Antônio e Pedro).

Marcos:

Queriam que a gente fiscalizasse as escolas com relação à violência nas escolas...

*Esses dias eu participei de reunião de escola, na sala a diretora: “Olha, está tendo roubo dentro da sala. Não tem jeito de você me acompanhar numa reunião com os pais?” “Opa! Vamo lá”. Eu fui. Fora do horário de trabalho, à noite (...) uma escola ligou agora. Olha como é. **Está caindo tudo em cima do CT**’. A escola ligou agora porque, a parte da manhã, grande parte das escolas é de ônibus rural e tal (...) aí deu o horário de o ônibus chegar e não chegou. A molecada foi embora a pé.*

Professor! Já teve, teve momento, que um... um pai ligar aqui: ‘Oh! Do Conselho é... tem jeito de você buscar meu filho para ir na escola que ele não quer?’ Uai? ‘Mas quantos anos ele tem?’ ‘Ele tem nove’. ‘Nove!’ ‘É, então. É. Um pouco complicado né?’

Coisa bem simples (...) o pai liga meio-dia aqui e fala: ‘Oh, não tô conseguindo levar meu filho para a escola. Tem jeito de você vir aqui?’ ‘Eu não posso’. Por que se eu fizer isso é desvio de função. Então, eu tenho que falar não pra ele. Vai doer? Vai. Mas eu tenho que falar não. E isso vai gerar crítica: o conselho não fez nada...

*Esses dias eu participei de reunião de escola, na sala a diretora: ‘Olha, está tendo roubo dentro da sala. Não tem jeito de você me acompanhar numa reunião com os pais?’ ‘Opa! Vamo lá’. Eu fui. Fora do horário de trabalho, à noite...
Tem a diretora, tem Diretoria de Ensino, aí no final a gente vai garantir, mas na verdade está vindo direto para nós...*

*É uma garantia que **os responsáveis têm que garantir para ele**, né? De ir lá assinar a matrícula, ir lá, frequentar, participar das reuniões, estar atento ao que está acontecendo.*

Pedro:

*Chega um ponto que este aluno, esse filho não quer ir para escola. Igual aconteceu ontem que a mãe: ‘Ah! É. Ele não quer ir, ele quer ficar, faltando, tu, tudo’. E aí ela não consegue dominar porque deixou (...) ele fazer do jeito que ele quis. E aí **quer que nós conselheiros vamos lá e pressiona o filho dela** a ir para escola? O que que é? Ela negligenciou (...). Agora nós somos obrigados a fazer o filho dela a ir na escola...*

Nós, como conselheiros, vemos muito isso daí da indisciplina, a criança não quer entrar na escola. Então eu falo assim, eles querem mandar, mandar em si mesmo...

O menino faltou da escola: Manda ele vir aqui que a gente vai dar um sabãozinho ((risos)) nele. Para ver o que ele né...? Se pega uma regra...

Antônio:

Às vezes tem que ir lá fazer a matrícula, já vem aqui no Conselho, como se fosse fazer matrícula aqui pra gente correr atrás da vaga...

*Um menino pegou, meteu um estilete na menina lá no Esmeralda. A escola expulsou ele. Ele não vai para casa por que o pai. O padrasto não dá conta de cuidar dele ((risos)). Então aconteceu **um problema na escola, é o pai e a escola, a criança, o diretor e o pai né?** E a escola e a criança. Então, o que tem que fazer. O pai pegar a criança e levar pra casa. Agora ele não quer ir pra escola porque ele machucou o menino na escola. Está expulso. 'Então, onde que vai ficar ele?' 'Na sua casa uai! Ele é seu filho'. Está vendo? Não. Ele quer que a gente vai lá e toma as providências.*

Algumas situações apontadas indicam que o fracasso da escola pública produz seus efeitos na imagem do CT, como órgão “que não faz nada”, a violência que ocorre no sistema escolar deveria ser trabalhada pelos agentes educativos e não “cair tudo em cima do CT”. Sendo assim, os participantes chamam atenção, novamente, para a divisão de responsabilidades dentre as diferentes esferas da rede e seus atores, de forma que seja evitada a condução direta destes episódios para o CT. A relação educação pública-CT se mostra delineada por uma dinâmica de culpabilização, onde as providências tomadas não têm chegado a mudanças significativas: os pais não conseguem “pressionar”, “dominar” o filho que não se interessa pela escola; a escola, por sua vez, não consegue conter a indisciplina e violência; o CT, “não é obrigado a fazer a criança” ir à escola, “um pouco complicado”, porque “é desvio de função”.

Com efeito, a inclusão na rede se distingue pela reincidência de queixas escolares, violência e indisciplina em instituições públicas de ensino. Observa-se que os conselheiros tutelares encontram dificuldades de tempo ou informações técnicas para atender às solicitações de diretores, pais e professores. Eles refletem sobre o excesso desses problemas que englobam a falta de vagas em creches, estrutura precária das escolas públicas, declínio da autoridade docente, dentre outros encargos. Contudo, as falas sugerem expectativas importantes e autênticas da sociedade, os cidadãos acionam a instituição quando direitos garantidos na LDB são negligenciados pelo Estado ou poder público, principalmente em relação a vagas em creches municipais. Apesar do excesso de acionamentos, os problemas que acontecem na escola devem ser vistos como problemas dos pais, dos profissionais da educação e, também, do CT.

4.5.10 Sofrimento institucional e impotência

...e sei a dor de me lançar⁷
Milton Nascimento

Nesta categoria, as unidades de significado selecionadas indicam, objetivamente, que a defesa de direitos, como prática social e meta compartilhada do grupo, acarreta em sentimentos angustiantes, depressivos, enfim no desgaste mental destes trabalhadores, com efeitos na qualidade de vida. São várias as falas que chamam atenção para os fatores subjetivos que derivam das cobranças e do reconhecimento de que a potência jurídica, nem sempre se aplica à realidade, a qual se mostra carregada de barreiras para esses agentes públicos. Estar cientes de que os problemas se repetem em graves proporções e circulam entre diferentes instâncias de rede, sem as soluções que a população tanto clama, é algo que desencadeia o fatalismo e o pessimismo frente ao objeto instituição, promoção de direitos. Esta categoria, portanto, sintetiza e contempla grande parte das informações que revelam que a condição social destes agentes se mostrou permeada, na maior parte do tempo, por ambivalência e paradoxos. O sofrimento na instituição é uma consequência que condiz com o conjunto de enunciações que se acompanham ao longo destes resultados.

Marcos:

*No começo eu peguei. E eu **nem dormia em casa...***

Não sei se medo é a palavra certa né? Mas um pouco. O receio né?

*Tudo bem, **a cobrança dele pode ser Legislativa realmente...** de cobrança que é a função do vereador, legislar. Mas só que aí... existe duas possibilidades de fazer isso: ir em público... ou vir aqui...*

*Essas cobranças aí (...) **você se sente mal. Você se sente.***

É por que você quer resolver o problema né? O desgaste psicológico é maior ainda. Porque você se sente na obrigação de amparar, de ver o que você vai fazer com aquilo ali...

Por causa do dia a dia... aí junta as questões pessoais também (...) tem as dificuldades pessoais também (...) a vida pessoal, também, claro. Não foge disso.

Tem dias que a gente chega meio estressado né? Meio cansado assim, com a cabeça, às vezes a gente não tá nem a fim de estar ouvindo. A gente quer resolver o

⁷ Cais, 1972.

problema logo. Mas, enfim, a gente tem que ouvir (...) não posso dispensar a pessoa logo (...) por causa do dia a dia...

Desgasta. Vixe... demais. Porque aí você vai ter que conversar com delegado, advogado, promotor, juiz, com pai, mãe. Uma situação muito delicada. Talvez, fazer um abrigo, um afastamento desse cara de casa, fazer relatório, fazer uma representação.

Às vezes tem BO pra resolver. E aí tem que sair, então, é onde que às vezes, fica descontrola, estressa (...) pesa, não tem tempo pra mais nada né?

Tem que ser, eu não vejo uma outra... uma outra... um outro jeito. Eu tenho que ser positivo. Eu tenho que ser cem por cento. Às vezes pode ser que eu não consiga...né? E me sinto até preparado para isso, porque eu não sou super-herói.

*A gente faz de tudo para que isso cesse, pare o mais rápido possível (...). Mas eu vou descansar só no momento em que isso se solucionar. Conseguir tirar o agressor de dentro de casa se for o caso, tirar a criança de lá, para um lugar melhor. Então, é mais ou menos isso, o momento. A gente tem **um sentimento super-heróico num momento e no outro impotente** por não poder ajudar como deveria.*

A gente tenta acompanhar o máximo... mas... os casos vão surgindo todos os dias...

Tem que ouvir né? Não tem outra saída, mas, às vezes a gente está mais inspirado em dar um conselho, uma orientação, ou alguma coisa do tipo. E outros momentos não, às vezes vêm, uma pessoa que vêm, a gente fala, fala, fala e fala: 'Pô! Essa orientação foi bacana. Agora têm outras que vêm e você fala: 'Eu enchi linguiça'.

A função do Conselho é delicada e a gente não tem cem por cento de êxito (...) a gente faz! Com grande empenho, mas nem sempre a gente consegue sucesso naquilo.

É porque a gente passa a se questionar. Será que o trabalho que eu estou fazendo é suficiente né? Ou será que é a outra pessoa que não... né? Está querendo se adequar. E procurar um caminho melhor. Aí a gente acaba se questionando também...

Paulo:

*Então... Eu no meu caso eu fico é mais no interno, né? Até por falta de acessibilidade que eu tenho, então aqui eu faço. Eu passo pros guerreiros. **Os guerreiros que vão para rua.** E eu fico aqui...*

Ir pra rua, talvez seria uma situação de frustração. Não poder ir pra rua pra não ter um meio adaptado. Acho que seria isso pra poder melhorar (...) por que, ter que ficar aqui dentro, tem contato aqui, mas não ter contato lá fora (...). O 'BO' é lá fora mesmo que acontece.

Às vezes tem BO pra resolver e aí tem que sair, então é onde que às vezes, fica, descontrola, estressa...

Pesa, não tem tempo pra mais nada... né?

Ser conselheiro é muito, é estressante (...) a pessoa vem três... dez vezes. E a gente fala a mesma coisa. E a pessoa não toma prumo na vida.

Porque às vezes tem que ouvir um, e ouvir outro e vai, vai...

*Mesmo assim **fala que a gente não fez nada**. Então são coisas que...*

A hora que começa a engrenar você acha que... eu acho que...quando você começa a ficar afiadinho (...) acabou, aí entra mais cinco conselheiros.

Pedro:

*Então, olha. No começo, é. **Foi bem assustador**, por que. Eles. A maioria das mães e do, do, dos pais, eu cito mais ou menos este exemplo assim. Eles não dão uma boa estrutura familiar para... pros filhos. E aí acha assim, que o CT é um rolo compressor. Chega aqui, passa o menininho ali, e sai um bonitinho ali do outro lado...*

*Quero ver se alguém prova isso daí em cima da gente. Porque nós tentamos fazer o máximo, mas nós não somos. Igual, eu te falei, um rolo compressor que passa em cima do moleque aqui, e sai um ali bonitinho do outro lado. Isso. Isso o **CT não consegue**. **Nem órgão nenhum consegue...***

*Para quem tá na área assim. **Era assustador** no sentido assim, eles queriam que fizesse aquilo lá. Tem que ser feito. Igual no caso de uma mãe que ligou desesperada falando que o tanto que a gente ganhava que a gente era obrigado a fazer. Obrigado a fazer. Obrigado a fazer. Obrigado a fazer. Não é isso!*

Você vai atrás você tenta. Você tenta fazer e eles não retribuem. Porque, hoje meu dia está meio difícil das pessoas regredirem da droga, dessas coisas.

*É muito grande, é **muito angustiante**. Chega a mãe com um monte de problema, o filho espancado, você chega na casa vê e você não vai ser de olho tapado negligente em não fazer nada. Então, é muito angustiante, você tem que fazer e tem que punir (...) mas é muito triste. Você vê muito caso, muito. Todo dia (...) um diferente do outro...*

Então para mim é muito angustiante. Igual um caso nesta semana, um menininho, a mãe deu uma chibatada, do jeito que pegou aqui, puxou! Ahn! Que dó, doía dentro da gente um negócio desse daí. Porque saber o que é feito com uma criança. É muito é...

*Igual é o caso do abrigo (...) Primeiro abrigo que eu vi. Eu passei tão mal que eu pensei que estava sendo abrigado os meus filhos. Tomando os meus filhos de mim. Nossa Senhora! (...). É o sangue dele que está ali. Nossa! Eu para mim, eu, eu, no começo **para mim foi terrível...***

Você acha que tem condições de fazer, e ao mesmo tempo não consegue ajudar todo

mundo...

A gente tem outros problemas familiares que aí você passa a dedicar mais àquilo lá...

Antônio:

*Porque, era tudo ou nada. Eu levei o estilete. Levei tudo o que o menino leva na escola e foi indeferido. A gente queria, ter feito um abrigo dessa criança (...) poderia ter um abrigo que inclui a saúde, assistência social e tudo lá (...) seria o ideal. Por que senão **vai rodear. Rodear. Rodear.** E esse caso vai ficar sem solução. Cada dia cai na mão de um. Hoje cai na minha mão. Amanhã cai na mão do outro...*

*Sempre o mesmo problema e não tem solução. **E esse problema é rodado** fez tempo... Porque a gente vai... vai... vai... chega na hora(...). Ele já foi encaminhado para tudo quanto é projeto social...*

Aqui a gente trabalha agonia direto (...) quando resolve aqui... amanhã tem problema de novo...

Porque a gente faz... faz... faz... e nunca está bom...

O excesso de responsabilização por todos os problemas de crianças e adolescentes contribui para os sentimentos de impotência frente aos desafios. Os conselheiros tutelares se colocaram como agentes públicos que atuam em seus limites, mas, mesmo assim, não têm recebido o reconhecimento da opinião pública, tendo de lidar com a imagem de um super-herói, em alguns momentos e em outros, com a imagem de um beija-flor apagando incêndio. Sobretudo, a dimensão afetiva no sofrimento é um indicador preocupante em termos da saúde mental desses trabalhadores. O trabalho no CT é um trabalho penoso, um trabalho que gera incômodos, esforços, sofrimento físico e mental, o que é sentido como demasiado e sem controle.

Kaes (1989) afirma que “pelo sofrimento e pela psicopatologia que se desenvolvem nas instituições que ficamos sabendo desses processos e dessas formações”. Há sofrimento com o excesso da instituição, mas também com a sua falha, com o seu fracasso para garantir os termos dos contratos e dos pactos, para tornar possível a realização da tarefa motivadora. Sendo assim, o sofrimento institucional ocorre pela não compreensão de suas causas, surgindo como uma consequência de algo que não se comprova, a culpa, por isso, a significação deste CT como um tribunal para prestar contas à população e se defenderem de acusações. Muitas vezes os conselheiros tutelares se colocaram como vítimas da política que manipulava a

opinião pública, o enfrentamento das “palavras mal ditas” tem relação direta com esse desgaste mental.

Pode-se concluir que as condições institucionais no CT investigado, concretas e subjetivas, contribuem efetivamente para sofrimento psíquico de seus agentes, quando visam a lutar e a zelar pelos direitos da clientela atendida. Sofrimentos que decorrem, também, dentre outros fatores, do dilema de tolerar aquilo que é intolerável, a violência, a crueldade, os maus-tratos e a banalização, reconhecendo os limites do empenho que vai ao máximo, mas produzindo pouca mudança na realidade. As estratégias defensivas permitem às vezes tornar tolerável o sofrimento ético, no envolvimento com a política partidária, mas não o sofrimento psíquico na instituição.

4.6 Dinâmica e rotina da instituição: Notas dos diários de campo

Após a realização do grupo focal, o vice-presidente do CT manteve o contato para que no primeiro semestre de 2012 fosse estabelecida uma parceria com o pesquisador, o espaço estaria aberto para uma intervenção, o que foi formalizado através de um Estágio Curricular, mediante o convênio com uma Fundação Educacional. Foram feitas duas reuniões com este conselheiro tutelar no final de 2011, onde se discutiu a possibilidade de inclusão no CT de três alunas de Psicologia que cursavam o 5º período da graduação. A pesquisa, em seus procedimentos éticos e metodológicos, previa um período para acompanhar estes conselheiros tutelares nas ações cotidianas, ou seja, haveria um momento específico para dedicação à observação participante da rotina institucional interna e externa.

No sentido de se aproximar das ações que ocorrem no dia a dia, reconhecendo as relações de poder entre as estagiárias e os conselheiros tutelares, opta-se pela proposta de acompanhar as práticas destes agentes por meio da supervisão semanal e do debate com alunas que iriam conhecer o campo de trabalho e suas condições objetivas. Dessa forma, foi elaborado um projeto de intervenção, cujo principal objetivo era auxiliar os conselheiros tutelares no acolhimento e escuta de queixas familiares, como também em ocorrências que as mesmas fossem autorizadas a contribuir na mediação nos conflitos.

Com a anuência dos membros do CT, foi solicitado que se realizassem visitas às famílias, acompanhando os atendimentos, com averiguação de denúncias, ocorrências e incidentes que surgissem. Finalizando os resultados, a seguir destacam-se trechos dos diários de campo elaborados pelas estagiárias em Psicologia que atuaram como colaboradoras na

coleta de informações. Na pesquisa-ação, conciliaram-se a investigação de documentos, os diários de campo e as práticas em conjunto com o CT. No final da participação, foi elaborado um relatório final de estágio que reflete a trajetória das alunas como observadoras durante o semestre, além de discussões e considerações sobre o trabalho desenvolvido.

4.6.1 Encaminhamento de uma queixa familiar

No primeiro relato, verificou-se como Pedro reage a uma queixa de um pai que questionava a incapacidade do grupo em mediar um conflito familiar, o problema da adolescente, para o pai, encontrava-se na iniciação sexual da filha. Percebe-se o julgamento moral e a responsabilização do pai pelos problemas da filha.

Relato de Andrômeda ⁸ em 04/04/2012
<i>Pedro relatava que um pai queria fazer um BO contra o CT, pois eles não quiseram verificar uma denúncia (...) era sobre a fuga de uma jovem entre dezoito e dezenove anos (...) este pai queria que o CT fosse buscá-la. Pedro achou um absurdo, pois o problema da garota era “sem-vergonhice” e o pai, por ser um candidato frustrado, que não conseguiu se eleger para ser conselheiro, estava criando caso, sendo “encrenqueiro”, pois ele deveria saber que esse tipo de coisa “não era serviço do CT”. Disse que o pai da garota não conseguiu ser conselheiro porque “não tem nem a 8ª série e não conseguiu passar na prova e agora fica enchendo o nosso saco”.</i>

4.6.2 Violência escolar: um caso de bullying

Neste relato, o incidente envolvia humilhação e intimidação por alunos em uma escola pública. João foi chamado para interferir na situação, alguns alunos vinham usando a força e agressão, tomando o lanche ou dinheiro dos demais. Nesse episódio de *bullying*, a primeira estratégia no diálogo foi desviar o foco para problemas familiares da vítima que não compreendeu as indagações do conselheiro tutelar. Pautado num paradigma punitivo e moralista, o conselheiro tutelar solicita que o aluno entregue o lanche, para que o colega não fique com fome. A estagiária conclui que a vítima irá acatar a sugestão por medo de sofrer agressões e não por livre opção.

⁸ Os nomes das alunas foram escolhidos aleatoriamente.

Relato de Andrômeda em 28/03/2012

..dirigindo-se a mim, ele diz que a mãe já havia procurado o CT porque o menino não estava querendo mais ir à escola, alegando que havia outro aluno que estava maltratando-o e que estava se comportando agressivamente em casa. **Ele então perguntou para o menino se o motivo de não ir à escola estava relacionado com o fato de os pais voltarem a morar juntos**, eles estavam separados há quase cinco anos, desde que o menino tinha quatro anos. O menino negou (...) **perguntou o quanto menino estava gostando da nova situação familiar:** pouco ou muito. Diante da ausência de resposta do menino, lhe coloquei uma opção intermediária, mais ou menos, e o menino aderiu a essa opção (...) perguntei se ele estava tendo algum problema com o retorno do pai para casa, se eles estariam brigando muito. O menino negou, dizendo eu estava tudo bem (...) **o menino insistia que não queria ir mais à escola porque havia outro garoto que estava roubando seu lanche e o ameaçando** (...) não demonstrou relevância diante do retorno do pai, após quase cinco anos (...). João explicou para o menino que algumas crianças não possuem dinheiro para levar lanche todos os dias e, até mesmo, uma mãe atenciosa que preparasse o lanche todos os dias. Que talvez esse colega não tivesse nem uma coisa nem outra e que, ele tendo, teria a obrigação de dividir com o colega (...) se desse uma bolacha para esse colega, ele ainda teria duas para comer e que todos sairiam felizes (...) propôs que, se comprasse um lanche, desse um pedaço para o colega, para que o mesmo não mais o aborrecesse e que não ficasse com fome e, desse modo, os dois seriam amigos. Não achei correta a posição do conselheiro diante da situação. É importante que ensinemos as crianças a compartilharem e se preocuparem com o bem-estar do outro, mas não mediante pressão. **Esse menino não dividirá o lanche por querer fazer o bem a um colega, mas sim, por medo de ser repreendido ou até agredido** (...) perguntei para o menino se ele já havia relatado o fato para os responsáveis na escola ((professora, diretora ou inspetora)). Ele disse que sim, mas que elas não fizeram nada. João disse que não gostaria que o menino brigasse na escola e que, caso isso acontecesse, “as coisas ficariam feias, pois quando se briga na escola, a gente precisa chamar a polícia e você sabe o que a polícia faz, não sabe?”. Perguntou para o menino, que respondeu: “bate nos bandido”. O conselheiro então disse “você não é bandido, você tem papai, mamãe e uma irmã, uma casa e gente que ama você, então não tem necessidade de se preocupar, pois você não vai mais dar trabalho”.

4.6.3 Investigações de denúncias e mães dependentes químicas

Os próximos quatro relatos envolvem situações em que os conselheiros tutelares estão em áreas consideradas, por eles, como perigosas, onde se sentem ameaçados por criminosos e traficantes. No primeiro caso, o trabalho era uma visita domiciliar para checar as condições em que uma criança se encontrava, após uma denúncia anônima ao CT. Pedro, ao perceber que havia usuárias de crack na rua, chama a atenção da aluna para as marcas no corpo e para aparência dos dentes. Nas quatro situações, em bairros periféricos, eles apontam a desconfiança e o medo de serem atacados por usuários de drogas ou por traficantes, reproduzindo estereótipos e estigmas sociais sobre a população destes locais.

Relato de Andrômeda em 04/04/2012

As duas crianças estavam com as roupas sujas e aparentavam serem maiores que o tamanho adequado para elas. Estavam brincando com coisas encontradas na própria calçada, não eram brinquedos infantis. Ao nos afastarmos do local, os conselheiros pareceram retomar a confiança, criticando abertamente as mulheres, dizendo que são todas usuárias de crack, pois os dentes e as pontas dos dedos das mesmas não negavam. Pergunto quais são as características e Pedro me diz que quem usa droga tem os dentes pretos e as pontas dos dedos todas queimadas. Alego não saber dessa informação.

Relato de Andrômeda em 11/04/2012

*...saímos do CT em direção da casa dessa senhora. Ela foi conversando comigo todo o caminho (...) o que pude perceber que é o motorista está ciente dos casos atendidos pelo CT, contextualizando as famílias e seus problemas e expondo suas opiniões acerca do que deve ser feito. Ao deixarmos a senhora em sua casa, imediatamente o motorista passa a falar mal da mesma e de seus parentes para mim e para João. Ao nos aproximarmos do local da visita, **me orienta a “ficar esperta”, pois ali quem manda é os chefes do tráfico e com apenas uma palavra eles podem “apagar a gente”.** Porém, ele conhece os “cabeças” dali e, por isso, “estamos mais tranquilos”. Disse que pelas frestas estavam nos vigiando.*

Novamente, em uma verificação de denúncia, João alerta a aluna para as marcas no corpo da mãe, reforçando os julgamentos e preconceções do grupo sobre o dependente químico. Era uma gravidez de risco, e o conselheiro tutelar deveria encaminhá-la para realização de exames preventivos no período pré-natal, esta mãe era usuária de crack. Durante o atendimento, alguns familiares desta mãe surgiram na residência, o que foi compreendido como uma ameaça ou aviso para se retirarem do local. Percebe-se que, mesmo quando a finalidade é colaborar com serviços essenciais ao público, a relação com a comunidade não é amistosa e nem propicia o diálogo.

Relato de Andrômeda em 11/04/2012

***João pediu para que eu observasse os dedos e os dentes da mulher, que possuíam características de usuário de crack.** Chegamos na casa e chamamos ela, que estava dormindo. Esperamos que ela se vestisse para nos atender (...) ela disse que estava tudo certo e que os bebês ((estava grávida de gêmeos)) não tinham problemas de saúde. Acrescentou que, nesse mesmo dia, iria à Santa Casa para fazer um exame de ultrassom. João perguntou a ela se não desejava ser internada nesses dois últimos meses de gestação para poder ficar mais forte e mais distante das drogas. Mas ela insistiu que não, pois tinha medo de que, ao após o nascimento das crianças, o Estado levasse elas novamente (...). Disse que o pessoal do Posto de Saúde solicitou alguns de seus documentos para iniciar procedimentos burocráticos em relação da laqueadura, mas ela se encontra desconfiada, achando que esses documentos seriam para tirar seus filhos e entregar para adoção. João explicou que esses procedimentos*

eram formalizados pelo juiz e não teriam relação com os agentes de saúde (...). A mãe desta senhora, que se encontrava no interior da casa, orientou ela para entregar os documentos para o conselheiro, mas ela se negava. Durante essa conversa, do nada, aparece a cunhada da mulher, que não consegui identificar de onde veio, surgiu sorrateiramente e, em diversos momentos da conversa, se colocou entre a mulher e o conselheiro, em defesa da mesma. Um jovem também saiu da casa, estava observando de longe toda a conversa. João (...) pediu para que ela continuasse se cuidando e fizesse o exame. Passou o número dos telefones do CT para ela e disse que se precisasse de alguma ajuda, é só ligar. Durante o trajeto de volta para a sede do CT, João e o motorista me perguntaram se eu havia notado como surgiram, repentinamente, várias pessoas ao redor da mulher grávida. Eu disse que sim, e eles me disseram que estavam lá para proteger a mulher, no caso de algo acontecer. E ainda pontuam que, **sem dúvida nenhuma, havia mais pessoas nos observando “por todos os buracos das paredes”**, nas palavras do motorista. Perguntei se não seria melhor uma visita dessas na companhia da polícia e ambos me disseram que não, pois a presença deles apresentaria uma ameaça e boicotaria qualquer tipo de diálogo. Mas, caso houvesse necessidade de fazer a retirada futura desses bebês, se não ocorresse no próprio hospital, aí sim, haveria a necessidade do apoio policial.

A seguir, um relato onde Pedro e João evitam chamar uma mãe que dormia, pois temiam que a reação dela não fosse muito amigável. Esta mãe também era dependente química e o que se pôde comprovar é uma tendência para demonizar o usuário de drogas, partindo de preceitos morais e estigmas acerca dessa população. Pôde-se concluir que não há preparo para mediar essas situações com indivíduos em situação de exclusão e marginalização social.

Relato de Andrômeda em 04/04/2012

Pedro disse que é melhor não acordá-la, pois ela estaria “um demônio” (...). João então disse que a denúncia relatava que a mãe do menino era usuária de droga, Pedro pediu uma confirmação. As mulheres negaram e disseram que ali ninguém usava nada disso. Ele alertou para as consequências legais da drogadição e que a mãe, caso fosse comprovado o uso de drogas e a negligência, poderia perder a guarda da criança (...) pediu para as mulheres avisarem a mãe denunciada que deveria comparecer ao CT na manhã do dia seguinte, com os documentos dela e do menino, para prestar esclarecimentos referentes à denúncia. Ambas as mulheres disseram que iriam descobrir a origem da denúncia e disseram: “isso não vai ficar assim”. Despedimo-nos e entramos na perua para irmos embora, sob os olhares desconfiados de ambas as mulheres. Durante toda a abordagem, **permaneci calada, pois percebi um clima hostil** e delicado de ambas as partes. As mulheres estavam na defensiva, tomando cuidado com suas respostas e desviando o olhar dos conselheiros. Por outro lado, os conselheiros não quiseram maior envolvimento com o caso, pois não insistiram em ver a mãe, se contentando com a presença das mulheres (...) **pareceram temerosos e receosos em insistir na verificação da denúncia.**

4.6.4 Padrasto e enteado: violência familiar

Como se percebe a partir da leitura das categorias, este CT era alvo de muitas contestações e queixas da comunidade sobre os serviços prestados. Nesta situação, uma mãe questiona Pedro acerca de sua postura no acompanhamento de um adolescente em conflito com a lei. A mãe confirma que havia alertado o CT sobre a probabilidade de ocorrer uma tragédia, mas nenhuma medida mais efetiva foi tomada pelos conselheiros tutelares. Pedro se esquivava da culpa, alegando que o adolescente esfaqueou o padrasto por motivos pessoais, não haveria como prever e impedir a violência.

Relato de Tamaris em 09/05/2012
<i>...a mãe do adolescente, que chegou com uma viatura da polícia (...) disse que precisava muito conversar com o conselheiro, o filho. Pedro então nos apresentou e pediu para a senhora se sentar e começar a explicar o que estava acontecendo (...). Ela disse que o filho tinha esperado acontecer o que ficou conversado com Pedro, porém, como o garoto não teve ajuda e a situação piorou. O conselheiro olhou para a mãe, deu uma risada irônica e perguntou: “Então quer dizer que ele faz o que quer e a culpa é minha?”. A mãe tirou uma folha de jornal e mostrou uma reportagem onde dizia que um adolescente havia esfaqueado o padrasto porque o mesmo teria o batido nele com uma corda. Depois de pegar a folha, o conselheiro leu e disse pra mãe que ele não teve culpa, que tentou ir atrás de algumas coisas para o adolescente, mas que também tinha outros casos para resolver. Compreendendo a situação, a mãe disse que tudo bem e contou como aconteceram os fatos...</i>

4.6.5 Prostituição e abuso sexual

Nessa ocorrência, uma família encontrava-se preocupada com as atitudes de uma adolescente que fugia de casa, constantemente, não esclarecia onde e com quem estava. João confronta a mãe, alegando que ela não estaria cumprindo sua função corretamente. Percebe-se, novamente, o julgamento moral e a postura severa ao atribuir a culpa aos pais.

Relato de Andrômeda em 21/03/2012
<i>...a mãe estava doente, com dores no peito e sem se alimentar por diversos dias (...) pegou a adolescente e tentou levá-la para casa (...) no meio do caminho, a adolescente voltou correndo para a casa da irmã. Para tentar trazê-la para casa, a mãe pediu ajuda da irmã mais velha (...) a irmã mais velha tentou colocá-la dentro do veículo arrastada pelos cabelos. Ela conseguiu se soltar e fugiu (...) finalmente conseguiram colocá-la dentro do carro, mediante agressões físicas e verbais, e levá-la para a casa da mãe (...) o irmão, quando ela</i>

retornou, disse que tinha vontade de espancá-la (...) para ver se a menina tomava juízo. João pontuou que se a mãe não conseguisse resgatar a filha, ela se perderia para o mundo, pois **se a filha não encontrasse carinho e segurança em casa, ela encontraria em pessoas estranhas, no meio da rua.** Ele perguntou sobre a família que acolheu a menina nos três dias de desaparecimento. A mãe alegou que não conhecia a família (...) ele orientou a realizar um Boletim de Ocorrência contra essa família. A mãe já havia feito e, ao fazê-lo, soube que a família em questão possui problemas com as autoridades (...) os adolescentes dessa família estavam sendo acompanhados pelo CT e pela Justiça (...). João tornou-se mais enérgico em sua fala, colocando para a mãe a probabilidade de ela ter sido violentada dentro da casa em que foi acolhida durante o desaparecimento, visto que os adolescentes que habitavam na referida residência eram de índole duvidosa (...) a mãe, ao ouvir essa suposição, demonstrou-se incomodada (...) João informou mais uma vez que a referida família possui muitos e muitos problemas com a Justiça e que, **se ela não fosse corrigida, a Justiça também seria aplicada a ela,** pois o CT é respaldado pela lei ((dizendo isso e batendo em um exemplar do ECA)) e eles têm que cumpri-la. Ele disse que o encaminhamento para o CRAS seria providenciado, para que a menina pudesse ser tratada de seu desvio de conduta (...) pediu que a mãe tentasse ao máximo **afastar a adolescente das coisas do mundo,** pois seria um caminho sem volta.

4.6.6 CT, disciplina e normatização social

Tal como se observa anteriormente nas categorias temáticas, estes conselheiros tutelares têm como opção a educação pela punição ou castigo. Na família ideal, a autoridade dos pais ocorre mediante normas rígidas e comando sobre as ações dos filhos, o “mundo” contribuiria apenas para desvio de condutas e influências negativas.

Relato de Andrômeda em 28/03/2012
<p>...a mãe começou a relatar que o menino estava com comportamentos agressivos e que não estava aceitando muito bem sua reconciliação com o pai do menino (...) ele passou a se trancar em cômodos da casa, no quarto e o no banheiro, chutando as portas enquanto estava trancado. Ao sair desses ambientes, o local ficava uma ruína, com tudo jogado para todos os lados (...) relatou também que o menino parecia não suportar a presença do pai, parecia não ficar mais do que dez minutos em contato com ele (...). O pai disse que estava incomodado com essa situação, pois, o menino não queria mais ficar perto dele (...). João então disse que o pai estava certo em se fazer se reconhecer como autoridade e que se não tomasse as rédeas da situação agora, mais tarde seria difícil e o mundo poderia dominar o menino. Expus que talvez o pai talvez representasse uma ameaça para o menino (...). A mãe relatou que havia ido à escola falar com a diretora e que a mesma falaria com o colega que estava causando transtornos ao adolescente (...). O pai manifestou-se positivamente acerca da atitude da mãe, pois já havia visto filho várias vezes na companhia do colega e não havia</p>

“ido com a cara do moleque” e que seu filho, na companhia desse menino, não obedecia aos seus comandos. João disse que a mãe estava corretíssima em afastar do filho companhia que não julgava adequado e que isso demonstrava que se importava com o menino, mesmo que ele não entendesse.

Por outro lado, no relato a seguir, identifica-se a forma com que os adolescentes em conflito com a lei percebem os conselheiros tutelares, não como atores que atuam na mediação e proteção de direitos, mas como figuras públicas ameaçadoras, como as autoridades policiais.

Relato de Tamaris em 25/04/2012

*...entramos na sala, eu, a adolescente e a secretária de esportes, que foi quem pediu ajuda. Nesse momento, **a adolescente não falou nada, simplesmente ficou quieta, roendo as unhas e respondendo às perguntas sobre como estava, se tinha passado bem a semana (...)** a secretária me disse que na sexta-feira a adolescente teria empurrado os avós porque gostaria de pegar a moto do primo para sair de casa (...) em uma festa de aniversário, a adolescente teria furtado um aparelho celular (...). O pai ((adotivo)) era acusado de negligência, segundo a secretária, pois ele saía para consumir bebidas alcoólicas na sexta-feira sem hora para voltar, deixando a adolescente sozinha em casa (...) teria matado a mãe desta adolescente de tanto bater. (...) o pai resolveu contar quem realmente era a mãe dela, e disse que quando conheceu a mulher que viria a ser sua mãe, ela trabalhava em uma casa de prostituição e que antes de morrer teria abandonado ele e fugido com outro homem. Explicou também que ela morreu por ser portadora do vírus HIV (...). Quando a adolescente completou seis anos foi morar com tios, pois a mãe já havia falecido e o pai ((biólogo)) teria sido preso por pedofilia (...). **Depois do relato da secretária, a adolescente entrou e ficou totalmente quieta, roendo as unhas em sinal de ansiedade (...)** deixando-a sair e pedindo para poder conversar com o conselheiro Pedro. O mesmo adentrou a sala e eu expliquei resumidamente os fatos (...) disse que encaminharia a mesma para o CRAS Sul (...). Neste dia, em que elas foram ouvidas, nenhum conselheiro orientou a adolescente ou a secretária, executando somente a escuta de ambas as partes e encaminhamentos para a resolução dos problemas no CRAS SUL e para a psicóloga da saúde.*

4.6.7 Negligência e omissão na rede de proteção

Esse caso se refere a uma grave denúncia que envolvia uma quadrilha que atuava com tráfico nacional de crianças recém-nascidas. Havia suspeita de uma operação onde um bebê teria sido negociado. Os supostos crimes estavam sendo investigados em sigilo pela Polícia Civil e pelo Ministério Público, e os conselheiros tutelares estavam preocupados com a repercussão do caso na mídia nacional. Novamente o grupo era acusado do não cumprimento com seus deveres básicos no sistema de proteção, temerosos do que poderia

acontecer, eles se reuniram em sigilo e não informaram como o caso seria tratado pelas autoridades. Não houve informações posteriores sobre a veracidade da denúncia ou das providências do Ministério Público sobre o caso. Contudo, nesse momento, constata-se uma coesão no colegiado, algo que não havia sido presenciado até então.

Relato de Tamaris em 09/05/12
<p><i>...observamos que todos estavam muito apreensivos, estavam desde as 13:00 em reunião com o promotor, ligações de jornais querendo esclarecimentos eram muito constantes, nada foi nos passado até a chegada de Pedro, que conversou comigo em particular e nos concedeu alguns esclarecimentos. O que se passava no momento era uma denúncia referente à Santa Casa como intermediários em tráfico de um recém-nascido e negligência da parte do CT em outros casos não citados, devido falta de auxílio quando requisitados os serviços. Ele ressaltou o sigilo e que assim que obtivesse novas informações seríamos informados, para acompanhar o encaminhamento (...). Devido à pressão realizada pelo promotor, os conselheiros estão se empenhando nesse caso, de forma a dar uma devolutiva para a sociedade, porque no momento eram apenas rumores nada confirmado ainda, estavam aguardando maiores esclarecimentos através das investigações (...). É o conjunto que tem que ser trabalhado, precisou que tal problema acontecesse para que os mesmos se unissem.</i></p>

4.6.8 Ideologia política e partidária

Tal como constam nos resultados das categorias, identifica-se que o grupo exercia atividade política fora da instituição, sendo filiados a distintos partidos no município. Esse recorte confirma que no ambiente da instituição, o diálogo sobre ideologias partidárias era frequente. Nessa situação, Marcos reforçava sua identificação com o discurso petista, o que contribuía para gerar tensões internas e externas.

Relato de Andrômeda em 18/04/2012
<p><i>...a secretária logo me diz que o dia está tranquilo e que não havia ocorrido nenhum atendimento de ordem grave. Todos os conselheiros se encontravam no local e todos aparentavam muito bom humor. A conversa girava em torno da gravidez da companheira de Marcos e quais seriam os possíveis nomes. Como ele é membro do PT e grande admirador do ex-presidente Lula, sugeriu à companheira que, se fosse menino se chamaria Inácio e se fosse menina, Marina, uma alusão a ex-candidata à presidência, Marina Silva (...) Pedro me chamou para assistirmos um vídeo de um pai espancando a filha de nove anos, que havia sido mostrado no Jornal Hoje, da Rede Globo, no dia anterior (...)</i></p>

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As reflexões deste capítulo buscam introduzir os subsídios teóricos para a discussão em direção à compreensão do funcionamento político e psíquico do grupo, objeto de análise, assim como suas práticas sociais e a rotina institucional que constroem cotidianamente. Dessa forma, pretende-se fazer alguns apontamentos acerca dos principais fatores que emergiram na análise de conteúdo, ilustrados com algumas falas, as quais nos auxiliam no entendimento dos sentidos e significados da instituição, da função social do CT, segundo os discursos enunciados no contexto do grupo focal.

Os “recortes”, nas falas, que construíram as unidades de significado, agregam as primeiras intervenções do pesquisador no “campo de análise”, lembrando que segundo a Análise Institucional, a intervenção e a análise caracterizam momentos inseparáveis, na formação de um sistema de referências sobre os problemas investigados. Trata-se do material empírico selecionado e colocado em evidência nas categorias, tendo como objetivo a compreensão, segundo um aparelho conceitual proposto.

O conteúdo temático foi organizado em categorias não como fragmentações que não se encaixam ou não se complementam ao campo de análise, assim, buscou-se priorizar a complexidade e a articulação das informações, considerando os deslocamentos de sentidos do grupo focal em torno dos tópicos propostos para o diálogo. Afirma-se que os recortes e realces deste conteúdo foram elencados pelo pesquisador, *a priori*, segundo os objetivos das sessões do grupo focal.

Todavia, identifica-se a emergência de falas que trazem as ideias associadas livremente, as quais enveredaram para assuntos e temáticas pela além do roteiro prévio. Com efeito, na leitura aprofundada deste rico material empírico, seja a partir dos temas *a priori* ou dos fragmentos significativos que foram realçados em negrito, encontra-se uma noção panorâmica e ampla dos resultados, os quais atingiram os objetivos do estudo, como produto dos encontros e desencontros entre o grupo e o pesquisador na instituição. Nisso visualiza-se uma rede de interesses, finalidades e desejos que, em alguns momentos, atingiram o âmbito do colegiado.

As várias leituras do material estimularam o processo de formação das categorias, o que permitiu não apenas a identificação e reflexão acerca dos temas emergentes e reveladores, mas também aproximações cuidadosas com a articulação dos enunciados, nos aspectos linguísticos, discursivos e sociais. O pesquisador se aplicou neste universo das falas em busca de suas significações e, assim, apreendendo como a instituição era operacionizada e representada na prática cotidiana de seus agentes.

A prerrogativa da indagação se encontra, efetivamente, na elucidação dos entraves e

facilitadores em termos da defesa de direitos neste CT, considerando as normas jurídicas do ECA. Dessa forma, para a discussão do conteúdo temático, retomam-se as categorias na sequência apresentada nos resultados, elencando as falas mais significativas e reveladoras, as quais expressaram a amplitude e complexidade das atitudes, cognições e manifestações afetivas perante os objetos sociais profundamente ligados ao CT e problematizados no grupo focal.

As ideologias e representações acerca da função social do conselheiro tutelar indicaram, dentre outras características: o paternalismo moralista como modelo de organização familiar e conduta profissional; o “jeitinho brasileiro” no cumprimento de algumas regras no trabalho; o catolicismo e o assistencialismo no suporte para engajamento político e militância; o clientelismo nas trocas de favores, acomodações e estereotípias; o “empurrar com a barriga” a tarefa, ao assumirem que resolvem pouco na prática; a burocratização nos encaminhamentos, como única função compartilhada no grupo.

Na categoria **Infância, adolescência e socialização**, num primeiro momento, se destacaram as referências da infância na esfera privada, onde houve uma ênfase comum no conceito de normalidade que indica a satisfação, a realização e gratidão às famílias de origem. Ou seja, as críticas, possíveis desavenças, mágoas ou ressentimentos em relação à esfera privada da infância apareceram de modo sutil, por exemplo, na ausência paterna na família de Paulo ou na rigidez da educação familiar em Marcos e Pedro.

Os resultados, nesta categoria, apontam para a “idealização do lúdico”, uma ênfase nos momentos felizes e descontraídos. É um fato que o empenho em retratar as memórias da infância pela dimensão do prazer e do lúdico pode camuflar outros acontecimentos e experiências singulares, como perdas, frustrações, ou traumas, acontecimentos que ficaram no implícito e no não dito. Destacam-se as seguintes falas para ilustrar essa dimensão do conteúdo temático.

...a gente nunca esquece na vida da gente né? Graças a Deus eu tive uma infância muito boa, nunca conturbada.

Esse negócio de meu pai e minha mãe. Graças a Deus foi muito bom. Uma infância normal.

Como destacado acima, as narrativas sobre a infância e a socialização apontam para alguns excessos nos momentos considerados prazerosos, como se o passado fosse ideal para um desenvolvimento sem perigos ou riscos na convivência em sociedade. Do ponto de vista psicodinâmico da interação grupal, o recorte lúdico, as ênfases nas realizações divertidas e na inocência da infância podem ser compreendidas como um efeito regressivo do grupo. Neste

sentido, o brincar pode ser compreendido como um arquétipo da atividade cultural infantil (Brougère, 1998), interpretado como um mito que exprime e mantém uma pseudorrealidade modeladora na criança, salvaguardada para a manutenção da família (Bucher, 1985).

Como se pode observar, o passado na infância foi considerado normal e sadio, em detrimento da infância na sociedade atual, isso sugere que os padrões e os modelos de convivência socioculturais do passado podem prevalecer como norteadores das intervenções com as crianças e famílias atendidas. Ser normal, nesta compreensão, é brincar na rua, bagunçar, ser arteiro, ficar de castigo e levar um “tapa bom”. Se esse passado foi apresentado como maravilhoso, as falas sobre o presente da infância e adolescência focaram-se em conceitos que apontam para um cenário decadente, para a ausência de regras e limites. Tal como se destaca a seguir na seguinte fala:

A infância hoje em dia está sendo muito mais difícil para passar do que antigamente né? (...) a infância tá perdida. Então, tem que tomar muito cuidado para não perder a infância.

Os participantes abordaram a infância e a adolescência na sociedade atual a partir de conceitos como “perdida” e “sem noção” e “bitolada”, como se esses indivíduos não reconhecessem os limites e as regras sociais, uma vez que são socializados em creches. A violência social teria interferido nas experiências lúdicas, ou nas brincadeiras de rua e na sensação de liberdade, comprometendo o desenvolvimento normal da criança. Diante da tragédia cotidiana, testemunhar o sofrimento da criança que é vítima da violência, implica na tendência em olhar para o passado, na esfera privada, como “sobrevivente feliz” e saudável.

Nesse sentido, afirma-se que a valorização das memórias da infância é uma tentativa de criar padrões para que outros venham a seguir como ideais, gerando expectativas e frustrações no contato com a realidade das famílias. Em grande parte das falas relacionadas à infância na sociedade atual, observa-se a desesperança num futuro digno, compatível com os direitos instituídos no ECA. Ao encarar suas próprias infâncias como felizes bem sucedidas, ocorre um movimento de negação dos problemas enfrentados e a ancoragem no mito da infância feliz, implica em negar os graves problemas de violência sofridos pela clientela e, consequentemente, os direitos das vítimas.

Na subcategoria **Cultura familiar: mães autoritárias, pais liberais** verificam-se o contexto sociocultural, valores e tradições que permeiam a educação familiar destes conselheiros tutelares, com destaque para as relações de gênero em família, onde se identificam lugares definidos para homem e para mulher. Eles resgataram alguns padrões culturais do passado, onde o ECA não mediava as práticas parentais na socialização dos

filhos. Nessa visão, o ECA, ao coibir a exploração do trabalho infantil, teria acarretado numa juventude irresponsável e desinteressada no cumprimento de seus deveres. Assim, nesta concepção, o marco referencial que teria modificado radicalmente a cultura da família tradicional e “maravilhosa” de tempos remotos está ancorado em alguns preceitos jurídicos dessa legislação.

O estudo de Caldana (1998), que investigou as práticas de cuidado familiar e educação com crianças, salienta que em detrimento do prazer nas brincadeiras e momentos de lazer nas famílias do início do século XX havia o peso do trabalho: “não seria exagero dizer que o mundo dos adultos era um mundo em que existia e se ordenava em função do trabalho, de muito trabalho” (p.95). Os adolescentes eram socializados com a responsabilidade de assumir árduas tarefas, em busca do sustento e contribuição financeira com os pais. Por outro lado, a autora citada destaca que a vida das meninas se restringia aos serviços domésticos, as atividades eram penosas e sem a perspectiva de formação escolar.

Com efeito, num ambiente com recursos controlados “a criança valorizava o dinheiro e tomava iniciativas para ganhá-lo, aprendia a não desperdiçar nada, a encontrar formas de suprir as carências; sofria com elas, mas era preciso aprender a contentar-se com o que tinha” (Caldana, 1998, p.96). Esse contexto sociocultural fundamenta os discursos saudosistas sobre o passado, tal como se destaca nas seguintes falas:

...com doze anos treze, quatorze anos já trabalhava. Já ajudava o pai. Não tinha um serviço, assim, que matava a criança...

...quando a mãe não dá muita atenção (...) logo já tem o parceiro que é o rival dele já querendo levar, comprar ele com alguma coisa para levar ele para o mundo deles né? Igual antigamente não tinha nada disso...

Nessa visão, o uso da violência tem relação com a obediência e o respeito aos pais, não aponta para os danos ou prejuízos ao desenvolvimento da criança, “um tapa” pode ser bom. Essas experiências de submissão aos castigos foram narradas num clima descontraído, sem restrições, censuras, mas com risos e indicações de que esse tipo de autoridade disciplinar era comum no passado. A socialização pelo trabalho e a rigidez das mães foram indicados como fatores inseparáveis de uma infância e adolescência saudável. As mães recorriam às punições ou castigos, os quais não foram significadas como atitudes de violência, mas necessárias para o bem dos filhos. Tais práticas parentais foram justificadas como necessárias para a aquisição de valores, obediência e internalização de regras.

A analogia entre o passado e o presente acentua não apenas as visões decadentes sobre a infância contemporânea, mas também as contradições entre o que estes conselheiros

tutelares entendem por defesa e proteção no Brasil, após a institucionalização do ECA. Configuraram-se, desse modo, sentidos que apontam para família e para infância como instituições sociais consolidadas no passado por valores e tradições, pautadas, por exemplo, na ética cristã e no pátrio poder. A figura materna teria um papel social definido na vida doméstica e no cuidado afetivo dos filhos.

Cruz e et al. (2005) afirmam que, apesar das inovações políticas e ideológicas defendidas no ECA, perdura a noção compensatória no que tange às crianças e aos adolescentes excluídos. Desta forma, prevalece “uma infância dita normal em oposição a uma infância de risco, o que se entrelaça com a noção de uma essência infantil, vista como natural e, portanto, fixa e imutável” (p. 46). A cisão entre a infância normal e a infância em risco encontra-se objetivamente nas falas dos participantes, as quais nos permitem compreender alguns de seus conceitos sobre a família ideal, as estratégias de educação e punição.

Ao citar a ambivalência, um componente subjetivo associado ao cargo, considera-se que há graves conflitos entre a cultura familiar de origem e os preceitos jurídicos que deveriam orientar as ações na rede de proteção. O distanciamento, entre a tradição familiar na esfera pessoal e o perfil das famílias atendidas, incorre em julgamentos ou estereótipos que podem dificultar o trabalho, tal como contam nos relatos dos diários de campo. Diante da função social e política que estes agentes públicos exercem, é imprescindível a revisão desses modelos de educação e socialização do passado, repensando aspectos da cultura familiar de origem, onde a violência na correção de indisciplinas era aceita e praticada.

Na categoria **Formação, carreira e experiências profissionais**, os participantes foram questionados sobre o histórico profissional e experiências anteriores na área da infância e juventude. Discorreram sobre a formação escolar e acadêmica, como também, as atividades que exerceram antes de ocuparem o mandato como conselheiros tutelares. Refletindo sobre as trajetórias, na história de vida em Marcos destacou-se a referência, o vínculo com a comunidade e a influência religiosa pelo engajamento com a Pastoral da Juventude. O discurso do “sagrado” e a assistência social se aproximam, indicando as diretrizes do que vem a ser um conselheiro tutelar para Marcos, em seu percurso político como representante de adolescentes da periferia.

*Dentro do meu bairro sempre existiu conselheiros tutelares, **representando aquela comunidade**, foram eleitos por aquela comunidade (...) sempre teve representantes ((políticos)).*

Nas falas de Paulo, destaca-se que, apesar da incapacidade física, a formação em Direito não propiciou e nem promoveu o acesso ao mercado de trabalho implicando, portanto,

numa inatividade e dificuldade de identificação com o instituído. Chama atenção, portanto, a desmotivação anterior pela ocupação, o sentido de recompensa financeira, inclusão social e sobrevivência para um sujeito com graves limitações físicas. As experiências anteriores consideradas importantes para a inserção no CT derivam da graduação em Direito, no conhecimento jurídico de leis como o próprio ECA.

*Dois amigos meu eram conselheiros. Mas, até então eu não tinha a... **nunca pensei em ser conselheiro!** Para ser franco eu entrei mais no Conselho por causa do, do salário no começo.*

Pedro acentuou sua perspectiva paternalista e a graduação em Pedagogia como saber acadêmico fundamental para desempenhar seu trabalho, era um professor público aposentado. Embasou sua opção pelo CT na experiência familiar, com seu filho que atuou nesta função por dois mandatos consecutivos. A mediação da esfera privada na esfera pública configura-se como suporte para o exercício da ocupação, isso que pode ser comprovado, por exemplo, na afirmação de que para ser conselheiro tutelar é preciso ter as qualidades de um “bom pai”. Tanto Paulo, como Pedro, indicam uma escolha oportunista e não por que houve identificação com o trabalho social na defesa de diretos.

...você sendo pai você tem mais tarimba ainda porque você sabe que é que gera. Uma dor de barriga numa criança (...) você tem que educar, você tem que levar para escola.

O baixo nível escolar, na formação de Antônio, era um obstáculo para continuidade como educador social. A palavra “infiltei” chama atenção em sua retórica. Ser um conselheiro tutelar, neste caso, permitiu dar sequência na atuação com crianças em situação de vulnerabilidade social, permanecendo nesse território político e estratégico, como também, a admissão temporária numa ocupação remunerada, tal como se destaca a seguir:

*...eu peguei e... me infiltrei no futebol com a molecada e tudo. Aí chegou uma época que precisava ter o CREF e **eu não tinha o CREF, eu tinha que abandonar o lado da criança né?** Aí eu falei: ‘Você quer saber de um negócio? Eu vou partir pro lado do Conselho agora que eu continuo’.*

No grupo, identificam-se restrições e dificuldades para alcançarem sucesso em suas carreiras anteriores ou paralelas ao CT, além da ausência de uma formação científica e educacional em áreas afins. Contudo, todos os membros deste CT tinham intenso vínculo com a comunidade local, desenvolvendo atividades assistenciais como voluntários, eles eram figuras populares no município, principalmente Antônio que foi eleito um dos vereadores mais bem votados naquele ano. Neste âmbito, a identidade ocupacional apresenta-se

descontínua pela ausência de um fator que concilie a formação escolar e acadêmica com as experiências pessoais.

Dessa forma, afirma-se que o CT tem como significado uma estratégia de sobrevivência, inclusão e sustento provisório frente aos percalços do mercado de trabalho e às restritas possibilidades de progressão nas carreiras, onde a que mais chamava atenção era o futuro na Câmara de Vereadores do município. O cenário político consiste não apenas num pano de fundo da instituição e sua dinâmica organizacional, mas como possível projeção política na carreira no Poder Legislativo. As formas pelas quais estes conselheiros tutelares ingressaram no papel social se mostraram desprovidas de ideais de princípios políticos com compromisso social, estando voltados para a carreira política eleitoral.

Em vários momentos, as experiências, julgamentos e crenças pessoais da família e da infância ancoram muitas práticas institucionais, pois foram compreendidas como fonte de “tarimba” necessária para orientarem os pais e os adolescentes. Por outro lado, se as experiências anteriores, a formação profissional e educacional, na maioria, não estão diretamente integradas ao CT, as autoridades públicas deveriam revisar todo o processo de escolha e permanência no mandato, o que vinha ocupando pouco espaço no debate local. Enfim, a carência de conhecimentos anteriores ao exercício do mandato implica numa interferência razoável sobre as expectativas sociais, muitas intervenções se mostram insuficientes diante das incumbências assumidas com a sociedade.

As informações que constam na categoria **Identidade ocupacional e iniciação no CT** indicaram que estes conselheiros tutelares compartilham sentimentos de inadequação e temor frente aos atendimentos, devido à inexperiência e à falta de conhecimentos prévios para lidarem com as ocorrências e denúncias. Eles enfatizaram a importância da Psicologia e do Serviço Social, como áreas do conhecimento fundamentais para superação de desafios diários da ocupação. Esse fato pode ser comprovado, também, pela recorrência de citações sobre o CREAS e ao CRAS nos encaminhamentos. Entende-se que a hesitação, as dúvidas e a cautela nas tomadas de decisão surgem como componentes cognitivos da identidade ocupacional.

Num ambiente imaginário de ameaça e perseguição, a indefinição do que fazer e como fazer incrementa a ansiedade antecipatória, eles atuavam como se algo pudesse dar errado a qualquer momento. Ver as seguintes falas:

*...é igual todo mundo né? **Aquele receio de atender** (...) no começo eu até fiquei meio assim né?*

*...a gente falou outro dia, brincando um pouquinho, que o conselheiro tutelar, em certos momentos, ele **é um pouco psicólogo**, ou uma coisa assim, apesar de não ter nenhum*

tipo de técnica, mas assim...

Nesta categoria, compreende-se, ainda, que os sentimentos paradoxais envolvem concorrer para um cargo público, sem saber o que fazer se eleito. Ser “protetor” dessa população tem como significado oferecer materiais para suprir carências básicas, como roupas, alimentos e brinquedos para as crianças vulneráveis. Em busca de um território onde sabem como proceder, eles encontram nas práticas assistencialistas um modelo norteador para intervenção com as famílias, como destacado a seguir:

Quando eu entrei, levei muito pro lado humano sabe? Eu sempre fui ajudar as pessoas (...) então a Prefeitura os órgãos não dá aquele, aquele respaldo de imediato...

Um dia mesmo fazer comprar, dar comida, alimento para as crianças e tal, tal. E aí surgiu outras famílias com esse mesmo... então a tua vontade, a tua vontade (...) a tua vontade é ser o protetor daquilo ali, mas como fazer...

Tendo em vista que desconhecem a teoria e a prática científica do psicólogo e do assistente social, a identidade ocupacional evidencia a desorientação e falta de um conjunto de referências operativas capaz de unificar o grupo em torno de um projeto para a instituição. Ou seja, a perspectiva humanista ou o assistencialismo voluntário às famílias pode ser uma forma de reparar a impotência de “não conseguem ajudar como deveriam”, uma vez que não possuem a formação acadêmica nas áreas que entendem como fundamentais para atuação de um conselheiro tutelar.

Perez e Passone (2010), avaliando o padrão de atendimento nos serviços sociais do Brasil, informam que há um conflito oriundo da atual cultura de direitos e das antigas práticas assistencialistas, pautadas na benevolência, compaixão e caridade. Para os autores, isso reforça a mediação de relações afetivas de dependência em uma matriz de políticas sociais impregnadas pelo paternalismo, clientelismo e populismo. Essa evidência constitui-se como um risco para a efetivação das políticas sociais de atendimento à criança e ao adolescente.

Em sistemas avançados de proteção à infância, Healy e Oltedal (2010) destacam o papel de condições institucionais propícias para um atendimento. Na Noruega, assim como na maioria dos países onde há um sistema público de proteção muito atuante, os profissionais que desempenham a função do CT possuem formação acadêmica, são assistentes sociais e/ou com licenciatura em pedagogia infantil. Além disso, no caso específico da Noruega, o plano salarial fornece incentivos substanciais para os profissionais obterem qualificações em pós-graduação em áreas voltadas para a prática profissional.

A revisão de literatura nos indicou um vasto campo de conhecimento empírico que equipa os profissionais com instrumentos imprescindíveis na investigação, registro e

acompanhamento das denúncias, o que colabora para a construção do papel social ou de identidades ocupacionais compatíveis com o tipo de trabalho em questão.

Na categoria **Atribuições e competências do CT**, verifica-se que há um conhecimento apropriado do ECA, apresentado quando os participantes foram questionados sobre as finalidades do CT na sociedade. Contudo, eles argumentaram a presença de graves lacunas para efetivação da lei. O ECA, mesmo sendo reconhecido como ferramenta de trabalho e que fornece as diretrizes ao conselheiro tutelar, está distanciado de algumas situações práticas, pelos riscos de, por exemplo, destruir uma família com o registro de um BO. Destacam-se algumas falas de João e Pedro a seguir:

O acompanhamento, o acompanhamento nunca deixa de existir. Então é receber a denúncia, ouvir a denúncia, orienta, encaminha e acompanha!

Mas isso tudo é teoria, na prática é outra história né?

Novamente, percebe-se a insegurança de procederem em suas práticas segundo o ECA, tendo de assumir riscos por decisões equivocadas durante os processos de punição aos transgressores. O suporte jurídico solicitado por Marcos é compreensível diante destes conflitos e indefinições na interpretação da lei. Contudo, eles argumentaram que o CT é uma instituição de encaminhamento, onde defender direitos violados, na maioria das vezes, reside em aplicar ações que direcionam e distribuem as queixas para outros órgãos da rede. As competências práticas do CT foram, efetivamente, correlacionadas com a Psicologia e o Serviço Social. Tal como se destaca a seguir:

Se a gente sentir que já é um caso direto para psicólogo, nós temos um questionário aqui que a gente pode responder. O que a gente sentiu, que a criança tá passando. Tudo. A gente encaminha para psicóloga...

Todavia, apesar da recorrência ao termo de encaminhamento, não há um discurso consensual sobre quais intervenções devem ser propostas de acordo com os parâmetros do ECA. O que significa “fazer valer a lei”, neste grupo, não se restringe à legislação, é algo que depende da interpretação que cada conselheiro tutelar faz do instrumento jurídico. Tal como se identifica quando se questiona o grupo sobre a aplicação de medidas de punição. Ora o BO foi citado como essencial (Marcos), ora essa decisão era evitada em casos muito semelhantes, pois a punição poderia acarretar na retirada da criança de sua família (João). Para esse participante, “priorizar a criança” consistia trabalhar para que ela permanecesse com seus pais, mesmo após comprovações de negligência.

No decorrer da análise, foi possível compreender como o grupo produz sentidos para o ECA a partir da esfera privada, sentidos que não apontavam para um pacto coletivo e

integrador num colegiado atuante. Em face das incompatibilidades entre a teoria e a prática de lei, verificam-se, em vários momentos, posturas que alternam a indignação e revolta com o poder público (Marcos) ou resignação, submissão, conformismo e renúncia ao rigor das punições (Pedro, João e Paulo). A instituição foi representada nas ancoragens e objetivação diante de posturas e decisões distintas.

A potência do CT, embasada no ECA, contrastava com uma realidade pouco modificada pelas ações do colegiado. Isso pode ser comprovado através das informações que se apresentam na subcategoria **Planejamento institucional e rotina** onde os participantes foram questionados sobre a operacionalização do colegiado, as reuniões, o tempo para as discussões, divisões de tarefas e prioridades diante das ocorrências. Se o ECA não era um fator de coesão no plano das ações, o colegiado funcionava priorizando as interpretações individuais e não o consenso do grupo. Como se destaca a seguir:

*Dependendo o momento, **não depende de mim... depende o dia...***

*Posso ficar aqui seis anos, que **eu não vou aprender tudo**. Porque cada caso é bem diferente um do outro. E a gente tem que vir preparado para tudo... né?*

Toda instituição captura os sujeitos nas armadilhas de seus próprios desejos e identificações, nas fantasias de onipotência, naquilo que se apresenta de mais excessivo ou de mais arcaico. Surge como poderosa, por exemplo, em fragmentos como: “toda vez que esse direito é violado, ou não garantido, o CT entra em ação”; ao mesmo tempo extremamente frágil, por exemplo, em: “um beija-flor apagando um incêndio”. Nas categorias anteriores, chama a atenção que a instituição multiplica as imagens contraditórias de poder e não poder, temor e tremor, amor e alienação. A instituição sufoca e abraça, mata e faz viver (Henriquez, 1989).

Da mesma forma que o objeto institucional aparece “sempre protegido”, nas atribuições e competências do CT, quando se é confrontado com a dinâmica e a rotina do trabalho, destoam as falas que, objetivamente, situam o grupo em defasagem e incapacitados para atender às demandas. Eles discorreram com segurança sobre os artigos do ECA, como personagens lendo um roteiro de ficção, se vendo na prática de seu trabalho “mandando problema de um lado pro outro”, numa rotina onde não vão aprender tudo. Marcos salientou o sofrimento dos primeiros conselheiros no país, devido à indefinição e incompreensão de “até onde poderiam ir”. Ao mesmo tempo, reconheceu que o conselheiro tutelar é uma autoridade na sociedade, a qual deveria ser respeitada e valorizada.

Ponderar sobre as indefinições, diretrizes deficientes e sacrifícios individuais não significa desqualificar a si mesmos, mas sugerir que as demandas do trabalho são

incompatíveis com a operacionalidade do colegiado. Quando há o sentimento de desamparo na relação com a instituição, os membros desenvolvem um duplo vínculo de regressão e progressão pela ligação com a instituição, vínculos de dependências e voracidades, de potência e impotência (Mendel, 1973). Compreender esse processo ambivalente, na relação entre o psíquico grupal e a realidade da instituição, implica em abordar os conflitos destes agentes públicos para além das conhecidas demandas das famílias e das crianças atendidas, o que nesse caso enveredou para a dinâmica política do local.

Refletindo sobre as dificuldades apresentadas, o investimento público em pessoal especializado pode auxiliar, por exemplo, no desenvolvimento de um banco de dados e registro das informações necessárias para o conhecimento das características das crianças violentadas, dos agressores, das circunstâncias em que ocorrem as violências, dados vitais para a análise, diagnósticos precisos e posterior planejamento interventivo. Como afirmam Boothby e Stark (2011), reforçando a necessidade de sistema no âmbito nacional de gerenciamento de informações de proteção à criança, o que viabilizaria atuações em parceria entre distintos atores e instituições relevantes da rede.

Em direção aos conflitos externos à instituição, na categoria **CT, esfera pública e política** destacou-se que a relação dos conselheiros tutelares com a opinião pública era permeada pelo sentimento de perseguição, acusações de que não conseguiam prestar serviços essenciais de forma adequada. A imagem pública deste CT foi um dos temas mais frequentes no decorrer das sessões do grupo focal. A seguir, aponta-se a concepção onde o conselheiro tutelar foi apresentado como uma figura de poder não reconhecida, a defesa dos direitos acontecia em meio a embates e desavenças com demais atores da rede ou com figuras que ocupavam o poder.

Você tem que bater de frente e falar. Eles querem saber o seu honorário. Essa história das questões partidárias. Então você tem que ficar defendendo sempre (...) então, às vezes incomoda.

Nesta dimensão, para dialogar com as críticas, os participantes discutiram sobre as solicitações dos pais e da comunidade, afirmando que a pouca divulgação do trabalho realizado implica em cobranças dos cidadãos, os quais atribuem papéis de policiais, educadores e substitutos dos pais aos conselheiros tutelares. Dessa forma, conclui-se que prevalece no espaço público a imagem de um órgão de repressão e normatização social. Com efeito, os problemas de acusação ao CT foram apresentados como consequências do desconhecimento da população acerca da função social do conselheiro tutelar, por isso, o pedido de ajuda para divulgar as ações, os objetivos e os resultados do trabalho CT na mídia

local. Como se destacam nas seguintes falas:

Eles não ‘conhece’ o que é CT. Chamou de lobo mau porque lobo mau, pega e come as criancinhas ((risos)) (...) então eu falo assim, a sociedade em si vê CT (...) achava que era uma coisa muito desacreditada mesmo, que não fazia nada...

Tem muita gente que acha que o... o... que não conhece o trabalho do Conselho. Acha que o Conselho faz isso, faz isso...

Uma vez que eles não assumem essas tarefas, convivem com a invisibilidade de suas ações, com o pouco reconhecimento e mérito na sociedade, apesar dos esforços individuais no cumprimento do que eles entendem por deveres. A autonomia institucional, ou a “liberdade” para definir as ações, acarretava em conflitos com políticos e candidatos à Câmara de Vereadores que pretendiam usar do trabalho do grupo para interesses partidários na carreira pública, por isso a citação de relações permeadas por “dor de cotovelo”. O CT, uma instituição recente nas políticas sociais do Estado está ancorada, na esfera pública, em conceitos que sugerem um órgão frágil, com potencial teórico que não é convertido em resultados visíveis.

Os participantes dialogaram com a opinião pública, optando por falas que responsabilizavam outras esferas da sociedade, como as famílias, os vereadores ou demais profissionais da rede no âmbito municipal. As seguintes falas ilustram essa dimensão da análise:

A questão da dor de cotovelo, por ser um órgão, por ser o CT, teria que estar fazendo o serviço de polícia, que não é o serviço da gente...

Acham que a gente tem que educar o filho dele. Pega um adolescente de dezesseis, dezessete anos que não obedece pai e mãe e quer que a gente vai lá.

A consciência dessa imagem desgastada e negativa tinha relação, portanto, com o fato de os participantes se colocarem, no grupo focal, como se estivessem num tribunal para prestar contas à sociedade e, principalmente, para aos políticos do contexto local, num julgamento que marca efetivamente a iniciação neste campo problemático das políticas públicas para a criança e adolescente no Brasil. Esse fato contribuía para o predomínio de um imaginário de perseguição, trocas de acusações e posturas defensivas, como se o próprio pesquisador compactuasse com os mesmos conceitos da opinião pública.

Por outro lado, considerando a disposição em negociar a função politicamente, houve uma tentativa de aproximação com a sociedade, na própria autorização para a realização do estudo ou na iniciativa de procurar a imprensa local para divulgação de suas ações. Eles buscavam mudanças na representação hegemônica do CT e solicitaram apoio do pesquisador,

mas as ações foram apresentadas descartando a autocrítica ou ainda novas propostas e direções para avançar nos resultados.

Quando questionados sobre a estrutura de trabalho e recursos disponíveis, debateram sobre a pertinência de uma equipe técnica no CT. A categoria **Investimento público no CT** contempla essas informações, as quais indicam as dificuldades para eles alcançarem mais recursos. Apesar de discordâncias pontuais, eles argumentaram que os investimentos poderiam contribuir com a visibilidade da instituição na sociedade.

O único advogado que a gente tem acesso é o advogado da Prefeitura. Aí é aquilo que eu falei. Em certos momentos a gente vai entra em confronto (...) precisava de um advogado para nos orientar de alguma forma...

O que estava muito frequente eram as falas sobre as divergências políticas e a pouca mobilização do poder público para modificar a situação. Eles não tinham expectativas de que, em curto prazo, o CT seria um órgão na rede de proteção que receberia, efetivamente, os investimentos, a estrutura necessária para aperfeiçoar os atendimentos e alcançar melhores resultados. Tal como argumentam Pedro e Marcos:

O conselheiro (...) ninguém é técnico (...) todos os Conselhos deveriam ter isso, mas eu falo assim, em questão política, pra nós aqui (...) ia demorar muito...

Os caras ((vereadores)) não quer, ninguém quer abraçar a situação. Os 'cara' desvia.

Contudo, esta pesquisa indica que zelar por direitos, na rede de proteção, é um ato político no Brasil e que a intersecção entre interesses públicos e ideologias partidárias tem grande influência na dinâmica do CT. Neste sentido, é preciso que a interferência de interesses privados, na carreira política, não se sobreponha aos interesses públicos, na defesa de direitos. Conclui-se que era preocupante a relação com representantes e gestores do município, uma vez que predominavam a indiferença e a recusa de um diálogo profissional: a “lei tem que garantir”, mas “os cara fica desviando”, “nem fala isso”, “ninguém quer abraçar a situação”.

Esses “homens cordiais” se expressaram no palco político do CT, como aqueles que se colocam a serviço do público para “fazer um meio campo” com as autoridades locais, apagando incêndios norteados pelo “coração” e cientes de que “nada depende” somente deles. O “homem cordial” expressa a *performance* das personalidades políticas do Brasil por meio da standardização das formas exteriores da cordialidade, as quais não precisam ser legítimas para se manifestarem (Holanda, 1995).

Para o autor citado, o assistencialismo no Brasil pode ser interpretado como uma

“mímica deliberada de manifestações” no espaço público que, muitas vezes, visam à comoção de eleitores em potencial. Para o político, para conquistar o freguês-eleitor, há necessidade de se fazer amigo dele, chorando, abraçando, usando a psicologia ou falando com o “coração”. Verificam-se, assim, traços da cultura política e assistencialista brasileira: a generosidade, o acolhimento, padrões de convívio do meio rural, com suas boas maneiras e civilidades.

Na política de assistência social, este CT ocupava um lugar desprivilegiado não devido aos seus objetivos jurídicos, mas devido às configurações político-partidárias que se destacam a seguir. Esse fato ficou evidente na categoria **Política social e política partidária** onde eles destacaram a correlação entre as ideologias políticas e o funcionamento deste CT. Marcos era o conselheiro tutelar com mais conflitos externos, uma vez que o PT era considerado uma “praga” por políticos que ocupavam o poder e cargos importantes na Prefeitura.

Não é uma praga por que eu sou de tal partido ((PT)). Não é assim...

Mas, a gente não tem que ficar dando satisfações a eles ((vereadores)). Não são nossos patrões. Então eu acho que surge aí, até pela liberdade que a gente tem. Aí surge uma invejinha...

As informações reforçam que a iniciação na política social em rede era muito influenciada pelos domínios das políticas partidárias, onde a ética nem sempre fazia parte do debate que estava sendo travado. Por outro lado, a conquista de sucesso na carreira política, por outros conselheiros tutelares, apenas intensificava os questionamentos e rivalidades em plena campanha eleitoral. Chama atenção que a recusa ao padrão hierárquico que controla a administração pública no município implicava em “distorções” de fatos, acusações “moralmente” indevidas e “dor de cotovelo”.

Legalmente é aceitável, mas moralmente... creio que seja muito mais ético ele vir...

É mais ou menos por aí, a pessoa ((candidato político)) quer subir, e dá uma distorcida na gente. Então aqui dentro é aqui dentro...

O que eles colocaram em questão foi a legitimidade de operar numa política social voltada para proteção da infância e adolescência, mantendo os laços com partidos que, no caso específico faziam oposição à maioria no poder, ou seja: no Brasil é possível fazer uma política social funcionar sem filiação partidária? Enfim, a iniciação no CT se articula, inevitavelmente, a enfrentamentos, alianças ou parcerias estratégicas que estão para além da militância social pelos direitos humanos. Nesta pesquisa, conclui-se que a análise de uma política social indicou os meandros de uma complexa relação entre políticas partidárias e o CT.

Entre a política social e a política partidária, os recursos e consequências para colocar o ECA em prática não eram amistosos: “bater de frente”, “peitar” autoridades (Marcos), ouvir “palavras mal ditas” (Paulo), “brigar um pouco” (Pedro) em situações mediadas pela falta de ética e pela politicagem. Para se esquivar do desgaste político, a estratégia era ir “fazendo o meio campo” com os vereadores e com a clientela (Antônio).

Na categoria **Trabalho em rede e vínculos institucionais**, identifica-se a presença desses encontros constantes com atores importantes da rede de proteção, e observa-se que o desgaste mental era inevitável quando procuravam impor o que o ECA preconiza. O trabalho em rede foi caracterizado pela falta de comunicação e rivalidades entre as instituições, com atravessamentos políticos mais evidentes. A ideologia do trabalho em rede, enquanto conjunto de profissionais com objetivos em comum e o respeito mútuo, não condiz com a imagem de teia recortada por sentimentos de aversão ou repulsa. A seguir falas de Pedro nesta direção.

Aparentemente o CT, apesar de ser autônomo, é vinculado com a Secretaria de Assistência Social. Mas só na questão de estrutura mesmo. Aí, aparentemente, o Conselho parece um órgão de Assistência Social...

Em certos momentos a gente vai entrar em confronto com autoridades da cidade, com diretor de escola, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação.

Diante disso, os participantes destacaram a importância da sociedade compreender o CT como instituição parceira e não como rival de instituições que também prestam serviços na área da assistência social. A formação de parcerias com a sociedade foi um apelo legítimo do grupo e uma diretriz viável na busca de soluções para os problemas que encontravam. Entretanto, a parceria com as famílias não pode ser considerada isoladamente das parcerias que devem ocorrer entre as instituições da rede. Os serviços de proteção à criança não podem ser estrategicamente planejados ou entregues a instituições de forma fragmentada.

A parceria com a sociedade torna-se uma realidade, quando as ações estão enraizadas e modeladas por estruturas organizacionais, culturas e relações de trabalho que visam à colaboração ao invés da competição.

O que a gente quer é ter a sociedade, o poder público e a família unida né? Isso que a gente quer. Esse é o objetivo maior, né? E de... de a sociedade e a família ver o conselho como parceiro também né?

Nada depende somente de você né? Depende também da família. Depende também do Poder Judiciário. Depende de toda a rede naquela assistência...

Apesar da aproximação estratégica com a sociedade, os conselheiros tutelares assumiram posturas e atitudes muito distintas em suas práticas institucionais: ou contestavam os jogos maquiavélicos do poder político que determina a configuração da rede de assistência, ou atuam em consonância com o sistema vigente. Essa foi uma regularidade no grupo focal que transitou entre uma “política de enfrentamento” e uma “política da boa vizinhança”. Sobre esse aspecto, é bom refletir que o CT não deveria ser influenciado por vínculos partidários e suas ideologias, vícios e manobras. Ou seja, é fundamental interromper a simbiose entre interesses públicos e privados, um fenômeno consolidado na história deste país.

Essa constatação permite afirmar que a partidarização do CT se refere a um dos principais problemas encontrados para que a defesa dos direitos ocorra a partir dos interesses públicos e das necessidades dos cidadãos usuários dos programas de assistência. Soma-se a este fato o que Souza (2004) revela acerca da experiência brasileira com as políticas sociais, onde os preceitos constitucionais, os interesses de classes e grupos ou capacidade gerencial não são suficientes para deslocar as políticas universais para as esferas locais. Porém, segundo a autora citada, a inserção de novos protagonistas nos processos decisórios locais assume formatos diferenciados e importantes. Há experiências onde prevalecem formas mais restritas de participação que se resumem a dar voz aos cidadãos, enquanto há outras onde a participação torna-se um mecanismo de empoderamento com o objetivo de promover mudanças na assimetria de poder.

Contudo, este estudo confirma que, na atual configuração das redes de proteção, pode ocorrer sobreposição ou confusão de papéis dos serviços de atendimento à criança vítima de violência, falhas no sistema de comunicação, duplicidade de procedimentos burocráticos e distanciamento entre o atendimento e o atendido (Martins & Jorge, 2009). Há concordância com os autores citados ao afirmarem que o alcance dos objetivos do sistema depende de investimentos na formação científica dos profissionais da área, em cursos técnicos, graduação e pós-graduação.

Os participantes deram exemplos de situações em que o enfrentamento era a única alternativa, tal como se visualiza na categoria **Garantia de direitos e poder público**. Nesta categoria, entende-se que há situações em que eles assumem um papel compatível com as expectativas da sociedade, ou seja, como atores sociais que compreendem o lugar que ocupam e que o poder público deveria atuar como seus parceiros mais próximos.

Na ausência desse suporte, eles afirmaram que travam suas batalhas individualmente, contra figuras de destaque no cenário político do município. Ficou evidente que os

participantes nos proporcionaram um aprofundamento nos conflitos institucionais da rede, auxiliando numa compreensão de seus fatores mais críticos, os quais são os reais entraves para a garantia dos direitos da infância e juventude.

Eu não quero nem saber do prefeito se tem vaga. Se não tem (...) ele vai ter que dar os pulos dele. Eu to dando o meu.

É um direito da criança... né? (...) as vagas (...) a cidade não dá conta (...) da demanda. Mas é direito, o poder público tem que garantir isso daí.

Morrison (1996), refletindo sobre as parcerias entre os profissionais da rede e as comunidades atendidas, sugere algumas diretrizes: As políticas sociais devem ser coordenadas e orientadas para apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza, com o intuito de fortalecer os vínculos e superar a violência crônica com estratégias inovadoras de prevenção; há uma necessidade de investimentos em pesquisas capazes de fomentar conhecimentos sobre a natureza, a extensão e os efeitos da violência contra a criança, para reduzir a tolerância e a banalização do fenômeno na sociedade, oferecendo, ainda, modelos exemplares aos pais e professores no exercício dialogado da autoridade e do respeito; o trabalho deve ser direcionado no sentido de identificar e fortalecer as potencialidades das próprias comunidades, através do protagonismo e das estratégias de empoderamento sobre os recursos disponíveis nas redes de proteção; é imprescindível assegurar que as respostas sejam coordenadas entre as múltiplas agências que lidam com as denúncias de abuso, na gestão, e encaminhamentos de casos comprovados de violência.

O ECA foi um tema constante e controverso, na categoria **Doutrina da Proteção Integral: ECA, teoria e prática**, pois as informações em destaque tratam de questões que eles levantaram acerca da legislação, tanto em termos da proporção entre direitos e deveres, como das diferenças entre as crenças pessoais, as histórias de vida e as prerrogativas jurídicas. Nesta dimensão da análise, demonstraram que há graves incompatibilidades ideológicas com a lei, por acreditarem que o adolescente recorre a esse instrumento em busca de uma vida sem compromissos e responsabilidades.

O ECA, portanto, foi apontado como um dos fatores que causou mudanças no que o senso comum rotula como estrutura familiar, seja na obediência aos pais, no respeito às normas e às regras de convívio. As falas de Pedro sintetizam o pessimismo do grupo:

Para começar o próprio ECA. Eu acho que peca um pouco nisso, de deixar. É. É. Tem uma exigência muito grande da criança trabalhar.

*Então que dizer, que eles mesmos por si, estão **achando que eles têm os direitos deles** (...) deveres de fazer as tarefas, de ajudar ou fazer qualquer coisa, não pode mandar fazer nada...*

Em oposição a essa tendência crítica, Marcos, refletindo o dispositivo jurídico, afirmou que os demais membros do CT deveriam compreender que o ECA representou avanços e não retrocessos para a sociedade, especialmente para as crianças e adolescentes. Nas discussões do grupo, identifica-se que os mesmos conflitos que ocorrem na sociedade, sobre a pertinência desse sistema de proteção, surgiam nas diferenças de opinião entre participantes, de tal forma que uns (Pedro e João) eram a favor da redução da maioria penal, enquanto outros eram contra (Marcos e Paulo).

Eles investiram na afirmação de suas opiniões e crenças, ponderando sobre em que medida o ECA teria auxiliado na socialização e na inclusão do jovem na sociedade civil organizada.

*O conselheiro que tem como método o Estatuto, **eu tenho que respeitar ele. Mesmo que uns pontos eu não concorde**, mas quando eu vim pro Conselho eu tenho que seguir ele. É meu instrumento de trabalho ((pausa)).*

Apresentando o paradoxo entre a esfera pública e a esfera privada, João sugere assim como Pedro que o ECA além de se distanciar das soluções práticas, em algumas situações, não deve ser aplicado, evitando a ambivalência emocional entre punir um transgressor, mas com destruição de uma família. Essa justificativa, a permanência da criança com a mãe, foi algo constante no grupo em casos considerados não graves como negligência ou agressão física.

*Você tá lendo uma coisa, tá lendo uma coisa, tá vendo uma coisa, só que você se depara com uma situação que **o seu humano. É. Bate contra** o que o Estatuto diz. Então, você tem que falar péra lá...*

Como destacado acima, pode-se apreender que estes conselheiros tutelares têm consciência dos artigos que regem o ECA, mas evitam empregar a lei com o devido rigor. Novamente, mapeiam-se a oscilação, a alternância de atitudes e ações perante a principal diretriz do trabalho do conselheiro tutelar. O grupo apresenta diferentes significados, práticas e disposições para agir de acordo com a doutrina de proteção integral: o que era compreendido como proteção para Marcos traz um sentido de punição radical para os demais. A ausência de consenso sobre os procedimentos e as medidas que devem ser seguidas pelo colegiado incrementam as confusões e a incompreensão sobre o papel social que a instituição deve assumir no cumprimento de seus deveres.

A mesma ausência de consenso sobre a lei também se constata de forma acentuada na categoria **Educação e punição nas diretrizes do ECA**. As crenças pessoais e as ideologias sobre educação e punição foram objetivamente apresentadas por Marcos e Pedro. Estes conselheiros tutelares proporcionaram informações esclarecedoras sobre as divergências que acompanham em várias categorias de análise. Nesta dimensão da discussão, eles debatiam sobre os aconselhamentos e orientações aos pais e familiares em casos de indisciplina ou desobediência dos adolescentes, a questão era como corrigir sem violência? Há um esforço em Marcos para rever os seus valores pessoais e a educação familiar, onde um “tapa” não era considerado uma transgressão à lei. Ver a seguir:

A educação tem que vir lá do berço, num primeiro momento, até um momento que ela faz uma birrinha, por isso, por aquilo né? Na hora de espalhar o brinquedo na sala, depois ir embora e não recolher, então é esses detalhes...

É lógico que todo pai, toda mãe, mesmo que dá uns tapa, gostaria de usar outra forma de educação. Eu tenho certeza que o pai e mãe que dá um tapa preferia dar um beijo...

Pedro e Paulo discordavam dos aconselhamentos de Marcos, eles entendiam que o adolescente atual não é punido, por isso manda nos pais e desrespeita os professores. Argumentaram que não precisa machucar a criança, mas que na ausência de alternativas um “tapa” é um mal necessário, como se aponta a seguir:

Você não vai pegar uma criança de três anos e vai bater, é com muita força... tem que ter certo, certo limite né?

A pesquisa conduzida por Weber et al. (2004) indicou que as justificativas para os sujeitos favoráveis à punição se baseiam no argumento de que a palmada é diferente de espancamento, tal como propôs Paulo. Porém, a palmada é, na maioria das vezes, início de uma escala que pode culminar no espancamento. Educar, punir ou castigar não deveriam ser fonte de dúvidas ou oposições no colegiado. Porém, para a maioria dos entrevistados, os modelos punitivos e autoritários seriam imprescindíveis para as famílias “desestruturadas”, infâncias profanas, “perdidas” ou “desorientadas”.

Para além de pensar em ferramentas pedagógicas ou educativas apropriadas aos preceitos que regem a lei, “precisamos questionar nossas relações interpessoais, nossas maneiras de resolver conflitos, nossa perspectiva sobre a infância e, de maneira mais ampla, que geração queremos forjar com nossas práticas” (Ribeiro, 2012, p.56).

As diferenças entre conceitos, valores pessoais e o ECA confirmam indícios que se haviam identificado em momentos anteriores. A tensão entre a esfera pública e a esfera

privada, de forma recorrente e evidente, corrobora a vivência de paradoxos e contradições entre o que estes conselheiros tutelares pressupõem como ideal para as famílias e as crianças atendidas e o que a Doutrina de Proteção Integral instituiu no ECA. Atuando nessa constante tensão, o sofrimento mental na instituição é algo inevitável.

De acordo com Bourdieu (1997), embora a família não tenha o monopólio da produção dos dilemas sociais, ela impõe com frequência injunções contraditórias, estando na parte mais universal do sofrimento social, nas tensões estritamente subjetivas. A vivência infantil implica não apenas na experimentação do lúdico e do prazer, mas em sofrimentos, castrações e impotência. O autor citado postula que algumas experiências vividas no seio familiar tendem a produzir *habitus* dilacerados, em negociação permanente e com ambivalência própria.

Considerando os fragmentos na história dos entrevistados situados nas categorias anteriores, um dos produtos das ambivalências pode ser a culpa, seja por recusarem a cultura familiar e os modelos parentais do passado, seja por aceitá-la como herança cultural, reproduzindo o discurso de que a violência física pode ser um instrumento útil na educação infantil.

Com foco nos relatos de crimes e ocorrências mais frequentes, pode-se perceber que na categoria **Violência contra a criança: medidas de proteção e defesa** que os participantes relataram uma gama de situações que chamavam atenção na rotina de atendimentos. Nesse momento, eles foram indagados sobre as ações, os sentimentos e demais reações afetivas e cognitivas que ocorriam nessas circunstâncias. A representação da violência contra a criança, enquanto tragédia social aponta para cobranças pessoais, autoavaliação do trabalho e motivação para esgotar todas as possibilidades de resolução, tal como se destaca nas falas de Marcos a seguir.

*A criança já tinha se queixado para os professores, se queixou para mim que dentro de casa estava sendo violentada, pelo padrasto né? (...) eu sabia que eu não poderia deixar o caso sem ser solucionado. Solucionado assim em forma, **deixar essa criança livre desse camarada...***

Em outra direção, verifica-se a opção por medidas pautadas no que o grupo relatou como uma política da boa vizinhança. Na situação descrita a seguir por Antônio, percebe-se como procediam em casos considerados extremos, como abrigo, onde a criança iria para um programa de acolhimento institucional. Por fim, destaca-se uma fala de Paulo onde havia comprovado uma situação de negligência familiar, a decisão pelo BO, nesses casos, era

evitada, reforçando informações anteriores que sugerem uma aplicação parcial do ECA na defesa dos direitos.

Você joga em cima do juiz: ‘É o juiz que mandou. Por mim eu não vinha buscar’. Se você vai em dois. ‘Por mim e pelo Pedro, a gente não vinha buscar’.

*Você tenta dar um jeito, **tenta dar uma apartada uma vez, duas vezes.** Na terceira você manda pro Judiciário pra tomar as atitudes cabíveis né?*

Esta pesquisa confirma o que Carvalho (2006) discute sobre a atuação dos conselheiros tutelares, que muitas vezes se veem no dilema, como outras autoridades públicas, de agir impondo o seu próprio sistema de valores a outros pais. As condições de vida dessas famílias e adolescentes, representadas com desordenadas e sem estrutura, conduzem as autoridades a intervenções desproporcionais ao ECA. Nesse momento as alternâncias envolviam práticas de repressão como solução para resgatar a juventude da criminalidade, drogas e violência, como internação na Fundação Casa. Ora, não havia o empenho em propor a conciliação e o diálogo entre as crianças e os educadores.

Segundo Weffort (2004), no Brasil encontra-se “uma tradição cultural capaz de reconhecer-se a si própria como uma complexa mescla do bem e do mal, do certo e do errado, assim como de uma grande insegurança quanto à correção das suas escolhas”. Nessa mescla de bem e mal se ancora a defesa das palmadas: a boa intenção dos pais na educação dos filhos justificaria as práticas de agressão física. Seria necessário aos pais praticarem um mal, para propiciar o bem maior no futuro dos filhos, evitando, por exemplo, a dependência química, práticas de delito, prostituição e homicídios.

Conscientizar os pais dos agravos e danos provocados pela violência física, quando ela tem início com as palmadas, pode ser uma tarefa desafiadora para estes conselheiros tutelares. Ainda sobre a violência contra a criança, na subcategoria **Negligência, abandono e drogadição**, os participantes correlacionaram as diferentes formas de violência com a chamada ausência de estrutura familiar. Identifica-se um discurso de culpabilização que atribui eminentemente aos pais os graves problemas que eles comprovam no dia a dia.

*Eu acho que tudo o que acontece enfim, é **consequência daquilo que está acontecendo na família**, entendeu? A gente vê que a, a estrutura familiar cada vez é ((pausa)). O alicerce é importante né?*

***Eles perdem o controle** dos filhos, porque os filhos já não vêm no horário. Aí o que... que eles vêm aqui procuram o CT. Aí vai batalha, batalha. Mas eles já fizeram um núcleo de amigos...*

Apesar das culpabilizações, entende-se da mesma forma que Sequeira et al. (2010) quando afirmam que o CT pode ser um equipamento público legítimo e imprescindível no sistema de proteção de direitos, com impactos na inclusão ao combater as violações e transgressões da prevista lei. Ele pode e deve funcionar como grande catalisador de situações de vulnerabilidade, como uma referência da presença do poder público próximo às comunidades. Neste sentido, Corby, Millar e Young (1996) indicam a necessidade de maior conhecimento dos conflitos e interesses dos pais e das crianças atendidas, a fim de garantir a ética nos serviços prestados, bem como uma maior participação da comunidade, segundo os princípios de um trabalho em parceria, participação e empoderamento. É essencial dar voz aos pais, mesmo que isso acarrete em discordâncias transitórias.

Mesmo questionando em que medida o passado dos participantes pode ter sido maravilhoso, foi fundamental para eles sublinharem suas concepções e crenças sobre uma família feliz, livre de riscos e perigos. Cabe a indagação proposta por Sarti (2004) aos agentes públicos que atuam diretamente no atendimento com as famílias marginalizadas: como romper os modelos sociais internalizados e mantidos como regras que normatizam e classificam as diferenças e, assim, “escutar os discursos das próprias famílias sobre si, nessa permanente tensão entre a singularidade de cada uma e as referências sociais das quais não podemos escapar?” (p.16).

Nesse caso, a superação dos modelos parentais e, conseqüentemente, do psiquismo arcaico e inatual nas idealizações e mitos do passado, perpassa o conhecimento formal e acadêmico. Além disso, a afetividade deveria ser um fator de mediação da ação política em prol dos direitos humanos e não justificativa para o imobilismo, o assistencialismo e a burocratização da lei.

Concluindo o tema violência contra a criança, a subcategoria **Visibilidade social, denúncias e notificação** indicou o desconhecimento, as reações de supressa, negação e a revolta ao entrarem em contato com uma realidade que parecia distante da vida simples no interior do país. Em destaque, algumas falas de Marcos e Pedro sobre essa dimensão do fenômeno.

Mas aí, parecia que estava longe de nossa realidade né? Pô só na Capital!

Têm um menino, em casa, acorrentado! (...) sempre tem aqueles que fazem denúncia falsa. E eu fui acreditando nisso...

Com relação a barreiras para mudanças nesse cenário, os participantes destacaram a falta de compromisso da sociedade com as denúncias, o que ocorre entre os próprios atores da rede na banalização do fenômeno.

Muita gente vê menor bebendo, adolescente bebendo (...) só que não denuncia (...) é responsabilidade do pai, da mãe, do poder público, meu, seu, dele, é da sociedade.

A divisão de responsabilidades com demais atores da rede e o alerta sobre a cultura do silêncio é uma disposição legítima em consonância com a Doutrina de Proteção Integral. Em meio à cultura do silêncio no país, a luta pela defesa dos direitos da criança perde o sentido coletivo e compartilhado, passando a ser entendida como algo solitário, executado na contramão de uma tendência histórica no país em “ver” e não “denunciar”, ou ver “não vendo”. Para que o sistema de notificação funcione, há necessidade de superar vários desafios históricos no país.

O primeiro é incorporar o procedimento de notificação à rotina das atividades de atendimento e, também, ao quadro organizacional dos serviços preventivos tanto assistenciais, como educacionais. É preciso destacar que o ECA impõe multa pela não notificação para duas categorias, nas instituições de saúde e na escola. Assim, as Secretarias de Educação e de Saúde são as proponentes e executoras das políticas públicas em seus respectivos setores e, ainda, responsáveis pelos estabelecimentos que visam atender às crianças e aos adolescentes. Portanto, sem a integração ao quadro das práticas profissionais e à rotina dos serviços, a notificação compulsória não se faz efetiva (Brasil, 2002).

Na subcategoria **Fracasso escolar, indisciplina e violência**, foram apresentadas falas que contribuem para refletir sobre uma relação fundamental no sistema de proteção integral, a saber: CT e educação pública. Os participantes discorreram sobre esse tema quando tratavam dos tipos de solicitação mais recorrentes, debatendo acerca das limitações para alcançar melhores resultados. Pode-se concluir que o grupo era muito acionado em relação às queixas escolares, em casos de evasão, violência nas escolas e, principalmente, situações em que os alunos se recusam a ir à escola, onde os pais solicitavam apoio para convencer os filhos. Chamou a atenção o sentido atribuído a estes incidentes, como se todos os problemas da infância e adolescência fossem do CT. Como exemplo, algumas citações de Marcos, Paulo e Antônio.

Uma escola ligou agora. Olha como é. Está caindo tudo em cima do CT'. A escola ligou agora porque, a parte da manhã, grande parte das escolas é de ônibus rural e tal (...) a molecada foi embora a pé.

A escola expulsou ele. Ele não vai para casa por que o pai. O padrasto não dá conta

de cuidar dele ((risos))... ele quer que a gente vai lá e toma as providências.

Como se pode verificar, o grupo se sentia incomodado com o fracasso escolar direcionado à instituição, pois, entendiam que caberia aos professores, aos diretores e aos pais acompanharem e dar condições para o bom desempenho escolar das crianças. A relação CT-educação pública tem como significado mais uma face do excesso de tarefas que poderiam ser trabalhadas por outros protagonistas da rede. Se um dos problemas do grupo era a visibilidade social e o reconhecimento da instituição na esfera pública, a primeira área a ser pensada como parceira seria a educação.

Um trabalho, planejado e coordenado pelo colegiado dentro das possibilidades previstas na lei ao CT, poderia ser uma diretriz para um grupo que se sentia perseguido injustamente. Ou seja, as escolas deveriam ser compreendidas como a primeira opção na busca de parcerias e mediação com as queixas e reclamações da comunidade.

A pesquisa conduzida por Rosenberg (2011) constatou que apesar da imagem pública desacreditada do CT, os professores entendem que a tríade Escola-ECA-Conselho é uma via na solução dos conflitos acerca da violência doméstica contra a criança. Porém, os educadores reclamam da falta de parceria entre o CT e a escola, descartando-o em casos denunciados na unidade escolar. Uma vez que os profissionais da educação pública, que convivem tão próximos da violência contra a criança, não confiam na capacidade de ação do CT, e a dúvida sobre a relevância social desta instituição é ampliada no imaginário social, o que vai ao encontro da hipótese “muito romântica” de que o CT “não trabalha” e “empurra com a barriga”.

Na categoria **Sufrimento institucional e impotência**, foram apresentadas as falas que são identificadas como expressões do sofrimento coletivo na relação com as demandas institucionais. As pressões e cobranças da sociedade, pais, professores e políticos incorriam em reações somáticas e psíquicas na angústia, apreensão, insegurança e medo. O significado do trabalho aponta para a exaustão, para uma representação penosa das tarefas que precisam cumprir na defesa e luta por direitos. Conclui-se neste estudo o que vem sendo apresentado de forma objetiva no conjunto das informações: este grupo alternou entre disposições e esforços compatíveis com ECA e atitudes, interesses ou motivações para além da política social em que estão inseridos. Como exemplos do sofrimento na instituição algumas citações de Pedro, Paulo e Marcos.

No começo eu peguei. E eu nem dormia em casa...

Essas cobranças aí (...) você se sente mal. Você se sente.

Às vezes tem BO pra resolver. E aí tem que sair, então, é onde que às vezes, fica

descontrola, estressa (...) pesa, não tem tempo pra mais nada né?

Relações de poder intra e interinstitucionais foram anunciadas: “tanto dos agentes entre si e com a clientela, como entre as instituições pela posse do objeto institucional” (Guirado, 2010, p.130). A vivência do sofrimento institucional acompanha a sensação de impotência frente à proporção de problemas sociais tão graves e negligenciados pelo poder público. A ambivalência surge visivelmente no palco institucional e, portanto, a notória dualidade das tendências constantes de irem a uma ou a outra direção, gerando ao mesmo tempo terríveis perigos e meios mais eficazes de evitá-los (Bauman, 1999).

Após percorrer esse material em busca de compreender e interpretar as potencialidades do grupo, os entraves, os desafios, o que esta instituição tem feito e pode fazer neste complexo território público e político, uma das falas mais significativas sintetiza como os protagonistas se colocam em face das incumbências instituídas no ECA.

*Mas eu vou descansar só no momento em que isso se solucionar. Conseguir tirar o agressor de dentro de casa se for o caso, tirar a criança de lá, para um lugar melhor. Então, é mais ou menos isso, o momento. A gente tem **um sentimento super-heróico num momento e no outro impotente...***

O sofrimento na instituição remete a pensar na “desestabilização exacerbada de um lado e, de outro, a persistência da referência identitária, acenando com o perigo de se virar um nada, caso não consiga produzir o perfil requerido”. Tais experiências tendem a serem aterrorizadoras, e as subjetividades tomadas pela sensação de ameaça de fracasso e despersonalização ganham um caráter simbólico de desassossego (Rolnik, 1997, p.21).

O sofrimento paralisa e deteriora o espaço psíquico interno e os espaços compartilhados nas diferentes configurações de vínculo. Sofrimentos produzidos durante a vida institucional, próprios à singularidade dos sujeitos e que, talvez, tragam elementos de inteligibilidade à instituição. Nós sofremos pela nossa relação com a instituição, sofremos nessa relação é a instituição em nós, o que em nós é instituição, que se encontra sofrendo (Henriquez, 1989).

Diante do sofrimento e do “não poder”, surgem os sentimentos arcaicos da infância, a lógica institucional é amparada nos modelos parentais, as representações familiares sobre a educação e a socialização infantil predominam como referenciais de ação e, conjuntamente, modos relacionais ligados a estas representações (Vidal, 1989). Apesar do “empenho” e da “dedicação”, eles reconhecem que nem “sempre conseguem sucesso naquilo” (Marcos)

porque a pessoa “não toma prumo na vida” (Paulo). Na enunciação do sofrimento e da impotência, quando lutam efetivamente por direitos e justiça social, compreende-se a condição paradoxal em que se encontram. O grupo constituiu-se como dispositivo catártico, não como um depósito de mágoas ou traumas reprimidos, mas na enunciação de projeções, sofrimentos, fantasias e utopias sobre a infância, a família e o ECA na sociedade atual, como heróis sacrificados e glorificados.

O poder e o saber que transita nas fronteiras do trabalho do CT podem ser pensados no âmbito das diferenças conceituais e representacionais que ocorreram, tanto no contexto interno do grupo, como no contexto comunitário. O grupo restringe o trabalho, de forma que não haveria mudanças a serem feitas, as cobranças seriam injustificadas, uma vez que a função não contempla “cuidar do filho dos outros”. Há, portanto, exercício do poder no discurso dos conselheiros cuja meta seria desqualificar o conhecimento popular sobre o trabalho realizado. Este trabalho estaria segundo a legislação, assim, o pesquisador não desvendaria nada além de que um grupo atua em seus limites, com “empenho e muito esforço”, ou seja, “não há como provar” nada, pois o grupo “não é negligente” e se dedica ao “máximo”.

Para Munro (1996), uma abordagem crítica no trabalho de proteção à criança requer tempo: tempo para verificar as informações, tempo para ler os documentos e entrar em contato com outras agências, tempo para supervisão detalhada, mas, sobretudo, tempo para pensar em conjunto decisões que precisam de um sentido coletivo e consensual. A clientela atendida tem, acertadamente, grandes expectativas em torno do CT. Há muita angústia e comoção social com as mortes violentas e com o sofrimento das vítimas. São legítimas as cobranças e exigência por melhorias nos processos e inquéritos públicos para investigar e punir os culpados.

Embora a morte ou o sofrimento de uma criança não seja uma prova verídica de que houve negligência nos serviços, não há como evitar a busca por equívocos e ações que poderiam produzir melhores resultados. A aplicação de conhecimentos e de experiências cotidianas, na produção de estratégias coletivas, poderia contribuir para que o colegiado fosse um disposto de poder em favor do CT e contra a burocracia. Haveria desse modo, meios para que a instituição assumisse a forma objetiva de unidade política, para colocar em prática a potência instituída no ECA.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É para um jogo de vertigem que somos convidados. É preciso, pois, tentar organizar um pouco isso... ainda que saibamos desde já que o impensado, o inominável, o inefável, de uma forma de ou outra terão outro paradoxo, a última palavra.

Eugene Henriquez⁹

Neste estudo, pretendeu-se apreender as representações sociais do CT pelos seus agentes institucionais. Para tanto, inicialmente se fez um árduo trabalho de levantamento na literatura internacional em busca de modelos de excelência e referência na atuação das redes de proteção, em países cujo sistema atende, satisfatoriamente, às demandas da população. Como foi evidente neste levantamento, não há um agente público semelhante ao conselheiro tutelar nos sistemas de proteção à infância onde são observados bons resultados. Os profissionais, geralmente, são assistentes sociais e psicólogos com pós-graduação na área, desenvolvem suas práticas em consonância com conhecimento acadêmico, com recursos e orçamentos suficientes.

Os autores citados na introdução debatem, criticamente, a necessidade de avanços em metas que visem, cada vez mais, a aproximações efetivas das famílias e comunidades que passaram a ser percebidas não como fatores de risco, mas como parceiros e protagonistas de mudanças no cenário. Identificou-se que esses sistemas públicos são considerados os principais indicadores de desenvolvimento e bem-estar social, por isso uma vasta literatura sobre a proteção social em rede encontra-se disponível na Europa e América do Norte. Refletiu-se, a partir dessas leituras, que a transição paradigmática, de um discurso de risco, vigilância e punição às famílias, vem sendo confrontada com um discurso de bem-estar sistêmico, focado num trabalho de empoderamento das comunidades, cuja ênfase é o protagonismo social.

Após esse levantamento de artigos correlatos ao problema em questão, a saber, o funcionamento das redes de proteção no mundo, foi feita uma introdução aos problemas do nosso sistema: os altos índices de violência contra a criança, as fragilidades das políticas públicas, a subnotificação, a desarticulação dos setores públicos que fazem parte da rede, e, principalmente, a inclusão dos conselheiros tutelares nessa política social de assistência e garantia de direitos.

Em busca dos objetivos da pesquisa, houve o planejamento e execução de cinco sessões de grupo focal num CT, onde se pôde vivenciar a instituição tanto no discurso dos sujeitos, como na materialidade e objetividade de suas práticas. Em meio a contestações públicas e acadêmicas sobre o papel social destes agentes, conseguiu-se visualizar, acessar e

⁹ O trabalho de morte nas instituições, 1991.

compreender particularidades e nuances importantes sobre a institucionalização do CT na rede de proteção brasileira. Empenhados em conciliar pesquisa e ação, foram incluídas as estagiárias como pesquisadoras na instituição que auxiliaram intensamente com a observação participante. Na intervenção, puderam ser coletadas informações essenciais e, ao mesmo tempo, foram propostas algumas reflexões para que atuassem melhor enquanto colegiado coerente e com força de conjunto. Foram seis meses de intervenção, duas vezes por semana, com supervisão e debate sobre a realidade que se estava conhecendo. Os resultados foram significantes e abarcaram a problemática que se propôs na pesquisa: como estes agentes públicos interpretam, representam e colocam em prática a Doutrina de Proteção Integral.

A proposta deste estudo foi ao encontro de uma lacuna na pesquisa social, onde os conhecimentos, acerca da principal figura da rede de proteção, precisam ser ampliados. O que almejam os cidadãos e cientistas do CT, e o que o CT pode proporcionar em seus resultados, em face de problemas sociais e históricos, negligenciados pelo Estado? Compreende-se que as informações coletadas estão ambientadas nessa questão, numa relação dialética, num encontro de forças e tendências entre as expectativas sociais e a realidade acessada.

Assim, após discutir os resultados da pesquisa, afirma-se a tese de que o CT, tal como está estruturado no Brasil, funciona como um dispositivo ideológico e propagandista sendo pouco capaz de atender aos anseios da sociedade. As falas evidenciadas em grande parte das categorias e as situações práticas exemplificadas nos diários de campos permitem, seguramente, ir em direção à tese proposta no estudo: a instituição, mesmo com função jurídica fundamental, não atende às demandas urgentes e graves na esfera da infância e juventude.

De fato, encontra-se nesta instituição um denominador comum com outras instituições públicas, a saber, a ideologia dominante que opera nos aparelhos do Estado a qual se materializa nas atitudes, cognições e decisões destes conselheiros tutelares. Atitudes que sugerem, em muitas circunstâncias, certa negligência e atenuação dos danos causados às vítimas, as quais foram representadas como culpados pelos seus sofrimentos.

Essa evidência tem relação com uma série complexa de fatores, primeiramente, destaca-se que: este CT funciona segundo diretrizes, critérios, avaliações e julgamentos pessoais, morais, ou seja, a esfera privada se sobrepõe à esfera pública; tais fundamentos determinam as práticas e intervenções com as famílias e adolescentes, confirmando o conflito constante com o ECA; essa condição paradoxal entre o público e o privado tem causado sentimentos, afetos e cognições ambivalentes; as histórias de vida, formação e capacitação para o trabalho não atendem a parâmetros definidos para o desempenho eficaz na prestação de

serviços à comunidade; os conflitos extrainstitucionais se sobressaem quando eles precisam atuar em consonância com o ECA, gerando o desgaste mental e o sofrimento; a dinâmica política contribui para o sentimento de perseguição e desamparo dos conselheiros, além da fragilidade na imagem e descrença na opinião pública; a retórica defensiva surgiu como um pedido de socorro e de parceiras para que a Doutrina de Proteção Integral seja uma responsabilidade do cidadão e não exclusivamente do conselheiro tutelar.

O que os resultados revelaram sobre como eles representam e interpretam a função social que ocupam? Compreende-se que essa fala contempla essa indagação, expressando a potência e a impotência dos discursos enunciados pelo grupo: *Eu tenho que ser cem por cento. Às vezes pode ser que eu não consiga... né? (...) me sinta até preparado para isso, por que eu não sou super-herói ((risos)). Mas eu tento fazer de tudo.* Em face dos dilemas e confrontos para conseguirem atuar segundo a lei, estes conselheiros tutelares representaram a instituição por meio de discursos que oscilam em direções opostas: o poder e o não poder; o vigor, a imponência da lei e a inviabilidade do trabalho em colegiado.

Partindo da concepção de que um estudo sobre representações sociais abarca os processos subjetivos, nas ancoragens e objetivações, que estruturam o pensamento e a ação, destacam-se as seguintes falas: *...a gente falou outro dia, brincando um pouquinho, que o conselheiro tutelar, em certos momentos, ele é um pouco psicólogo, ou uma coisa assim, apesar de não ter nenhum tipo de técnica, mas assim; a gente tinha um assistencialismo né? Já sabia disso, em termos de um assistencialismo, de um... próprio a psicologia em cima de do que é tratar com filho; Quando eu entrei, levei muito pro lado humano sabe? Eu sempre fui ajudar as pessoas (...) então a Prefeitura os órgãos não dá aquele, aquele respaldo.*

A ancoragem é um tipo de assimilação cultural pelo qual novos sentidos são incorporados a objetos sociais já conhecidos, simultaneamente, estes últimos são transformados pelos novos. A objetivação faz do desconhecido algo conhecido, transformando-o em algo concreto, onde se podem perceber e experimentar os sentidos. É uma espécie de materialização de ideias abstratas, representando as ideias como fenômenos concretos existentes no mundo físico (Höijer, 2011). Ficou evidente que as ancoragens e as objetivações acerca do objeto social CT encontram-se em áreas pré-científicas e em experiências do senso comum.

Com o conceito de polifasia cognitiva, a teoria das representações sociais refere-se ao fato de que todos os dias pensa-se em algo diferente, nisso visualizam-se a dinamicidade e o caráter mutável e flexível das representações. Uma vez que o foco de análise foi “CT”, verificou-se que as crenças, opiniões e atitudes enveredaram para uma significação ambígua e

paradoxal, e diante desta evidência podem ser encontradas certa estabilidade, regularidade ou a base comum compartilhada das representações.

As categorias temáticas revelaram não somente um conteúdo correlato aos principais assuntos relativos ao CT na rede de proteção, mas também um material complexo que indicava oscilações constantes no grupo, opiniões que mudavam de uma sessão para outra, concordâncias e discordâncias em torno do mesmo objeto, o CT. Mas, foi através das idas e vindas, das leituras exaustivas, elaboração e reelaboração de categorias que se compreendeu que, para apreender um fenômeno discursivo no estudo das representações, rastreando suas marcas e indícios, seria fundamental encontrar um pouco de ordem, em resultados que pareciam caóticos, lapidando as informações de tal forma que fossem percebidas as continuidades e as conexões entre todo o material empírico.

A partir dos resultados, discutiram-se e abarcaram-se alguns dos principais temas que são pertinentes à investigação: A infância, a família, as práticas parentais de educação e punição; a formação educacional, a capacitação e a motivação pela ocupação; a inclusão na rede e a rotina institucional; a autoavaliação e a relação com as demandas comunitárias; o ECA e o sistema de proteção integral; os anseios, demandas e deficiências para efetivação da lei na prática. Enfim, em face da riqueza deste material, na sua diversidade, na sua estabilidade e instabilidade, ou mesmo nas singularidades de cada participante, houve a persistência em tratar o conteúdo partido da multiplicação das ideias, e não da redução do fenômeno a categorias previamente constituídas.

A partir desses significados e ideias em constante debate sobre o papel social do CT na sociedade, conclui-se, a partir do conteúdo empírico, que os lugares que estes agentes públicos entendem que devem ocupar na sociedade podem ser resumidos pelas seguintes frases: *É eu tenho que seguir a lei. Como conselheiro você segue a lei. E como pessoa você tem outra opinião mesmo; precisei demorar um pouco para separar, até hoje eu não separo direito, o que o caso é lá e não é dentro da minha casa; A gente fica entre a cruz e a espada.* A representação social do CT, de forma objetiva e evidente, enveredou para a angústia do sofrimento na instituição, tendo em vista todas as ambivalências e paradoxos que se repetiram nos discursos e práticas desses agentes.

Segundo Munro (1999), em termos da visibilidade social do fenômeno, o desenho atual dos sistemas de informação e gestão das políticas sociais produz um *feedback* limitado sobre uma gama de dados e omite algumas áreas críticas, tais como o qualidade das relações entre os profissionais da rede e os usuários dos programas, o que está no centro de boas práticas. O estilo defensivo, controlador da gestão pública repercute na organização do CT,

trata-se de reações compreensíveis ao nível da culpa da sociedade, quando as crianças violentadas são expostas na mídia.

Na proteção social à criança, tem-se um conhecimento teórico limitado aos domínios acadêmicos, os trabalhadores sociais, muitas vezes, atuam sem expectativas de transformação na realidade, levando a prioridades distorcidas e à crescente alienação da força de trabalho. A proteção social em rede deve integrar os sistemas de apoio à família e os sistemas de apoio à criança. Isso requer o desenvolvimento de serviços de base comunitária que permitam a prestação de serviços mais eficazes dentro de uma estrutura que contemple os diferentes níveis de proteção, bem como amplamente as práticas preventivas (Bell, 1999).

A visão simplista de que as crianças podem ser resgatadas do mal e viverem felizes para sempre precisa ser substituída por um entendimento de que o trabalho geralmente envolve escolhas difíceis, o conforto está na esperança de escolher o que provoca menos danos e sofrimento às vítimas (Munro, 1999). Estes conselheiros tutelares, misto de “super-heróis, guerreiros ou lobo mau da rede”, parecem em busca de um melhor caminho, na superação dos antagonismos e paradoxos, da angústia e do sofrimento em ter de conviver com a impotência perante a violência contra a criança.

Conclui-se que, diante da dimensão contraditória inerente ao processo de institucionalização, encontra-se uma das características constitutivas do CT e afirma-se que *a instituição tende a tomar a forma do mal que almeja combater*. Era evidente que o grupo estava acuado por acusações de inoperância pelo poder público e políticos do contexto local. A instituição era, constantemente, acusada por atuar reproduzindo o abandono, a negligência e o abuso de poder ao conduzirem mal as investigações, os atendimentos às vítimas e os procedimentos adotados nas punições. Tal como propõe Guirado (1986), as instituições de cuidado e proteção à infância no país tendem a perpetuar o vínculo do abandono.

Não se trata de uma responsabilização pontual sobre os protagonistas que ocupam um papel essencial na sociedade, prescrito juridicamente, mas, sobretudo de apontamentos o funcionamento do grupo na instituição. Dejours (2001) alerta que “a banalização do mal pressupõe, em sua própria origem, a criação de condições específicas para poder obter consentimento e a cooperação de todos nessas e em sua valorização social” (p.110). No caso do CT, o esquecimento dos objetivos fundadores da instituição implica a banalização do próprio mal que os seus agentes devem combater na sociedade, mediante atitudes engajadas e comprometidas com o público.

O objeto institucional “Proteção e Garantia de Direitos” não consiste num elemento que totaliza as práticas destes conselheiros tutelares, ele surge de forma parcial e, às vezes, se

esgota nas tarefas de encaminhamento. Os conselheiros tutelares, rígidos e estereotipados em seus papéis, permitiram pouca abertura para repensar a função que exercem na sociedade. E, no que tange à dimensão simbólica do grupo focal, que é um dos efeitos do inconsciente institucional, deve-se ressaltar que a entrada de um estranho na instituição, com objetivo de investigar a função social do conselheiro por meio de um método científico, certamente, influenciou as informações reveladas ou silenciadas.

Nesse jogo de poder e saber, alguns fatos foram colocados em pauta no grupo, porém, os conselheiros partiam, na maioria das vezes, de um imaginário de perseguição e defesa. Todavia, o embate com a clientela se caracterizou mais pela acomodação e defesa das práticas atuais do que por mudanças e adequações para suprir as expectativas do público. Eles optaram por discursos que responsabilizam e direcionam a culpa pelo excesso de crimes e transgressões para outras esferas da rede de proteção. Diante disso, a autocrítica compareceu de modo sutil, pois eles afirmaram que faziam o máximo, estavam no limite, não haveria o que melhorar.

Segundo Foucault (2010), o poder não é violência e nem consentimento o que, implicitamente, é renovável. Ele é uma estrutura de ações que induz, incita, seduz. É sempre um modo de agir ou um conjunto de ações sobre outras ações. Portanto, ocorreu um exercício do poder pelos conselheiros tutelares, no sentido de “ações sobre ações”, cuja meta foi enfrentar as avaliações negativas, afirmando que há empenho diário com os compromissos públicos assumidos. As críticas endereçadas ao funcionamento da instituição foram combatidas, às vezes, com tom de ironia, revolta ou indignação.

A opinião pública pressionava o grupo em direção à realização de tarefas que, supostamente, transcendem a capacidade e a jurisdição do CT. As tensões entre “cobranças” sociais e aquilo que era oferecido à clientela acarretavam em decepções, provocações, intimidações e ameaças de ambas as partes. As pretensões e anseios dos conselheiros tutelares indicaram uma carência por reconhecimento e aceitação da sociedade pelo esforço despendido diariamente.

De acordo com Basaglia (1985), na sociedade do bem-estar social afirma-se que não se deve expor abertamente sua face de violência, evitando criar demasiadas contradições que se voltariam contra a própria sociedade. Sendo assim, o sistema foi organizado a partir da concessão de poder a novos agentes públicos que exercem o trabalho como técnicos do bem-estar social. “O papel destas figuras intermediárias, será, portanto, mistificar a violência através do tecnicismo, sem com isso modificar a sua natureza, mas fazendo com que o objeto da violência se adapte à violência” (p.102).

Os conselheiros tutelares, como os novos administradores da violência no poder, não conseguem “agir” no interior da própria instituição, o imobilismo é inevitavelmente alvo de críticas e julgamentos externos. Contudo, enquanto perspectiva de mudança na rede de proteção: *Talvez um trabalho de conscientização das funções... a gente não pode abraçar o mundo, cada órgão tem que fazer a sua parte... cada órgão tem que se responsabilizar pela sua função... não é nem que está fazendo, mas que talvez não está sendo cobrada.*

A função de conselheiro tutelar foi negociada na contradição entre a intenção legítima de combater a violência, prover direitos e cidadania, mas, ao mesmo tempo, diante do reconhecimento da impotência diante das fatalidades. A tensão entre o nível teórico e o prático das tarefas relaciona-se com a distância entre “trabalho real”, aquele que é possível, e o “trabalho prescrito”, aquele que é idealizado. Segundo Dejours (2001), a defasagem irreduzível entre a organização prescrita do trabalho e a organização real do trabalho implica na impossibilidade do indivíduo, “nas situações comuns de trabalho, cumprir os objetivos da tarefa respeitando escrupulosamente as prescrições, as instruções e os procedimentos” (p.30).

Estes conselheiros tutelares se sentem perseguidos para cumprir as demandas e, ao se verem nessa situação, inevitavelmente ocorre o sofrimento institucional. O sofrimento institucional reforça a própria contradição, inerente ao movimento de institucionalização do CT, quanto maior a demanda, maior o nível de regressão do grupo em sua função política e social, a instituição irá tomar a forma do mal que visa a prevenir, remediar ou combater. Na evolução dos resultados, constatou-se que os diários de campo denunciavam graves problemas acerca dos serviços prestados, na abordagem às famílias e às vítimas da violência.

Na ausência de repertórios e competências profissionais condizentes com os problemas que surgem no cotidiano, ocorre um processo de estereotipia, discriminação e demonização da clientela. Isso está evidente nos relatos dos casos atendidos, onde os conselheiros tutelares utilizam seus julgamentos morais e éticos para criminalizar e culpabilizar as vítimas pela condição em que se encontram. As funções de defesa, promoção de direitos, na prática, foram superadas por funções propagandísticas e ideológicas, pressuposto que articula e embasa esta tese. O não reconhecimento do sofrimento das vítimas e dos danos causados é uma forma de amenizar problemas históricos e crônicos, justificando a violência para fins idealistas na educação e punição exemplar.

7 REFERÊNCIAS

- Alberto, M. F. P., Silva, A. C. S., Gomes, V. C., Santana, R. V. M. & Soares, À. M.. (2012). Os agentes sociais da rede de proteção e atendimento no enfrentamento da exploração sexual comercial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(1), 130-138.
- Albuquerque, F. J. B. & Arendt, R. (2003) A Psicologia Social e o Brasil. In: O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.), *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp. 185-212). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Amazarray, M. R. & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11(3), 559-578.
- Anglin, J. P. (2002). Risk, Well-Being, and Paramountcy in Child Protection: The Need for Transformation. *Child & Youth Care Forum*, 31(4), 233-255.
- Appleton, J. V., Terlektsi, E. & Coombes, L. (2013). The use of sociograms to explore collaboration in child protection conferences. *Children and Youth Services Review*, 35(12), 2140-2146.
- Arendt, H. (1972). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Arpini, D. M., Soares, A. C., Bertê, L., & Forno, C. D. (2008). A revelação e a notificação das situações de violência contra a infância e a adolescência. *Psicologia em Revista*, 14(2), 95-112.
- Azambuja, M. P. R. (2005). Violência doméstica: reflexões sobre o agir profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 1(1), 4-13.
- Banks, D., Landsverk, J., Wang, K. (2008). Changing Policy and Practice in the Child Welfare System Through Collaborative Efforts to Identify and Respond Effectively to Family Violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(7), 903-932.
- Barbosa, A. C. M. M. (2002). *Redes locais de atenção à criança e ao adolescente*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- Bardin, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.
- Barrientos, A. & Hulme, D. (2009). Social protection for the poor and poorest: reflections on a quiet revolution. *Oxford Development Studies*, 37(4), 439-456.
- Basaglia, F. (1985). As instituições da violência. In: F. Basaglia (Coord.), *A Instituição Negada: relato de um hospital psiquiátrico* (pp. 99-133). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bazon, M. R. (1998). Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(2), 323-332.
- Bell, M. 1999. Working in partnership in child protection: the conflicts. *British Journal of Social Work*, (29), 437-455.

- Berger, P., & Luckmann, T. (1969). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Bleger, J. (1989). O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In R. Kães (Org.), *A instituição e as instituições* (pp. 59-71). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Boothby, N., Stark, L. (2011). Data surveillance in child protection systems development: an Indonesian case study. *Child Abuse Negligent*, 35(12), 993-1001.
- Bourdieu, P. (1997). As contradições da herança. D. S. Lins et al. (Orgs.), *Cultura e subjetividade: saberes nômades* (pp. 7-18). Campinas: Papirus.
- Brasil, (2002). Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. *Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- _____. (2004). *Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes: um passo a mais na cidadania em saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brougère, G. (1998). A criança e a cultura lúdica. *Revista da Faculdade de Educação*, 24(2), 103-116.
- Bucher, J. S. N. F. (1985). Mitos, segredos e ritos na família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1(2), 110-117.
- Caldana, R. H. L. (1998). A criança e sua educação no início do século: autoridade, limites e cotidiano. *Temas em Psicologia*, 6(2), 87-103.
- Carvalho, P. C. (2006). O Conselheiro Tutelar e a Ética do Cuidado In: T. S. Pereira, *A Ética da Convivência Familiar e sua Efetividade no Cotidiano dos Tribunais*. Rio de Janeiro: Forense.
- Castro, N. T., Toledo, A. H. F., & Andery, A. M. N. (2010). Tramas do cotidiano: a Psicodinâmica do trabalho em um Conselho Tutelar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(3), 662-675.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Clémence, A., Green, E. G. T. & Courvoisier, N. (2011). Comunicação e ancoragem: a difusão e a transformação das representações. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Treindade (Orgs), *Teoria das Representações sociais, 50 anos* (pp. 179-194). Brasília: Technopolitik.
- Corby, B., Millar, M. & Young, L. (1996). Parental Participation in Child Protection Work: Rethinking the Rhetoric, *British Journal of Social Work*, 26, 475-492.
- Costa, M. C. O., Carvalho, R. C., Santana, M. A. O., Silva, L. M. S., & Silva, M. R. (2010). Avaliação do Programa Nacional de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) para o

- enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Feira de Santana, Bahia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(2), 563-574.
- Cruz, L.; Hillesheim, B.; Guareschi, N. M. F (2005). Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 42-49.
- Dejours, C. (2001). *A Banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Devaney, J. (2004), Relating outcomes to objectives in child protection. *Child & Family Social Work*, (9), 27-38.
- Devereux, S. & Sabates-Wheeler, R. (2004). *Transformative Social Protection*. IDS Working Paper, University of Sussex: Brighton.
- Diorio, W. D. (1992). Parental perceptions of the authority of public child welfare caseworkers. *Families in Society*, 73(4), 222-235.
- Drake, B. (1996). Consumer and Worker Perceptions of Key Child Welfare Competencies. *Children and Youth Services Review*, 18(3), 261-279.
- Dumbrill, G. C. (2006). Parental experience of child protection intervention: A qualitative study. *Child Abuse & Neglect: The International Journal*, 30, 27-37.
- Egelund, T. (1996). Bureaucracy or professionalism? *International Journal of Social Welfare*, 5(3), 165-174.
- Endo, P. (2008). Partilha, testemunho e formas contemporâneas do excessivo. *Ide*, 31(47), 70-74.
- Faleiros, V. P. (2001). *Circuitos e curto-circuitos: Atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Veras.
- Fischhoff, B. (1975). Hindsight-foresight: The effect of outcome knowledge on judgment under uncertainty. *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance*, 1, 288-99.
- Foucault, M. (2010). O sujeito e o poder. In: H. Dreyfus & P. Rabinow. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Frizzo, K. R. & Sarriera, J. C. (2005). O Conselho Tutelar e a rede social na infância. *Psicologia USP*, 16(4), 175-196.
- Gomes, R. (1998). Da Denúncia à Impunidade: um Estudo sobre a Morbi-mortalidade de Crianças Vítimas de Violência. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(2).
- Gonçalves, H. S., & Ferreira, A. L. (2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde. *Caderno de Saúde Pública*, 18(1), 315-319.

- Gondim, S. M. G. (2002). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12(24), 149-161.
- González Rey, F. L. (2006). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning.
- Guirado, M. (1986). *Instituição e Relações Afetivas - o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.
- _____. (2005). O caso do psicodiagnóstico: um estudo institucional. *Psicologia USP*, 16(4), 11-32.
- _____. (2010). *A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. São Paulo: FAPESP.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia teoria e Pesquisa*, 21(03), 341-348.
- Hart, S. N., Lee, Y., & Wernham, M. (2001). A new age for child protection – General comment 13: Why it is important, how it was constructed, and what it intends? *Child Abuse & Neglect*, 35, 970-978.
- Healy, K. & Oltedal, S. (2010). Child protection systems in Australia and Norway: An institutional comparison focused on workforce retention. *Journal of Social Policy*, 39(2), 255-274.
- Hearn, J., Pöso, T., Smith, C., White, S. & Korpinen, J. (2004). What is Child Protection? Historical and Methodological Issues: Comparative research on Lastensuojelu/Child Protection. *International Journal of Social Welfare*, 13, 28-41.
- Henriquez, E. (1989). A pulsão de morte nas Instituições. In: R. Käes (Org.), *A instituição e as instituições* (pp. 73-101). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Höijer, B. (2011) Social Representations Theory: A New Theory for Media Research. *Nordicom Review*, 32, 3-16.
- Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Howe, D. (1992). Child abuse and the bureaucratization of social work. *The Sociological Review*, 40(3), 491- 508.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, 24(3), 679-712.
- Joffe, H. (1999). Degradação, desejo e “o outro”. In A. Arruda (Org.), *Representando a alteridade* (pp. 109-128). Petrópolis: Vozes.

- Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública: a Construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Käes, R. (1989). Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. In R. Käes (Org.), *A instituição e as instituições* (pp. 19-58). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kapp, S., & Vella, R. (2000). Measuring consumer satisfaction in family preservation services: Identifying instrument domains. *Family Preservation Journal*, 4(2), 19-37.
- Khoo, E. G., Hyvönen, U. & Nygren, L. (2002). Child Welfare or Child Protection: Uncovering Swedish and Canadian Orientation to Social Intervention in Child Maltreatment. *Qualitative Social Work*, 1(4), 451-471.
- Lapassade, G. (1979). *Análise Institucional*. São Paulo: Cortez.
- Lee, S. J., Soback, J. L., Djelaj, V., & Agius, L. (2013). When practice and policy collide: Child welfare workers' perceptions of investigation processes. *Children and Youth Services Review*, 35(4), 634-641.
- Lohrbach, S., & Sawyer, R. (2004). Creating a constructive practice: family and professional partnership in high-risk child protection case conferences. *Protecting Children*, 19(2), 26-35.
- Lourau, R. (1995). *A Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes.
- Mansell, J., Ota, R., Erasmus, R., & Marks, K. (2011). Reframing child protection: A response to a constant crisis of confidence in child protection. *Children and Youth Services Review*, 33(11), 2076-2086.
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis: Vozes.
- Martins, C. B. D. G., & Jorge, M. H. P. D. M. (2009). A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselhos Tutelares e programas de atendimento em município do Sul do Brasil, 2002 e 2006. *Epidemiologia. Serv. Saúde*, 18(4), 315-334.
- Melo, D. L. B. & Cano, M. I. (2012). *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas.
- Mendel, G. (1973). *Sociopsicoanálisis 2*. Amorrortu: Buenos Aires.
- Mizruchi, M. S. (2006). Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. *Revista de Administração de Empresas*, 46(3), 72-86.
- Morrison, T. (1996). Partnership and collaboration: Rhetoric and reality. *Child Abuse & Neglect*, 20(2), 127-140.

- Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2009). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Munro, E. (1996). Avoidable and unavoidable mistakes in child protection work. *British Journal of Social Work*, 26(6), 793-808.
- _____. (1999). Common errors of reasoning in child protection. *Child Abuse and Neglect*, 23(8), 745-58.
- Parton, N. & Otway, O. (1995). The Contemporary State of Child Protection Policy and Practice In England and Wales. *Children and Youth Services Review*, 17(5), 599-617.
- Parton, N. (2011). Child Protection and Safeguarding in England: Changing and Competing Conceptions of Risk and their Implications for Social Work. *British Journal of Social Work*, 41(5), 854-875.
- Passetti, E. (2011). Governamentalidade e violências. *Currículo sem Fronteiras*, 11, p. 45-53.
- Patto, M. H. S. (2007). Escolas cheias, cadeias vazias: nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. *Estudos Avançados*, 21(61), 243-266
- Pavlovsky, E. (1984). Estado atual da Psicanálise individual e grupal. In G. Baremlitt (Coord.), *O inconsciente institucional* (pp. 23-69). Petrópolis: Vozes.
- Perez, J. R. R., & Passone, E. F. (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140), 649-673.
- Pichon-Rivière, E. (2005). *O Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Reder, P. & Duncan, S. (2003), Understanding communication in child protection networks. *Child Abuse Review*, 12(2), 82-100.
- Ribeiro, J. M. L. (2012). Uso da Palmada como Ferramenta Pedagógica no Contexto Familiar: Mania de Bater ou Desconhecimento de Outra Estratégia de Educação? *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 7(1), 52-58.
- Rolnik, S. (1997). Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In D. Lins (Org.), *Cultura e subjetividade: saberes nômades* (pp.19-24). Papirus: Campinas.
- Rosenburg, E. G. (2011). *Representações sociais de violência doméstica contra crianças e adolescentes em educadores: denúncia, notificação ou omissão?* Tese de doutorado não publicada, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Santos, B. S. (1987). Estado, sociedade, políticas sociais: o caso da política de saúde. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, 13-74.

- Santos, V. A. & Costa, L. F. (2011). A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28(4), 529-537.
- Sarti, C. A. (2004). A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*, 15(3), 11-28.
- Sequeira, V. C., Monti, M., & Braconnot, F. M. O. (2010). Conselhos tutelares e psicologia: políticas públicas e promoção de saúde. *Psicologia em Estudo*, 15(4), 861-866.
- Shlonsky, A. & Wagner, D. (2005). The next step: Integrating actuarial risk assessment and clinical judgment into an evidence-based practice framework in CPS case management. *Children and Youth Services Review*, 27, 409-427.
- Silva, M. S. (2004). Rede de Proteção às Pessoas em Situação de Violência Intrafamiliar: a experiência de Blumenau. In E. J. Correa (Org.), *(Re)conhecer diferenças, construir resultados* (pp. 235-241). Brasília: UNESCO.
- Souza, C. (2004). Governos locais e gestão de políticas sociais universais. *São Paulo em perspectiva*, 18(2), 27-41.
- Vidal, J. P. (1989). O Familiarismo na Abordagem “Analítica” da Instituição: a instituição ou o romance familiar dos analistas. In R. Käs (Org.), *A Instituição e as instituições: estudos psicanalíticos* (pp.179-186). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Wald, M. S. & Woolverton, M. (1990). Risk Assessment: The Emperor's New Clothes? *Child Welfare League of America*, (6), 483-511.
- Weber, M. A. L. (2005). *Violência doméstica e rede de proteção: Dificuldades, responsabilidades e compromissos*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Weffort, F. C. (2005). As escritas de Deus e as profanas: notas para uma história das ideias no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(57), 5-25.
- Williams, L. C. A. (2003). Sobre deficiência e violência: Reflexões para uma análise de revisão de área. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 9(2), 141-154.
- Zannettino, L., & McLaren, H. (2012). Domestic violence and child protection: towards a collaborative approach across the two service sectors. *Child & Family Social Work*.

8 APÊNDICE E ANEXOS

Anexo A – Aprovação do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Of.CEtP/FFCLRP-USP/015/-jsl

Ribeirão Preto, 29 de março de 2011.

Prezado Pesquisador,

Comunicamos a V. Sa. que o trabalho intitulado "POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE REDE POR CONSELHEIROS TUTELARES" foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP e enquadrado na categoria: **APROVADO**, de acordo com o Processo CEP-FFCLRP nº 531/2010 - 2010.1.1937.59.8.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª ANA RAQUEL LUCATO CIANFLONE
Coordenadora

Ilustríssimo Senhor
Alexandre da Silva de Paula
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP - USP

Com cópia para o orientador:
Prof. Dr. Sérgio Kodato
Departamento de Psicologia da FFCLRP - USP

CEP-FFCLRP-USP – coetp@ffclrp.usp.br Tel: (016) 3602-4681 - Fax: (016) 3633-2660
Avenida Bandeirantes, 3900 - Bloco 1 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Anexo B - Modelo do Termo de Esclarecimento e Consentimento

Eu, Alexandre da Silva de Paula, aluno regular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP, orientando do Prof. Dr. Sérgio Kodato, realizarei uma pesquisa nesta instituição. Pretendo investigar as práticas cotidianas e significados desta instituição. Para que o estudo possa ser realizado necessito de sua colaboração e participação em cinco sessões para entrevista grupal. A sua participação é inteiramente voluntária, ou seja, de sua livre vontade, não existe nenhuma possibilidade risco ou dano. Você estará livre para desistir em qualquer momento se houver desconforto. As discussões no grupo precisam ser filmadas para que eu possa registrar as informações. O conteúdo de todas as informações não será revelado a ninguém, posteriormente, as fitas serão apagadas. Portanto, todo o material será mantido em sigilo e utilizado exclusivamente para devidos fins da pesquisa. Deste modo, o seu nome não será identificado e ninguém saberá da sua participação.

Eu, _____, autorizo a realização desta pesquisa e gravação das sessões em grupo. Declaro que li e entendi todas as informações apresentadas acima e que todas as minhas dúvidas foram esclarecidas com o responsável pela pesquisa. Sendo assim, aceito participar desta pesquisa de maneira inteiramente voluntária e estou livre, a qualquer momento, para desistir de conceder a entrevista, sem nenhum prejuízo a mim.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Contato

Pesquisador responsável: Alexandre da Silva de Paula

Endereço: São Luiz, nº440, Jardim Europa, CEP: 15014470, Telefone: 16-33052501
São José do Rio Preto-SP

Orientador: Sérgio Kodato

Endereço: Av. Bandeirantes, nº3900 - Bloco 6 - B. Monte Alegre – CEP: 14040-901
Cidade: Ribeirão Preto-S.P. Telefone:(16)602-3713.